

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO

PRÓ-REITORIA ACADÊMICA (PRAC)

MESTRADO EM PSICOLOGIA CLÍNICA

WELLINGTON MARTINS DE LIRA

**INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS:  
A SEGURANÇA EMOCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA**

RECIFE/PE

2011

WELLINGTON MARTINS DE LIRA

**INSTITUIÇÕES DE SEGURANÇA PÚBLICA E PRÁTICAS PSICOLÓGICAS:  
A SEGURANÇA EMOCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA**

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

**Linha de pesquisa:**

Práticas Psicológicas Clínicas em Instituições

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup> Ana Lúcia Francisco.

RECIFE/PE

2011

L768i

Lira, Wellington Martins de

Instituições de segurança pública e práticas psicológicas: a segurança emocional dos agentes de segurança / Wellington Martins de Lira ; orientador Ana Lúcia Francisco, 2011.  
266, [8] f.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Católica de Pernambuco. Pró-reitoria Acadêmica. Curso de Mestrado em Psicologia Clínica, 2011.

1. Psicologia Clínica. 2. Segurança pública – Aspectos psicológicos. 3. Servidores públicos – Aspectos psicológicos. 4. Sofrimento – Aspectos Psicológicos. 5. Emoções. I. Título.

CDU 159.9

**Nome:** Lira, Wellington Martins de

**Título:** Instituições de Segurança Pública e Práticas Psicológicas: A Segurança Emocional dos Agentes de Segurança

Dissertação apresentada à Banca Examinadora da Universidade Católica de Pernambuco, como parte dos requisitos para obtenção do grau de Mestre em Psicologia Clínica.

**Aprovada em:** 28/03/2011.

**Banca Examinadora**

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Ana Lúcia Francisco.  
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Lucinda Maria da Rocha Macedo.  
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Assinatura: \_\_\_\_\_

Prof. Dr. Marcus Túlio Caldas.  
Universidade Católica de Pernambuco (UNICAP)

Assinatura: \_\_\_\_\_

## DEDICATÓRIA

A Deus, Terapeuta dos terapeutas e Mestre dos mestres.

À minha mãe, Dulcinéia Soares de Lira, batalhadora incansável na criação de seis filhos. Uma verdadeira milagreira na arte da sobrevivência.

Ao meu pai, José Martins de Lira (o cabo Lira do Corpo de Bombeiros de Pernambuco), que me aproximou das forças de segurança pública.

À minha avó, Aurora Soares de Almeida, que, sem alfabetização, deu-me lições de sabedoria e, do pouco que recebia como lavadeira de roupa, muito ajudou na minha formação escolar.

À minha esposa, Maria José Cavalcante Correia de Lira, que contribuiu significativamente com este trabalho e suportou meu “namoro” com as letrinhas.

Aos meus irmãos Jerônimo, Marcos, Oscar, Dulcilene e Aurora Verônica, meus primeiros referenciais de intersubjetividade horizontal.

A todos os entrevistados que se disponibilizaram a contribuir com este trabalho de pesquisa e a todos os psicólogos e psicólogas, bem como a todos os agentes de segurança pública.

Aos amigos Lupércio Nunes da Silva e Valmir da Silva Ferreira, policiais militares da PMPE, que sofreram comigo as dores de lutar por direitos e sonhar com uma polícia cidadã em tempos de ditadura militar.

Ao amigo Luiz Vilarim da Silva Jordão, Major da PMPE, que designado para me perseguir, quando de meu ingresso na Polícia Militar, alertava-me e protegia-me, revelando a grandeza de seu caráter.

A todos os amigos, desde a minha infância, cuja convivência ajudou-me a crescer.

Às minhas professoras Delza, Jandira, Ivanilde, Elzina e Maria dos Anjos que me introduziram no mundo das letras.

Aos professores do Colégio da Polícia Militar, que aperfeiçoaram minha formação.

Aos professores da Universidade Católica de Pernambuco e Universidade Federal de Pernambuco que contribuíram para minha formação em Psicologia.

Aos professores do Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP-PE, de todas as linhas de pesquisa pela inefável contribuição ao meu Mestrado.

## **AGRADECIMENTOS**

À Professora Dra. Ana Lúcia Francisco, orientadora dedicada e incansável, perspicaz observadora, que comigo produziu este trabalho.

Ao Professor Dr. Marcus Túlio Caldas, pelas valiosas contribuições e pelo carinho em marcar com papéis as páginas a serem corrigidas, revelando seu lado cuidador.

À Professora Dra. Lucinda Maria da Rocha Macedo, minha professora em cursos de graduação e especialização, pela leitura cuidadosa e observações relevantes.

A todos os professores do Mestrado e Doutorado da Universidade Católica de Pernambuco, que contribuíram com a minha formação.

Ao colega Dr. Richardson Silva, competente Delegado da Polícia Civil de Pernambuco, a quem devo a autorização do Secretário de Defesa Social para a pesquisa.

## RESUMO

LIRA, W. M. (2011) Instituições de Segurança Pública e Práticas Psicológicas: A Segurança Emocional dos Agentes de Segurança. Dissertação de Mestrado. Laboratório de Práticas Psicológicas Clínicas em Instituições. Universidade Católica de Pernambuco. Recife.

A crise na segurança pública brasileira direciona os olhares para as chamadas forças de segurança pública. Especialistas afirmam o isolamento e a falência das mesmas, que não estão preparadas para a democracia e as exigências do mundo contemporâneo. Os agentes de segurança pública, paradoxalmente, muitas vezes têm provocado violência, em vez de combatê-la e mesmo grupos de elite vêm protagonizando ações desastrosas. Ex-integrante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco e partindo de uma motivação encarnada no próprio corpo, na medida em que sofreu na pele a dor imposta aos agentes de segurança pública, tanto pela natureza da função quanto pela dinâmica institucional, o autor propôs-se a lançar um olhar diferente sobre o tema, buscando uma articulação, uma triangulação entre instituição de segurança pública, prática psicológica e o termo que cunhamos como “segurança emocional”. A experiência como agente de segurança pública, aliada à formação psicológica e aos estudos e pesquisas desenvolvidos por diversos autores, contribuíram para a compreensão do campo a ser investigado e, para tanto, realizado entrevistas semidirigidas com doze profissionais psicólogos e doze agentes de segurança pública do Estado de Pernambuco, todos da Região Metropolitana do Recife/PE. Através de uma abordagem compreensiva e da análise dos conteúdos explicitados em eixos temáticos e núcleos de sentido, as narrativas dos entrevistados possibilitaram a compreensão de que, apesar dos esforços dos profissionais psicólogos e da percepção da necessidade por parte dos agentes de segurança pública, a ação clínica psicológica ainda é pífia em relação às necessidades, conforme afirmam ambos os seguimentos. A falta de uma percepção adequada pela instituição de segurança pública quanto à importância da dimensão psicológica tem contribuído para o sofrimento dos agentes de segurança e psicólogos, e interferido no resultado de suas práticas. Os desafios são grandes e sua superação, certamente, contribuirá significativamente com a segurança pública cidadã e o chamado pacto pela vida, adotados pelo Governo de Pernambuco. Esperamos que os resultados dessa pesquisa contribuam para a formação de uma postura crítica e reflexiva da ação dos profissionais psicólogos em instituições de segurança pública, a melhoria da qualidade dos serviços dirigidos à sociedade, pela contribuição aos atores e gestores desse segmento.

Palavras chaves: práticas psicológicas clínicas, sofrimento, segurança pública.

## ABSTRACT

LIRA, W. M. (2011) *Institutions of Public Safety and Psychological Practices: The Emotional Security Agents Security*. Dissertation. Laboratory of Clinical Psychological Practices in Institutions. Catholic University of Pernambuco. Recife.

The crisis in public security in Brazil looks directly calls to the security forces. Experts say the isolation and failure of those who are not ready for democracy and the demands of the contemporary world. The public security officers, paradoxically, often have provoked violence, rather than fight it, and elite groups that come starring unwholesome actions. A former member of the Military Police of Pernambuco, and starting with a motivation incarnated in the body itself, as it suffered the pain inflicted on the skin to the public security officers, both by nature and by function of institutional dynamics, the author proposed to launch a fresh perspective on the topic, seeking a joint institution of a triangulation between public safety, psychological practice and the term that we coined as "emotional safety". Experience as an agent of public safety, coupled with the psychological training and studies and research developed by several authors contributed to the understanding of the field to be investigated and, therefore, conducted interviews with twelve semidirected professional psychologists and twelve public security officers of Pernambuco State, all in the Metropolitan Region of Recife. Through a comprehensive approach and analysis of the explicit content in thematic areas and units of meaning, the narratives of respondents provided an understanding that, despite efforts by professional psychologists and the perceived need by the public security agents, the action clinical psychology is still minimum in relation to need, as claimed by both segments. The lack of an adequate perception of the institution of public security on the importance of the psychological dimension has contributed to the suffering of security officers and psychologists, and interfered in the results of their practices. The stakes are high and overcoming it certainly will contribute significantly to public safety and civic life called pact, adopted by the Government of Pernambuco. We hope the results of this research contribute to the formation of a critical and reflective action of professional psychologists in the public security institutions, improving the quality of services aimed at society, by contributing to the actors and managers that segment.

Key words: clinical psychology practices, suffering, public safety.

## RESUMEN

LIRA, W. M. (2011) Instituciones de Seguridad Pública y las prácticas psicológicas: los agentes de seguridad emocional de Seguridad. Disertación. Laboratorio de Prácticas Clínicas de Psicología en las instituciones. Universidad Católica de Pernambuco. Recife.

La crisis de seguridad pública en Brasil se ve dirigida a las llamadas a las fuerzas de seguridad. Los expertos dicen que el aislamiento y el fracaso de aquellos que no están listos para la democracia y las exigencias del mundo contemporáneo. Los oficiales de seguridad pública, paradójicamente, a menudo han provocado la violencia, en lugar de luchar contra ella, y los grupos de élite que vienen protagonizada por acciones perjudiciales. Un ex miembro de la Policía Militar de Pernambuco, y a partir de una motivación encarnado en el propio cuerpo, ya que sufrió el dolor infligido a la piel a los oficiales de seguridad pública, tanto por la naturaleza y por la función de la dinámica institucional, el autor se propone poner en marcha una nueva perspectiva sobre el tema, la búsqueda de una institución conjunta de una triangulación entre la seguridad pública, la práctica psicológica y el término que acuñó como "seguridad emocional". La experiencia como agente de seguridad pública, junto con la formación psicológica y estudios e investigaciones desarrolladas por varios autores contribuyeron a la comprensión del campo para ser investigado y, por tanto, las entrevistas realizadas con doce semidirected psicólogos profesionales y doce agentes de seguridad pública de el estado de Pernambuco, todos en la Región Metropolitana de Recife. A través de un enfoque integral y análisis del contenido explícito en las áreas temáticas y unidades de significado, las narrativas de los encuestados siempre el entendimiento de que, a pesar de los esfuerzos de los psicólogos profesionales y la necesidad percibida por los agentes de seguridad pública, la acción psicología clínica es todavía pifia en relación con las necesidades, como se exige en ambos segmentos. La falta de una percepción adecuada de la institución de seguridad pública sobre la importancia de la dimensión psicológica ha contribuido al sufrimiento de los oficiales de seguridad y psicólogos, y ha interferido en los resultados de sus prácticas. Hay mucho en juego y la superación que sin duda contribuirá de manera significativa a la seguridad pública y la vida cívica llamado pacto, aprobado por el Gobierno de Pernambuco. Esperamos que los resultados de esta investigación contribuyen a la formación de una acción crítica y reflexiva de los psicólogos profesionales en las instituciones de seguridad pública, la mejora de la calidad de los servicios dirigidos a la sociedad, contribuyendo a los actores y gestores de ese segmento.

Palabras clave: psicología clínica prácticas, el sufrimiento, la seguridad pública.

## APRESENTAÇÃO:

A presente Dissertação apresenta um estudo sobre instituições de segurança pública da Região Metropolitana do Recife práticas psicológicas desenvolvidas nessas instituições e o modo como agentes de segurança pública e psicólogos percebem e vivenciam a relação entre segurança pública e psicologia no referido universo. O autor também está interessado em refletir sobre a “segurança emocional” dos agentes de segurança pública referidos e a ação clínica psicológica desenvolvida em relação aos mesmos. Resulta de uma pesquisa qualitativa onde o autor dialogou com as duas categorias de profissionais citadas, através de entrevistas semidirigidas, partindo de um eixo norteador e de alguns outros eixos temáticos afins. Os conteúdos produzidos nas entrevistas foram submetidos a uma hermenêutica compreensiva, considerando as implicações do autor (Psicólogo e ex-Policial Militar da PMPE) e analisados seguindo a técnica da análise de conteúdo, possibilitando considerações sobre o tema.

O termo “segurança emocional” foi tomado como um estado de defesa, de proteção, de equilíbrio biopsíquicosocioespiritual que permite ao ser humano experimentar e reagir de “forma adequada”, pessoal e socialmente, a estímulos internos e externos que atuam em seu psiquismo e nas demais dimensões de seu ser, acompanhados de um estado afetivo agradável ou desagradável. A adequação referida diz respeito à preservação de direitos humanos e da dignidade inerente à condição humana nos campos biológico, psíquico, social e espiritual.

O principal objetivo da pesquisa que originou esta dissertação foi investigar a “segurança emocional” de profissionais de segurança pública, assim como a “ação psicológica clínica” dirigida a esses agentes, no propósito de oferecer subsídios aos referidos profissionais (agentes de segurança pública e psicólogos), às instituições (polícias civil e militar e Corpo de Bombeiros militar) e aos gestores da segurança pública para aproximarem, o mais possível, a “segurança emocional” dos referidos agentes às exigências da segurança pública nos dias atuais.

Outro propósito do estudo foi mapear as instituições de segurança pública da Região Metropolitana da capital do Estado de Pernambuco que mantêm serviços de atendimento psicológico voltados aos agentes de segurança pública; avaliar as demandas que são dirigidas a esses serviços; como essas demandas são ouvidas e encaminhadas; se os psicólogos participam em ações de segurança que envolvam alto nível de tensão; como as ações psicológicas clínicas afetam o trabalho desenvolvido pelos agentes de segurança pública e como esses agentes percebem essas ações.

Foram estabelecidas como metas a serem alcançadas com a pesquisa: conscientizar as instituições de segurança pública para a importância de disponibilizar/oferecer suporte psicológico adequado aos agentes de segurança pública, para que suas ações sociais sejam promotoras de cidadania e para que eles mesmos se

sintam cidadãos; estimular o debate dos órgãos de segurança pública sobre a importância do suporte psicológico; propor o desenvolvimento de ações psicológicas voltadas a essa população e possibilitar a ampliação do campo de atuação do psicólogo clínico.

O trabalho de campo foi realizado nos anos de 2009 e 2010, sendo extremamente difícil obter autorização para adentrar aos órgãos de segurança pública, apesar do pesquisador haver integrado a Polícia Militar do Estado de Pernambuco, por dezesseis anos. Mesmo após o aval do Secretário de Defesa Social, a autorização ainda teve que passar pelo crivo de comandantes de órgãos subordinados à referida Secretaria, em razão de uma cultura do medo atinge até os autos escalões, alimentada pelo risco de punição que imobiliza a fala.

O estudo se desenvolve em cinco capítulos: o primeiro aborda a temática da segurança pública, desde sua definição até as características e modo de funcionamento, buscando-se refletir sobre a ação das forças de segurança e o preparo dos agentes envolvidos nessas ações, na intenção de aproximar o leitor de uma área de conhecimento de relevância nodal no contexto de violência em que vivemos; o segundo capítulo, discorre sobre a relação entre segurança pública e adoecimento, enfocando os sofrimentos psíquicos que se manifestam entre os agentes de segurança pública e problematizando as possibilidades e limites de ações psicológicas clínicas em instituições de segurança; a metodologia, desde as suas bases teóricas ao trabalho de campo, compõe o terceiro capítulo; continuando, apresenta-se o quarto capítulo, com a análise dos resultados obtidos e, por fim, o último capítulo, apresenta as considerações possibilitadas pela pesquisa.

Esperamos que os leitores (Policia Civil, Policia Militar, Bombeiro Militar, Psicólogos, Gestores Públicos, demais profissionais, professores, estudantes e interessados no assunto) possam aproximar-se da segurança pública e da relação desta com a psicologia clínica.

Boa leitura, boa reflexão, boa ação!

## SUMÁRIO

### INTRODUÇÃO

#### CAPÍTULO I: A SEGURANÇA PÚBLICA:

- 1.1 Por Que Falar em Segurança Pública?
- 1.2 A Segurança Pública: o Conceito, a Política, a Polícia.
- 1.3 Segurança Pública: Origem, Desenvolvimento, Características e Mitos.
- 1.4 Segurança Pública, Polícia e Democracia.
- 1.5 Violência: Conceito, Contextos e Ação das Forças de Segurança Pública.
- 1.6 Segurança Pública no Estado de Pernambuco.

#### CAPÍTULO II: SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA EMOCIONAL:

- 2.1 Segurança Pública e Psicologia.
- 2.2 Segurança Pública e Adoecimento.
- 2.3 Trabalho, Saúde Mental e Ação Clínica Psicológica.
- 2.4 O sofrimento psíquico dos Agentes de Segurança Pública.
- 2.5 Instituição e Ação Clínica Psicológica.
- 2.6 Reflexões Clínicas: Buscando Bases Para o Acolhimento Psicológico aos Agentes de Segurança Pública

#### CAPÍTULO III: CAMINHANDO E FAZENDO O CAMINHO: A METODOLOGIA:

- 3.1 Os Pés Que Nos Apoiaram no Caminhar: As Bases Teóricas da Pesquisa.
- 3.2 O Percurso e os Caminhantes.
  - 3.2.1 As Vicissitudes Para o Acesso ao Campo de Pesquisa.
  - 3.2.2 Os Caminhantes: Os Sujeitos da Pesquisa.
  - 3.2.3 O Instrumento Utilizado na Caminhada: Entrevistas Semidirigidas.
  - 3.2.4 Os Passos Dados Para a Compreensão: Procedimentos.
  - 3.2.5 Olhando e Refletindo Sobre a Caminhada: Abordagem Compreensiva e Análise de Conteúdo.

#### CAPÍTULO IV: RESULTADOS E ANÁLISE:

- 4.1 Resultados das Entrevistas com os(as) Psicólogos(as) Participantes da Pesquisa.
  - 4.1.1 Quadro Demográfico dos(as) Participantes Psicólogos(as).

- 4.1.2 Abordagem Compreensiva das Entrevistas com Psicólogos(as).
- 4.1.3 Quadro Síntese dos Eixos Temáticos e Conteúdos Apreendidos nas Entrevistas com Psicólogos(as).
- 4.2 Resultados das Entrevistas com os Agentes de Segurança Pública Pesquisados.
  - 4.2.1 Quadro Demográfico dos Agentes de Segurança Pública Entrevistados.
  - 4.2.2 Abordagem compreensiva das Entrevistas com os Agentes de Segurança Pública.
  - 4.2.3 Quadro Síntese dos Eixos Temáticos e Conteúdos Apreendidos nas Entrevistas com Agentes de Segurança Pública.

## CAPÍTULO V: REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES.

## REFERÊNCIAS

## INTRODUÇÃO

*A crise nas instituições de segurança pública brasileiras é inquestionável. Até os “chamados” grupos de elite, por vezes, têm falhado e produzido ações desastrosas, trazendo mais sofrimentos às pessoas, às famílias, à sociedade e, até mesmo, aos próprios agentes de segurança pública. A insegurança instalou-se no cerne do tecido social, sem que as chamadas forças de segurança pública, constitucionalmente estabelecidas, possam reverter adequadamente este quadro.*

Como exemplos, podemos citar o conhecido *episódio do ônibus 174* (Rio de Janeiro: junho, 2000), em que o assaltante Sandro do Nascimento manteve onze pessoas como reféns, chegando-se a um trágico desfecho após quatro horas e meia de negociação do Batalhão de Operações Especiais da polícia militar carioca (BOPE), operação policial muito criticada por especialistas. De igual modo, o também conhecido *caso Lindemberg/Eloá* (São Paulo: outubro, 2008), onde o seqüestro de duas adolescentes, pelo ex-namorado de uma delas, resultou em morte de uma das vítimas e em lesão corporal grave na outra, após 100 horas de negociação com o BOPE da polícia militar paulista, *operação também classificada, segundo especialistas, como vergonhosa em se tratando de um grupo de elite*; essas situações são emblemáticas na demonstração do estado da segurança pública no Brasil.

Mesmo o recente *episódio de tomada do morro do Cruzeiro e do Complexo de favelas do Alemão*, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010, só ocorreu pela participação das Forças Armadas e da Polícia Federal, evidenciando as limitações das forças de segurança pública estaduais, constitucionalmente incumbidas da segurança pública. Pouco tempo depois, a esperança na reabilitação da credibilidade das forças de segurança logo se arrefeceu com a denúncia de envolvimento de parte da alta cúpula da polícia carioca com os traficantes.

Soares (2006) afirma que *nossas instituições de segurança, policiais e penitenciárias, estão isoladas e falidas*. Suas formas de organização e suas estratégias usuais constituem soluções esgotadas e à sombra do arbítrio, herdado da ditadura militar, buscam produzir ordem a qualquer custo, gerando mais desordem. Segundo o

autor, *as polícias brasileiras não estão preparadas para democracia e as exigências do mundo contemporâneo*.

Nesse contexto, a violência atinge limites absurdos, constituindo-se em preocupação generalizada desde as grandes metrópoles até pequenas cidades, passando pelas escolas e faculdades, lugares antes alheios a isso, com raras exceções.

Lima & Paula (2006) observam que, não obstante este tema ter-se transformado numa preocupação da Academia e das Políticas Públicas, *muitas são as zonas de sombras que ainda precisam de luzes* e, portanto, justificam os esforços de pesquisas e disseminação de saberes nesse campo. Em nosso entendimento, porém, pouco se tem refletido e pesquisado sobre a violência direcionada aos agentes de segurança pública no Brasil.

Abordando a questão dos *direitos humanos na polícia*, Muniz, citado por Lima & Paula (op.cit), afirma que o Brasil já se acostumou a ouvir inúmeras e legítimas queixas quanto à fragilidade ou mesmo *inexistência de instrumentos que sustentem e protejam os direitos dos policiais*. Para a autora, os suboficiais e praças descrevem sua realidade profissional, quase em uníssono, como um *“mundo de obrigações”, refratário às conquistas cidadãs*. A atmosfera constituída por este *mundo disciplinar* é carregada por um *apetite suspeito e punitivo* que se estende para além do universo profissional, invadindo as outras esferas de sociabilidade da vida dos policiais, inclusive dos inativos. Atrasos em crediários, utilização de bebidas alcoólicas, frequência a lugares considerados impróprios, brigas de vizinhos e de família são punidos com base no *Regulamento Disciplinar da Polícia Militar (RDPM)*. A gravidade da falta fica a juízo de superior hierárquico. *As chefias têm amplo poder de manobra dos dispositivos disciplinares* e de seus recursos punitivos e o emprego desse poder pode chegar a manifestações perversas como o *“mandonismo”* ou o *“personalismo”*, no exercício do comando. Acrescentamos que em grau menor, porém não menos preocupante, aspectos semelhantes também são encontrados nas polícias civis.

*A insegurança latente contagia o desempenho das atividades nas ruas*, diz Muniz (citado por Lima & Paula, 2006). Essa *insegurança*, revestida de *baixa estima profissional*, tende a oportunizar *práticas ressentidas, ora abusivas, ora negligentes*,

sobretudo por policiais que se percebem inferiores ou que se sentem menos sujeitos de direitos que os cidadãos comuns.

Corroborando as epigrafadas obsolescências das instituições de segurança pública no Brasil, Soares (op.cit) afirma que enquanto vivemos os efeitos da terceira revolução industrial – a era da informação – enquanto a economia se globaliza e a sociedade se complexifica, *continuamos na idade da pedra em matéria de segurança*. Para o autor, nossas polícias são máquinas pesadas e lentas, nada inteligentes e criativas, que *não valorizam seus policiais nem os preparam adequadamente*. Não planejam nem avaliam o que fazem, não aprendem com os erros porque não os identificam, não conhecem os problemas sobre os quais atuam (os policiais, individualmente, sabem muito; a polícia, como instituição, nada sabe)

Soares, Batista & Pimentel (2006), no livro “Elite da tropa”, revelam a crueldade ilimitada de policiais de uma tropa de elite, capaz de ultrajar o ser humano no mais profundo de sua alma, como explicito no hino do Batalhão de Operações Policiais Especiais (BOPE):

“Homem de preto qual a sua missão? É invadir a favela e deixar corpo no chão”; “você sabe quem eu sou? Sou o maldito cão de guerra. Sou treinado para matar. Mesmo que custe minha vida, a missão será cumprida, seja ela onde for – espalhando a violência, a morte e o terror”.

Mas esses mesmos policiais são vítimas de ultrajes semelhantes, seja da instituição, no dia-a-dia e nos cursos de formação, seja quando ficam a mercê de meliantes, seja da própria sociedade, que por medo ou distorção de caráter, por vezes, colocam-se ao lado do bandido e contra as forças de segurança. O fato é que esses recursos humanos não são tratados adequadamente.

Cordner, Greene e Bynum, num artigo sobre “Planejamento de Recursos Humanos Policiais” (Greene, 2002), afirmam que *a mão-de-obra* não pode ser tratada simplesmente como apenas mais um dos recursos que contribui para a economia e eficiência do sistema. *Trata-se de um recurso muito especial* que pode mudar sua natureza quando as circunstâncias mudam, de maneira que nenhum recurso inanimado pode fazer. O que se percebe, entretanto, na prática, é que os agentes de segurança pública não têm recebido a devida atenção em suas funções de segurança.

A falta de valorização dos recursos humanos repercute no nível de seleção e preparação dos agentes de segurança pública, sobretudo quando consideramos que *estes agentes exercem uma missão tão difícil quanto contraditória*. Nesse sentido, Goldstein (2003) ressalta que *em uma sociedade livre, a polícia, pela natureza estrita de suas funções, é uma anomalia. A forma específica da autoridade policial – prender, investigar, deter e usar a força – é apavorante*, no sentido de que pode desagregar a liberdade, invadir a privacidade e, de uma forma rápida e direta, causar forte impacto sobre indivíduos. *E esta autoridade, por necessidade, é delegada às pessoas do mais baixo nível da burocracia, para que a exerçam, na maioria dos casos, sem supervisão e controle*. O vigor da democracia e a qualidade de vida desejada por seus cidadãos estão determinados, em larga escala, pela habilidade da polícia em cumprir suas obrigações. E isso, obviamente, tem relação com a qualificação de seus recursos humanos.

Ainda no contexto da segurança pública e recursos humanos, Dantas (2003), um jovem major da polícia militar do Estado de Pernambuco, na reserva por opção, em seu livro “Segurança Preventiva: Conduta Inteligente do Cidadão”, *propõe que o cidadão prepare-se para ser agente de sua própria segurança, investindo em sua segurança privada (pessoal)*. Sua proposta é uma evidente declaração senão da falência da segurança pública, ao menos de sua incapacidade em realizar seu propósito. Porém, o inusitado não é só isso, Dantas dedica o referido livro ao saudoso aspirante Isan Chaves do Nascimento, com o qual trabalhamos, e que faleceu no episódio patético do chamado “fogo amigo”: duas viaturas faziam blitz de trânsito na Av. Mascarenhas de Moraes (Recife), em faixas opostas da avenida. Um motoqueiro “furou” o bloqueio e um policial militar, sem atentar para os companheiros que estavam no outro lado da via, atirou no motoqueiro e atingiu o aspirante.

Na apresentação do referido livro a Procuradora de Justiça do Ministério Público do Estado de Pernambuco (MPPE) Eleonora Luna afirma: “[...] além da crise das instituições públicas encarregadas da segurança e justiça que, hodiernamente, repensa a forma de seu atuar, encontra-se o cidadão, a principal vítima dos crimes contra a pessoa e contra o patrimônio” (Dantas, 2003, p.14). Mas, como visto, o “cidadão policial” também é vítima da crise institucional, refletida, sobretudo, na qualidade profissional das pessoas que a integram.

Durante o Encontro Nacional de Direitos Humanos, Segurança Pública, Justiça e Cidadania, realizado, em setembro de 2007, na Assembléia Legislativa do Estado de Pernambuco, o juiz da infância e Juventude do Tribunal de Justiça do referido Estado (TJPE), Dr. Humberto Vasconcelos, destacou que *desde o descobrimento do Brasil, em relação à violência, as pessoas reagem ao invés de agirem* e propõe que para combater as causas é preciso acolher, formar e agir, e isso vale para os que vivem à margem e, também, para as forças de segurança. Noutras palavras, para o juiz Humberto Vasconcelos *as forças de segurança também precisam ser acolhidas, formadas e agirem, em vez de reagirem*.

Lima (1997), ao destacar vários problemas da polícia militar do Estado de Pernambuco, após uma pesquisa de opinião com integrantes da corporação, enfatiza a questão do *mau relacionamento entre os integrantes, na convivência dos quartéis*. Além dos problemas de relacionamento interpessoal nos quartéis, associados, sobretudo, *ao mau uso da hierarquia e da disciplina*, os agentes de segurança pública convivem com inúmeros *conflitos e contradições: muito poder x poder esvaziado; grande autoridade x nadificação; pressão por resultados x despreparo; ser violento x combater a violência; viver no submundo x combater o submundo*. Os conflitos vividos demonstram a *situação de constante pressão emocional*, no dia-a-dia da vida dos profissionais de segurança, o que se exacerba em momentos de envolvimento em ocorrências de grande risco, agravando a perturbação emocional.

Ex-integrante da Polícia Militar do Estado de Pernambuco; sofremos, no corpo e no psiquismo a extrema dor que a instituição inflige à grande maioria de seus membros. Perseguido, acusado de comunista, usurpado nos direitos e vilipendiado nos sonhos, experimentamos, como poucos, o *sofrimento e a falta de apoio que desespera e adocece*.

Filho de um soldado Bombeiro Militar e casado com uma ex-Escrivã de Polícia Civil, além de ex-aluno do Colégio da Polícia Militar, *desde muito cedo conhecemos os sofrimentos dos agentes de segurança pública do Estado*, compreendendo a necessidade de apoio e cuidado psicológico aos mesmos, que se esforçam para defender a sociedade, jurando arriscar a própria vida, sem qualquer reconhecimento institucional e, por vezes, incompreendido e criticado por aqueles a quem defendem.

A partir da graduação em psicologia e das experiências vividas no contexto policial e familiar, antigas inquietações se mostraram cada vez mais pertinentes: *que tipo de suporte psicológico têm os agentes de segurança pública (Policiais Civis, Militares e Bombeiros Militares)? Existe algum preparo psicológico regular, constante? E nos momentos de participação em ocorrências de maior impacto e perturbação emocional, têm algum suporte psicológico? Existem psicólogos nessas instituições? Que tipo de ação profissional esses psicólogos exercem? Como está o ambiente institucional e o que teriam a falar os agentes de segurança pública sobre suas práticas e a relação destas com a saúde emocional?*

Diante do quadro esboçado e partindo de nossa experiência profissional e pessoal surge a idéia de pesquisar, de colocar em movimento as interrogações em torno do seguinte problema: *como tem sido a relação entre psicologia e, mais diretamente, a clínica psicológica e as instituições de segurança pública do estado de Pernambuco e seus agentes?*

Esta interrogação, motivadora da pesquisa, levou-nos a estabelecer como *objetivo geral*: investigar a *segurança emocional* dos agentes de segurança pública, a *ação clínica psicológica oferecida* pelas instituições de segurança pública da Região Metropolitana do Recife-PE e *o modo como esses agentes de segurança (psicólogos e policiais) percebem essa ação no cotidiano e durante o trabalho por eles desenvolvido*.

*Para a consecução do objetivo proposto* foram mapeadas as instituições de segurança que mantêm serviços de atendimento psicológico voltados aos seus membros; avaliadas as demandas que são dirigidas a esses serviços (tipos de pessoas atendidas e queixas apresentadas) e como essas demandas são ouvidas e encaminhadas; foram pesquisadas, também, como as ações psicológicas afetam o trabalho desenvolvido pelos agentes de segurança e como são percebidas pelos mesmos.

*Algumas metas foram estabelecidas pelo pesquisador*: estimular o debate nos órgãos de segurança pública sobre a importância do suporte psicológico; propor o desenvolvimento de ações clínicas psicológicas voltadas aos agentes de segurança pública; possibilitar a ampliação do campo de atuação do psicólogo clínico para outros espaços; e conscientizar as instituições de segurança pública da necessidade de disponibilizar/oferecer suporte psicológico adequado aos referidos agentes, para que

suas ações sejam promotoras de cidadania, aos cidadãos em geral e a si mesmos em particular, através de uma conduta equilibrada emocionalmente e de respeito aos direitos humanos.

A pesquisa pareceu justificar-se, entre outros aspectos: *pela carência de estudos, no Brasil, relacionando segurança pública e ação clínica psicológica* uma vez que a maioria das pesquisas nessa área está no campo da sociologia, do direito, da administração, focando-se em aspectos de logística, informação, inteligência policial, processos de gestão e saúde física; pelas pesquisas no campo do estresse profissional, que colocam a profissão de segurança pública como a mais estressante (Globo Repórter, 27/08/2010); pela violência das forças de segurança em nosso país; pela importância de dados científicos para o planejamento dos gestores; pela experiência pessoal do pesquisador, que vivenciou as demandas por acolhimento e terapia, numa profissão de alto nível de estresse, onde a válvula de escape deste e de outros problemas é a violência contra o cidadão, em ocorrências e mesmo fora delas.

Além do referido, a produção de conhecimento na interface “segurança pública/psicologia” poderá *subsidiar o planejamento, a implantação e o aperfeiçoamento de serviços de suporte e atendimento psicológico às demandas dos agentes de segurança pública e formulação de políticas públicas, com reflexos pessoais, institucionais e sociais.*

*A estrutura de apresentação deste trabalho é composta de cinco capítulos: no primeiro, desenvolvemos a temática da segurança pública, desde sua definição até as características e modo de funcionamento, buscando-se refletir sobre a ação das forças de segurança e o preparo dos agentes envolvidos nessas ações, na intenção de aproximar o leitor de uma área de conhecimento de relevância nodal, no contexto da violência em que vivemos; no segundo capítulo, discorreremos sobre a relação entre segurança pública e adoecimento, enfocando os sofrimentos psíquicos que se manifestam entre os agentes de segurança pública e problematizando as possibilidades e limites de ações clínicas psicológicas em instituições de segurança; a metodologia utilizada, tanto em suas bases teóricas quanto no trabalho de campo, compõem o terceiro capítulo; no quarto capítulo, apresentamos os resultados obtidos e análise e, por fim, algumas reflexões e considerações possibilitadas pela pesquisa.*



# CAPÍTULO 1

“O policial tem que estar bem para estar na rua, pois porta arma e não pode ser violento e desastrado”(Entrevistada Gratificada).

## A SEGURANÇA PÚBLICA:

### 1.1 Por Que Falar em Segurança Pública?

A resposta é uma afirmação inexorável: não há como não falar em *segurança pública*, no mundo contemporâneo; desde a mais moderna e populosa metrópole ao mais atrasado e pouco habitado lugarejo rural. As notícias diárias, nos mais diversos meios de comunicação, e os fatos que acontecem às nossas vistas e, por vezes, nos atingem diretamente, corroboram nossa afirmação. Do terrorismo internacional, emblemático na derrubada das torres gêmeas, nos EUA, em 11 de setembro de 2001, à diuturna guerra entre polícia e traficantes em vários países, inclusive no Brasil, sobretudo nas grandes metrópoles, sem esquecer do Estado de Pernambuco e da Região Metropolitana do Recife, demonstram que *a sociedade vive numa espécie de “corredor polonês”*, onde, *a qualquer momento, qualquer um pode deparar-se com a (in)segurança pública*.

Paulo César Endo, citado por Patto (2009), afirma que, no Brasil, experimentamos uma vivência crítica e paradoxal: se, de um lado, nas últimas décadas testemunhamos a consolidação das instituições democráticas, a afirmação de direitos civis e humanos, a proliferação de organizações governamentais e não-governamentais na fiscalização e implementação de políticas públicas voltadas às camadas pauperizadas da sociedade brasileira, a tão aguardada chegada das esquerdas ao poder em todos os níveis (municipal, estadual e federal), uma incipiente, mas importante produção de dados fidedignos sobre as violências no país; de outro lado, com igual vigor, experimentamos o crescimento vertiginoso do desrespeito a esses mesmos direitos civis conquistados, caracterizando o que se denomina de *“não-estado de direito”*.

Não obstante concordarmos com as afirmações de Paulo César Endo, julgamos pertinente questionar se a dita “*chegada da esquerda ao poder no Brasil*” não seria melhor traduzida como “*a chegada do processo de redemocratização*”. Além disso, indagamos até que ponto o Partido dos Trabalhadores é, de fato, um partido de esquerda, considerando-se sua prática no poder e a observação feita por um dos líderes do partido, José Dirceu, durante a recente campanha que elegeu Dilma Rousseff, de que a referida sucessão, com a vitória da referida candidata, colocaria o partido no poder, pois o presidente Lula se tornara maior que o partido.

Nossa *democracia*, segundo o autor, tem sido *não inclusiva e segregacionista* e a tortura que antes visava o corpo dos militantes, hoje visa preferencialmente o corpo do pobre. Este é quem mais morre na escalada de homicídios de civis contra civis e de policiais contra civis. E podemos acrescentar como mostra o filme “Tropa de Elite I”, de policiais contra policiais.

Para Paulo César Endo, há uma dependência entrópica entre os cidadãos inseguros e as ofertas privadas de segurança que emitem uma mensagem repetível que atesta a *falência dos poderes públicos diante do dever de proteger as cidades e os cidadãos*.

Condomínios fechados, blindagens em automóveis, seguranças privadas, sofisticados sistemas de alarmes fazem parte de uma indústria promissora e lucrativa que depende e se beneficia da escalada da criminalidade e da sensação de insegurança. Em nossa percepção, o contexto esboçado pelo autor é válido para as Regiões Metropolitanas de todo país onde por mais paradoxal que pareça agentes de segurança pública das altas patentes são proprietários de empresas de segurança privada. Lembramos que até a década de 1980 a Polícia Militar de Pernambuco era mais ostensiva e nós mesmos comandávamos diversas duplas de policiais militares que faziam a segurança pública fardada e a pé, nas ruas do Centro do Recife. À medida que o alto escalão foi criando empresas de segurança privada, o modelo de policiamento foi mudando: os policiais passaram a ficar enclausurados em postos policiais fixos ou em viaturas. Quando a população precisa, o policial não pode sair do posto e a viatura demora a chegar.

Toques de recolher nos morros e periferias, o comando violento e capitalista do tráfico, a enorme oferta de armas de pequeno e grande porte nas mãos de qualquer cidadão e o crescimento dos delitos conduzem a que qualquer conflito na cidade tenha um desfecho perigoso e, muitas vezes, letal.

Para Ciarallo e Nascimento (2009), a criminalidade expressa uma forma de organização social. Para respaldarem a afirmação ressaltam dados do Ministério da Justiça de 2004/2005, indicando que a criminalidade se concentra em furtos, roubos e crimes violentos contra o patrimônio. Um cenário coerente com a desigualdade socioeconômica sustentada por uma forma de organização em torno do consumo e da propriedade. Vale ressaltar que *a citada visão da criminalidade sob o prisma da organização social resultante do modo de produção capitalista é uma das possibilidades de análise do tema, entre outras possíveis.*

Segundo as autoras, é notória a construção de uma “*cultura do medo*” que se impõe aos processos de sociabilidade, em especial na construção e na manutenção de estereótipos, ao demarcar espaços, corpos, classes como focos de vigilância e controle social em nome da ordem pública.

No enfrentamento desta “*cultura do medo*”, as autoras propõem o *fortalecimento da participação social* nos conselhos comunitários, uma maior participação da comunidade em seus problemas locais, no fortalecimento da rede social, na propagação de vivências exitosas, na descaracterização do aparelho repressivo do Estado como instância única no controle ou resolução de conflitos, bem como o acompanhamento das ações governamentais e, indo um pouco além, à proposição conjunta de políticas públicas.

Então, falar de segurança pública não só é inevitável, mas, sobretudo, imprescindível, pois somente destacando o tema poderemos dar a ele a visibilidade necessária para implantação e implementação das mudanças tão reclamadas pela sociedade e pelos próprios agentes de segurança pública.

## 1.2 Segurança Pública: O Conceito, A Política, A Polícia:

Barbosa (1999) relaciona segurança com civilização política e liberdade:

“A civilização Política é liberdade. Mas a liberdade [...] não é senão a segurança: a segurança da vida, da pessoa, dos bens. Para um saxon de raça, ser civilizado é ser livre. Ser livre é estar seguro de não ser atacado em sua pessoa, em sua vida, em seus bens, por ter opiniões desagradáveis ao Governo. A liberdade que não significa isso é liberdade de comédia. A primeira e a última palavra da civilização é a segurança individual”.

Para o célebre Rui Barbosa, Estado, como organização política de uma sociedade juridicamente estruturada e representante maior do poder em seu território, tem responsabilidade para com a segurança individual e coletiva, pois uma não se dissocia da outra. Para tanto, estabelece políticas e instituições destinadas a esse propósito.

Nesse sentido, falar em *segurança pública* exige refletir sobre a relação entre a administração pública e os indivíduos (administrados). De um lado está a autoridade, da administração; e do outro, os indivíduos e suas liberdades individuais. Nem sempre os interesses de cada um desses pólos são harmônicos.

Di Pietro (2002) ensina que existe um *campo de tensão entre o cidadão* que quer exercer plenamente seus direitos (e até, muitas vezes, extrapolar, em nosso entendimento), *e a administração* com a incumbência de condicionar o exercício dos direitos individuais aos direitos ligados ao bem-estar coletivo. Para a autora, a administração pública, fundamentando-se no princípio da preponderância do interesse público sobre o particular e em sua supremacia em relação aos administrados, uma decorrência do referido princípio, detém o chamado “poder de polícia” como forma de impor o bem coletivo.

O “*poder de polícia*” pode ser entendido como um poder que permite a vida na “polis” (cidade), onde o bem coletivo precisa estar acima do individual. *Uma dimensão essencial da vida coletiva é a segurança ou, melhor dizendo, a segurança pública, a segurança da coletividade*, que, obviamente, vale-se do “poder de polícia” da administração para cumprir sua missão.

A palavra “*segurança*” deriva de “*seguro*”, cuja etimologia vem do latim “*securus*” que significa livre de perigo, livre de risco, protegido, garantido. Então, segurança é a característica ou propriedade daquilo ou daquele de está livre de perigo, livre de risco, protegido, garantido. O segundo termo do conceito “segurança pública”, a palavra “*Pública*”, tem sua etimologia também no latim “*publicus*”, traduzido por povo, coletividade. Portanto, a idéia que emana da expressão “*segurança pública*” diz respeito à *segurança do povo, da coletividade; a colocar o povo, a sociedade, livre de perigo, livre de risco, protegido (a), garantido (a)*.

Mas a expressão “Segurança Pública” também pode ser usada em oposição à “segurança privada”; sendo esta última voltada não para o povo, para a coletividade, mas para pessoas ou grupos em particular. Também é possível falar em “segurança pública” como uma “área ou setor do poder Executivo” e como uma das Políticas Públicas do Estado, nas esferas federal, estadual e municipal.

Refletindo sobre a segurança pública na dimensão política é importante observar que, segundo Frey (2000):

Políticas Públicas são [ ] um conjunto de diretrizes impressas à ação coletiva visando alcançar metas determinadas como sejam o desenvolvimento econômico, a redução das desigualdades sociais, a promoção dos direitos ou o *controle legal da ordem pública*. Podem ter origem em iniciativas da sociedade civil organizada, em planos de ação governamental ou combinar parcelas entre ambas as dimensões da ação coletiva.

O autor chama a atenção que esse conjunto articulado de diretrizes não pode constar apenas no papel, mas deve se realizar na prática. Toda política pública é composta por três fases: formulação, implementação e avaliação. Na primeira, diante da percepção de uma necessidade de interesse coletivo, autoridades e técnicos da área elaboram um projeto, com objetivos gerais, específicos, metas, cronograma, critérios de avaliação, custos, fontes de recursos, pessoas necessárias para a execução; na segunda fase, o projeto ou a política é posta em prática, sai do papel e, por fim, ao longo do seu desenvolvimento, vai sendo corrigido e ajustado.

Ainda com respeito à *política de segurança pública*, para Silva (1998) ela é a *garantia que o Estado oferece aos cidadãos, por meio de organizações próprias, contra*

*todo o perigo que possa afetar a ordem em prejuízo da vida, da liberdade e dos outros direitos dos cidadãos. É a essência da missão policial e deriva do campo jurídico.*

Na mesma direção Zaverucha (2009) afirma que a “Segurança Pública” é uma das “políticas públicas” que o estado precisa implementar. *Esta política é o braço penal da sociedade e tem na polícia um tipo particular de instituição que usa a força.* As instituições de segurança pública integram uma teia de instituições (família, igreja, trabalho) encarregadas de manter o controle social sobre o indivíduo e/ou grupo.

*No Brasil é comum pensar e implementar Políticas Públicas sem a participação dos interessados, sem a participação da sociedade civil.* Na segurança pública não é diferente, mesmo porque, via de regra, as *instituições de segurança são fechadas, isoladas da sociedade e mesmo os agentes de segurança pública dos escalões mais baixos não participam dos planejamentos*, restando-lhes a execução das tarefas mais árduas. Muitas vezes, ouvimos policiais militares dizerem “eu não sou pai dessa criança”, referindo-se à falta de vínculo com o trabalho a ser executado, na medida em que não foram consultados, sendo inclusive impedidos de emitirem opiniões quando se encorajam para isso.

No primeiro governo Lula (2002 a 2006) a participação popular começou a tomar maior fôlego no campo da segurança pública, com a criação dos “*conselhos de segurança pública*”, em todos os níveis, inclusive no municipal. Também é nesse primeiro mandato do presidente Lula que se editou o PRONASCI (Programa Nacional de Segurança com Cidadania), com ações de prevenção, controle e repressão da violência, com foco voltado às raízes sócio culturais do crime. A proposta do PRONASCI se integra às diretrizes do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP), que articula União, Estados e Municípios na atuação sobre o crime, em busca de sua redução e de seu controle.

Outro conceito fundamental a definir, no campo da “segurança pública”, é “*Polícia*”. Sua etimologia vem do grego “*Politéia*” e do latim “*Politia*” e tanto define o conjunto de leis e regras impostas ao cidadão com o propósito de assegurar a moral, a ordem e a segurança públicas; quanto define a corporação que reúne os órgãos e instituições encarregados de fazer respeitar as leis e regras e reprimir e perseguir o crime. Também possui o sentido de boa ordem, disciplina, ordem.

Silva (2000) afirma que *a função policial, em si, tem as mais altas e longínquas origens, aparecendo descrições nas mais primitivas civilizações da humanidade*, como os egípcios e os hebreus. *Menés, um dos primeiros Faraós egípcios, muito antes de Aristóteles, já declara ser a polícia o principal e maior bem de um povo*. Soberano de experiência pública avançada construiu um código para dirigir cidades e juízes e fez senso para saber nome, profissão e de onde vinha o sustento dos seus súditos. Quando comprovava que alguém vivia do mau comércio a pena era de morte. Segundo o autor (op.cit), os hebreus, desde sua entrada no deserto, quando do êxodo do Egito, destacaram pessoas encarregadas do policiamento dos víveres e dos súditos de cada uma das doze tribos. Já estabelecidos na terra prometida, para melhor policiar a cidade de Jerusalém, que se desenvolvia, dividiram a cidade em quatro partes, de onde veio a denominação quarteirão, e confiaram a vigilância de cada uma dessas partes a um “*intendente de polícia*”, denominado “*Sar Pelek*”, o que corresponde a um inspetor de quarteirão.

Acrescenta, ainda, Silva que Atenas, capital da Grécia, apresentava quatro jurisdições criminais: 1. *Assembléia do povo*: com senadores (Gerontes) e Magistrados Populares (Éforos), que atuavam nos crimes mais graves; 2. *Aerópago*: assembléia com, no máximo, 51 magistrados, que atuavam nos crimes em geral e mais tarde nos crimes de morte; 3. *Efetas*: assembléia com juízes escolhidos pelo senado, para julgar crimes menores e 4. *Heliastas*, para atuarem na jurisdição comum. *O “intendente de polícia” correspondia ao prefeito da cidade, sendo responsável pela “ordem pública” e pela observância das chamadas “leis policiais”*. Em cada bairro, em seu nome, atuava um “*nomofulaxe*” (defensor de leis), nomeado pelos *arcontes* (magistrados) e auxiliado pelos “*curadores*”. Os chamados *Ébrios* garantiam as residências desses. *O exercício da função policial era das mais altas dignidades e foi exercida por Platão, Aristóteles, Demóstones, Epaminondas, Plutarco* (Arquivos da Polícia Civil, volume XLIV, 1996, Academia de Polícia, São Paulo, p.220). O modelo parece superior ao atual.

O mesmo autor, a partir do exame do Direito Romano, afirma que a organização policial já existia, antes do término da história antiga, atuando no equilíbrio dos círculos sociais desse poderoso centro administrativo do mundo de então. *A princípio era uma polícia popular, exercida por qualquer elemento do povo, sem formalidade alguma; mas logo se percebeu que isso não beneficiava a coletividade, não sendo proteção aos*

perigos que dia-a-dia aumentavam. *No reinado de Augusto César a polícia se organizou com princípios mais sólidos e satisfatórios.* Ele substituiu os “triúnviros” (magistrados romanos que, com mais dois colegas, encarregava-se de parte da administração pública) pelos “profectus vigilum” (chefe de vigilância), com funções de polícia preventiva e repressiva dos incêndios, dos escravos fugitivos, dos furtos, dos roubos, da vadiagem, dos ladrões habituais ou reincidentes, ou seja, das classes perigosas.

Em sua retrospectiva histórica, Silva (op.cit.), ressalta que *a França foi o primeiro país a introduzir na sua linguagem jurídica, no século XIV, a palavra polícia.* Em 1791, ocorre a Declaração universal dos direitos do homem e do cidadão e, no mesmo ano, a Assembléia nacional francesa assumiu a missão de polícia: “considerada em suas relações com a segurança pública, a polícia deve preceder à ação da justiça; a vigilância deve ser o seu principal caráter; e a sociedade considerada em massa, o objetivo essencial da solicitude”. Em 1794, a polícia é subdividida em Administrativa e judiciária. Os artigos 19 e 20 do chamado Código de Brumário (ano IV da República francesa), preceituavam:

*A polícia administrativa tem por objeto a manutenção habitual da ordem pública, em cada lugar e em cada divisão da administração geral. Seu fim principal é o de prevenir delitos, fazer executar as leis, ordens e regulamentos de ordem pública vigentes. “À polícia judiciária cabe a investigação dos crimes, delitos e contravenções que a polícia administrativa não conseguiu impedir, a produção de provas e a apresentação dos criminosos aos tribunais encarregados da punição”.*

Saindo do contexto histórico mundial e refletindo sobre a polícia no Brasil não podemos deixar de considerar a trajetória das nossas Forças Armadas e, em particular, do Exército brasileiro, ao qual as polícias estão historicamente ligadas. Santos (1997), abordando a influência escravista no regulamento disciplinar das forças armadas e, mais especificamente do Exército, afirma que os “castigos” impostos aos escravos a título de disciplina eram públicos, conforme dispunha o Código Penal de 1830. Os senhores de engenho, para manter a disciplina e obediência que julgavam devidas pelos escravos negros usavam três “pês”: pau, pão e pano (os escravos apanhavam, ficavam sem comida e sem roupa). Os casos mais graves eram punidos com mutilação ou perna de morte. Essa violência se transfere para os regulamentos militares e das polícias.

Não é por acaso que o Alferes (Suboficial) *Joaquim José da Silva Xavier (Tiradentes)*, conhecido como o “mártir da Inconfidência Mineira”, Patrono das *Polícias Militares brasileiras*, foi condenado por tentar separar a colônia brasileira da metrópole portuguesa, que a cada ano cobrava mais impostos dos nativos. *Recebeu a pena de morte, sendo executado, por enforcamento, em 21 de abril de 1792, decapitado, esquartejado, as partes de seu corpo espalhadas pala cidade de Vila Rica, Minas Gerais, para servir de exemplo, e seus descendentes declarados infames até a quarta geração.* Outro exemplo da crueldade dos regulamentos militares eram os açoites de marinheiros pela Marinha do Brasil, chicoteados em público, em razão de transgressões do regulamento, que aconteceram no país até 1910. *Revoltados com a crueldade de que eram vítimas, os marinheiros liderados por João Cândido, amotinaram-se a bordo de quatro navios, no porto do Rio de Janeiro, de 22 para 23 de novembro de 1910, reivindicando o fim do “castigo da chibata”, num episódio conhecido como “Revolta das chibatas”.*

*No Brasil do período colonial, influenciado pela cultura escravista e pelo Exército da metrópole (Portugal), as penas aplicadas aos soldados eram também muito severas, incluindo castigos corporais e suplícios semelhantes aos dos escravos.* O problema era tão grave que, em 1861, Duque de Caxias, ao assumir o Ministério da Guerra, reconheceu a necessidade de coibir os processos arbitrários de castigo aos soldados. A lei 2.556, de 26.09.1874 aboliu os castigos físicos aos soldados, mas apenas no texto legal, pois na realidade eles continuavam e já no ano seguinte, em 08.03.1875, o regulamento disciplinar do exército, criado pelo decreto 5884 retornou o uso da violência física e, por incrível que pareça, o decreto 328, escrito por Rui Barbosa, instituiu uma “companhia correicional”, para punir os militares de baixa patente indisciplinados. Esse decreto previa, para as faltas leves, prisão e ferro na solitária, a pão e água; e para as faltas graves, 25 chibatadas. A parcialidade que sempre existiu no meio militar, desde aquela época, só destinava medida punitiva aos militares de patente inferior.

Como já dito, o militarismo era extensão da sociedade escravocrata e os postos superiores eram reservados aos nobres. Os oficiais do Exército brasileiro vinham de suas classes sociais antagônicas: a alta aristocracia ou os filhos de militares e funcionários civis e pequenos proprietários de terra. Os oficiais oriundos da aristocracia

eram chamados de científicos e chegavam aos últimos postos do Exército; já os outros, chamados de tarimbeiros, chegavam, no máximo, ao posto de capitão. Nas forças militares do Estado de Pernambuco também existem duas categorias de oficiais: uma que chega ao posto de coronel e outra que só no governo de Eduardo Campos conseguiu chegar a major, pois antes só chegava ao posto de capitão.

Durante a guerra do Paraguai, de acordo com Santos (op cit.), pela escassez de soldados a burguesia criou o corpo de “voluntários da pátria” e, eximindo-se da obrigação de defender a pátria, mantinham a aparência de sentimento pátrio oferecendo até dez escravos em substituição a cada burguês. Contudo, os escravos enviados eram os de má conduta que os senhores queriam ver-se livres. Para assegurar a disciplina, o regulamento tinha que ser forte e essa herança de um regulamento forte para com o seguimento subalterno, passou para as polícias militares do Brasil, que constituem a massa mais significativa, em termos numéricos, dos agentes de segurança pública, sendo ainda hoje elemento de sofrimento e danos emocionais. A violência policial e as mazelas do regulamento disciplinar têm explicação, em parte, nos aspectos referidos.

Discute-se, na literatura, os conceitos de “polícia administrativa”, “polícia de segurança” e “polícia judiciária”. As definições não são muito claras. A polícia administrativa, “lato sensu”, é estranha à alçada criminal (não se liga diretamente à segurança pública, atuando em espaços restritos). *No “stricto sensu” integra a segurança pública propriamente dita, sendo denominada de polícia preventiva, agindo na prevenção delitos e mantendo a ordem (é representada pela polícia militar). A polícia judiciária, também chamada de polícia civil, ligada à alçada criminal e destinada a investigar delitos para subsidiar, pelo inquérito policial, o julgamento pelo juiz, mas acaba exercendo atividades de polícia administrativa e de polícia repressiva (polícia ostensiva fardada, que no caso brasileiro denomina-se polícia militar). A polícia de segurança deve ser vista como um todo e por isso o esquema apresentado é superficial.*

Para Di Pietro (2002) existem duas categorias de polícia: a administrativa (de ação preventiva, inibitória) e a judiciária (de ação repressiva, punitiva).

Como lembra Cerqueira (1998), citado por Zaverucha (2009), quando a polícia militar atende uma ocorrência envolvendo crime, preserva o local, apura os envolvidos,

ouve vítimas e testemunhas, está atuando como polícia judiciária. Do mesmo modo, quando a polícia civil controla identificação de pessoas age como polícia preventiva. Tanto a polícia civil quanto a polícia militar têm divisões anti-sequestro, cada uma reclamando para si a competência de atuação. No caso de um sequestro com reféns, num ônibus urbano com reféns, a quem compete negociar com o seqüestrador? À polícia civil, pois o crime já ocorreu? Ou à polícia militar que, por atuar nas ruas, primeiro chegou ao local da ocorrência e participou da perseguição ao bandido? Se um policial militar for informado que determinada pessoa é autora de um crime ocorrido dias atrás não poderá agir coercitivamente de imediato (pois não há flagrante, nem ordem judicial). Terá que comunicar à polícia judiciária, que poderá intimar a pessoa a depor.

As duas polícias também possuem divisões de narcotráfico e novamente a confusão de papéis se evidencia. A título de exemplo, vale lembrar o recente episódio, ocorrido em 05 de janeiro de 2011, em que o Agente da Polícia Federal Jorge Washington Cavalcanti de Albuquerque foi morto a tiros e seu companheiro de operação, o também policial federal Silvio Romero Moury Fernandes dos Santos, foi baleado por policiais civis do estado de Pernambuco. Os policiais federais que já haviam prendido o traficante Wagner Alves do Nascimento com 17,4 Kg de pasta base de cocaína e foram até o local onde o receptor estaria esperando para prendê-lo. No local foram interceptados por policiais civis num veículo sem identificação que, de acordo com o taxista que conduzia os policiais federais já chegaram atirando, sem se identificar, provocando a troca de tiros. Segundo o Diário de Pernambuco (06/01/2011), o Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Delegado Federal Wilson Damásio, admitiu ter havido falha de comunicação. Já o presidente do sindicato dos Policiais Civis (Sinpol), Cláudio Marinho, denunciou o afastamento dos policiais civis envolvidos, sem julgamento ou defesa (Diário de Pernambuco, 07/01/2011). O mesmo policial sindicalista afirma que a situação pode voltar a ocorrer, pois as delegacias trabalham com núcleos de inteligência independentes.

O relato acima fala por si: se nem as equipes de inteligência se comunicam o que dizer dos demais departamentos das polícias. Um policial morto e outro ferido, um receptor solto, armas e munições do Estado usadas para atingir o próprio Estado, punições antecipadas de policiais, sem apuração e direito de defesa, sem falar em outros

detalhes que só a investigação poderá esclarecer. Não resta outra conclusão senão que um dos fatores de sofrimento para os agentes de segurança pública são as próprias instituições onde trabalham e seus chefes despreparados para a cidadania.

Diante de tantos problemas é de se perguntar: *existe uma estrutura legal organizando a segurança pública? Se existem o que dizem esses diplomas legais?*

A vigente Constituição da República Federativa do Brasil (de 05/10/1988), em seu título V, trata da “defesa do Estado e das instituições democráticas” e o capítulo III do referido título é denominado “*Da segurança Pública*”. O artigo 144 do mencionado capítulo afirma: “*A segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, através dos seguintes órgãos: I. Polícia Federal; II. Polícia Rodoviária Federal, III. Polícia Ferroviária Federal; IV. Polícias Civis; V. Polícias Militares e Corpo de Bombeiros Militares*”.

Considerando que esta dissertação está direcionada às instituições de segurança pública do Estado de Pernambuco, destacamos o tratamento dado pela Constituição Federal às Polícias Civil e Militar e ao Corpo de Bombeiros Militar:

*“As polícias civis, dirigidas por delegados de polícia de carreira, incumbem, ressalvadas a competência da união, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares”* (Art. 144, § 4º CF-88).

*“As polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública; aos corpos de bombeiros militares, além das atribuições definidas em lei, incumbe a execução de atividades de defesa civil”* (Art. 144, § 5º CF-88).

*“As polícias militares e corpo de bombeiros militares, forças auxiliares e reserva do exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios”* (Art. 144, § 6º CF-88).

Para Zaverucha (2009,) a expressão “Polícia Civil” é um pleonismo, pois doutrinariamente a polícia, como órgão incumbido de prevenir a ocorrência de infração penal e reprimir as que não conseguiu evitar, é uma instituição de caráter civil. Não há necessidade, portanto, de acrescentar a palavra “civil” ao substantivo “polícia”. Em nosso entendimento, enquanto o Estado de Pernambuco não atingir um nível de

coragem política capaz de desmilitarizar sua polícia militar, o termo terá que ser usado para distinguir uma polícia da outra, não obstante a incoerência apontada pelo autor.

O mesmo autor afirma que a expressão “Polícia Militar” é um oxímoro (um paradoxo), uma contradição. No mundo democrático não há, segundo Zaverucha, polícias denominadas civil e militar, pois a investidura é sempre civil.

Sobre os conceitos “Segurança Pública” e “Criminalidade” Ciarallo e Nascimento (2009) mostram que os textos midiáticos sobre segurança pública são limitados a apresentar a dimensão dos crimes e delitos, atuação da polícia e a violência, as motivações e identificações de grupos vulneráveis expostos e também causadores dos diversos tipos de delitos (homicídio, assalto, roubo, estupro, violência física, tráfico, entre outros). Comovida, a sociedade cobra o combate à criminalidade. Mas segurança pública não é só combater a criminalidade ou aumentar o número de policiais efetivos nas vias públicas.

Para as autoras, insegurança e criminalidade não são sinônimos, mas processos transversais de construção de uma realidade: o primeiro, *a insegurança, traduz a sensação* típica de uma forma de sociedade individualista, por vezes cética, que privilegia a resolução burocratizada ou “miliciada” de conflitos, em detrimento do diálogo e da análise de cenários; o segundo, *a criminalidade, trata da judicialização da vida cotidiana, ao caracterizar e restringir o fenômeno da violência à transgressão do que está positivado nos códigos legais.*

### **1.3 Segurança Pública: Origem, Desenvolvimento, Características e Mitos:**

Segundo Goldstein (2003), *o policiamento norteamericano surgiu, no final dos anos 1960, como a maior instituição social e política que dava forma às expectativas públicas a respeito das causas do crime e respectiva resposta governamental.* A maior parte do novo poder político e social do policiamento estava diretamente relacionado à revolta urbana do final dos anos 1960 e aos diversos relatórios governamentais que examinam os distúrbios sociais e a resposta da polícia.

*É no contexto de aumento de crimes violentos, de forma contínua e em larga escala, de aumento do medo e de pressão sobre a polícia, no período de 1960 a 1969,*

nos EUA, que a “segurança pública” começa a se desenvolver. Segundo o autor, levantes como o de Watt, no verão de 1965, marcaram o começo de um período de agitações urbanas, em todo o território norteamericano, contra todos os tipos de problemas e injustiças, conflitos raciais, terrorismo e questionamento da legalidade das práticas policiais.

Nesse ambiente, crescem as reclamações contra condutas individuais de policiais e o número de ações civis contra eles. Além das críticas vindas de fora, surge também uma crescente militância nos próprios policiais, gerando a formação de sindicatos e propositura de ações judiciais coletivas e individuais de agentes policiais lutando por seus direitos. A atmosfera, segundo Goldstein (op.cit.), era de tensão e crise contínuas e a maior preocupação, por vezes, era sobreviver. A onipotência ostentada pela polícia foi de pouco valor nesse momento de crise.

O autor afirma que a polícia e o trabalho policial têm sido assunto de interesse acadêmico e debate público, na sociedade norteamericana, obviamente, apenas a partir dos anos 1980, sendo tal interesse o aspecto mais visível da reação da sociedade ao crime e à desobediência às leis.

O controle social por meio do policiamento, como consequência, foi incorporado à visão do mundo público em geral e, também, de modo mais cuidadoso, aceito pelos cidadãos e pelos intelectuais. Durante esse mesmo período, a ocupação policial ganha status social, prestígio e postura profissional em relação às outras ocupações, na força de trabalho, melhorando, inclusive, no âmbito do trabalho policial. *A administração policial se tornou assunto dominante no período compreendido entre os últimos anos da década de 1930 até os anos 1960*, concebida pelos primeiros reformadores como Volmer, Fosdick e Smith, e colocada em prática por administradores da reforma, como Parker, em Los Angeles, e Wilson, em Chicago. Segundo Bittner (1970), citado por Goldstein (2003), August Vollmer é considerado o iniciador do modelo conhecido como “profissionalização da polícia”.

Para Goldstein (op.cit), o interesse público no aprimoramento das operações policiais conduz a que agentes de segurança e cidadãos confiem em desenvolver, nos EUA, um modelo de departamento policial “perfeito”, denominado “*modelo profissional*”. August Vollmer, Bruce Smith, O.W.Wilson e administradores policiais

que seguiram essa meta foram os pioneiros nessa concepção que é baseada na manutenção do compromisso firmado nos primórdios da história do policiamento nos EUA, de criar órgãos policiais segundo linhas militares, e no acordo firmado no início do século XX para isolar a administração policial das influências político-partidárias.

O “*modelo profissional*”, segundo o autor (op.cit), *ênfatisa a eficiência operacional* conquistada a partir de um controle centralizado, linhas nítidas de organização, melhor e mais efetiva utilização dos agentes policiais, maior mobilidade, intensificação dos treinamentos e crescente uso de equipamentos e tecnologia. Desde a década de 1950, isso tem sido observado e a polícia de Los Angeles tem sido referida como tipificação desse modelo. *No início dos anos 1960, diz Goldstein, o modelo tem como avanços o aprimoramento da tecnologia* (radiocomunicação, computador, aprimoramento dos sistemas de registros). Mas nem todos os departamentos da polícia norte-americana tinham seguido esse modelo.

De 1964 a 1970, quatro comissões presidenciais foram criadas nos EUA para analisar os problemas relativos à polícia e em 1971 foi criada a comissão consultiva nacional para padrões e metas da justiça criminal. As quatro comissões referidas eram: 1. Comissão de aplicação da lei e administração da justiça; 2. Comissão consultiva nacional para desordens civis; 3. Comissão nacional sobre causas e prevenção da violência e 4. Comissão nacional para a agitação universitária.

Cada uma dessas comissões, em seu campo específico de atuação, enfatizou a importância do trabalho policial, documentou a necessidade de mudanças e ofereceu programas de trabalho para aprimorar o funcionamento policial. Como sugestões são indicadas: a necessidade da utilização mais efetiva de equipe policial e a exigência de formação superior para a polícia; treinamento específico para os distúrbios raciais e políticos; a necessidade de uma polícia mais humanitária; de ampliação das relações com a comunidade e a comunicação entre policiais e moradores, bem como a necessidade de recrutar para as forças policiais pessoas de grupos minoritários.

*Respondendo por que o “modelo profissional” não deu o resultado esperado, Goldstein (op.cit) refere que “ergueu-se a superestrutura sem pensar nas fundações”. O modelo de reforma no policiamento foi focado, quase exclusivamente, na melhoria da estrutura policial (organização, pessoal, equipamentos e coisas assim), sem se dar*

*atenção a alguns problemas mais sérios e básicos: a ambigüidade que cerca a atividade policial e os numerosos conflitos e contradições inerentes à operação da polícia.*

De acordo com este autor, tem-se constatado que, às vezes, agências de segurança mais modernizadas têm mais dificuldade de lidar com distúrbios e agitações que as agências tradicionais e que o “modelo profissional” tem produzido policias extremamente impessoais. Além disso, o chamado policiamento comunitário transformou-se em relações públicas, acrescentando-se, ainda, a ausência de lideranças mais fortes e melhor estruturadas e articuladas e a dificuldade dos administradores lidarem com maus procedimentos e corrupção. Para ele, *o mito, perpetuado pela própria polícia, de que as atribuições básicas de polícia são prevenir o crime e prender criminosos, levou a recrutar pessoas com características necessárias a lidar com criminosos, mas sem habilitação para inúmeras outras atribuições da polícia.*

Mas a era administrativa preparou o caminho para as preocupações atuais com a produtividade e a eficiência da polícia.

Já em relação à *Segurança Pública no Brasil*, Ciarallo & Nascimento (2009) constata uma história recente de proximidade constitutiva com elementos repressivos, elementos esses extraídos da “doutrina da segurança nacional” e incorporados às práticas policiais durante o regime militar, vigente no Brasil entre 1964 e 1984, norteando as políticas penais e de segurança pública, desde então.

Para corroborar a afirmação, as autoras citam Maria Tereza Nobre:

[...] a violência do regime militar, que se apresentava na doutrina de segurança nacional e justificava a necessidade de ação das Forças Armadas junto ao “inimigo interno”, — naquela época, identificado como “os subversivos” —, deslocou-se agora para o combate a criminosos de todo tipo, identificados indiscriminadamente como “os traficantes”, que incluem como outrora, “suspeitos” em larga escala, hoje representados por pobres favelados, negros e população de rua, inclusive crianças (2004, p.139).

A despeito da democratização instalada no país depois de 1984, as autoras afirmam que tais práticas permaneceram no enfrentamento da criminalidade, sob o discurso da tranquilidade e do zelo aos costumes que regulariam uma fraterna convivência social. Para elas, muitos planejamentos estratégicos estaduais ou

municipais trazem temas como segurança pública, violência doméstica, política de assistência social, grupos vulneráveis, educação, juventude, saúde, movimentos humanos, igualdade racial tratados de forma separada, embora complementares e interinfluentes, no plano de intervenção da segurança pública.

Em 1903, pelo Decreto 4.762, de 05.02.1903, foi criada a Guarda Civil, atual Polícia Civil, passando a existirem as duas polícias (a Militar e a Civil). Antes do advento do regime militar (1964-1985) as Polícias Militares tinham um papel secundário nas questões da segurança pública, ficando aquarteladas nas principais capitais do País. Não lhes cabia o patrulhamento das ruas. As “Polícias não-Militares” tinham o papel primordial, cabendo-lhes a missão de polícia ostensiva (incluindo trânsito e segurança de autoridades) e o de polícia investigativa e o delegado de polícia era investido de função jurisdicional, realizando instrução criminal em processos sumários.

*Sobretudo a partir de 1969, no auge da ditadura militar, há uma reversão nas funções das polícias. As polícias militares saíram do aquartelamento e foram lançadas nas ruas com o objetivo de fazer o papel do policiamento ostensivo e a manutenção da ordem pública, incluindo o controle do trânsito. O delegado de polícia perdeu a prerrogativa de realizar instruções em processos criminais sumários.* Nesse mesmo ano, o governo federal extinguiu as guardas civis do Brasil, pelo Decreto-Lei federal 1.072, de 30.12.1969, passando suas atribuições para as polícias militares. A polícia civil uniformizada (parte da guarda civil que usava uniforme) deixou de existir e as polícias militares foram subordinadas ao Exército, através da Inspeção Geral das polícias militares (IGPM). Então, passam a responder isoladamente pelo policiamento preventivo e ostensivo (Mariano, 2000, citado por Zaverucha, 2009). Foi, portanto, o regime militar que lançou as policiais militares no combate à guerrilha urbana (Zaverucha, 2009), por serem mais confiáveis aos olhos do poder militar que dominava o Brasil.

Os Decretos 667, de 02.07.1969 e 88.777, de 30.09.1969 regularam a situação das polícias militares, integrando seus sistemas de informação aos do exército. O regulamento disciplinar das polícias militares e corpo de bombeiros militares são cópias do regulamento do exército, e até o Código Penal Militar e de Processo Penal Militar

passam a ser aplicadas às polícias militares. As polícias militares ficaram, e ainda estão, atreladas aos planos de defesa interna e territorial do Exército.

Ocorrendo subversão da ordem, as polícias militares passam ao controle do exército, através das regiões militares, com base no respectivo Estado-Membro.

A segurança pública almeja um Estado “antidelitual”, onde impere o respeito às normas legais e aos costumes. Ao se falar em prevenção de delitos, a presença policial, sobretudo a ostensiva, logo é lembrada, acreditando-se que suas ações possam minimizar atos delituosos. Tal crença toma um sentido especial após o programa “tolerância zero”, posto em prática na cidade de Nova York (Kelling & Coles, 1996, Bratton, 1998, citados por Zaverucha, 2009), com significativas conquistas na prevenção da violência, durante a gestão do prefeito Rudolf Juliane (nos EUA a segurança pública é responsabilidade do município).

*A função da segurança pública está demarcada na própria expressão, ou seja, dar segurança, proteger, resguardar, manter a salvo de agressões, de violações o campo social definido como público (do povo, da coletividade). Realiza isto com o objetivo de garantir a preponderância do interesse coletivo sobre o individual, o que é fundamental para a existência do próprio Estado, que, aliás, surge com esse propósito, mesmo porque o homem tende a ser lobo do próprio homem.*

Para exercer sua função e realizar seus objetivos a área da segurança pública é estruturada em termos legais, cabendo à lei definir competências, instâncias de poder e órgãos de execução das tarefas de segurança pública. No caso brasileiro, onde as forças armadas são legalmente responsáveis pela defesa da federação de agressões externas, não lhe cabendo a segurança pública interna, essa tarefa (o da segurança pública no plano interno) depende de Cada Estado membro. Em Pernambuco, a constituição estadual define como instâncias a vigilância preventiva e ostensiva, a investigação criminal e defesa civil, e institui como órgãos de atuação nessa área a Polícia Militar, a Polícia Civil e o corpo de Bombeiros, respectivamente. Esses três órgãos são comandados por uma Secretaria de Defesa Social, a qual se subordina ao Governo estadual.

Os recentes episódios de agressão à segurança pública no Rio de Janeiro (final de novembro de 2010) e reação daquele estado, invadindo e dominando a favela da Vila

Cruzeiro e o complexo de favelas do Alemão, onde as forças de segurança pública estadual associaram às forças federais (Forças Armadas e Polícia Federal) e até mesmo às forças municipais, como a guarda florestal, constitui acontecimento “sui generis”, que indica, talvez, o nascimento de um novo paradigma de atuação da segurança pública, sequer previsto legalmente. Neste trabalho, relembramos, estamos tomando como referencial as instituições de segurança pública definidas na constituição do Estado de Pernambuco.

Segundo Goldstein (2003) *a função da polícia é incrivelmente complexa. O alcance total das responsabilidades policiais é extraordinariamente amplo*. Muitas de suas incumbências estão tão interligadas que parece impossível separá-las. E os inúmeros conflitos entre os diferentes aspectos da função não conseguem ser facilmente reconciliáveis. Nesse sentido, para o autor, é inatingível uma definição viável do papel da polícia, envolvendo um amplo painel conceituável.

Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) afirmam que em 1980 pouquíssimos municípios brasileiros apresentavam probabilidade de vitimização acima de 20 pessoas por 100.000 habitantes; mas já a partir de 2000, 127 municípios superavam esse índice. Entre eles, 51 estavam em Regiões Metropolitanas e 44 no Sudeste. O aumento das taxas de homicídios estaria ligado a vulnerabilidades e desigualdades socioeconômicas e à falência do sistema de justiça criminal, fonte primária da impunidade. Acerca dessas conclusões os autores relacionaram *sete mitos sobre a segurança pública no Brasil*:

1. Segurança pública é um caso de polícia;
2. Para resolver a segurança pública é preciso uma polícia dura. Direitos humanos deviam existir só para cidadão de bem;
3. O problema da segurança pública é social e a polícia só pode enxugar gelo;
4. A questão da segurança pública é muito complexa, depende de toda a sociedade, os governos pouco ou nada podem fazer;
5. O problema da segurança pública é meramente de falta de recursos, com mais dinheiro os problemas serão resolvidos;

6. O problema da segurança pública será resolvido com mais viaturas e mais policiais;

7. O problema da segurança pública será resolvido com o crescimento econômico.

Para os autores, os profissionais de segurança pública insistem em se afastar de uma discussão pluralista e transdisciplinar da questão e a máquina policial passa a atuar sobre os delinquentes em defesa dos cidadãos de bem. Segundo eles, em relação aos recursos não se discute eficiência nem eficácia. Não há notícia de estudos para medir o efeito que uma viatura a mais ou um policial a mais possam ter sobre a segurança pública. Não se pensa se o modelo de gestão é eficaz e eficiente ou o que seria um modelo eficaz. A prática dos gestores tem sido colocar mais do mesmo.

Vale lembrar que o *Sistema Único de Segurança Pública (SUSP)* só surgiu a partir do Projeto de lei 1937/2007, que regulamentou o § 7º do Art. 144 da Constituição Federal, disciplinando a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades. *Esses órgãos devem primar pela segurança pública, direitos humanos, cidadania, dignidade da pessoa humana, resolução pacífica de conflitos, uso proporcional da força, eficiência na repressão às infrações penais e nas ações de prevenção e redução de desastres e a participação comunitária.*

As *diretrizes* para a realização da “segurança cidadã” devem observar: *planejamento estratégico e sistêmico, integração dos órgãos de segurança pública, unidade de comando, distribuição proporcional do efetivo, deontologia policial comum, unidade de conteúdo em cursos de formação e aperfeiçoamento, aplicação da matriz curricular nacional, ênfase em direitos humanos, métodos científicos, unidade de registro de ocorrência policial e de procedimentos apuratórios, sistema integrado de informações e dados eletrônicos, responsabilidade territorial, qualificação para a gestão e administração de conflitos, preparação para emergências, prevenção de desastres e recuperação de áreas atingidas e adoção de técnicas adequadas de controle de distúrbios civis.*

#### **1.4 Segurança Pública, Polícia e Democracia:**

A prática policial é altamente dependente do sistema de justiça criminal e relaciona-se quase que inextricavelmente com suas operações – o processo de prisão, a instauração do inquérito, o julgamento, a sentença, o encarceramento ou suspensão condicional da pena e o livramento condicional – sendo óbvio, segundo esse sistema, o papel integral da polícia na citação de suspeitos.

Mesmo quando envolvido apenas o fator autoridade, dar ordem de prisão a alguém exige o uso do sistema da justiça criminal que, por ser extremamente frágil, “permite” não a prevenção da violência, mas sua perseveração e uma miríade de conseqüências: um percentual altíssimo da função policial está ligada à criminalidade. Para a população, de um modo geral, sistema de “justiça” e polícia são quase sinônimos. Resta saber de que forma a justiça se realiza.

Huggings (1998) afirma que nos anos que se seguiram a segunda guerra mundial, o treinamento dos policiais latino-americanos destinou-se explicitamente a combater a ameaça, que se julgava iminente, da subversão da esquerda e da insurreição de guerrilhas armadas; os Estados Unidos temiam que as polícias locais não estivessem preparadas, do ponto de vista organizacional e ideológico, para enfrentar essas ameaças – disposição de espírito que era estruturada por uma ideologia da segurança nacional típica da guerra fria. Contribuindo para criar um clima de crise e de temor que justificasse a necessidade de ajuda norte-americana à segurança interna, as ideologias de contenção da guerra fria mantiveram-se fortes até a década de 1990, mesmo quando a ideologia anti-insurrecional da guerra fria foi cada vez mais substituída pelo discurso do antiterrorismo, do combate ao narcotráfico e ao crime organizado.

*Nesse contexto é que vão sendo construídos os papéis, funções e objetivos da Segurança no Brasil, o que em grande medida permanece até o presente.*

Tavares dos Santos (2009) afirma que *desde a década de 1990 vem sendo marcante a presença do tema da segurança pública na agenda política brasileira*; nas três últimas eleições têm surgido projetos estruturados para a segurança pública, apresentados pelos candidatos a cargos do governo. Podemos acrescentar que a temática também se fez marcante nas eleições presidenciais brasileiras de 2010, nas quais, ao

longo da campanha e nos debates em rede de televisão, até o segundo turno, a “segurança pública” foi tema recorrente.

O candidato do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), José Serra, defendia a criação de um “Ministério da Segurança Pública”, para ajudar aos Estados federados, a quem cabe, por determinação constitucional, esta área. A vitoriosa candidata do Partido dos Trabalhadores (PT), Dilma Rousseff, defendia a manutenção da política de segurança do presidente Lula, a quem estava sucedendo, pois, segundo ela, já havia as parcerias com os Estados. O fato é que ambos os candidatos não alcançaram a dimensão humana da segurança pública, esquecendo de falar na motivação de seus agentes, passando ao largo de uma questão central para estes: a emenda constitucional que estabeleceria um piso salarial nacional, objeto de mobilizações e passeatas. Passada a eleição, os políticos “esqueceram” de votar a emenda, ocupados com a votação de um pomposo aumento para si mesmos.

*Embora, cada vez mais se fale em segurança pública isso não se tem refletido na otimização da atuação das instituições de segurança, persistindo dificuldades para a sociedade e mesmo para os agentes de segurança pública, em geral.*

Goldstein (2003) afirma que estudos mais recentes enfatizam o *alto percentual de tempo que é gasto pelos policiais tratando de outros assuntos que não a criminalidade* e, deste modo, surge um questionamento a respeito da validade de se ver a polícia como parte do sistema de justiça criminal. O mesmo autor cita que pesquisas de Elaine Cumming, Ian Cumming e Laura Edell (1965) detectaram que mais da metade das chamadas feitas à polícia envolvem pedido de socorro em assuntos pessoais e interpessoais. Segundo o autor, pesquisas em Chicago (1971), apurando ocorrências por 28 dias, constataram que *83% das ocorrências policiais envolviam assuntos de natureza não criminal.*

No período em que a polícia não está envolvida em assuntos ligados à criminalidade, ela lida com acidentes, pessoas doentes, animais feridos e/ou perdidos, gente embriagada ou drogada, distúrbios familiares, brigas entre gangs de adolescentes, reuniões barulhentas, danos à propriedade, acidentes de trânsito, pessoas desaparecidas, bens achados e perdidos.

Em regiões mais populares ou miseráveis das grandes cidades, onde se combinam pobreza, desemprego, lares destruídos, baixo nível de instrução e outros elementos de desorganização social, muitas vezes os policiais são chamados para fazer o papel de pais, de parentes, de assistentes sociais, inspetores de moradia, advogados, médicos e psiquiatras. Apesar disso, persiste a imagem de “prevenir a criminalidade e deter criminosos”, cultivada pela sociedade, pela polícia, pelas séries de TV e pelo cinema, o que influencia a organização, a equipe de trabalho e as agências de polícia.

A Polícia ou, com mais precisão, as instituições de segurança pública são os únicos departamentos disponíveis sete dias por semana, 24 horas por dia para responder aos pedidos de socorro de um cidadão.

Bittner (1970), citado por Goldstein (2003) afirma que o treinamento, a organização e a montagem da equipe de uma agência de polícia devem estar diretamente ligados à solução de “exigências situacionais”, com o emprego mínimo de força. Para Bittner, *segundo Goldstein (op.cit)*, são cinco as principais situações em que a polícia se envolve:

- 1) licenciamento de negócios;
- 2) situações que invocam um processo criminal;
- 3) situações de arbitragem de brigas, pacificação de indisciplina e ajuda a pessoas em apuros;
- 4) lidar com fenômenos de massa (multidões);
- 5) cuidar daqueles que não podem se responsabilizar pelos seus atos: crianças, adolescentes, deficientes, mulheres.

Para James Q. Wilson, citado por Goldstein (2003), as *funções da polícia* se reúnem em dois grandes grupos:

1. “*Função de manutenção da ordem*”;
2. “*Função de aplicação da lei*”.

De acordo com o autor, *a primeira é exercida por subprofissionais trabalhando sozinhos, com ampla liberdade discricionária em assuntos da mais alta importância*

*(vida e morte, honra e desonra), em um ambiente amedrontador e, talvez, hostil. O termo “subprofissionais”, utilizado por Q. Wilson refere-se aos profissionais de segurança pública de graduações mais baixas. Nesse sentido, o autor denuncia que a fundamental função de “manutenção da ordem” é entregue, pelas instituições de segurança pública, aos escalões mais baixos. No Brasil, esta função é exercida pelas Polícias Militares estaduais, que repetem a referida prática.*

*A segunda função corresponde a uma atuação num espaço onde não há disputa, onde apenas são seguidos procedimentos para que o transgressor se submeta às penalidades legais. No Brasil, é a função da Polícia Judiciária, chamada de Polícia Civil*

Mas, de acordo com o autor, essas categorias ou funções acabam funcionando sem distinção precisa, pois a detenção é muito usada como instrumento de manutenção da ordem e a liberdade discricionária exercida na aplicação da lei. A função de aplicação da lei parece ser a prenante, resta saber que lei é aplicada.

Quanto aos múltiplos *objetivos da polícia*, Goldstein (2003) relaciona:

1. Prevenir e controlar condutas atentatórias à vida e à propriedade (crimes graves);
2. Auxiliar pessoas em risco de dano físico (vítimas de um ataque criminoso);
3. Proteger as garantias constitucionais, como o direito a liberdade de expressão e de reunião;
4. Facilitar o movimento de pessoas e veículos;
5. Assistir àqueles que não podem se cuidar sozinhas: bêbedos, viciados, deficientes físicos e mentais, menores;
6. Solucionar conflitos entre poucas pessoas ou grupos e o governo;
7. Identificação dos problemas potencialmente mais sérios para cidadãos, policiais e governo;
8. Criar e manter um sistema de segurança nas comunidades.

Já vimos que, segundo Goldstein (2003), em uma sociedade livre, pela natureza de suas funções, a polícia é uma anomalia e sua ação pode causar forte impacto sobre os indivíduos. Mas, em defesa da coletividade, função da administração pública, o Estado vale-se do poder de polícia e através das instituições que exercem esse poder, muitas

vezes, coloca-se em confronto com cidadãos. Esse confronto afeta a ambos os lados e os resultados podem ser trágicos, considerando a formação desses e sobretudo dos agentes de segurança.

Ainda assim, apesar de sua posição anômala, para manter o grau de ordem que torna possível uma sociedade livre, a democracia depende de maneira decisiva da força policial. Cabe à polícia prevenir contra o roubo/furto de coisas alheias; oferecer segurança na concretude e na sensação; facilitar o ir e vir; resolver conflitos e proteger os mais importantes processos e direitos — como eleições livres, liberdade de expressão e de associação — em cuja continuidade está a base de uma sociedade livre. Contudo, boa parte da sociedade não percebe com clareza esses aspectos e associam as polícias apenas à prevenção/repressão da violência.

Reportando-se ao contexto norteamericano, mas que se aplica à realidade brasileira, e certamente com mais agudeza, este autor destaca que *as responsabilidades que uma polícia possui em uma sociedade livre, ironicamente, recebe da nação pouca atenção — contínua e de forma positiva —, relativamente às suas necessidades para levar seu trabalho a termo*. Ainda no mesmo contexto, o autor chama a atenção para o fato de que *só recentemente as funções policiais vêm sendo tema de estudos sistemáticos*.

Segundo ele, o interesse do público no trabalho da polícia — sua administração, políticas, práticas e as leis sob as quais opera —, tem-se dado, na maioria das vezes, em resposta à denúncia de desmandos policiais ou em face da súbita percepção de que as ações da polícia, no passado, não mais são apropriadas para o presente. O modo como o interesse se dá, ligado a acontecimentos episódicos e locais, é a razão, em larga escala, do desenvolvimento lento e desigual da polícia, a título de exemplo citamos, polícia de uma região mais desenvolvida que as de outras e um lento desenvolvimento no contexto geral, sem deixar de mencionar a falta de suporte técnico, operacional e emocional para o cumprimento de suas tarefas

O mesmo autor afirma que em 1950 a Suprema Corte dos EUA determinou o respeito aos direitos constitucionais pelos policiais. Isso foi visto como um preceito para controlar a conduta do policial, pois como afirma Bittner (op.cit), Bruce Smith, em

1940, avaliando a polícia norteamericana escreveu “apesar do quadro ainda desolador, as lições da história pendiam para o lado favorável”.

Olhando para a polícia brasileira o quadro é extremamente grave, pois além dos freqüentes casos de violência policial e de envolvimento de policiais em atividades criminosas, desde assaltos, participação em quadrilhas, grupos de extermínio, milícias e tantas outras ilegalidades, a própria Constituição Federal de 1988 manteve uma polícia militar, com doutrina espelhada no Exército, onde o meliante é visto como um inimigo a ser destruído. Soma-se a tudo isso a falta de autoridade moral de nossas instituições que em não se dando ao respeito não têm como exigir respeito a qualquer direito, senão editando leis que não serão observadas. A recente troca de acusações entre dois ministros do Supremo Tribunal Federal (nossa suprema corte), onde um deles chegou a acusar o outro de possuir capangas; a desmoralização total do legislativo federal e os reiterados escândalos de corrupção no executivo federal são exemplos de que em termos de condutas não há como haver cobranças.

### **1.5 Violência: Conceito, Contextos e Ação das Forças de Segurança Pública:**

Etimologicamente a palavra “*violência*” advém do latim *violare, violentia*, cujo significado é ofender, transgredir, profanar, poluir, devassar, abusar. Portanto, a violência é sempre algo que rompe um “status quo”, uma situação, um equilíbrio, produzindo ofensa, abuso.

Medo, crises recorrentes na segurança pública, rebeliões em presídios, crescimento da criminalidade, sensação de desconfiança e falência da justiça, persistência de situações de conflitos agrários e de violência doméstica, envolvimento de jovens com o crime, entre várias outras manifestações, compõem muito daquilo que hoje é associado ao debate sobre violência no Brasil. Todos esses fatos e seus impactos têm ramificações profundas no modo como o Estado se organiza (Lima & Paula, 2006).

Os autores (op.cit) afirmam que a violência, fonte de temor e preocupação da população, tem sido estudada sob diferentes enfoques pelas ciências humanas, e o papel que as políticas públicas desempenham no seu controle faz da questão uma das principais agendas políticas do país, hoje.

As discussões sobre violência devem ter como fio condutor a construção do “estado democrático de direito” no Brasil, sobretudo diante dos desafios colocados após a década de 1980, com a grande efervescência política em torno da afirmação e de garantia de direitos. Esse passado é fundamental para entender os projetos de democratização e os obstáculos, muitas vezes, intransponíveis. Para a realização desses projetos, dentre as conquistas estão a criação da primeira delegacia da mulher (1986), a promulgação da Constituição Federal brasileira de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (1990).

Na década de 1970, no Brasil, pouco se falava, no *pensamento sociológico brasileiro sobre violência ligada à criminalidade e à segurança pública*. O pensamento social brasileiro, com poucas exceções, voltava-se aos movimentos sociais e a violência era tratada sob os pólos da *violência “legítima”, mas ilegal* da sociedade civil contra a *violência “ilegítima” e “legal”* do Estado. A violência da sociedade era vista como instrumento de mudança e libertação e a violência “legal” do Estado, ao mesmo tempo, como forma de manter o “status quo” e a dominação.

Até a década de 1980, a violência no Brasil era pensada a partir de uma leitura marxista, como resultado da ação de um Estado ditatorial, torturador, homicida e cruel contra a sociedade civil; preconizava-se que o enfrentamento da violência dar-se-ia através da instalação do estado democrático. Na década de 1980, dicotomizaram-se as posições entre os que situavam a violência nos efeitos da miséria, na degradação da educação e precarização da saúde e naqueles que a situavam nas forças de segurança, no aparato policial.

Pensando a violência sob a ótica psicológica, Levitt (2005), relacionando violência e miséria, afirma que as fragilidades da base familiar, mais comum nas classes sociais menos favorecidas, constitui o principal fator criminogênico. O autor, embora economista, fundamenta seu estudo científico em fatores psicológicos decorrentes da carência afetiva e da falta de referências ético-morais. Misse (1993) diz que a pobreza por si só não induz ao crime, mas a um sentimento de revolta propício à criminalidade.

Chiavenato (1998) afirma que toda necessidade não satisfeita é motivadora de um comportamento; porém, quando uma necessidade não é satisfeita em tempo razoável, ela passa a ser um motivo frustrado, do qual decorre uma desorganização interna. A conduta do homem frustrado pode-se tornar repentinamente ilógica e sem

explicação aparente. A liberação da tensão acumulada pode acontecer por meio da agressividade física, verbal, entre outras formas, diz o autor. As reações emocionais à não satisfação da necessidade pode provocar ansiedade, distúrbios circulatórios, digestivos, alienação, apatia e desinteresse, como mecanismos inconscientes de defesa do ego.

A partir da década de 1990, com o fim regime militar (1985), surge a violência policial ligada aos grupos de extermínio, aos esquadrões da morte, aos justiceiros e depois a violência ligada ao tráfico de drogas, ao jogo do bicho e à prostituição. Essas estruturas ganharam força e virulência, já previstas na década de 1980 e atualmente ameaçam até as forças de defesa.

Esse quadro demarca as dificuldades crescentes em criar e propagar uma polícia cidadã. Entretanto, nos últimos anos, não obstante o desrespeito aos direitos civis, temos visto a criação de ouvidorias em várias polícias dos Estados brasileiros, programas de proteção à testemunha e, até mesmo, a impensada ação de invasão de favelas no Rio de Janeiro (final de novembro de 2010), onde as forças de segurança pública Estadual se uniram às federais (Marinha, Exército, Aeronáutica e Polícia Federal), em uma operação sistêmica de enfrentamento às violências, sem precedente até então.

Apesar da violência ter-se transformado em fenômeno social e motivo de preocupação para os cientistas e as políticas públicas, muitas são as zonas de sombras, que exigem estudos e participação de todos em debates e busca de soluções.

Segundo Peres (2006), em 1996, através da resolução 4.925, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declarou que *a violência é um dos principais problemas mundiais de saúde pública*. Tal afirmação, respaldada em dados que demonstram o crescimento, ao longo dos anos, da incidência de lesões intencionais em todas as faixas etárias e grupos de gênero, assim como “sérias implicações, imediatas e a longo prazo, para a saúde e desenvolvimento psicológico e social [...] dos indivíduos” e para os serviços de saúde, particularmente. Neste caso, os efeitos prejudiciais (que a violência impõe) para os escassos recursos da saúde pública (OMS, Res. 4.925), trazem para o campo da saúde pública uma temática tradicionalmente ligada aos setores judicial e de segurança pública.

Nesse sentido, a abordagem da violência no campo da saúde pública passa, necessariamente, pela análise do impacto que esta, em suas diversas formas tem na mortalidade, na morbidade e nos custos para o setor da saúde, tanto decorrentes do tratamento e reabilitação das vítimas como também dos anos potenciais de vidas perdidas. Destaque-se ainda que os agentes de segurança pública, em razão da violência policial, em boa medida se aliam à violência que deviam combater.

Citando Gawryszewski et al. (2004), Peres (op.cit.) afirma que no ano de 2000, 5,4% das internações hospitalares (35.949 internações) foram decorrentes de agressões. As mortes por homicídio estão em ascendência desde 1980.

De 1979 a 2003 o crescimento do número de homicídio foi de 356%. São cerca de 758.293 homicídios na faixa de 15 a 39 anos. Nesse mesmo período, na faixa de até 14 anos, o crescimento foi de 234%; em 1979 foi de 250% e em 2003 de 836%. O total de crianças e adolescentes assassinados no Brasil de 1979 a 2003 foi de 14.818. Na faixa de 15 a 19 anos foi de 625,4% e na de 20 a 29 anos de 400%. Homicídios e violência são a 5ª causa de morte no Brasil. Os homicídios concentram-se em homens jovens e nas capitais (de 42% a 36%).

Mendonça et al (2002), citado por Peres (op.cit.), em estudo realizado no Estado de Pernambuco, considerando gastos hospitalares na faixa de 0 a 19 anos, em razão da violência, com base em autorizações de internamento hospitalar (AIH) de 1999, informa que são gastos, anualmente, R\$ 3.659.558,62; ou seja, 6,3% do total de gastos em saúde, sendo o seu custo médio superior aos internamentos por todas as causas. Os homicídios são a primeira causa de morte nas camadas jovens da população, superando todas as demais causas naturais e não naturais.

O relatório mundial sobre violência e saúde, segundo Krug (2002), citado por Peres (op.cit.), apresenta o “*modelo ecológico de abordagem da violência*”, que em suas diversas formas, resulta da ação de determinados indivíduos, familiares, agentes comunitários e sociais, os quais se influenciam reciprocamente e devem ser considerados não apenas para a compreensão, mas para a prevenção, objetivo último das ações em saúde pública.

Colocar a violência como questão de saúde pública é ampliar o campo da saúde pública, responsabilizando-o com o compromisso de prevenção da violência, em suas

diversas formas. Se a violência afeta a saúde pública e por esta é afetada; se a segurança pública afeta a saúde pública e vice-versa; na triangulação “segurança pública, violência, Saúde pública”, o vértice “saúde pública” adquire relevância ainda maior, na medida em que a Segurança Pública se acha “doente”.

Recordamos que em visitas a residências cadastradas no “Programa de Saúde da Família” (atual Estratégia de Saúde da Família), da comunidade Beira Mangue, em Olinda-PE, nos anos de 2007 e 2008, muitas famílias buscavam este serviço para relatar episódios de violências sofridas; mas, a ausência de Psicólogos nessas equipes não permitia que as falas pudessem ser acolhidas. Imaginamos quão útil não seria a inserção de profissionais Psicólogos em programas voltados à família para trabalhar a violência nas comunidades, envolvendo, inclusive, os agentes de segurança ali residentes e como isso repercutiria na questão da violência vista sob a ótica da saúde pública. As chamadas Unidades de Polícia Pacificadora (UPP), implantadas em comunidades do Rio de Janeiro, tem combatido a violência pela “ação de presença” das forças coercitivas que caracterizam uma ação no plano objetivo, racional; mas é preciso estratégias, também, no plano subjetivo, pela ancoragem interior do sentido da não violência, promotoras de mudanças de mentalidades.

Sondagem de opinião, realizada pela Organização das Nações Unidas (ONU), já referida na introdução, revelam que na opinião pública do brasileiro o crime se situa entre as mais importantes preocupações do cidadão comum. Cada um, em particular, tem uma história a ser contada. O crime cada vez mais se avizinha.

Além disso, o crescimento das cidades rompe as tradicionais fronteiras entre os bairros de classe média e populares. Não há mais espaço para a inocência, pois a periferia invade as áreas ditas nobres, buscando acesso a bens e as regiões nobres adentram a periferia em busca das drogas, das liberalidades dos bailes “Funks”. Até as salas de aulas foram invadidas pela violência e carecem de “patrulhas escolares”.

“Nas casas, nas ruas, nos bares, nas festas, no local de trabalho, onde quer que a vida pulse, sente-se saudades do tempo em que se podia deixar janelas abertas e portas destrancadas, crianças brincando nas calçadas e praças. A polícia era uma instituição confiável, portadora de autoridade moral. Numa terra sem lei, onde a lei se funda no emprego da força física que desconhece limites, as pessoas reagem, fecham-se em suas

casas, protegem-se com grades e muros, adquirem sistemas de segurança pessoal e aparatos de toda a espécie” (Adorno e Lamin, 2006). Alguns se armam e, ao menor sinal de perigo, apontam sua arma e chegam a acioná-la. Nesse clima de convivência social não há solidariedade possível. O individualismo exacerbado é o traço característico da vida urbana. Esta violência está a dizer algo além do mero crime: talvez a falta de espaços adequados de diálogo, de convivência, de interação/integração, numa dimensão ética, de acolhimento ao humano que “desmaquine” as pessoas.

Daniel Cerqueira, citado por Zaverucha, Oliveira & Nascimento (2007), afirma que homicídios no Brasil constituem uma história do casamento da impunidade com a desigualdade social. A criminalidade urbana evoluiu ao sabor das intensas transformações demográficas e sociais ocorridas nos últimos trinta anos. A falência do sistema de justiça criminal fez ruir um dos principais pilares do Estado de Direito: a capacidade de fazer cumprir as relações contratuais entre indivíduos e entre indivíduos e instituições, resultando num estado de anarquia. Em espaços urbanos altamente complexos, grandes contingentes de jovens sem supervisão e orientação, incluídos (pela mídia de massa) na cultura de consumo, mas excluídos dos meios econômicos para sua realização; grande difusão e descontrole do acesso a elementos altamente criminogênicos como armas, drogas e bebidas alcoólicas; e perspectiva de impunidade, devido à falência do sistema de justiça criminal.

Debate importante acerca da violência aconteceu no programa “fim de expediente” da Rádio CBN, em 21/01/2011, com a participação do Cineasta José Padilha, Diretor dos filmes “Ônibus 174”, “Tropa de Elite I e Tropa de Elite II” e preparando o filme “Milícia”, que, segundo o cineasta, encerra sua contribuição ao tema. No agradável debate, Padilha explica que o “Ônibus 174” tem como propósito mostrar como o Estado cria a violência, formando futuros marginais; em “Tropa de Elite I” sua intenção é mostrar que o aparato policial do Estado, criado para conter a violência, fracassou; já “Tropa de Elite II” procura mostrar porque o Estado age da forma como age e como a chamada “banda podre da polícia” dificulta o trabalho da segurança pública; por fim, no filme “Milícia”, Padilha pretende demonstrar como as “milícias” vão expulsando os traficantes e assumindo o controle total, sendo, nesse sentido, mais danosas, uma vez que enquanto o traficante dominava apenas o setor das

drogas, os milicianos dominam o transporte, o gás de cozinha, a internet, o sinal de TV, a segurança, enfim, plagiando o Funk, “tá tudo dominado”.

Não obstante o olhar do cineasta seja de uma crítica ao Estado e à sua segurança pública, em razão de nosso objetivo neste trabalho, nosso olhar é para o sofrimento do agente de segurança pública nesse contexto, sendo feliz a fala de José Padilha sobre duas personagens: “Tenente Matias”, que apesar de lutar e resistir contra a pressão do ambiente policial para que abandonasse os princípios da instituição policial imaginária e viver a instituição real acaba sucumbindo e atira no rosto de um traficante; o segundo personagem é o protagonista “Capitão Nascimento”, que vivencia medo, violência e síndrome do pânico e vivencia conflitos familiares, exacerbados com a iminente chegada do primeiro filho. São dois personagens emblemáticos que revelam como a instituição policial pode afetar a subjetividade e a saúde emocional dos agentes de segurança pública.

No Brasil, as polícias (Civil e Militar) são instrumentos de viabilização do monopólio do poder coercitivo do Estado moderno, até mesmo pelo uso da “violência” (da força), conforme Foucault (1999) e Santos (1997). Noutras palavras, as polícias são instituições que fazem valer (ou deviam fazer) as normas estabelecidas, vigiando, impedindo infrações e prendendo, para ser punido, àqueles que não se enquadram na norma. São, portanto, instituições de controle a serviço do poder estabelecido, não importando sua ideologia e o seu grau de resposta aos anseios populares. Em grande medida, porém, os agentes de segurança pública exorbitam do direito de usar a força dentro da lei e na proporcionalidade adequada, humilhando as pessoas.

Acerca de humilhações perpetradas por policiais contra as pessoas, o conhecido “Jornal do Commercio”, do estado de Pernambuco, em 09/11/2008, publicou matéria sob o título “Abusos da PM viram show na internet: cenas grotescas de humilhação a pessoas detidas”, em que os próprios policiais gravaram e colocaram na internet cenas onde obrigam presos a se beijarem na boca (beijo de língua) e a dizerem “eu sou todo feio”, diante de risos e chacotas. O referido artigo associa a ação dos PMs às práticas da idade média, onde o preso condenado, antes da execução da pena, passava por um ritual de suplícios, pois precisava ser humilhado. Para a Professora da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ) Ronidalva Mélo que, por vários anos, participou da formação da

alta cúpula das polícias do Estado, as referidas cenas de punição moral são uma provocação à sociedade civil. Como ex-integrante da referida corporação e a partir de informações de atuais alunos, afirmamos que as atitudes são aprendidas na instituição, onde os superiores podem tudo, humilhando e ridicularizando os “recrutados”, que se vingam na população civil.

Em relação à polícia civil, o tele-Jornal da Rede Bandeirantes de Televisão, exibido na noite do dia 23/02/2011, mostrou cenas gravadas em uma delegacia de polícia do Estado de São Paulo, onde uma escrivã de polícia, acusada de receber propina, foi algemada e despida inclusive da roupa íntima, por delegados e investigadores da Corregedoria, enquanto implorava para ser revistada por uma mulher e para não ser filmada. Não satisfeitos com a extrema humilhação impingida a uma colega de trabalho, os policiais mentiram no processo, cometendo o crime de fraude processual, informando que a mesma havia sido revistada por uma policial feminina. Completando o horror, a Corregedora defendeu os policiais. Não fosse a fita gravada, a “verdade” do inquérito prevaleceria. Resta uma pergunta: *quantos cidadãos já não foram condenados por “verdades” forjadas por policiais? Que segurança o cidadão tem diante das forças de segurança pública? Nem os agentes de segurança escapam.*

Azevedo e Leão (2010), no Artigo “A PM que mata: O que faz a polícia de São Paulo ser tão violenta”, publicado na edição da revista Veja, em 19/05/2010, após constatar que a referida polícia matou em 2009 um total de 524 pessoas e que de janeiro a março de 2010 o percentual havia subido 40,8%, bem como após a morte de dois “motoboys”, em menos de trinta dias, entre os quais Alexandre Menezes dos Santos, de 25 anos, espancado por policiais militares, na frente de casa, diante dos pedidos de clemência da mãe, apenas por dirigir uma moto sem placa, furando um bloqueio policial, o criminalista Cláudio Mariz de Lucena, ex-secretário de segurança pública de São Paulo, afirma: “Estes casos mostram que falta preparo emocional e psicológico aos policiais. Eles deveriam ter acompanhamento periódico e permanente, pois exercem uma atividade que exige autocontrole e equilíbrio muito fortes”.

Sobre os mesmos fatos e na mesma matéria, o governador Alberto Goldman admitiu o despreparo dos policiais e cobrou do secretário da Segurança pública:

“Treinamos homens e mulheres para garantir a vida e não para tirar a vida de pessoas”.

Já o Advogado Dênis Mizne, diretor executivo do instituto “Sou da Paz” diz que:

“Como a postura das autoridades tem sido de justificar ações violentas, os policiais que estão nas ruas, sob altíssimo stress, ficam mais propensos aos excessos e a apertar o gatilho. Fardados, armados e em grupo, sentem-se poderosos e podem se considerar livres para agir à margem das leis. *A vítima teve a infelicidade de cruzar com um bando de PMs descontrolados*”.

Ainda no mesmo artigo, o Coronel da reserva José Vicente da Silva Filho, ex-Secretário Nacional de Segurança Pública, afirma que *estudos internacionais aceitam a relação de uma baixa na polícia para cada dez baixas no lado oposto, mas no Brasil essa relação é de uma baixa na polícia para trinta e três no lado oposto, o que evidencia a letalidade da polícia.*

Para Soares (2000), *na base de ambas as organizações policiais (polícia civil e militar) está o policial mal remunerado, desrespeitado nos seus direitos, amedrontado pelo crime e estigmatizado pela população, que se vê tentado a explodir contra civis de baixo “status” social, como mostram os trabalhos de Gabaldón e Birkbeck (1990), na Venezuela, bem como fazendo dupla jornada de trabalho nas empresas de segurança privada e pactuando com o crime.*

Sobre as dificuldades das forças de segurança pública no Estado de Pernambuco, no final de março de 2010, a polícia militar realizou passeata, no centro do Recife, por melhores salários e condições de trabalho e contra o tratamento diferenciado dado à polícia civil. Os policiais ameaçam cumprir a lei (ação polícia legal), só indo para as ruas com coletes de proteção e só dirigindo viaturas os que tiverem curso de direção defensiva.(Jornal do Commercio, 30/03/2010). A questão, inclusive, chegou à periferia, sendo tratado no jornal comunitário do bairro do Jardim São Paulo, onde residimos, num texto que fala de falta de coletes, de falta de armamentos e de estrutura física adequada e questiona o aumento diferenciado dado pelo Governo do Estado à Polícia Civil.(Jornal do Jardim São Paulo, abril de 2010). Em fevereiro de 2011, nova assembleia de policiais militares ameaça uma greve durante o carnaval. De acordo com uma liderança policial, a diferença de salário entre um agente de polícia civil e um soldado PM chega a 80%.

Goldstein (2003) afirma que, muitas vezes, o policial é colocado em situação inglória: Os estatutos exigem e a população espera que a polícia cumpra todas as leis o tempo todo, mas também não tolera a aplicação forçada de muitas leis, o que favorece sentimentos de impotência da polícia. A população espera que a polícia previna todos os crimes e prenda todos os criminosos, colocando o policial no campo da onipotência. Mas, na realidade, o poder de polícia é bem limitado. A população exige que a polícia, bem equipada, aja de forma coercitiva e autoritária em algumas situações e sejam amistosos e prestativos na maioria dos casos. A polícia tenta proteger a imagem de total neutralidade, aplicando de forma objetiva e uniforme sua autoridade, mas se depara com um incrível rol de características a lidar, que exercem flexibilidade sobre ela.

A polícia é vista como capaz de lidar com todas as emergências. Contudo não tem autoridade nem recursos para tanto. Outra contradição reside na relação da polícia com o sistema penitenciário, integrante da justiça criminal, com superlotação e desorganização, sobretudo nos grandes centros urbanos, onde precisa ser “agressivo” com a conduta criminosa e manter os limites da responsabilidade com o devido processo legal.

Para o autor, se as determinações legais e as expectativas populares fossem tomadas ao pé da letra — e se a realidade das situações com as quais a polícia se confronta fossem de fato conhecidas — as exigências sobre a polícia pareceriam tão contraditórias que seu trabalho seria simplesmente irrealizável, uma missão impossível. Muitas exigências são jogadas nos ombros dos policiais e estes fazem todos os preparativos para evitar conflitos e tem que decidir, na rua, com pouca orientação e pouco controle de policiais mais graduados. Diante das irreconciliáveis exigências colocadas sobre ele, o policial pode “blefar”, mentir, não necessariamente por má fé, mas para fugir das ações disciplinares e civis, diz Goldstein.

A consciência de agir fora dos padrões legais de seu trabalho — uma necessidade que é compartilhada em vários níveis, por todos os policiais — é um dos fatores que alimentam a “*subcultura*” da polícia, ou seja, uma intrincada rede de relacionamentos entre pares, que molda e perpetua um padrão de comportamento, de valores, de isolamento e de sigilo, que caracteriza a polícia, na visão do autor.

Os policiais rapidamente aprendem que devem improvisar, principalmente quando atuam em situações extraordinárias, de extrema emoção e muitas vezes ameaçadoras, com as quais se confronta em seu peculiar ambiente de trabalho. Para tanto, dependem uns dos outros e estabelecem entre si um consenso de como essas situações devem ser tratadas. Essa “*subcultura*” policial tem uma força formidável.

Há, segundo Goldstein (op.cit), um distanciamento entre o que o policial faz e o que deveria fazer e a ampla liberdade discricionária que a polícia exerce ao levar a cabo suas responsabilidades. Embora os policiais neguem o uso exagerado de sua força, nosso entendimento é que esta negação mantém a autodefesa e preserva a “*subcultura*” da instituição, uma vez que a ingerência política, o arranjo de forças e a dinâmica social conduzem a esta atitude. Tomando por exemplo a questão dos mototaxistas em muitas cidades do nosso Estado, muitos condutores sem habilitação e até menores de idade fazem esse tipo de transporte diante de policiais que ou interpretam esta violação como problema social ou procuram dela tirar proveito, cobrando uma taxa para permitir a ilegalidade. Forma-se, assim, uma subcultura que parece justificada aos olhos de infratores e policiais: os primeiros dizem que precisam trabalhar para sustentar a família e os segundos dizem que a corporação paga mal e que não lhes dá segurança quando no rigor da lei, deixando-os, juntamente com as famílias, a mercê de grupos de extermínio.

Para o autor, referindo-se à questão da polícia nos EUA, mas plenamente aplicável às polícias do Brasil, “*o que há de mais perturbador é o fato de termos falhado em criar uma série de valores para o policiamento, em razão da essência peculiar da função policial*”. Em uma sociedade livre a polícia não está apenas obrigada a exercer sua limitada autoridade em conformidade com a constituição e, por meios legais, aplicar suas restrições, ela também está obrigada a observar que outros não infrinjam as liberdades garantidas constitucionais. Essas exigências introduzem na função policial a dimensão única que torna o policiamento neste país (e no nosso, também), um ofício seríssimo. Esta seriedade não tem sido considerada adequadamente na formação dos agentes de segurança pública no Brasil, onde grande parte dos mesmos sequer têm o ensino médio, além de que são oriundos da cultura do “*jeitinho brasileiro*”, da chamada “*lei de Gérson*” (querer levar vantagem em tudo) e recebem diuturnamente, via mídia, os desastrosos exemplos de corrupção dos poderes Executivo, Legislativo e judiciário, ainda que existam raríssimas exceções.

A crescente exposição midiática relacionada ao aumento dos índices de criminalidade, em especial a urbana, as denúncias de violência policial, a vitimização e os gastos com a saúde pública, bem como o surgimento de “milícias” e seus armamentos, em uma estratégia privada de enfrentamento e controle de conflitos sociais, tem levado o governo a preocupar-se com a pouca eficácia histórica das ações desenvolvidas pelo Estado brasileiro nos diversos níveis governamentais e a mobilizar a sociedade civil, os profissionais e instâncias governamentais envolvidas para discutir a segurança pública.

Para Greene (2002) parte da dificuldade em se entender as forças policiais está relacionada com a conceitualização do seu papel em uma sociedade democrática e como tal papel será colocado em prática. Se o papel da polícia é, principalmente, a preocupação com o crime e o seu controle – ou se inclui outras funções – tem sido uma questão em primeiro plano nos debates.

Wycoff, citado por Greene (2002), após rever quarenta tentativas empíricas de relacionar dados de relatórios e resultados relacionados ao crime, forçosamente conclui que *o efeito da polícia sobre o crime é fraco*. Segundo ele, em relação à variável gastos, estudada por vários pesquisadores (Allison, 1972, Hillstern, 1973, Jones, 1974, Wellford, 1974, Pogue, 1975) *é fraca a correlação entre gastos e resultados*. Quanto à *relação entre aumento do número de policiais e redução de crimes os estudos são contraditórios: ora o aumento reduz a criminalidade, ora aumentam, ora são neutros*. Na variável efeito da investigação sobre a redução de crimes ainda não há pesquisas adequadas.

Scheikman (2007), economista em Princeton, cita Gary Becker, da universidade de Chicago, como o primeiro a referir-se que o criminoso é alguém que toma decisões considerando ganhos e riscos e acrescenta:

“No caso brasileiro, uma constatação óbvia é que o crime não é punido. No Rio de Janeiro, a *taxa de elucidação de homicídios é inferior a 3%*. Praticamente ninguém é condenado se não for pego em flagrante. Nos EUA, em 65% dos casos de homicídios, ao menos um dos acusados é julgado. Se a polícia fluminense tivesse a metade da eficácia da americana, os homicídios cairiam em 40%”.

Na mesma Direção, Guaracy Mingardi (2007), sociólogo e diretor científico do Instituto Latino Americano das Nações Unidas (ILANUD), Ex-investigador de Polícia Civil em São Paulo, diz que:

“a polícia civil é uma fábrica de papéis e não de solução de crimes. Só 5% dos crimes contra o patrimônio são investigados e ainda assim só os casos mais graves, latrocínio, seqüestro, roubo a banco. Na Alemanha 90% dos crimes contra a vida são esclarecidos e 66% dos crimes violentos”.

Dallari (1991), citado por Zaverucha (2009) afirma que se a polícia civil, como polícia judiciária, é auxiliar do Poder Judiciário, não sendo inteligível por que faz parte do Executivo.

Zaverucha (2009), no capítulo “Polícia e Política Eleitoral”, chama a atenção para a interpenetração entre as atividades de polícia e de exercício de cargos eletivos, na medida em que muitos policiais civis acumulam as funções e usam a atividade policial para fins políticos, atuando na função policial em redutos eleitorais. Esse fenômeno já se estendeu, a nosso olhar, para a Polícia Militar.

Quanto à formação do policial civil, Zaverucha (2009) apresenta uma entrevista feita em 2001, com o então presidente do Sindicato dos Policiais Civis (SIMPOL), na qual este *afirma que durante o seu curso de formação de agente deu apenas dois tiros e, mesmo assim, ressalta, fora do alvo*. Para o entrevistado, as cadeiras do curso de formação não desenvolveram sua capacidade policial e a cadeira “investigação policial” é ministrada de forma ineficiente. Os professores são, em geral, fracos. Diz ainda que, um bom curso exige investimento, mas a polícia não quer gastar.

O autor (op. cit) ressalta que a formação do Delegado é equivocada, enfatizando mais temas jurídicos que temas ligados à investigação, embora o aspirante ao cargo, mesmo antes do ingresso no curso de formação, já tenha passado cinco anos numa Faculdade de Direito, trabalhando temas ligados à área jurídica. Citamos, a título de exemplo, a grade curricular desta formação, na qual as disciplinas do núcleo comum são: Armamento e tiro (20 h/a), Direito da criança e do adolescente (20 h/a) e Entorpecentes e drogas afins (30 h/a). No Núcleo profissionalizante as disciplinas são: Operação policial e gerenciamento de crise (45 h/a), Investigação policial (30 h/a),

Inquérito policial — técnica de investigação e prática cartorária — (60 h/a) e Direito processual penal (25 h/a).

O mesmo modelo persiste na formação dos agentes que, embora não tenham a missão de conduzir inquéritos, têm 75 h/a dedicadas à disciplina “Cultura jurídica aplicada”. Já disciplinas como *Armamento e tiro*, *Gerenciamento de crises*, *Investigação policial*, *Técnicas de abordagem* e *Técnicas operacionais* têm apenas 30 h/a cada uma.

Quanto à Polícia Militar do Estado de Pernambuco, noticia o *Jornal do Commercio* (23/07/2009) que um *Promotor de Justiça denunciava a deficiência na formação de soldados da PMPE* e, por esta razão, intencionava impedir a iminente conclusão do curso e o ingresso de uma turma de policiais militares nas atividades de Segurança Pública. Para tanto convocou uma audiência pública, mas não houve interesse no tema, nem mesmo por parte de gestores da referida segurança; na audiência pública realizada para discutir o assunto, poucas pessoas compareceram, confirmando que *o interesse do público nas questões relacionadas à segurança pública ainda é equivocado, resumindo-se a criticar sem contribuir*. Criticamos a violência cotidiana e as ações policiais, tratamos desses aspectos nas rodas de amigos, mas pouco ou nada fazemos de efetivo para mudar a realidade e estabelecer os controles sociais necessários a uma área tão relevante.

Na referida audiência Pública, da qual participamos, uma professora que, por mais de doze anos, lecionou para a “elite” das polícias civil e militar, no Curso Superior de Polícia (CSP), destinado a Pós-Graduar Delegados e Oficiais Superiores, tratando da formação do policial, abordou o conceito “*triângulo pedagógico*”, segundo o qual *a formação profissional em qualquer área deve fundamentar-se em três pilares básicos*: 1. *A compreensão dos fundamentos que regem a prática da profissão*; 2. *A simulação de situações práticas* e 3. *O desenvolvimento de habilidades específicas*. Esclarecendo esses pilares do aprendizado, a professora afirma que o primeiro (a compreensão dos fundamentos da prática) exige tempo para ser assimilado e introjetado; o segundo (simulação de situações práticas) exige o aproveitamento das experiências do dia-a-dia e o tratamento pedagógico do erro; o terceiro pilar (investimento no desenvolvimento de habilidades específicas) exige atenção nos alunos em formação para a descoberta de habilidades peculiares de cada indivíduo e investimento nas mesmas. Nenhum desses

aspectos é considerado na formação do Policial, diz a professora, o que permite concluir que a formação do policial militar é ruim, inclusive se considerarmos que o curso tem aproximadamente, quatro meses de duração e turmas numerosas, pois o Estado tem pressa em aumentar a quantidade (e não a qualidade) de policiais nas ruas.

Fato pitoresco e inusitado aconteceu durante a referida audiência pública, quando um Cabo da Polícia militar, membro da diretoria da “Associação de Cabos e soldados da Polícia Militar e Bombeiro Militar de Pernambuco”, pediu a palavra e, dirigindo-se à professora, perguntou: “*Se a Senhora ensinou a alta cúpula das Polícias e eles são como são, não respeitando nossos direitos humanos, perseguindo, ameaçando, punindo e transferindo para o interior, então desculpe-me, mas a Senhora não é uma boa professora ou eles não são bons alunos?*”. Após um riso generalizado no auditório, a professora respondeu: “*Eles são bons alunos, mas são vítimas de uma cultura institucional que atrapalha muito*”.

Laraia (2009) afirma que há várias teorias modernas sobre cultura: culturas são sistemas (de padrão de comportamento socialmente transmitidos) que servem para adaptar as comunidade humanas aos seus embasamentos biológicos (Sahlins, Harris, Carneiro, Rapaport, Vayda e outros); cultura é um sistema simbólico de criação acumulativa da mente humana (Claude Lèvi-Strauss). Para Laraia (op.cit) a cultura condiciona a visão de mundo do homem; interfere em seu plano biológico; a participação de cada indivíduo numa mesma cultura é diferente; a cultura é dinâmica e tem uma lógica própria.

Berger e Luckmann (2009), tomando a instituição como objetivação do universo simbólico, afirmam a existência dos chamados grupos heréticos que ameaçam o universo simbólico no campo teórico e a ordem institucional legitimada pelo referido universo, no campo prático. Procedimentos repressivos são utilizados contra tais grupos pelos guardiões das definições “oficiais” da realidade. Para os autores, o que se coloca é a legitimidade ou não da repressão. Eles entendem que a realidade é socialmente definida e que essas definições são sempre “encarnadas”, ou seja, são indivíduos concretos e grupos de indivíduos que definem essa realidade. Mas a definição convincente para um pode não ser para outro e nesse sentido os autores observam que especialistas do plano teórico podem usar a polícia para forçar as definições de realidade.

Os mesmos autores (2004) afirmam uma crise de sentido na modernidade em razão da modernização, do pluralismo de sentidos e da secularização, abalando as certezas e questionando as identidades e vislumbram uma saída possível pelas chamadas instituições intermediárias, que trariam as subjetividades teóricas e práticas dos indivíduos para a discussão e estabelecimento de novos sentidos.

Os agentes de segurança pública são vítimas da cultura institucional, que condiciona a visão de mundo, dentro de uma lógica peculiar, resistindo às mudanças e punindo os chamados grupos heréticos, como referido pelo diretor da associação de cabos e soldados, num contexto onde não existem instituições intermediárias que se tenham legitimado para mediar mudanças.

Sob o título “A Greve da Ordem”, Gláucio Soares, citado por Zaverrucha, Oliveira & Nascimento (2007) aborda a questão da greve nas polícias, afirmando que o direito de greve tem duas dimensões muito diferentes: uma que diz respeito aos instrumentos de barganha com os empregadores e outra relativa às ações que prejudicam terceiros, inclusive a população em geral. A primeira dimensão é geralmente aceita e não impede a legitimidade da greve, nem mesmo pelo Judiciário. A segunda, porém, é de mais difícil compreensão e torna as greves policiais menos legítimas.

Este mesmo autor (op.cit), assinala que os efeitos das greves policiais não são os mesmos em todos os contextos; países com um convívio mais pacífico entre os cidadãos, sem grandes disparidades de renda, de direitos, prestígio social e de uma cultura cívica internalizada, os efeitos das greves policiais são menores. Reportando-se ao trabalho de Cláudio Bento, no IV Seminário Brasileiro do Projeto Polícia e Sociedade, o autor afirma que a greve da Polícia, em Belo Horizonte (1997), fez os crimes aumentarem em 120%.

A greve policial no Brasil tem fatores complicadores: são múltiplos pólos negociadores (até a esfera federal se envolve), há uma divisão entre as polícias Civil e Militar e uma divisão entre os escalões: Delegados de um lado e demais policiais civis do outro, bem como oficiais de um lado e praças do outro. Poucas vezes existe unidade de luta. As punições aos grevistas dependem do poder político em torno do qual os mesmos se reúnem. Via de regra, as lideranças grevistas são cooptadas e se transformam em lideranças políticas, esquecendo os ideais.

Ainda em Zaverucha, Oliveira & Nascimento (op.cit), Anthony W. Pereira afirma que *o emprego da polícia dos EUA em ocorrências se dá em função do nível hierárquico (1, 2, 3 ou 4), ou seja, o policial de nível 1 é aquele situado logo após o curso de formação, seguindo-se do sargento, tenente e capitão. Embora seja hierárquica, a polícia nos EUA não é dualista, com a separação entre delegados e oficiais, como na América Latina. A formação e a remuneração do topo, na polícia dos EUA, não diverge muito dos níveis mais baixos de hierarquia. Tal aspecto não é observado no Brasil, onde além do número excessivo de graus hierárquicos (catorze), sobretudo nas polícias militares o emprego em ocorrências não segue o nível hierárquico.*

#### **1.6. A Segurança Pública no Estado de Pernambuco:**

As forças que integram a Segurança Pública no Estado de Pernambuco são as polícias civil e militar e o corpo de bombeiros militar. O surgimento dessas corporações remonta aos tempos do Brasil colônia. Até a vinda de Dom João VI com a Corte portuguesa para o Brasil, em 1808, não havia uma organização policial institucionalizada. A segurança nas cidades, vilas e zona rural era feita pelos chamados Alcaides (espécie de governador ou prefeito), auxiliado pelos quadrilheiros (membros de quadrilha, ou seja, de grupos de quatro ou mais cavaleiros) e capitães-do-mato (pessoas especializadas na captura de escravos fugitivos). Na verdade, os Alcaides (governadores) concentravam nas mãos os poderes executivo, legislativo, judiciário e todo o poder de polícia.

Em 10 de maio de 1808, na cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, o Príncipe Regente criou a “Intendência Geral de Polícia da Corte e do Estado do Brasil”. Este órgão seguia o modelo da polícia de Lisboa e tinha a atribuição de fazer a segurança pessoal da família real e a segurança coletiva (pública), que incluía o policiamento dos logradouros públicos, a investigação de crimes e a captura de criminosos. Ao intendente Geral competia decidir sobre as condutas ilícitas, determinar prisão ou liberdade, levar a julgamento, condenar e supervisionar o cumprimento da pena. Essa Intendência Geral marca o surgimento da Polícia Civil no Brasil.

No caso da Polícia Civil de Pernambuco, de acordo com pesquisas do historiador Carlos Bezerra Cavalcanti, o marco inaugural é o Decreto do Governo Provisório que, *em 13 de abril de 1817, criou na Capitania de Pernambuco, um tribunal de Polícia dirigido por um juiz ordinário do crime e polícia da vila e termo do Recife*. Por muito tempo, a gestão da Polícia Judiciária em nosso Estado ficou a cargo de juízes de direito (também chamados Questores de Polícia). Posteriormente, os juízes passaram a delegar a missão a outras pessoas, o que deu origem ao termo delegado. *Em 1836, lei provincial criou as prefeituras policiais e, em 1841, a chefatura de polícia. Em 3 de junho de 1931, foi criada a Secretaria de Segurança Pública*. No Governo de Jarbas Vasconcelos (1999), com a reestruturação da segurança pública no Estado, a Lei 11629, criou a Secretaria de Defesa Social (SDS), subordinando à mesma as Polícias Civil, Militar e o Bombeiro Militar. (Site [HTTP://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/história-da-polícia.html](http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/história-da-polícia.html)).

*A Polícia Militar de Pernambuco surgiu através de um Decreto Imperial datado de 11 de junho de 1825, firmado pelo Imperador Dom Pedro I, criando um Corpo de Polícia destinado à tranqüilidade e segurança pública da cidade do Recife. A motivação para a criação do referido Corpo de Polícia foi o movimento republicano revolucionário (Confederação do Equador), surgido em Pernambuco, que resultou na prisão e morte de seu líder, Frei Caneca. Esse Corpo de Polícia tinha 320 homens, um Estado-Maior, uma companhia de cavalaria e duas de infantaria. Ao longo de sua existência a Polícia Militar já adotou vários nomes: Corpo de Polícia do Recife (1825), Corpo de Guardas Municipais Permanentes, Força Policial da Província de Pernambuco (1826), Guarda Cívica (1890), Brigada Policial do estado de Pernambuco (1891), Corpo Policial de Pernambuco (1896), Brigada Militar de Pernambuco (1900), Regimento Policial do Estado de Pernambuco (1913), Brigada Militar de Pernambuco (1930), Força Policial de Pernambuco (1936) e Polícia militar de Pernambuco, em 1947. (Site [HTTP://200.238.107.167/c0portal/layout/p\\_1\\_id=PUB.1370.11](http://200.238.107.167/c0portal/layout/p_1_id=PUB.1370.11)).*

A terceira força integrante da segurança pública em Pernambuco é *Corpo de Bombeiros Militar que teve sua origem ligada ao mês de agosto de 1636, quando foi criado o primeiro serviço de extinção de incêndios da América Latina, durante o domínio holandês. Mas a institucionalização, nos moldes atuais, só aconteceu em 20 de outubro de 1887. Em 1885, O governador da Província de Pernambuco, Pedro Vicente*

de Azevedo, sancionou a lei que autorizava a criação de uma companhia de combate a incêndio, mantida através de convênios com duas empresas seguradoras. Essa situação permaneceu até 1922, quando a lei 1531 criou o Corpo de Bombeiros, que foi anexado à Polícia Militar de Pernambuco. Em 1995, através de emenda à constituição estadual, o Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco foi separado da Polícia Militar, realizando um antigo anseio de seus integrantes. O objetivo da instituição sempre foi salvar vidas e proteger o patrimônio público. Também passou por vários nomes: Companhia de Bombeiros do Recife (1887), Corpo de Bombeiros da força pública do Estado de Pernambuco (1922), Corpo de Bombeiros da Polícia Militar de Pernambuco (1947) e Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco, em 1995. (Site <http://bombeiros.pe.gov.br/ctudo-bomb-acorp-histo.html>).

*A abordagem da segurança pública como um “sistema” aparece pela primeira vez em um diploma legal brasileiro na Constituição do Estado de Pernambuco (1989), quando no Capítulo IV do Título IV trata “Do sistema de segurança pública”, enquanto a Constituição Federal de 1988 (Título V do Capítulo III) fala apenas “Da segurança pública”. Essa visão vanguardista externava o momento que o estado vivia, com o governo de Miguel Arraes (eleito em 1986, após a volta do exílio), os fluidos da chamada “constituição federal cidadã” (1988) e a necessidade de integrar as duas polícias (Civil e Militar), rivais históricas, o que contribuía para o crescimento da violência.*

O povo pernambucano, por seus deputados constituintes estaduais, avançou não só no título do capítulo “Da segurança”, inserindo a palavra “sistema” na Constituição estadual, como no parágrafo 1º do ao artigo 101 do mesmo Diploma, quando determinou que as atividades de segurança pública seriam organizadas em “sistema”, de acordo com a lei, e ainda ampliaram as finalidades da segurança pública, referidas na Constituição Federal, acrescentando entre estas “o asseguração da liberdade e das garantias individuais”. Falta garantir a ação sistêmica na prática.

Esse vanguardismo abriu espaço para que, posteriormente fosse criada a “*Secretaria de Defesa Social*” (SDS), que submeteria ao seu comando as polícias (civil e militar) e o Corpo de Bombeiros Militar (que, em 1989, ainda integrava a Polícia Militar, vindo, depois, a se separar). A gênese da referida secretaria está no *Conselho de Defesa Social* (Art.101, § 2º da Constituição do Estado de Pernambuco, de 1989). A

ação em rede é fundamental na Segurança Pública pela quantidade de órgãos envolvidos, pelas fronteiras geográficas dos Estados, pela organização do crime, pela inefável importância da informação, da inteligência e do planejamento, pelo princípio constitucional da eficiência na administração pública, entre outros.

Sintetizamos, abaixo, um quadro comparativo entre as constituições Federal e Estadual, contudo é mister ressaltar que o texto original de nossa constituição pernambucana foi modificado por emendas e a de número 04/1994 revogou os parágrafos 1º e 2º do Art. 101, ficando o aspecto sistêmico preservado apenas no título IV do Capítulo IV. Advertimos ao leitor que em 1989 o corpo de Bombeiros militar ainda integrava a Polícia Militar, razão pela qual não aparece no quadro seguinte:

CONSTITUIÇÃO DO BRASIL, 1988 Título V, Capítulo III- Da segurança Pública.		CONSTITUIÇÃO PERNAMBUCANA, 1989 Título IV, Capítulo IV- Do <b>Sistema</b> de segurança pública.
<p>Art. 144: a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio dos seguintes órgãos:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. polícia federal</li> <li>II. polícia rodoviária federal</li> <li>III. polícia ferroviária federal</li> <li>IV. polícias civis</li> <li>V. polícias militares e corpo de bombeiros militares</li> </ul> <p>§7º: lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades.</p>		<p>Art.101: a segurança pública, dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, <b>e asseguração da liberdade e das garantias individuais</b>, através dos seguintes órgãos permanentes:</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>I. polícia civil;</li> <li>II. polícia militar.</li> </ul> <p>§1º: <b>as atividades de segurança pública serão organizadas em sistemas</b>, na forma da lei.</p> <p>§2º cabe ao governo do estado, assessorado por um Conselho de Defesa Social, o estabelecimento da política de defesa social e a coordenação das ações de segurança pública.</p>

A Constituição Federal de 1988 (art. 144) define que as atividades de segurança pública (um dever do Estado) são exercidas por meio dos órgãos policiais, tendo por finalidade “a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do

patrimônio”. Legislando sobre o mesmo tema, a Constituição de Pernambuco (art. 101) acrescenta como tarefas do Estado, assegurar liberdades e garantias individuais como provimento da segurança pública. Assim, no caso de Pernambuco, o delineamento das funções originais do exercício de polícia no campo da segurança pública foi demarcado constitucionalmente e está compatibilizado com o que se define atualmente de defesa social. A aparente inovação de uma polícia protetora da sociedade, do cidadão, na verdade é uma volta da polícia ao seu sentido original, diz Zaverucha (2009).

A compreensão do caráter sistêmico da segurança pública no Estado de Pernambuco decorreu da percepção da existência de vários órgãos de segurança pública que atuavam disfuncionalmente, sem unidade lógica, com objetivos próprios, sem trocar informações, idéias, sem o mínimo de correlação e coordenação na atuação, existindo graves conflitos operacionais, principalmente entre a polícia militar e a extinta secretaria de segurança pública.

Ressalte-se que até hoje o termo polícia civil em Pernambuco demarca uma função e não uma instituição, pois até hoje, no Estado, não se criou a Lei Complementar de organização do sistema de segurança. A Secretaria de Segurança Pública, criada em 1931, subordinava a polícia militar a ela, e exercia funções de polícia civil. Mas a polícia militar separou-se da Secretaria de Segurança Pública, ficando no mesmo nível hierárquico. A lei estadual 11269, de 28.01.1999, criou a Secretaria de Defesa Social com ascendência sobre as polícias militar e judiciária (chamada polícia civil), rebaixadas a mera diretoria da referida Secretaria de Estado.

O Art.18 da vigente Constituição do Estado de Pernambuco determina que a criação e a organização da polícia civil seja feita por lei complementar e não por lei ordinária. Portanto, não existe “formalmente”, em Pernambuco, o órgão permanente do sistema de Segurança Pública chamado Polícia Civil.

O governo pernambucano, empossado em 1999 (Jarbas Vasconcelos), implementou mudanças na segurança pública, em face do crescimento da criminalidade no Estado, e da ineficácia do aparato policial estadual. Foi extinta a Secretaria de Segurança Pública (SSP), à qual estava subordinada apenas à Polícia Civil, e criada a Secretaria de Defesa Social (SDS), subordinando, além da Polícia Civil, Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros Militar.

Prefaciando a Obra de Jorge Zaverucha “Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma” (2009), *Roberto A. R. de Aguiar tece crítica aos textos escritos sobre Segurança Pública e suas instituições indicando que são, geralmente, análises de dados estatísticos sobre problemas de violência ou propostas sem fundo epistemológico, por vezes reducionistas e de respaldo positivista ou tradutoras de intenção, sem indicação de factibilidade.* Assim, circulam nos meios especializados sem qualquer acréscimo reflexivo à cidadania. Também *ignoram a dimensão política maior que está por traz das estruturas policiais e seus problemas.*

*Há, segundo Roberto Aguiar (op.cit), dificuldade de se aceitar um enfoque sistêmico e multidisciplinar para a Segurança Pública, o que redundando em pobreza de conclusões teóricas e limitações na dimensão operacional, além do isolacionismo, frente aos temas tratados, o que gera uma análise “interna corporis”, como se as instituições de segurança fossem apartadas do mundo.*

Ainda no mesmo prefácio, Roberto Aguiar, que é professor de filosofia do Direito da Universidade de Brasília e foi secretário de segurança do Distrito Federal, (1996-1998) e do Rio de Janeiro (2002), alerta que *o mundo se transformou e as estruturas estatais, em especial as policiais, pararam no tempo, seja em sua juridicidade, seja em sua gestão, seja em seu equipamento e, principalmente, no âmbito das cabeças de seus servidores formados para o exercício de práticas inúteis, violentas e não iluminadas pela ciência e tecnologia hoje disponíveis, nem se fundamentam elementos conceituais e técnicos para fazer frente à nova criminalidade contemporânea.*

Zaverucha (2009) afirma que *a polícia civil, destacada instituição coercitiva do sistema de segurança pública, de um modo geral e em particular no caso de Pernambuco, é carente de estudos institucionais e praticamente inexistente memória nesse campo. Para o autor, a maneira como a polícia funciona é um dos indicadores da falta de saúde democrática no País.*

Para Cathala (1975), segundo Zaverucha (2009):

“a polícia é um organismo muito mal conhecido no sentido de que se ignoram, geralmente, a exata natureza de sua missão, suas possibilidades reais de ação e a extrema dificuldade em desempenhá-

la. Tal ignorância não deixa de ser algo paradoxal, porquanto não existe serviço público que tenha, igual a ela, tantos contatos com a população”.

Esse desconhecimento da instituição legal e o comportamento real condenável de alguns de seus integrantes contribui para a impopularidade e menosprezo que se dedica a parte da polícia civil, diz Zaverucha (2009). E podemos acrescentar, o mesmo vale para a polícia militar.

Segundo o referido autor, a polícia recruta seus integrantes na sociedade e, nesse aspecto, espelha as marcas estruturais das relações sociais – desigualdade, injustiça e exclusão.

Para Zaverucha (op.cit), cientista político e professor nos cursos de mestrado e doutorado da UFPE — conhecendo in loco a realidade do Estado de Pernambuco — a crise da Segurança Pública decorrente da dificuldade do estado em cumprir o pacto social, ou seja, garantir a segurança da vida, em prol da qual se abdicou da liberdade, é também uma crise da democracia e tem como um dos aspectos a persistente violação dos direitos humanos, inclusive por parte do policial.

Diz o autor que *a Polícia brasileira (Civil e/ou Militar) e, acrescentamos a pernambucana, deixou de ser, se algum dia foi, solução no combate à violência e se tornou parte do problema*. Citando Bayley (1996), Zaverucha (op.cit) afirma que em países autoritários a violência policial conta com o apoio do regime político. Em países democráticos, a brutalidade policial representa uma falha na responsabilidade, seja do policial, da instituição policial, do Estado, ou dos três. Afinal, a polícia é um dos braços armados do Estado.

No Brasil e, particularmente, em Pernambuco, a transição democrática (saída do regime ditatorial militar e volta à democracia) pouco mudou as práticas convencionais, ultrapassadas, repressivas e autoritárias das polícias, as quais, sem controle democrático, continuam a desfrutar de excessiva autonomia, diz Zaverucha (2009).

O autor ressalta, ainda, que a polícia civil, a polícia militar, o ministério público, a Justiça e os órgãos penitenciários coexistem em um mesmo contexto, o da segurança pública, integrando o sistema de justiça criminal. Segundo ele, na matriz anglo-saxônica a conquista burguesa de direitos civis (proteção de indivíduos contra a opressão de

outros ou do próprio Estado) antecede os direitos políticos, segundo o qual os indivíduos controlam o Estado. Portanto, as liberdades civis foram anteriores às liberdades políticas e sociais. No Brasil, os direitos políticos avançaram, mas o poder público não consegue garantir direitos civis para todos e, no início do Século XXI, ainda persiste a expectativa de resgate da cidadania.

Na Visão do Autor, Constituição Federal de 1988, conhecida como Constituição cidadã, (da qual a constituição pernambucana de 1989 é, em grande medida, uma réplica, em nosso entendimento), não fez, até hoje, que a segurança pública deixasse de ser adjetivada de “anticidadã”. Pelo contrário, deu status constitucional à linha mestra do aparato policial, criada no regime autoritário, que aumentou a intervenção castrense (militar) nos assuntos civis da segurança pública.

*A cisão entre polícia civil e polícia militar obedeceu à lógica da defesa do Estado e não do cidadão.* Enquanto essa lógica não for desfeita, o sistema de segurança não pode funcionar nacionalmente, diz Zaverucha (2009) que, indo além, afirma o descaso de nossa elite política, com a segurança pública, comprovada constitucionalmente na medida em que o art. 144, § 7º da Constituição federal de 1988 estabelece que “A lei disciplinará a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, de maneira a garantir a eficiência de suas atividades”. Mas, como este dispositivo constitucional só foi regulamentado recentemente, estando as polícias ainda na transição de suas legislações especiais, antigas e desatualizadas para o Sistema Único de Segurança Pública (SUSP).

Outro problema abordado por Zaverucha (2009) diz respeito ao fato de que *nem a polícia militar nem a civil realizam o chamado “ciclo completo de polícia”, isto é: prevenir, patrulhar, investigar e levar culpados à justiça. Cada uma faz meio ciclo, esquecendo-se de que a segurança pública não é matemática, onde a soma de duas metades é um todo.*

A polícia militar chega ao local do crime e não pode investigar. Limita-se, quando o faz corretamente, a guardar o local do crime e espera a chegada dos investigadores. Neste lapso de espera, muito deixa de ser apurado. Qualquer policial mediano sabe que se os infratores não forem identificados por pessoas no local da

ocorrência, diminui a possibilidade de localização posteriormente. Nos países democráticos cada polícia faz o ciclo completo dentro da área geográfica onde atuam.

A Constituição Federal brasileira de 1988 contribuiu para embaralhar mais ainda as competências das polícias. O art. 144, § 4º diz que a polícia civil é dirigida por delegado de carreira, incumbindo-lhe, pela ordem, as seguintes tarefas: a função de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares. Como interpretar essas competências?

No Brasil, diz Zaverucha (2009), a Polícia Militar patrulha, prende e entrega o suposto bandido à Polícia Civil que se encarrega do auto de prisão, do inquérito e da entrega do preso ao Judiciário. Este arranjo institucional gera rivalidades, em vez de cooperação e onera os cofres públicos. *Policiais Militares acusam delegados de liberarem presos trazidos à delegacia e delegados, por sua vez, criticam os policiais militares por não saberem prender legalmente, justificando, assim, a liberação. Até o sistema de comunicação via rádio das viaturas opera em frequências diferentes.*

A Polícia Militar, embora não tenha competência constitucional investigativa, mantém um serviço reservado que investiga e até cumpre mandados de prisão. A ética dos resultados, por vezes, prevalece ao Estado Democrático de Direito.

Para Zaverucha (2009) as mudanças até aqui adotadas na Segurança pública do Estado de Pernambuco não propiciaram mudança de hábitos nem de “modus operandi” policiais e a concepção sobre segurança pública continuou como antes. A militarização da nova Secretaria, possível em razão da lei 11629/99, fez de um General de Exército o primeiro secretário de defesa social do Estado de Pernambuco, o qual fracassou e foi substituído por um Coronel da PMPE, de visão militarista a tal ponto que na greve da Polícia Militar, em 2000, vestiu-se em traje de campanha, para combater os companheiros de farda.

Segundo o referido autor, o “plano integrado de segurança cidadã de Pernambuco”, do Coronel da PMPE e secretário de defesa social, previa a criação de 320 núcleos de segurança comunitária, ou seja, uma espécie de delegacia militarizada, num visível avanço da Polícia Militar sobre a Polícia Civil. Em nosso entendimento, a partir de contato com as comunidades e policiais residentes em torno desses núcleos, os mesmos são ineficientes e ineficazes, servindo de ponto para policiais conversarem e

assistirem televisão, alheios aos problemas, bem como de uma convivência distorcida com comunitários mal intencionados que cooptam os policiais com comidas e bebidas.

Outro problema apontado pelo autor diz respeito ao fato de que *1200 delegados de polícia do Brasil não são concursados, e muitos sequer têm formação jurídica.*

Em Pernambuco, a Polícia Civil de carreira surge com a lei 6657, de 07 de janeiro de 1974, denominada “lei da Polícia Civil de carreira”, que determinou que todos os cargos iniciais só poderiam ser providos mediante concurso público. *Apesar da lei, os integrantes da 1ª turma de delegado (1974) foram, em sua totalidade, nomeados politicamente, sem concurso público e três deles sequer tinham curso superior. Apesar da lei, no Governo de Roberto Magalhães (1982-1986), 45 Bacharéis em Direito foram nomeados delegados sem concurso público, por indicação política.* Essa prática só termina em 1986, com a nomeação dos titulares, porém continua a prática de nomear suplentes de delegados e suplentes de comissário, por indicação política, sem concurso público. O Quadro desses policiais nomeados chega a ser maior que o quadro de carreira, dos concursados, em alguns momentos.

Antes de passarmos ao capítulo seguinte queremos resumir algumas idéias trabalhadas neste capítulo inicial. A inevitabilidade e imprescindibilidade do tema “segurança pública”, sobretudo no contexto da exacerbada violência que o Brasil apresenta, não tem resultado em significativas melhorias em suas políticas públicas. Criada sob a égide do colonialismo e do coronelismo, a formação de nossas instituições de segurança experimentaram regulamentos cruéis e parciais, com direito de agressões físicas e morte sobre os considerados indisciplinados. Também beberam na fonte do pós segunda guerra mundial, num mundo polarizado entre comunismo e democracia, bem como na fonte da ditadura militar, com toda sua truculência e na doutrina de segurança nacional.

*A redemocratização não se tem traduzido adequadamente nas forças de segurança, que são violentas (para fora e para dentro), obsoletas, desintegradas, mal formadas e confrontantes.* As contingências fizeram nosso país aceitar a violência da sociedade civil como contraponto à ditadura militar, sendo esta violência entendida como uma forma de libertação. Por outro lado, a partir dos anos 1980 é que se passou a ver outra dimensão da violência relacionada à fragilidade do Estado face à pobreza e à

miserabilidade de um grande contingente da população. Somente nos anos 1990 é que a violência começa a se destacar pelo viés da incapacidade da segurança pública e pela própria violência dos seus agentes, seja nas ações oficiais, seja nos grupos de extermínio e milícias. O massacre do Carandiru e a chacina da candelária são emblemáticos representantes das referidas ações.

A segurança do povo inexistente e o medo é a regra. Os que podem, usam a segurança privada, o mais das vezes exercida por policiais, numa ética inaceitável. Filmes como *Tropa de Elite I e II* fazem uma ressonância magnética da realidade da segurança pública no país, destacando, inclusive, o sofrimento de seus agentes. Recentes aproximações da sociedade em relação às políticas públicas no campo da segurança, a partir de Conselhos, Seminários, entre outros mecanismos, iniciados no governo do presidente Lula, bem como a inusitada união das Forças Federais às estaduais, em relação às operações de retomada dos morros do Cruzeiro e do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro, em novembro de 2010, ainda não produziram mudanças significativas no país. Além disso, ainda é comum a sociedade só se interessar pelas questões de segurança quando a mídia denuncia falhas e/ou ações graves impetradas pelos os agentes de segurança pública ou contra eles.

Para os propósitos de nosso trabalho, mesmo essa operação conjunta das forças federais e estaduais, no Rio de Janeiro, devem ser vistas em termos do sofrimento que causa aos agentes de segurança pública, pois férias e folgas foram cassadas, horários de repouso ignorados, riscos à vida potencializados, com evidentes possibilidades de retaliação, através de ataques a policiais, viaturas, postos de serviços e quartéis, bem como a tensão vivida durante a operação. As Forças Armadas, com seus blindados, tomaram os morros, mas a caça aos traficantes nos becos, vielas e esconderijos ficou a cargo dos agentes de segurança pública estaduais.

Voltando aos problemas das forças de segurança pública no Brasil, destacamos que o modelo de “Policia Profissional” ainda não chegou adequadamente ao país. Falha-se na organização, no controle, no planejamento, na otimização dos recursos existentes, na precariedade de equipamentos e tecnologia, na fragilidade da seleção e formação, na ingerência política.

*A democracia assentada no estado democrático de direito não se firma no campo da segurança pública, não só pelas dificuldades das instituições de segurança em fazer a sociedade respeitar os direitos e garantias individuais e fundamentais e o arcabouço legal, mas também pela dificuldade delas mesmas respeitarem.*

Em Pernambuco, não obstante os esforços do governo estadual, os problemas antigos persistem em boa medida e basta reportar ao caso do policial federal morto por policiais civis, nos primeiros dias de 2011 para se perceber o quanto se precisa mudar. A animosidade histórica entre as Polícias Civil e Militar está adquirindo um componente a mais, a Polícia Federal. Não é preciso ser especialista para saber que é desestimulante ter um delegado Federal comandando as duas polícias, numa demonstração de desprestígio aos profissionais que o Estado forma. Mas, não é possível conciliar tal aspecto quando se tem duas polícias (a Civil e a Militar) e uma não se sente bem em ser comandada por um integrante da outra. A fusão, que solucionaria muitos problemas não acontece porque uma teria que sucumbir. Mas as cúpulas de ambas olham seus privilégios e não a segurança pública.

Daí a idéia de que *a segurança pública não oferece segurança*, nem mesmo a seus agentes, às voltas com enfrentamentos, tratamentos desiguais, passeatas por isonomia salarial e sentimentos de revolta que se somam às várias vivências negativas enfrentadas nas atividades de segurança e na convivência institucional.

A graphic for Chapter 2. It features a yellow rectangular box with the word "CAPÍTULO" in blue, bold, uppercase letters. Below this box is a larger, light blue square with a white border and a subtle gradient. Inside this square is a large, blue, stylized number "2".

“O policial de um modo geral, e mesmo os da CIOE, não estão preparados emocionalmente para lidar com as situações com as quais se deparam. Não é uma política institucional o trabalho emocional” (Entrevistado Desafio).

## **CAPÍTULO II. SEGURANÇA PÚBLICA E SEGURANÇA EMOCIONAL:**

### **2.1. Segurança pública e Psicologia:**

Minayo, Souza & Constantino (2008) afirmam que no estudo dos problemas de saúde de um determinado grupo populacional (no nosso caso, os agentes de segurança pública) três expressões são comumente utilizadas: *condição de saúde*, *situação de saúde e estilo de vida*. A primeira expressão define elementos (ambientais, sociais, políticos e culturais) indispensáveis ao desenvolvimento benéfico para o ser humano; a segunda diz respeito a como a pessoa se encontra em termos de saúde, uma vez que fatores ligados à condição de saúde vão interferir nesse estado; a última expressão traduz como determinada pessoa ou grupo se conduz, em termos de atitudes e comportamentos, diante das condições existenciais e está ligada, de regra, ao status social, profissão, gênero, faixa etária, entre outros elementos

O foco do nosso trabalho é a *saúde emocional dos agentes de segurança pública*, porém entendemos que o trinômio “*saúde física*”, “*saúde emocional*” e “*risco profissional*” são indissociáveis. Iniciaremos nossa tarefa neste capítulo aproximando a psicologia da segurança pública.

No contexto de preparação para a “Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública” (CONSEG, 2009), o Conselho Federal de Psicologia (CFP) realizou em Brasília-DF, o Seminário temático “*Segurança Pública e construção de subjetividades*”. Tratando de “*Segurança Pública e Psicologia*”, o Seminário trouxe à tona a

contribuição do saber psicológico na mudança de rótulos e do tratamento individualizado dos atores envolvidos no sistema da segurança pública, com especial destaque ao policial e àqueles tidos como infratores. Rótulos e visão individualizada tem sido ideologicamente a forma predominante de conceber o lugar da Psicologia na compreensão do fenômeno da segurança pública. A crítica é corroborado por Bock (1999), ao discutir a institucionalização da Psicologia:

“O psicólogo não pode mais ter uma visão estreita de sua intervenção, passando-a como um trabalho voltado para um indivíduo, como se este vivesse isolado, não tivesse a ver com uma realidade social, constituindo-a e sendo construído por ela. Vamos acabar com a idéia de que o mundo psíquico não tem nada a ver com o mundo social. Que o sofrimento psíquico não tem nada a ver com as condições subjetivas de vida.”. (Bock, 1999, p.14).

No mesmo sentido, o Conselho Federal de Psicologia (CFP), no evento supracitado afirma conceber a Segurança Pública com base no fortalecimento de laços sociais e na garantia de direitos humanos fundamentais.

São muitos os desafios, tornando-se urgente que os psicólogos reflitam sobre o lugar que querem ocupar no exercício profissional na esfera da segurança pública, pois a depender das posições assumidas sustentar-se-á a *matriz “conservadora repressiva”* que se instaurou historicamente nos quadros da segurança pública, ou se trabalhará para um processo de transformação.

Em sua proposta de discutir a prática profissional do Psicólogo com diferentes segmentos da sociedade, tomando por norte direitos humanos e sua garantia, respeito à diversidade e compreensão sistêmica, não individualizante, dos conflitos sociais, o Conselho Federal de Psicologia, diante da notícia da convocatória do Ministério da Justiça para a *Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública*, mobilizou-se com a categoria, a sociedade civil e trabalhadores do campo da segurança pública para discutir os documentos propostos pelo I CONSEG, na busca de consolidar um modelo de segurança pública cidadã centrada na tríade: participação, prevenção social e repressão qualificada. Naquela ocasião, as discussões foram agrupadas em torno de 7 eixos temáticos ou princípios e 21 diretrizes, assim discriminados:

1. **Eixo temático** : Gestão democrática: controle social externo e federalismo:

Este eixo caracterizou-se pela “defesa do fortalecimento da participação da sociedade civil, via conselhos comunitários’ que atuam segundo o princípio do controle externo (accountability) e das conferências nacionais, com vistas a possibilitar: 1) Gestão democrática e participativa de alta densidade; 2) Descaracterização do aparelho repressivo do estado como instância única de resolução de conflitos; 3) Transparência na segurança pública pelo acompanhamento das ações governamentais nessa área, de um modo geral, e de controle da criminalidade, em especial.

2. **Eixo temático:** Financiamento e gestão da política pública de segurança:

Neste eixo foi afirmado que tanto o financiamento privado da segurança pública como a modalidade de segurança privada precisam ser monitoradas, pois ameaçam o monopólio do uso legítimo da violência física, restrito ao Estado, considerando, ainda, que há um mercado oportunista, em ascensão, que se alimenta da insegurança generalizada.

3. **Eixo temático :** Valorização profissional e otimização das condições de trabalho:

*Aqui se defende a qualificação dos agentes da segurança pública*, considerando práticas violentas e abusivas praticadas por eles contra o cidadão, como torturas, reconhecendo, também, que muitas vezes o policial serve de expurgo das mazelas sociais acumulando no imaginário social o papel de justiceiro e de vilão. Para enfrentar essas questões é preciso promover para os agentes de segurança pública saúde e educação cidadã, numa perspectiva multidisciplinar, incentivando o ingresso de equipe multiprofissional nos quadros da segurança pública.

4. **Eixo temático:** Repressão qualificada da criminalidade:

Enfrentamento da criminalidade com ênfase nas políticas de segurança comunitária, pois o policiamento de proximidade permite exercício dialogado das competências de cada ator social envolvido no processo de segurança, e incentivo à formação de conselhos comunitário que procurem a resolução de conflitos, com o envolvimento desses diversos atores sociais.

5. **Eixo temático** Prevenção social do crime e das violências e construção da cultura de paz:

O foco prioritário da segurança pública deve ser a promoção da segurança como garantia de direitos e não como repressão ao crime. O endurecimento da legislação repressiva, como a redução da maioridade penal não responde ao fenômeno complexo e estrutural da violência, dirigindo-se apenas a grupos de menor trânsito político e econômico. É preciso maior investimento em programas psicossociais, como forma de envolvimento comunitário e de resgate da competência na promoção da segurança pública, acionando o Estado somente como instância última na resolução de conflitos. A mídia, com seu alarmismo, tem contribuído para a cultura do medo e da repressão violenta e a exposição freqüente de formas violentas de resolução de conflitos comprometem o desenvolvimento de uma cultura de paz; necessita-se, portanto, de uma mídia cidadã. O Estado precisa desarmar-se mais, sobretudo intervindo na produção, comércio e circulação de armas.

6. **Eixo temático** : Diretrizes para o sistema penitenciário:

Sob esta rubrica, o Seminário “segurança pública e construção de subjetividades” repudia os crescentes investimentos em presídios de segurança máxima, em detrimento de programas comunitários e de penas alternativas, em razão da ineficiência histórica da penitenciária para resolver o problema da criminalidade. A idéia é buscar novas formas de responsabilização que permitam o fim das prisões. Condena-se a superlotação dos presídios, a medicalização ostensiva e as práticas de tortura em delegacias e penitenciárias. Defende-se melhores condições de saúde para os que estão privados da liberdade; critica-se o monitoramento eletrônico; defende-se a extinção do exame criminológico por ser estigmatizador e violador dos direitos humanos; defende-se o atendimento especializado à mulher privada da liberdade, com destaque para as que dão a luz durante a pena, direito à liberdade afetiva e sexual, bem como à diversidade sexual das populações carcerárias

7. **Eixo temático** : Diretrizes para o sistema de prevenção, atendimentos emergenciais e acidentes:

As diretrizes levantadas sugerem maior investimento no planejamento urbano sustentável como prevenção e diminuição do impacto dos acidentes, emergências e

desastres; a padronização e o aprimoramento das técnicas e serviços prestados à sociedade brasileira, elaborando protocolos de atendimento e produção de conhecimento e de estratégias de ação; criação, ampliação e reformulação de estruturas de cuidados para as vítimas de acidentes, emergências e desastres, com acompanhamento biopsicossocial dos indivíduos afetados; ampliação e qualificação do quadro de profissionais nos órgãos operacionais de emergências e desastres, inclusive garantindo o recurso financeiro para esse empreendimento.

Finalmente, no referido Seminário “Segurança Pública e construção de subjetividades”, a Psicologia afirma, através de seus profissionais e da entidade máxima, o Conselho Federal de Psicologia e diversos regionais, sua disponibilidade para contribuir com a segurança pública, segundo os seguintes parâmetros: Garantia ampla e irrestrita de direitos, incentivo ao laço comunitário como alternativa ao modelo jurídico-repressivo, declaração da ineficácia da força policial na resolução de conflitos sociais, a rediscussão do papel da Psicologia no esforço de ruptura com a matriz conservadora que a colocou como um saber classificador e agenciador de tratamentos estritamente individualizantes, para os fenômenos sociais complexos e sistêmicos.

## **2.2 Segurança Pública e Adoecimento:**

A “saúde dos trabalhadores no Brasil” é um tema recente e, nesse contexto, a saúde emocional desses trabalhadores, tema mais recente ainda.

Na II Conferência Nacional da Saúde do Trabalhador (1994), num painel específico sobre “saúde mental e trabalho”, Leny Sato (1994) citada por Ramminger & Nardi (2007), representando do Departamento Intersindical de Estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), afirma que *há décadas se reconhece internacionalmente que determinadas formas de organização do trabalho são nocivas à saúde mental*. Informa que no Brasil, na década de 1980, os pesquisadores da área de saúde mental puderam trazer contribuições no campo da saúde do trabalhador, ainda que *“saúde mental e trabalho”, não tem sido tema prioritário de várias categorias*.

No mesmo painel, Pérsio Dutra (1994), citado por Ramminger & Nardi (op.cit.) do DIESAT, afirma que *a saúde mental do trabalhador não é uma preocupação do*

*movimento sindical e que esses problemas mentais chegam aos sindicatos travestidos de problemas orgânicos ou funcionais com a chefia ou a organização do trabalho em geral, ou ainda atritos interpessoais fora do trabalho.* Ele relaciona o trabalho e sua organização com o aparecimento dos agravos mentais. Diz que os médicos de empresas nunca reconhecem umnexo entre o problema e o trabalho, e que tanto sindicatos como profissionais da rede pública não estão preparados para essa defesa. Em relação à saúde do servidor público indica a necessidade de se garantir ações do sistema de vigilância e fiscalização nas instituições públicas.

A Secretaria Nacional de Segurança Pública do Ministério da Justiça (SENASP/MJ), no curso “Saúde ou doença: de qual lado você está?” (2009), destinado aos trabalhadores da segurança pública e defesa social, inicia seu conteúdo com a seguinte epígrafe: *“Trabalhar em segurança pública e defesa social por si só já é um risco à saúde do indivíduo, visto que essas profissões são consideradas perigosas”*.

O referido curso relaciona como requisitos para os agentes de segurança pública e defesa social: *autocontrole, boa disposição física, boa saúde, capacidade de comunicação, de cumprir ordem e determinações, de lidar com o público, de lidar com situações adversas, de pensar e agir sob pressão, bem como coragem, disciplina, discrição, equilíbrio emocional e resistência física.*

O trabalho do policial é caracterizado como exaustivo e demandante de contínua atenção. Essas peculiaridades, segundo o documento, podem trazer conseqüências de natureza psicológica, fisiológica e legal. Esse trabalhador enfrenta grandes desafios para cumprir sua missão da melhor maneira possível, sem comprometer sua saúde física e mental. Vive, cotidianamente, um embate entre as prescrições e exigências na realização das tarefas e a parca disponibilidade de recursos materiais e tecnológicos. Além disso, há interferências de fatores como quantidade e qualidade dos efetivos profissionais, a situação das instalações físicas, o apoio humano, a jornada de trabalho cuja folga compense o desgaste físico e psíquico da função, a harmonia no local de trabalho, a valorização profissional permanente e o espírito de equipe.

*A saúde e a segurança do trabalhador em segurança pública não é contemplada pelas várias legislações sobre o tema existentes no Brasil, uma vez que os agentes de segurança são trabalhadores estatutários e a eles não se aplicam as regras da*

Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT), nem a lei da seguridade social (Lei 8112/91), nem a lei que trata dos planos de benefício da seguridade social (Lei 8213/91), nem a lei orgânica da saúde (8080/90). Apenas a eles se aplica a Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador (PNSST/2004), não por uma deferência específica, mas por ser aplicável a todo trabalhador. Porém, o documento que contém a referida política reconhece que o atual sistema de segurança e saúde do trabalhador carece de medidas que incentivem a prevenção, responsabilizem empregadores e, entre outros aspectos, possibilite um melhor gerenciamento dos fatores de riscos ocupacionais, pois o próprio Art. 7º, XXII, da Constituição Federal de 1988, já prevê a redução dos riscos inerentes ao trabalho, por meios de normas de saúde, higiene e segurança.

Não é difícil perceber que o *risco de agravo à saúde ou mesmo de morte* está na interface entre *condições de vida* e *condições de trabalho*. Nesse sentido é importante perceber, como afirmam Minayo, Souza e Constantino (2008) que há um “*culto ao risco*”, como se pode verificar até nos hinos das instituições de segurança pública. O agente de segurança pública também percebe esse risco, constante e diuturno, quando afirmam que ser policial já é um risco, dizem os autores. Segundo eles esse risco é tanto epidemiológico (probabilidade de ocorrência de lesões, traumas e mortes) quanto social (ligado à escolha profissional, onde fica implícito o gosto pelo afrontamento e pela ousadia). Citando Gomes et al (2005), os autores afirmam que os policiais têm sempre “seus corpos expostos e seus espíritos não descansam”. *Até dentro das instituições os agentes de segurança pública vivem em risco e os autores revelam que ao falarem sobre as relações no ambiente de trabalho, os policiais afirmam viverem “uma paz armada”*. Para muitos policiais a adrenalina do inusitado vicia e motiva para a ação, constata os autores em sua pesquisa. Muniz (1999, p.191) chama a atenção para “O espírito aventureiro, o dinamismo, a canalização das energias pelas ações, o encantamento da superioridade e a disponibilidade para enfrentar os riscos”, típicos da juventude e integrantes do “ethos” operacional. Amador e cols. (2002) relatam que a instituição policial incute em seus membros, como estratégia defensiva, superpoderes. Esses autores utilizam a categoria “ironia do medo” para revelarem que os policiais que manifestem tal sentimento têm que se calar, não se manifestar, pois se assim não o for ficam excluídos.

Minayo, Souza e Constantino (op.cit), tratando dos *riscos reais de vitimização* dos policiais, considerando o ano de 2004, no Estado do Rio de Janeiro, afirmam que as *injúrias mais freqüentes* aos policiais durante ocorrências são *agressão verbal*: 30% dos policiais civis e 38,6% dos policiais militares; *queda*: 11,1% dos policiais civis e 24,6% dos policiais militares; *tentativa de homicídio*: 10,3% dos policiais civis e 18,8% dos policiais militares; *agressão física*: 8,2% dos policiais civis e 10,3% dos policiais militares. Tomando os mesmos eventos e considerando dois grupos de policiais militares, o primeiro formado por “*oficiais, suboficiais e sargentos*” e o segundo por “*cabos e soldados*”, os autores constataram na *agressão verbal*: 31,5% no primeiro grupo e 46,4% no segundo; *queda*: 19,3% no primeiro grupo e 24,8% no segundo; *tentativa de homicídio*: 13,4% no primeiro grupo e 25,4% no segundo; *agressão física*: 10,8% no primeiro grupo e 13,12% no segundo grupo.

Considerando o período de 2004 a 2006, em relação a todos os policiais militares vitimados com *morte* no Rio de Janeiro, os autores afirmam que: 55,3% eram *soldados*; 8% eram *sargentos* e 5,6% *oficiais e suboficiais*. Considerando no mesmo grupo *cabos e soldados* o percentual foi de 31,1%.

Os mesmos autores (op.cit) indicam como *principais fatores de elevação dos riscos de violência contra os policiais militares* do Rio de Janeiro: o *tempo de serviço* (policiais com até dez anos têm 2,4 a mais de risco que os mais antigos); *deficiências auditivas e nevralgias* (a deficiência auditiva aumenta em três vezes o perigo e as nevralgias, que significam sofrimento físico associado a sofrimento mental, pela vivência de situações de violência, em 4,1 vezes); e o *exercício de outra atividade laboral* aumenta o perigo em 4,9 vezes. Em relação à polícia Civil, três variáveis também se mostraram importantes: *exercício de trabalho sem treinamento* (aumenta o perigo em 2,3 vezes); *realização de trabalho fora da instituição e sem descanso* (aumento de cinco vezes no perigo de violência); e o *estresse freqüente* (aumenta o risco de sofrer violência em 3,4 vezes).

Referindo-se às condições físicas de policiais militares do Rio de Janeiro, Minayo, Souza e Constantino (op.cit) relatam que no grupo que inclui “*oficiais, suboficiais e sargentos*” 47,1% estavam com *sobrepeso* e 23,4% eram *obesos*; no grupo de “*cabos e soldados*” 48,3% estavam com *sobrepeso* e 15,6% eram *obesos*. Em relação ao consumo de gordura, 38,1% do primeiro grupo estavam no nível alto e no

segundo grupo esse nível era de 46,6%. Quanto à *prática de atividades físicas*, 25,8% do primeiro grupo e 25,6 do segundo não praticam atividade física e 25,9% do primeiro e 25,3 % do segundo praticam atividade física de três vezes no mês a poucas vezes no ano.

Os *problemas de saúde física mais encontrados*, segundo os autores, eram: problemas de visão, dores frequentes no pescoço, costas e coluna; dores de cabeça frequentes e enxaquecas; deficiência auditiva; hipertensão arterial, torção ou luxação de articulação; rinite alérgica e sinusite; alergia de pele; gastrite crônica e indigestão frequente; entre outras.

No campo da *saúde mental*, os autores referem que o problema mais citado pelos policiais militares do Rio de Janeiro como afetando a saúde mental é o *estresse*. Explicam que o termo quer traduzir os “*estressores psicossociais*” ou seja, valores e circunstâncias do ambiente em que o indivíduo está inserido, capazes de perturbar seu comportamento normal ou exacerbar um transtorno psíquico. O termo “*transtornos psiquiátricos menores*” designa vários tipos de sintomas que traduzem sofrimento. Já o Transtorno de Estresse Pós-Traumático (Tept) designa uma manifestação intensa de ansiedade precipitada por um trauma.

Em relação ao *estresse no trabalho*, Beehr (1998) afirma que esse fenômeno é tão complexo que deveria ser uma área de estudo e não uma variável. Glowinkowski e Cooper (1997) referem como estressores a repetição de tarefas, a pressão do tempo e a sobrecarga, o relacionamento no trabalho entre colegas de mesmo nível hierárquico e superiores. Cooper e Cartwright (2001) afirmam que no futuro o estudo do estresse no trabalho poderá ser substituído pelo estudo das emoções no trabalho, ressaltando a importância do fator emocional. Paschoal & Tamayo (2004) e Tamayo et. al (2002) mostram que muitas respostas psicológicas enfocadas nas investigações sobre estresse ocupacional realçam o papel negativo da insatisfação, da ansiedade e da depressão. Além disso, a impossibilidade de expressar o sofrimento, segundo Brant & Minayo-Gomez (2005) acaba entrando em sinergia com várias formas de adoecimento. Nesse sentido, como afirmam Jones & Kinman (2001) e Kahn & Byosiere (1992), problemas gastrointestinais, disfunções cardíacas, insônia e irritação, por exemplo, têm sido assinaladas como conseqüência de estressores organizacionais ou estão vinculados a respostas pessoais a condições adversas de trabalho.

Minayo, Souza e Constantino (op. Cit) relacionam os sofrimentos psíquicos dos policiais militares cariocas da seguinte forma: nervosismo, tensão e agitação (mais de 53% de ambos os grupos); dorme mal (mais de 53% de ambos os grupos); sentimento de tristeza (41,8% dos oficiais e suboficiais e 37,4% dos cabos e soldados); dores de cabeça freqüentes (34,5 do primeiro grupo e 39,8% do segundo); dificuldade para realizar com satisfação as atividades diárias (mais de 34% em ambos os grupos); cansa-se com facilidade (34,1% do primeiro grupo e 31,5% do segundo grupo); dificuldade de pensar com clareza (29,1% do primeiro grupo e 20,0% do segundo grupo); assusta-se com facilidade (mais de 26% de ambos os grupos); má digestão (mais de 25% de ambos os grupos); perda de interesse pelas coisas (mais de 23% de ambos os grupos); dificuldade em tomar decisões (22,7% no primeiro grupo e 19,8% no segundo); dificuldade com o serviço (mais de 20% de ambos os grupos); pensamento suicida (7,9% do primeiro grupo e 5,6% do primeiro). Considerando-se os mesmos fatores em relação à polícia civil, constata-se que embora estejam relativamente aproximados os percentuais, os policiais militares apresentam percentuais maiores na quase totalidade dos fatores.

Em relação ao consumo de fumo e álcool: 25,4% do primeiro grupo e 16,5% do segundo não fumam: 48,6% do primeiro grupo ingerem bebida alcoólica e 44,3% do segundo grupo também). O consumo de outras drogas como tranqüilizantes, emagrecedores, sedativos, barbitúricos, maconha, cocaína, crack, anabolizante e outras drogas são referidas. É interessante observar que quanto ao consumo de cocaína e crack o percentual é de 2,1% no primeiro grupo (oficiais e suboficiais) e 1,1% no segundo (cabos e soldados).

Monteiro (2007), no artigo “Bombeiros: Um olhar sobre a qualidade de vida no trabalho”, entrevistando bombeiros de São Leopoldo-RS conclui que a valorização interna tem caído: a remuneração declina ao longo dos anos, as promoções não seguem critérios, necessidade de complementar a remuneração com outras atividades e falta de momentos de confraternização em equipe. Quanto às condições de trabalho, faltam recursos e de treinamento e capacitação, há desgaste físico e emocional, faltam momentos adequados de escuta, há medo de gozações, prejuízos com mudança de comando; não desligar nunca, estando num ou noutro emprego; o regime militar

(historicamente visto como castrador); no setor privado o empregado é chamado colaborador e no público servidor.

### **2.3 Trabalho, Saúde Mental e Ação clínica Psicológica:**

Albornoz (1996), tratando dos sentidos do termo trabalho, no cotidiano e em diversos idiomas, afirma que o mesmo, às vezes, é associado a emoções como dor, tortura, suor no rosto, aflição e fardo e transformação da matéria natural em objeto de cultura. Para a autora, trabalho “é o homem em ação para sobreviver e realizar-se, criando instrumentos e com esses, todo um novo universo cujas vinculações com a natureza, embora inegáveis, se tornam opacas” (op.cit, p.8). Ainda, segundo ela, no grego a palavra trabalho pode significar esforço ou pena; no latim pode significar a ação de fazer ou o produto desta ação; sentidos semelhantes ao latim se encontram no francês, no italiano, no espanhol, no alemão e na língua portuguesa.

A etimologia da palavra trabalho advém do latim “tripalium”, que deriva do latim vulgar “tripaliare”, que significa torturar. O “tripalium” era um instrumento com três pontas aguçadas de pau ou de ferro que servia para o agricultor bater no trigo, no milho, no linho, esfiapando-os. Assim, a idéia de sofrimento é muito associada ao termo trabalho. Também, ao longo da história, o trabalho foi associado à escravidão, a atividade inferior (não nobre) e a punição pela desobediência a Deus, como no livro de Gênesis (capítulo 3, versículo 17, da Bíblia Cristã). Só com o advento do protestantismo, em 1517, é que o trabalho passou a ser entendido como digno e desejável.

Seja como atividade escrava ou livre, como algo indigno ou digno, como processo ou como produto, não se pode negar a importância do mesmo na vida do homem. Para Tittoni (1994) *o trabalho marca a vida das pessoas, pois estas instituem modos de pensar e agir que têm nas organizações de trabalho, um referencial essencial*. Assim, compreender os modos de ser sujeito exige uma reflexão sobre o importante papel do trabalho na constituição das subjetividades.

Esses modos de ser sujeito exigem um esclarecimento ao leitor: Ana Lúcia Francisco, em sua disciplina “Cultura e Subjetividade”, apoiada nas idéias de Guattari e

Rolnik (1993), lembra que *a subjetividade se expressa como “modos de sentir, de pensar, de agir, enfim, de estar no mundo”*. Sua construção não se reduz ou centraliza-se no indivíduo, mas depende de um campo de forças em que o psicológico é parte deste campo. A subjetividade é produzida por agenciamentos de enunciação (discursos verbais e não-verbais) envolvendo, portanto, aspectos intra e extrapessoais.

Seligmann-Silva (1994, p. 46) afirma que *o trabalho tanto poderá fortalecer a saúde mental quanto levar a distúrbios* que se expressam coletivamente em termos psicossociais e/ou individuais, em manifestações psicossomáticas ou psiquiátricas, em suma a sacrifício.

Gui (2002), analisando fontes de sofrimento e prazer em profissionais de recursos humanos de uma empresa pública do país observa que experimentam conflitos entre seus valores pessoais e os da organização, medos e ansiedades por pensarem que podem contrariar concepção da empresa e sofrimento pela impotência do papel. No campo do sofrimento relacionam: Carga de trabalho excessiva e pressão; conflitos entre valores pessoais e da empresa; restrições que a organização coloca; não atender às expectativas das pessoas e o fato de ser de uma categoria profissional sem força. No plano do prazer: serviço diversificado e de resultados; ter espaço para atuar conforme acredita; ver o desenvolvimento das pessoas; ter o reconhecimento das pessoas; realizar um trabalho apaixonante.

Dejours, Dessors e Desriaux (1993:10) afirmam que:

“a saúde mental não é, seguramente, a ausência de angústia, nem o conforto constante e uniforme. A saúde é a existência da esperança, das metas, dos objetivos que podem ser elaborados. É quando há o desejo. O que faz as pessoas viverem é o desejo, e não só as satisfações. O verdadeiro perigo é quando o desejo não é mais possível”.

Mendes & Tamayo (2001) ressaltam que pela condição humana de se buscar o prazer e evitar o sofrimento muitas estratégias são utilizadas pelo trabalhador. Dejours (1992) cunhou o termo “ideologia defensiva” para se referir a uma construção social que possibilita dominar e fazer desaparecer da consciência o sofrimento.

Ferreira & Mendes (2003), referindo ao termo cunhado por Dejours, explicam que as “*estratégias defensivas*” que integram a referida ideologia são mecanismos muitas vezes inconscientes, individuais e/ou compartilhados de negação e/ou

racionalização do sofrimento e do custo humano negativo, decorrentes das contradições e conflitos vivenciados em determinado contexto de trabalho. As autoras alertam que, apesar dessas estratégias protegerem a integridade física e a do psiquismo, seu uso constante pode produzir alienação ou fracasso como estratégia, gerando doenças psicossomáticas, perturbações psíquicas, como o desenvolvimento de reações neuróticas, doenças ocupacionais, estresse e depressão.

Ainda tratando da relação trabalho e saúde, Vazques-Menezes (2004) afirma que o trabalho interfere na vida do indivíduo como um todo, inclusive na relação saúde/doença e, em alguns casos, no aparecimento de problemas físicos e psíquicos, havendo uma multiplicidade de fatores objetivos e subjetivos nesta questão.

Castel (2008) afirma que o trabalho é um elemento privilegiado de inscrição no social e que a falta deste também provoca sofrimento psíquico; assim, a sujeição às suas condições perpassa pelo medo da perda do emprego, o que justifica o esforço e o investimento físico e psíquico para não ser excluído do sistema de trabalho.

Vazques-Menezes (op.cit) destacam a “*síndrome de Burnout*” que atinge, geralmente, categorias de risco (profissionais da saúde, educação, policiais, e agentes penitenciários, entre outros), cujas características são ansiedade, melancolia, baixa autoestima, sentimento de exaustão física e emocional, comprometimento das relações afetivas e sociais. Ainda caracterizando a síndrome, o autor explica que se o indivíduo está em casa, pensa no trabalho e se está no trabalho, não vê a hora de voltar para casa e sair da sensação de impotência.

Na mesma dimensão da ambigüidade no campo do trabalho, Ferreira & Mendes (op.cit) afirmam que o prazer nas organizações pode ocorrer atrelado a uma sublimação que ressignifica o sofrimento . Para Codo (2006), o trabalho só é capaz de produzir sofrimento por ser capaz de emprestar prazer.

Zanelli (2002) alerta que *o discurso do trabalhador é cheio de enunciados técnico-operacionais, dentro do espírito calculista da lógica capitalista e que, por vezes, na fala, encobre as dores e incômodos*. O autor adverte que se o psicólogo estiver contaminado pela linguagem operacional também não vai perceber o sofrimento encoberto. Essa constatação é relevante, pois a ação clínica psicológica precisa atentar para ambos os aspectos. Nas instituições de segurança pública esses aspectos se tornam

ainda mais importantes pela prática institucional de tolher a fala sobretudos dos escalões inferiores.

Jacques (1999) afirma que existem principalmente três principais perspectivas psicológicas no campo do trabalho, com diferentes filiações epistemológicas, teóricas, metodológicas e temáticas: *A psicologia organizacional, a institucional e a do trabalho*. A primeira é mais identificada com recrutamento e seleção de pessoal, treinamento, avaliação de desempenho e outras rotinas da área de Recursos Humanos. A segunda, de acordo com Guirado (1986), não se restringe ao campo do trabalho, mas escolas, hospitais, empresas, comunidades; enfatiza a instituição como um todo, ao tomá-la como objeto de intervenção; percebe o sujeito como constituído e constitutivo das relações institucionais; como um elemento na estrutura institucional e não no aspecto de sua capacidade individual. Já a psicologia do trabalho preocupa-se com a saúde mental do trabalhador.

Para Jacques (2003) *saúde mental e trabalho podem ser relacionados segundo quatro grandes enfoques: as teorias sobre estresse; a psicodinâmica do trabalho; as abordagens com base na epidemiologia e os estudos sob subjetividade e trabalho*. Para o autor, a grande contribuição do primeiro enfoque foi desvelar o vínculo entre trabalho e saúde mental.

França e Rodrigues, citados por Figueiras e Hippert (2002), *definem o estresse relacionado ao trabalho como situações em que a pessoa percebe seu ambiente de trabalho como ameaçador às suas necessidades de realização pessoal e profissional e/ou saúde física e mental, prejudicando a interação deste com o trabalho e com o ambiente de trabalho, na medida em que esse ambiente contenha demandas excessivas a ela ou que ela não detenha recursos adequados para enfrentar tais situações*.

Segundo Jacques (op.cit.), a abordagem da relação entre “*saúde mental e trabalho*” ligada ao “*estresse*” trabalha predominantemente com vínculos quantitativos, usando o referencial teórico cognitivo comportamental e vê o trabalho como desencadeante do processo de adoecimento; as “*abordagens epidemiológicas*” buscam identificar quadros epidemiológicos ligados a determinadas categorias profissionais, nexos causais entre sintomas psicológicos e situações de trabalho (como exemplo temos os estudos de Codo, 1994, 1997, 2002); o campo da “*subjetividade e trabalho*”, segundo

Nardi, Tittoni & Bernardes (1997), tem por objetivo analisar o sujeito trabalhador definido a partir de suas experiências e vivências adquiridas no mundo do trabalho, como ele vivencia sua atividade, suas relações pessoais e hierárquicas, o ambiente de trabalho e outros elementos do cotidiano do trabalho. Para Fonseca, citado por Nardi, Tittoni e Bernardes (op.cit) este campo constrói-se no tensionamento entre dicotomias *indivíduo-coletivo* e *objetivo-subjetivo*, buscando ampliar análises sociais que enfatizam as determinações sócio-históricas para a dimensão da cultura e da ética. Por fim, a “*psicodinâmica do trabalho*” estuda as representações dos trabalhadores e suas experiências no cotidiano do trabalho, sendo fortemente influenciada pela psicanálise. O principal autor é Dejours (1988, 2002). Privilegia o estudo da normalidade e não da patologia. Busca entender como os trabalhadores mantêm certo equilíbrio psíquico mesmo diante de condições desestruturantes de trabalho. Para Dejours, o *sofrimento é um espaço intermediário entre o funcionamento psíquico de um lado e as pressões do outro e acontece pela mobilização da história singular do sujeito ao encontrar-se com as condições de trabalho que na maioria das vezes independe da vontade*. O trabalho é, portanto um mediador de saúde que pode conduzir o sofrimento para o lado criativo ou patogênico e nesse segundo aspecto é um fragilizador da saúde, diz o autor.

Se o trabalho produz dano à saúde mental, a clínica psicológica, como uma forma de cuidar voltada a essa área precisa ter seu lugar. Nesse sentido, Deusdedit-Júnior (2007), relacionando clínica psicológica e trabalho, afirma que os estudos nessa área ainda são escassos e a maioria deles procuram relacionar especificidades do trabalho com tipos de agravos à saúde mental.

Segundo Nardi (1996, p. 80), estando o psicólogo do trabalho pautado pela lógica do capitalismo pode-se dizer que a doença passa a ter como aspecto central, não o sofrimento do paciente, mas sua capacidade ou incapacidade para produzir.

Mesmo após 1987, quando foi lançado, no Brasil, “A loucura do Trabalho”, de Christophe Dejours, mobilizando o interesse de vários pesquisadores sobre o tema (Mendes, 2001; Fonseca, 2006; Vieira, 2007) continua o afastamento entre as duas áreas (“saúde mental e trabalho” de um lado e a “clínica psicológica” do outro). De acordo com Zanelli (op. cit), até os anos 1980, os psicólogos que atuavam nas organizações não se diferenciavam muito dos outros trabalhadores; Seu trabalho era segmentado e sem visão de totalidade de contexto de atuação. Acrescenta Zanelli (2004) que nesse período

havia um viés tecnicista na atuação dos psicólogos frente às organizações e estes, como outros profissionais, adotavam modelos e pacotes de soluções de problemas.

Essa perspectiva começa a mudar quando autores como Codo (2004), Vasques-Menezes (2004) e Tavares (2004) discutem intervenções onde a clínica incorpora a categoria do trabalho. *Sendo o trabalho um dos aspectos do social, a ação clínica psicológica nessa área deverá adotar uma perspectiva psicossocial, na qual se procura compreender a complexidade do ser humano, em seus processos de troca e ligação baseadas em experiências construídas.* Mas essa complexidade também se mostra na dimensão interna de cada pessoa, pois, como lembra Safra (2004) o ser humano é a singularização de toda história da humanidade. Cada pessoa é única e múltipla, pois ao mesmo tempo em que se individualiza, o faz presentificando seus ancestrais e àqueles com quem compartilha a sua existência.

Então, a *ação clínica psicossocial insere-se na dimensão do cuidado, saindo da dicotomia corpo/mente e de tantas outras polaridades e configurando-se como uma ação apoiada na interdisciplinaridade e no paradigma da complexidade* (Morin, 1996), segundo o qual o homem é um conjunto de incertezas, que busca elementos para a auto-atualização, mas que logo se percebe em meio a ambigüidades próprias da natureza humana.

A *interdisciplinaridade*, neste trabalho, é definida como princípio mediador entre diferentes disciplinas que sem jamais buscar reduzir a um denominador comum, torna-se elemento teórico-metodológico da diferença e da criatividade. É o princípio da máxima exploração das potencialidades da cada ciência, da compreensão de seus limites mas, acima de tudo, princípio da diversidade e da criatividade (ETGES, 1993, p.18).

A *complexidade*, segundo Morin (op.cit), reafirma uma relação de indissociabilidade do homem implicado nesse “todo mais ou menos coerente”, vinculado a inúmeras teias, que estabelece elos quase que imperceptíveis, mas integrantes do humano, construindo-o como sujeito em relação ao outro e a si mesmo. Nesse contexto ele se posiciona, reorganiza-se constantemente, questiona a própria postura.

Levy (2001) afirma que a *Psicossociologia* se define como um corpo que recusa o corte que institui uma divisão entre fenômenos psicológicos e sociais. Para ela, e

sobre isso já escrevera Bérghson (1932), citado por Lèvy (op.cit), o “*social é no indivíduo*” como o “*indivíduo é no social*”, que o indivíduo não existe como tal, fora da sociedade e de suas relações. A intervenção psicossocial, no espaço da saúde mental, busca superar dualidades: *sujeito/objeto, saúde/doença, individual/social, questionando a verticalidade do tratamento e o poder biomédico.*

Saraceno (1998) afirma a importância da abordagem psicossocial voltada para os usuários da saúde mental, na medida em que o fortalecimento desses usuários potencializa o sujeito para a produção de projetos de vida e para a ressocialização.

A ação da clínica psicológica no campo da saúde mental se constitui a partir da intercessão com outros saberes. Ribeiro (1996) afirma que o exercício profissional em saúde mental tende a dialogar, de forma a criar espaços para aproximações. E nesse “entre” é que a criação acontece. É no limiar do poder que os saberes podem revelar contribuições e reconstruir caminhos.

A referida ação clínica pode-se valer da humanização, uma das diretrizes do modelo de saúde adotado no Brasil e denominado Sistema Único da Saúde (SUS), para implementar a criação de práticas e serviços de saúde com o olhar voltado ao cuidado integral dos usuários e familiares, buscando a compreensão do contexto, em sua totalidade, bem como a construção com o sujeito das possibilidades de resolução de seu sofrimento.

Para Barus-Michel (2006) o *sujeito social* assume a postura de protagonista quando se reconhece como ator dos processos sociais e se apropria do sentido de sua existência. Assim, a relação de encontro e de legitimidade na construção de uma vida social perpassa por questões que envolvem compromisso e construção de uma ética, fortalecida no contrato terapêutico. Estabelecer relação dialógica no processo terapêutico representa um esforço em minimizar dispositivos de poder, pois estes são, segundo Foucault (2007), instrumentos de manipulação e de relações de força, seja para resolver as disputas por esse poder em determinada direção, seja para bloqueá-las. Nesse percurso é importante frequentes reavaliações do saber/fazer.

Portanto, o papel do (a) psicólogo (a), sobretudo no campo psicossocial, é atravessado por aspectos ideológicos e exige reavaliações de conceitos e preconceitos,

buscando-se uma postura comprometida e direcionada aos direitos e deveres dos indivíduos.

Trindade (2000) afirma que a Associação Psicológica Panamericana (APA), em 1998, estabeleceu várias recomendações para a adaptação da intervenção psicológica aos cuidados de saúde primários: os psicólogos podem e devem realizar vários serviços e desempenhar vários papéis, como consulta psicológica, educação para a saúde; formação, investigação e desenvolvimento de parcerias comunitárias que apoiem a continuidade dos cuidados; estar fisicamente próximos e acessíveis em relação a equipes de saúde e comunidade; ser consultores da equipe de saúde, desenvolvendo um trabalho em cooperação; adaptar o mais possível seus conhecimentos e competências ao contexto do trabalho.

Já o programa de residência integrada em saúde da família da Universidade Federal de Santa Catarina, em 2007, estabelece como possibilidades de atuação do (a) psicólogo (a): acolhimento (recepção de pessoas, fortalecimento de vínculos); ampliação de acesso e organização dos serviços; atendimento grupal; encontros de discussão com escolas e demais instituições; interconsulta interdisciplinar (atender com outro profissional); interconsulta psicológica (discussão com outros profissionais de saúde sobre situações clínicas e de trabalho cotidiano no campo da saúde); visita domiciliar (contribuir para que indivíduo, família e comunidade possam decidir sobre questões psicossociais e de saúde).

#### **2.4 O Sofrimento Psíquico dos Agentes de Segurança Pública:**

A Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), através do curso “Saúde ou Doença: de qual lado você está?”, destinada a trabalhar a qualidade de vida dos agentes de segurança pública, cita como fatores que afetam a saúde dos referidos trabalhadores questões sociais, econômicas, tecnológicas e organizacionais. Aos fatores referidos, que estão ligados ao perfil de produção e consumo capitalista, somam-se os fatores de risco físicos, químicos, biológicos, mecânicos, ergonômicos, ligados à especificidade do trabalho, realizado sob condições especiais de pressão psíquica.

Esta pressão decorre de inúmeros fatores, a saber: a reprodução, pela instituição, dos problemas que devem sanar (Bleger, 1980); a heterogeneidade e inextrincabilidade nela existente (Kaës, 1998); pelo círculo vicioso da compulsão à repetição (Broide, 1989); pelos conflitos entre sofrimento e realização (Silva, 2010), pelos equívocos de análises dos gestores que, geralmente, vêem nos problemas limitações de competência ou de caráter dos subordinados (Vieira, Barros & Lima, 2007); pelo jogo de forças contraditório entre interesses do sujeito e realidade do trabalho (Mendes, 2008); pelos jogos do poder (Galbraith, 1986); pela diferença de recursos de poder entre chefes e subordinados (Clegg, citado por Chanlat, 1991); pelas estratégias utilizadas para minorar o sofrimento (Mendes & Tamayo, 2001); pela “ideologia defensiva” (Dejours, 1992); pelas novas exigências da tecnologia e da sociedade de informação (Siqueira, 2009); pelas constantes ameaças de perda do trabalho (Castel, 2008).

O caráter especial da pressão psíquica está ligado ao fato de que os aspectos referidos são elevados à enésima potência nas instituições de segurança pública brasileiras e do Estado de Pernambuco, onde ainda persistem vários resquícios do trabalho escravo, seja na excessiva cobrança de deveres, sem os correspondentes direitos, seja na ausência de isonomia de tratamento tanto entre as instituições (Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar), quanto dentro de uma mesma instituição, em relação aos escalões superiores e inferiores.

Abordando os fatos geradores das tensões e pressões nos trabalhadores da segurança pública, a apostila do epigrafado curso, na versão atualizada em 16/02/2009, disponível no site [www.senasp.org.br](http://www.senasp.org.br), levanta alguns tópicos, cujo conteúdo foi por nós ampliado ao incluir o Bombeiro militar, a partir de vivências pessoais como policial militar, atualizadas nos contatos com policiais, que declararam que pouco mudou:

### **1. A legislação e as normas técnicas relativas à atividade do Policial (e do Bombeiro Militar) impedem a sua realização profissional:**

Um dos aspectos de impedimento à realização profissional diz respeito ao fato de que *nenhuma das duas polícias realizam o ciclo completo da segurança pública*: o policial militar cumpre (ou deveria cumprir) uma metade do ciclo da segurança pública (prevenir/reprimir infrações) e o policial civil cumpre (ou deveria cumprir) a outra metade (formalizar a infração e autoria através do inquérito e encaminhar para a Justiça

julgar, estabelecendo a sanção). Ambos (policial civil e policial militar), na maioria das vezes, nem sabem do resultado final de seu trabalho. Essa divisão impede a satisfação de um trabalho realizado, pois não permite o fechamento do ciclo de trabalho na mente dos agentes de segurança, sendo fator de tensão e adoecimento. Além disso, os agentes de segurança de menor patente (a imensa maioria) não participam da gestão, nem do planejamento e se sentem, como dizem, “não sendo o pai da criança”, em relação às missões que vão executar. *Não tendo voz, deixam de contribuir com algo fundamental, a experiência.* Muitos superiores dizem que o policial não é pago para pensar, mas para cumprir ordem.

Outro aspecto a destacar é que sendo a polícia civil uma polícia dita judiciária (embora esteja fora da instituição judicial) aparece como uma espécie de fiscalizadora da atividade policial militar, uma vez que esta pode entender que um cidadão cometeu um delito, prendê-lo e conduzi-lo à Delegacia, mas é o policial civil (em grande parte das vezes, o comissário de polícia, pois não há controle da permanência do Delegado na Delegacia) que vai analisar e decidir, nem sempre de bom humor, de boa fé e com conhecimento, se a prisão foi correta. Por vezes, o meliante é liberado “na cara” do policial militar, gerando revolta, desestímulo, estresse e até desvio de conduta, como espancar e liberar ou mandar pular dentro de um rio, como aconteceu no carnaval de 2006, em nosso Estado. Em outras palavras, por achar que não vale apenas levar para a Delegacia, o policial militar procura dar o chamado “corretivo” e liberar o infrator.

Para combater o referido problema, merece louvor a iniciativa do governo pernambucano, no sentido de criar os Núcleos Integrados de Segurança (NIS), onde as duas polícias e, às vezes, até a polícia técnica trabalham em comunhão. Falta, porém, coragem política não só para unificar as instituições, mas também para desmilitarizar e reduzir os degraus hierárquicos.

Muito comumente vemos, na Região Metropolitana do Recife, duplas de policiamento ostensivo, onde um dos agentes é soldado e o outro sargento ou mesmo subtenente. O Estado paga ao subtenente ou ao sargento, com o dinheiro do contribuinte, para que realizem trabalho da função de soldado, num claro desperdício de recursos, numa área tão carente. O subtenente se sente frustrado e desvalorizado e o soldado não vê outro sentido em buscar promoções, a não a pequena melhoria de salário. Na polícia civil é comum o comentário de que quem leva as delegacias nas

costas são Comissários, Escrivãos e Agentes, mas o Estado insiste na figura dos Delegados, com salários muito acima dos demais, via de regra para assinar o que os escrivãos produzem. A presença deles nas Delegacias é algo raro e o trabalho passa pelo crivo do Promotor e do Juiz.

No caso dos Bombeiros, o caráter militar também é fator de sofrimento, sendo paradoxal o uso da arma e o dispêndio de tempo com a formação militar, além do que, por vezes, a técnica pode sucumbir à hierarquia, gerando insatisfações. Mesmo a hierarquia e a disciplina não sendo tão rígidas quanto na polícia militar, os bombeiros sofrem com esses aspectos. Além disso, segundo matéria publicada no Jornal do Commercio, em 20/01/2011, sob o título “*São eles que pedem socorro*”, o sucateamento do Corpo de Bombeiros militar de Pernambuco é denunciado por integrantes da corporação, até mesmo por oficiais, que alegam a necessidade de, no mínimo, dobrar o efetivo (atualmente são 2.700 integrantes), precisa-se de lanchas, viaturas, entre outros materiais. De acordo com a referida matéria, em incêndio ocorrido no bairro de Jardim Atlântico (Olinda), em 18/01/2011, apesar do quartel dos Bombeiros ficar a 400 metros do sinistro, *a única viatura estava quebrada e os chamados homens do fogo chegaram com uma hora de atraso e, embora acostumados a aplausos, dessa vez foram vaiados.*

## **2. O Policial (e o Bombeiro) trabalha com as limitações humanas:**

Esses agentes de segurança pública atuam entre a crueldade e a bondade, o ódio e o amor, a vingança e o perdão, a punição e a impunidade, a injustiça e o direito, a dor e a alegria, a prisão e a liberdade, a discriminação e a igualdade, a pressão do suborno e a exigibilidade da lei, o salvar vidas e o perder a própria, o risco de ser despersonalizado e ainda ser acusado de que o problema vive é pessoal, nada tendo a ver com a instituição. Essas realidades afetam sobremaneira os policiais e bombeiros, pois eles também, em sua condição humana, experienciam esses sentimentos. *Nesse ambiente de ambigüidades e tensão, a saúde emocional sofre* e esse sofrimento pode ampliar-se, se, diante das polaridades referidas, o agente sucumbe ao pólo oposto à sua missão, passando, instantaneamente de “mocinho” a bandido.

### **3. O Policial (e o Bombeiro) sofre no sangue a influência perniciosa de substâncias químicas que reduzem a imunidade orgânica:**

Substâncias como as endorfinas, o álcool, o alcatrão, a nicotina, entre outras, tornam os policiais mais vulneráveis a torções, problemas de coluna, pressão alta, diabetes, problemas cardíacos e, no campo da saúde mental, a perda de memória, falta de concentração e distúrbios do sono. São substâncias produzidas pelo próprio organismo em situações de estresse ou ingeridas como tentativas de “escape” aos sofrimentos da profissão. *Muitos agentes de segurança para enfrentar a pressão da natureza do trabalho começam a buscar escape no cigarro, no álcool e até em drogas ilícitas.* Outros, sobretudo os bombeiros, para suportarem cenas como resgates de corpos, em desastres, de várias naturezas, utilizam-se de substâncias psicotrópicas. *O impacto de corpos mutilados, carbonizados, em estado de decomposição agride o psiquismo desses trabalhadores, produzindo marcas, muitas vezes indeléveis.*

### **4. O Policial (e o Bombeiro) trabalha no “pico do estresse”:**

*Diante do perigo, do medo, do não poder recuar, sob o risco de ser punido, o estresse é inevitável.* Além disso, um outro fator de desequilíbrio que contribui para o estresse é que o policial, de um modo geral, e o bombeiro, em muitos casos, não buscam esse tipo de emprego por aptidão ou vocação, mas por falta de opção e desejo de estabilidade. *Após certo tempo na profissão, ambos os agentes de segurança pública (policiais e bombeiros), acrescentam ao desequilíbrio estressante a desilusão com a instituição pela falta de condições de trabalho, de companheirismo, pelas perseguições, assédios morais e sexuais, pelo bullying, pela política egocêntrica dos “líderes”, que buscam poder pessoal e aproximação com o poder político, abandonando os ideais da tropa.* O trabalho, então, é suportado e não vivido com prazer para a maioria dos policiais e grande parte dos bombeiros.

*Para Selye (1956, 1982) o estresse é o resultado de um estímulo maior ao que o corpo possa suportar e provoca conseqüências cognitivas e somáticas.* Holroyd e Lazarus (1982) afirmam que *se as demandas internas e externas forem maiores que os recursos individuais para lidar com elas, ocorre o estresse psicológico.* Araújo, Graça e Araújo (2003), abordando o tema do estresse ocupacional dizem que este tem duas dimensões relacionadas ao ambiente laboral: os processos psicológicos e o controle do

trabalhador sobre seu próprio trabalho. Para Lipp e Tanganelli (2002) investigar e controlar os fatores de estresse produzem melhoria de vida e aumento de produtividade.

**5. O Policial (e o Bombeiro) deve cuidar e proteger, mas não tem quem os cuide e proteja:**

*Não há, como já vimos, uma legislação que trate da segurança e da saúde do trabalhador em segurança pública. Além disso, a atenção médica e psicológica são insuficientes e limitadas à capital dos Estados. Os hospitais corporativos, quando existem, são deficientes e, por vezes, privilegiam os mais bem posicionados hierarquicamente. As instituições militares e civis de segurança pública mantêm sistemas coercitivos, como Corregedorias e Ouvidorias para apurar denúncias contra os agentes de segurança pública, mas nenhuma Defensoria para defender esses agentes e responsabilizar os que fazem acusações indevidas. Enquanto esses agentes trabalham para oferecer certa proteção à sociedade, seus familiares estão desprotegidos, morando nas periferias, sem qualquer segurança específica, diferenciada. Muitos sequer podem exibir a farda no varal do quintal, sob pena de colocarem em risco a si e aos familiares.*

Em síntese, eles fazem o juramento, no ato de posse no emprego, de oferecer suas próprias vidas para defender a sociedade, mas vivem a tensão de serem desconsiderados e desprotegidos pela sociedade e pelas instituições de segurança pública, assumindo, entre outros ônus, as conseqüências psíquicas dessa dupla desproteção.

**6. O Policial (e o Bombeiro) sofre as mesmas necessidades, os mesmos anseios e refletem os mesmos princípios e valores culturais da comunidade onde vivem:**

Os policiais, geralmente, provêm de camadas de nível médio e baixo e precisam sustentar a família. Habitam em áreas de risco social, em construções precárias, mas sua profissão exige condutas disciplinares, conhecimentos e comportamentos incompatíveis com o aspecto sócio-econômico dos mesmos. Nesse sentido, instalam-se dilemas e inquietação psíquica freqüentes: como exercer o limite com as pessoas da comunidade onde convive e, ao mesmo tempo, voltar a essa comunidade nos momentos de folga? Como agir em ocorrências onde o poder intelectual, político e/ou econômico do infrator

é superior ao seu sem experimentar essa ambigüidade? Como apoiar ações de despejo e demolição, quando, por vezes, mora em invasões e vive a mercê de ações semelhantes?

### **7. O Policial (e o Bombeiro) sofre sobrecarga de trabalho:**

Trabalhos extras, os chamados “bicos”, são uma forma de não ser tentado à corrupção do suborno, completando os parcos salários. Assim, acabam não tendo tempo para a educação profissional, para o lazer e para a família. *As próprias instituições de segurança pública têm criado mecanismos de “compra” do tempo livre dos agentes de segurança*, a pretexto de melhorar o salário de uma forma legal, uma vez que os “bicos” são proibidos. Os agentes de segurança pública podem vender parte da folga ao Estado, geralmente exercendo trabalhos de rua, como, por exemplo, o Chamado *Policimento Ostensivo Geral Voluntário (POGV)*, onde o policial militar, mesmo os que trabalham em funções internas, podem se oferecer como “voluntários” para exercer o policiamento de rua, recebendo uma remuneração extra. O termo voluntário, obviamente, é inadequado, pois o agente de segurança adere a esse “bico oficializado”, por necessidade, em razão dos baixos salários, e depois não consegue mais sair, porque a remuneração extra passa a compor o orçamento.

Na Polícia Civil, o policial também pode vender parte de sua folga ao Estado, para exercer funções ostensivas ou internas da própria instituição, sendo essa atividade denominada de “*Pluri*”(de plural, de pluriemprego).

No Corpo de Bombeiros, a venda de parte da folga também é possível, sendo denominada de “*GES*” (*Gratificação Extraordinária de Serviço*). Tomando por exemplo o Grupamento de Bombeiros de Atendimento Pré-Hospitalar (GBAPH), onde a escala de serviço é 24 horas de trabalho e 72 horas de folga; no segundo dia de folga, o bombeiro pode ter sua folga suspensa e ser utilizado, sem qualquer remuneração, para trabalhar em eventos esportivos e shows; e o terceiro dia de folga pode ser vendido ao Estado e a cada três serviços, perceberá, em valores de janeiro de 2011, trezentos e oitenta e nove reais.

A sobrecarga referida também ocorre em razão de que os agentes de segurança não podem, em várias situações, deixar o trabalho em seu horário habitual; se já no final

do expediente alguém é preso em flagrante e ao ser conduzido à delegacia os procedimentos burocráticos demoram horas, esse tempo da folga é perdido e não há qualquer pagamento extra.

Em Pernambuco, *até agentes de segurança pública aposentados podem retornar ao serviço ativo, na chamada “Guarda Patrimonial”, recendo uma gratificação extra, para fazer a segurança do patrimônio do Estado.*

*O excesso de trabalho numa atividade de risco e o pouco tempo para a família, o descanso e o lazer podem produzir desequilíbrios orgânicos e psíquicos.*

### **8. Os Policiais (e Bombeiros) desempenham um papel ingrato:**

Os Agentes *sofrem pressão e influência de condutas perniciosas, desmoralização, provocação, xingamentos, ameaças, lesões físicas e traumas psicológicos, em razão do enfrentamento à criminalidade e oposição a interesses de grupos.* Têm que vigiar e fiscalizar, gerenciando constantemente conflitos sociais e, no entanto, muitos não conseguem exercer autocontrole, pois não dispõem de treinamento específico para isso. Ainda assim, são cobrados para ter equilíbrio e não perder o controle. *As próprias instituições, através de seus superiores, são uma injúria a mais à integridade corpo/mente dos policiais, perpetrando perseguições, incompreensões e não fornecendo o suporte necessários a uma função considerada nas pesquisas científicas a mais estressante do mundo.* Mesmo os bombeiros, quando vão retirar pessoas de áreas de risco, apagar incêndios de protestos em vias públicas, periciar incêndios criminosos, colocam-se em posição ingrata, podendo ser alvo de agressões.

### **9. O cidadão não compreende o papel do Policial (e, às vezes, do Bombeiro):**

Policiais e Bombeiros quando fazem bem o trabalho ouvem que isto faz parte de sua obrigação; quando atuam sem alarde e resolvem problemas de forma silenciosa (sem divulgar ou dizer que estão trabalhando) são acusados de não quererem nada com o trabalho. As precariedades de condição de trabalho e mesmo a necessidade de obedecer a regulamentos e comandos nem sempre racionais são entendidos como descaso, má vontade, incompetência. *Sem reconhecimento, condição fundamental do humano, de significativo efeito motivador, vão desumanizando-se e desmotivando-se e os efeitos aparecem em suas ações profissionais e em seu corpo/mente.*

## **10. O Policial (e o Bombeiro) vive uma contradição de valores:**

*As leis e os princípios da administração Pública são fundamentados no interesse coletivo (comum), mas a realidade social, a prática cotidiana, fundamenta-se no interesse pessoal, individual ou de grupos.* Os princípios que a lei defende são contrários aos princípios que permeiam os relacionamentos interpessoais e a sociedade. Nesse contexto, os agentes de segurança pública exercem sua prática tendo que conciliar esses antagonismos, não ficando nem tanto ao mar nem tanto ao rochedo, mesmo porque *o Estado não lhe dá a garantia necessária para impor a lei inflexivelmente.* Muitos agentes de segurança pública que assim procedem pagam com a própria vida. E isso está se estendendo até aos altos escalões.

Ainda segundo a apostila do curso da SENASP “Saúde ou Doença: de qual lado você está?”, quando o trabalho provoca nos policiais (e acrescentamos nos bombeiros) reações como ansiedade e medo, eles podem desenvolver estratégias defensivas, mascarar, conter e ocultar a gravidade de suas emoções, através de posturas rígidas e até agressivas. Isso lhes permite continuar no trabalho, apesar do sofrimento. Entendemos que essas estratégias se relacionam à cultura institucional do super-homem.

*Condições de trabalho precárias, somadas a problemas pessoais, de cunho afetivo, familiar ou social, contribuem para o desenvolvimento da violência policial.*

Segundo Minayo, Souza & Constantino (2008), Lèvi Strauss (1975), Berreman (1975), Becker (1994), Bourdieu (1972) e outros afirmam que faz parte do contexto de pesquisas em organizações policiais no Brasil e no mundo estas se apresentarem com conservadorismo, fechamento para a sociedade, pessimismo, isolamento de outras instâncias democráticas e “espírito de corpo”. Em relação a este último aspecto é preciso alertar que, *de acordo com os policiais de baixa graduação, o espírito de corpo funciona nos escalões mais altos, enquanto que nos mais baixos funciona o “espírito de porco”, ou seja, a intenção dos superiores em prejudicar os subordinados, com raras exceções.* No caso de Pernambuco, o oficialato é protegido por boletins reservados, com senhas de acesso restritas e por mais simples que seja a punição o batalhão não tem acesso, ao contrário dos policiais de baixa graduação, onde as punições são públicas e lidas para o conhecimento de todos. A revolta com tais procedimentos e outros tantos é fator de estresse e adoecimento.

## 2.5 Instituição e Ação Clínica Psicológica:

Lapassade (1989) afirma que a palavra “organização” pode significar um ato organizador ou uma realidade social (uma fábrica, um banco, um sindicato). Define instituição como um conceito mais amplo que engloba tanto as organizações como “realidades sociais” quanto às organizações como “sistemas de regras” que determinam a vida dos indivíduos e dos grupos sociais.

Lecionando a disciplina “Instituição e poder”, no curso de Especialização em intervenção Psicossocial à família no Judiciário (UFPE, 1999), a professora Lucinda Macedo chama a atenção de que em toda instituição existe uma dimensão estabelecida, instituída e uma dimensão instituinte (de rebeldia, de questionamento do estabelecido), sendo a instituição a síntese desses dois momentos dinâmicos e dialéticos. Obviamente, os elementos instituídos devem preponderar aos instituintes, sob pena da instituição entrar em crise e até desaparecer.

*Instituições/organizações têm relação com o psiquismo humano e, nesse sentido, Kaës (1998) afirma que parte desse psiquismo humano não está centrado exclusivamente no inconsciente pessoal, pois a parte do psiquismo que mantém a pessoa em sua própria identidade e que integra a totalidade de seu inconsciente não lhe pertence propriamente, mas às instituições sobre as quais se apóia e que se mantém por esse apoio.* Para ele a instituição precede o indivíduo e o introduz na ordem de sua subjetividade, predispondo as estruturas da simbolização pela apresentação da lei, pela introdução na linguagem articulada, pela disposição e pelos procedimentos de aquisição dos referenciais identificatórios.

Mas instituições/organizações além de se relacionarem com o psiquismo humano também se vinculam com os problemas que lhes deram origem. Segundo Bleger (1980), *as organizações reproduzem a estrutura idêntica aos problemas que devem sanar e que justificaram a sua criação.* Nesse sentido, podemos dizer que as instituições de segurança pública, destinadas, entre outros aspectos, a conterem a violência, a ilegalidade e darem segurança, reproduzem, em suas estruturas e ações, esses aspectos ambíguos.

Do argumentado, fica evidente que instituições/organizações apresentam elementos conflitantes, seja no embate instituído versus instituinte, seja quando

reproduzem aspectos contraditórios que geraram sua criação. Além disso, a instituição, segundo Kaës (op. cit.), é um todo vivo e deve ser entendida como uma multiplicação de vários espaços heterogêneos, mantidos juntos, muitas vezes, de uma maneira inextrincável. Assim, *não é difícil perceber que instituições/organizações apresentam linhas de tensão que resultam em sofrimento, em maior ou menor medida*. A proporção de sofrimento que as instituições/organizações infligem a seus membros é diretamente proporcional ao seu fechamento, à sua falta de flexibilidade, pois o instituído sufoca o instituinte, como um superego forte sufoca o id, adoecendo o psiquismo.

No mesmo sentido, Silva (2010) constata que *as organizações são, ao mesmo tempo, solo fértil para a consecução de importantes realizações e também foco de conflitos e sofrimentos* para os atores sociais envolvidos.

Mendes (2008), abordando a questão das organizações de trabalho, o que se estende às instituições de segurança pública, afirma que *a organização do trabalho produz um jogo de forças contraditório que atua sobre os trabalhadores, confrontando, de um lado, desejos, necessidades, aspirações e interesses do sujeito e, do outro, a realidade do trabalho marcado pelo produtivismo, pelo desempenho e pela excelência*.

Vieira, Barros & Lima (2007), seguindo a mesma linha de pensamento, afirmam que *os gestores organizacionais por não analisarem as situações e a organização final do trabalho, são levados a concluir que os problemas decorrentes do trabalho se devem às dificuldades das pessoas e das relações interpessoais, culpabilizando o trabalhador, acusando-o de preguiça e má vontade ou de ter problema de personalidade*.

Broide (1989), refletindo sobre mais uma das problemáticas do campo do trabalho, a tendência ao *círculo vicioso de compulsão à repetição*, comum nas instituições de trabalho, propõe que se busque a quebra desse círculo. Nesse sentido, a figura do (a) psicólogo (a) que, por vezes, pode representar mudança, pode também ser sentida, pelos membros da instituição, como ameaçador e invasivo.

*As instituições/organizações também são espaços de poder*. Por poder entendemos a condição de submeter o outro às vontades e interesses da instituição. Galbraith (1986), abordando a questão do poder, distingue entre as espécies de poder, o “*poder condigno*” e o “*poder compensatório*”. Afirma que *o primeiro esmaga o indivíduo com algo suficientemente doloroso, física ou emocionalmente, para fazê-lo*

*renunciar à sua própria vontade ou preferência, a fim de evitar o sofrimento. Já o “poder compensatório” oferece ao indivíduo uma recompensa ou um pagamento suficientemente vantajoso ou agradável para que renuncie à sua própria referência e, em troca, busque a recompensa. O autor fala, também, do “poder condicionado”, que não se exerce por elementos objetivos (punição ou recompensa), mas através de elementos subjetivos nem sempre conscientes. Entre as fontes de poder cita, respectivamente, a personalidade, a propriedade e a organização. Esta última (a organização), segundo ele, é a mais importante na contemporaneidade, pois nenhuma categoria coletiva, nenhuma classe, nenhum grupo tem poder sem a organização. Assim, a organização exerce poder sobre as pessoas e, ao mesmo tempo, dota seus membros de poder, em razão de a ela pertencerem.*

Mas Clegg, citado por Chanlat (1991), afirma que no campo do poder, os recursos que dão essa capacidade ao trabalhador (conhecimentos, habilidades, utilização de bens patrimoniais) não se comparam aos recursos que dão poder aos chefes (a propriedade dos meios e dos resultados da produção, o apoio estatal, o apoio do sistema jurídico e as prerrogativas da cúpula).

Portanto, pensar uma ação clínica dentro de instituições exige uma profunda reflexão sobre as relações de poder que nelas se estabelecem. Ana Magnólia, em recente banca de mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, em 2010, chegou a indagar se seria possível a ação clínica psicológica em instituições capitalistas, tendendo a acreditar na impossibilidade. Nossa opinião, com a devida vênia da ilustre professora, é diferente, pois a ação psicológica clínica em consultório privado, individual, também é mediado pela relação capitalista e mesmo grandes empresas capitalistas têm percebido que o bem estar dos trabalhadores melhora a produção e o lucro. Talvez o empresário não aceite a ação clínica psicológica em sua organização por aspectos humanísticos e éticos, mas, se convencidos, pelas pesquisas, que o trabalhador satisfeito, respeitado, com autonomia para criar, equilibrado em seu psiquismo produz mais e melhor, acolhe a clínica psicológica, pensando no lucro. Acreditamos que a professora Ana Magnólia quis referir-se às dificuldades que as instituições capitalistas têm em acolher as orientações clínicas dos profissionais de psicologia, quando estas interferem nos lucros. Também acreditamos na possibilidade de uma ação clínica psicológica nas instituições de segurança pública, embora saibamos

quão difícil é e os vários obstáculos a serem vencidos. Aliás, estamos no momento da construção.

O sofrimento nas relações de trabalho também afetam os profissionais que trabalham no campo da saúde mental (entre os quais estão os psicólogos) e nesse sentido Alves, Penha e Caldas (2009) alertam que o referido sofrimento emerge ao lidar com fenômenos amplos e complexos como a dor psíquica dos pacientes. Os autores, citando Schmidt (2003) afirmam que cada vez mais esses profissionais recebem pacientes com condições de vida e experiências emocionais que demandam intervenções intensas.

## **2.6 Reflexões Clínicas: Buscando Bases Para o Acolhimento Psicológico aos Agentes de Segurança Pública:**

O surgimento do sujeito e do individualismo, marcas do início do pensamento moderno, leva Dumont (1993) a dizer que saímos de um modelo holista de sociedade para um modelo individualista. Nesse sentido, Benilton Bezerra Júnior (1989) explica que em sociedades hierárquicas, de ideário holista, a imagem de si é integrante de uma totalidade e a identidade vivida como uma vinculação ao todo social; já nas sociedades ditas igualitárias, cujo ideário hegemônico é o individualismo, torna-se possível aos sujeitos se aperceberem como indivíduos singulares, livres, autônomos, dotados de um mundo interno próprio, morada de sua verdadeira identidade. Assim, surge espaço para os fenômenos psicológicos estarem associados ao sujeito humano.

Destacamos que Benilton Bezerra usa a expressão sociedades “ditas” igualitárias, pois haveria um paradoxo em se admitir uma sociedade igualitária (como se pretendem as democráticas) com ideário hegemônico individualista. O fato é que nas sociedades “hierárquicas holistas”, a hierarquia está a serviço de uma estrutura social em torno da qual se desenvolvem a imagem de si e a identidade de seus membros, sendo impensável a vida de outro modo. Já na sociedade dita “igualitária individualista”, a igualdade existe somente na norma, na ilusão da abstração do direito positivo, mas não na realidade.

Mas a ilusão de igualdade é importante na construção do individualismo, uma vez que sua identidade não se precisa ligar a estruturas, hierarquias e castas. Entretanto, a suposta igualdade é apenas uma abstração que leva o indivíduo a se sentir singular, autônomo, com um mundo interno próprio e com um psiquismo particular. Nas sociedades hierárquicas, a identidade sendo resultado de uma identificação coletiva, não abre espaço para a singularidade do sujeito psicológico humano, pois ser rei ou súdito, por exemplo, marca o ser indelevelmente nessas sociedades.

Os fenômenos psicológicos, na Grécia antiga, estavam distantes do homem e ligados a deuses, não havendo espaço para a interioridade, para algo da intimidade do sujeito. Essa dimensão da interioridade surge no início da idade média, quando a Igreja católica passa a considerar as experiências do indivíduo como ser sexual. Nesse sentido, o cristianismo introduz a possibilidade de percepção da pessoa em sua interioridade objetivando observar e controlar o lado pecaminoso dessa intimidade.

Considerando as mudanças profundas da sociedade e do indivíduo, a partir da revolução industrial, a forma de produção de bens também atinge os modos de vida, produzindo individualismo e isolamento, estabelecendo uma nova ordem. Laville & Dionne (1999) afirmam o surgimento das ciências humanas, objetivando compreender e intervir na ordem social, como as ciências naturais faziam relativamente à natureza.

Portanto, ciências humanas e, entre elas, a psicologia, surgem ligadas ao interesse da nova classe detentora do poder sócio-político-econômico, a burguesia. Nesse sentido, Guerra (2002) afirma que *a psicologia, historicamente, tem seu trabalho associado a controle, higienização e diferenciação, associando suas práticas sociais e políticas à manutenção do “status quo”*. Assim, a ação psicológica clínica era descomprometida com o contexto social ou comprometida apenas com parte dele. O modelo para a “terapia da alma” seguia o da “terapia do corpo”, adotada pelos médicos.

Não esqueçamos que a Psicologia surge no contexto de acolhimento do sujeito individual, que não mais tem grandes estruturas holísticas a lhe sustentar e dar sentido à sua existência. Cada sujeito, agora, vem construir seus sentidos subjetivos e individuais.

A ligação inicial entre psicologia e individualismo permite a esta o estatuto de ciência. Com o tempo, essa relação vai enfraquecendo-se, sobretudo pela consideração dos aspectos coletivos na construção das subjetividades, o que exige que a psicologia

medite sobre seus fundamentos. Assim, a psicologia clássica é levada a repensar suas bases e ações, pois o contexto social impõe-se como relevante para a compreensão de um conjunto de sofrimentos psíquicos.

Segundo Moreira (2004), do ponto de vista lógico, o “eu” é anterior ao “outro”, porque para se distinguir daquele primeiro precisa ter delimitado os seus limites. Porém, *do ponto de vista ontológico, o “outro” é anterior ao eu*, embora a consciência não-intencional do eu não possua elementos racionais para apreender esse momento de dependência do outro. *É nessa perspectiva que o autor propõe o fundamento de uma “clínica psicológica de compromisso social”, na qual a tarefa seria desvelar, para o eu, sua pertinência necessária e vital no campo do outro, revelando sua condição estruturante do “ser com” e formando a “consciência de ser para o outro” como anterior à “consciência do ser-para-si”.*

O sujeito é, portanto, ser social e comunicacional. A compreensão do sujeito psíquico como também social amplia o horizonte da psicologia e, no final do Século XX e início do Século XXI, ocorre um crescimento e ampliação consideráveis das áreas de atuação da psicologia que abarcam, hoje, saúde pública, centros de reabilitação, asilos, hospitais gerais e psiquiátricos, sistema judiciário, creches, penitenciárias e comunidades, entre outras.

Esclarecidos alguns aspectos ligados à psicologia, queremos adentrar o território da clínica, que desde seu surgimento ligado à Medicina e, portanto, a um contexto de ajuda e cuidados proporcionados a um paciente acamado, até o momento presente, teve sua noção ampliada e transformada, como afirma André Lévy (2001). Em razão disso, diz o autor, *existem inúmeras maneiras de “se inclinar” sobre o leito de uma pessoa que sofre, desde auscultá-la, observá-la, apalpá-la, até enxugar o suor, escutar a queixa, dedicar-lhe compaixão, palavras tranquilizadoras e até prolongar seu sofrimento*. Cada profissional (médico, pára-médico, psicólogo, psicanalista, etc.) atuará conforme suas concepções teóricas fundamentadas nos planos ético, filosófico e/ou religioso, de acordo com as representações do homem no mundo e de suas relações com os outros.

Doron & Parot (1998) afirmam que, originariamente, o termo *clínica* (do grego Klinê = leito) traduz a atividade do médico que, à cabeceira do doente, examina as

manifestações da doença para fazer um diagnóstico, um prognóstico e prescrever um tratamento. Nesse sentido, a ação clínica envolveria o uso da observação (das manifestações objetivas da doença), e da entrevista (indagar, do doente, sobre aspectos mais ligados ao que ele sente, aos sintomas). Isso já representa uma aproximação entre medicina e psicologia.

A primeira formulação mais abrangente e precisa do termo clínica deve-se a Lagache, durante uma conferência em 1949. A idéia foi retomada, alguns anos depois por J. Favez-Boutonnier, relacionando-se a uma postura geral quanto ao homem (sofredor ou não) e ao saber empregado nessa relação (Lèvy, 2001, p.19). A ênfase é na singularidade e na globalidade do sujeito, na sua história. A implicação do terapeuta e a pesquisa de estrutura e de sentido vão constituir os principais eixos da abordagem e demarché clínica.

Muito mais que um conjunto de métodos e técnicas, o clínico se depara com um posicionamento em relação ao outro, ao saber e a sua elaboração, trazendo reflexões sobre teoria e prática, pesquisa e ação.

A abordagem clínica é principalmente a abordagem de um sujeito ou de um conjunto de sujeitos reunidos em um grupo ou uma organização, às voltas com um sofrimento, uma crise que os toca por inteiro. Supõe sujeitos vivos, desejantes e pensantes, falando igualmente, tanto para nada dizer quanto para se fazer reconhecer ou para encontrar um sentido para suas emoções, para suas lembranças ou para sua história que eles constroem a cada instante (Lèvy, 2001, p. 20).

Uma abordagem clínica só tem sentido numa relação mutuamente aceita, com todos os acasos, as dúvidas e incertezas que comporta. Há também uma demanda, cuja análise e tratamento são o centro da démarche clínica, seja individual ou coletiva. A demanda tem uma multiplicidade de aspectos.

Adotamos, nesse trabalho, o posicionamento de que *a abordagem clínica do sofrimento é uma démarche de compreensão daquilo que faz a singularidade radical de uma situação, de um problema, ou de um mal estar vivido por determinado grupo ou pessoa. Nenhum saber prévio se deve interpor entre o clínico e aquele que precisa ser escutado e compreendido. É uma clínica do sentido, não para restaurá-lo ou restabelecê-lo, mas mudar e compreender, pois o sentido é o que faz sentido para seres humanos concretos em relação dinâmica.*

Embora o foco deste trabalho seja a clínica psicológica, deter-nos-emos, um pouco mais na clínica médica, na medida em que, não obstante todo seu processo de evolução, ainda mantém uma estreita ligação com o modelo médico.

Para Foucault (1999), a modernidade instaurou o *poder como dispositivo de controle sobre o homem* e, nesse aspecto, a medicina teve um papel preponderante, na medida em que, pela via do *sanitarismo*, prescrevia condutas às pessoas com a autoridade de quem dizia saber o melhor para manter a saúde e a vida. A esse poder ele denominou “*biopoder*” (poder sobre a vida), cabendo-lhe atuar tanto sobre o corpo quanto sobre a vida. Os dois eixos desse poder são o “*poder disciplinar*”, que atua sobre os indivíduos e seus corpos, fundamentado no sistema racional/científico da sociedade moderna; e a “*biopolítica*” que atua sobre a população, regulando natalidade, mortalidade, capacidades biológicas e efeitos do meio. Esses eixos interagem entre si, evidenciando a ligação entre saber e poder e deles emergem os sistemas de vigilância da subjetividade e controle social, também praticados pela medicina e pela psicologia, a partir do “*estatuto do homem saudável e normal*”.

As afirmações de Foucault sobre a existência de um “*biopoder*” a controlar a subjetividade são bem pertinentes ao nosso estudo, pois seu eixo denominado “poder disciplinar” tem uma direta relação com a segurança pública: o poder de polícia, a gestão pública que submete os administrados a serviço de interesses ditos coletivos, sociais; seu eixo denominado “*biopolítica*” tem relação com as várias ciências da saúde, entre as quais a psicologia. Nesse sentido, a ação clínica psicológica (e a psicologia de um modo geral) pode-se colocar a serviço de interesses do “*biopoder*” nem sempre compatíveis com uma ética de libertação, de justiça, de respeito ao humano ou, ao contrário, pode comprometer-se com mudanças individuais e coletivas fundamentadas em valores humanos de justiça, autonomia, solidariedade, segurança, felicidade, liberdade, responsabilidade, oportunidade, entre outros.

*A clínica psicológica, herdada do modelo médico (higienista), cuja lógica era observar, compreender e tratar, permaneceu distante das questões sociais, por muito tempo.* Guerra (2002) afirma que Freud e a psicanálise deslocaram a ação clínica fundamentada no olhar sobre o fenômeno para a atitude de escuta. Assim, a ação clínica psicológica passa a vincular-se à demanda do sujeito e não, necessariamente, à patologia. Porém, para o autor, *a perspectiva individualista não é superada pelo*

*freudismo*, vez que a clínica proposta por Freud se detém a casos individuais cujas patologias deveriam ser buscadas na história de vida dos sujeitos.

Para Romagnoli (2006), no desafio de trilhar novos caminhos, *o psicólogo tem a tarefa de estender sua ação para um número maior de pessoas e de classes sociais, bem como de produzir novos recursos em sua formação e novas formas de ação profissional capazes de construir práticas ético-políticas.*

Figueiredo (1996) afirma que *o que caracteriza a clínica psicológica não é o local onde se realiza, mas a qualidade da escuta e da acolhida que se oferece ao sujeito.* O mesmo autor define a clínica a partir de um “ethos” comprometido com a escuta do interditado e a sustentação das tensões e dos conflitos. *O método clínico visa, portanto, a escuta do excluído, do virtual, do “não-positivo” em uma dupla acepção: “o que não goza em princípio de valor elevado” e “o que não tem a positividade das coisas que se podem mostrar e serem nomeadas”.*

Nesse sentido, Calazans (2008) entende a clínica como uma tentativa de modificação de posição subjetiva não pela correção objetiva, mas pela via da escuta do desejo. Na mesma direção, Dutra (2004) afirma que o ato clínico se caracteriza muito mais por uma ética do que por referenciais teóricos fechados.

Benevides de Barros & Passos (2004), triangulando “contemporaneidade”, “ação clínica” e “produção de subjetividade”, propõem, também, uma reflexão sobre o “viés político” e as *necessidades de análise das formas instituídas da clínica.*

*Na clínica, o (a) psicólogo (a) precisa ser um facilitador (a) a acolher e construir com o sujeito que sofre, diante das contradições e conflitos do mundo do trabalho, co-construindo possibilidades de compreensão e resignificação desse sofrimento.* Nessa direção, para Figueiredo (2004), *ser psicólogo, independentemente das escolhas teóricas de cada um, implica situar-se nos campos da epistemologia e da ética, não sendo jamais apenas uma fonte de habilidades técnicas.* A clínica é, portanto, uma possibilidade de produção e não de reprodução. É uma forma de resistência, conforme Romagnoli (op.cit.). O (a) profissional da psicologia precisa refletir sobre os desdobramentos de sua prática no campo social.

É no campo do referido desdobramento que Pereira Neto (2003) lembra que o uso da expressão “*clínica social*” inicia-se, no Brasil, na década de 1980, embora já houvesse engajamento de grupos de psicologia em práticas sociais, desde os anos de 1970. Com a abertura política pós-ditadura militar, em 1984, inicia-se o questionamento da neutralidade da clínica pela ampliação do conceito de política e pela força dos movimentos sociais. Esses aspectos vão se refletir na prática clínica, até então definida como atividade liberal e privada, realizada junto às classes média e alta. Ferreira Neto (2004) afirma existir um esgotamento da clínica liberal curativa, num cenário brasileiro em que os problemas sociais se multiplicam e defende uma clínica “*implicada e aplicada*” nos processos de promoção da saúde no campo social.

Segundo Enriquez (1997), *as intervenções no campo da clínica psicossocial devem basear-se nos seguintes elementos: as palavras, as representações e as condutas, bem como as relações intersubjetivas, pois esses expressam, no cotidiano, tensões que afetam e confrontam o individual e o coletivo. Para o autor, a abordagem psicossocial contempla articulações entre o que está na ordem da sociedade e o que faz parte do psíquico, concebendo o sujeito em suas múltiplas dimensões; considera a multidimensionalidade da clínica, compreendendo que estão envolvidos aspectos de interação entre o físico e o psicológico, o meio ambiente natural e o social. A história de vida é marcada pelas relações em rede, cuja estrutura social e familiar, bem como as experiências culturais manifestam-se no dia-a-dia; concebe o sujeito como um todo que afeta e é afetado no mundo, enfatizando a interação e a interdependência dos fenômenos biopsicossociais e buscando pesquisar a natureza dos processos dinâmicos subjacentes que compõem o homem em sua vivência. As relações do sujeito com sua rede familiar e comunitária passam a ocupar um lugar privilegiado, convocando-se os atores sociais envolvidos, em uma dada situação, a participarem da compreensão dos processos que o envolvem e a responsabilizarem-se pela transformação, diz Enriquez:*

“É preciso assumir espaços coletivos de decisão, de construção e, para tanto, a palavra precisa circular. Isso significa romper hierarquias, sobretudo a hierarquia médico/paciente, sobre a qual está calcada a doença mental” (ROSA, 2003, p. 328).

Segundo Rosa (op. Cit), abordagens psicossociais apresentam campos teóricos diversificados que consideram o lado empírico, o histórico, o cultural e o científico dos agentes sociais. Busca conhecer a realidade desses agentes para uma escuta mais

analítica e atenta e intervir refletindo e objetivando saberes da realidade atual, pois o mundo interno e suas expressões se constroem nas relações sociais. Nesse sentido, *o psicólogo deve procurar, para o além do intrapsíquico, comprometer-se com o político e o ser em seus aspectos singular e coletivo, buscando romper individualizações. A ação clínica na perspectiva psicossocial busca, segundo a autora, compreender a complexidade do ser humano em seus processos de câmbio e no desenvolvimento de vínculos baseados em experiências construídas.*

“O ser humano é a singularização de toda a história da humanidade. Cada pessoa é única e múltipla, pois ao mesmo tempo que se individualiza, o faz presentificando seus ancestrais e aqueles com quem compartilha a sua experiência”. (SAFRA, 2004, p.25).

Abordamos, neste capítulo, aspectos da psicologia relacionados à segurança emocional dos agentes de segurança pública. Vimos que só muito recentemente abriu-se espaço para a participação da sociedade na segurança pública, através da Primeira Conferência Nacional de Segurança Pública, realizada em 2009. A Psicologia, através de seus profissionais e Conselhos profissionais, contribue, a partir da produção construída no “Seminário Segurança Pública e Construção de Subjetividades, organizada em sete eixos temáticos e vinte e um princípios, harmonizados com o conceito “segurança Cidadã, fundamentada na trilogia “*participação*”, “*prevenção social*” e “*repressão qualificada*” (ações de polícia comunitária).

No contexto da saúde pública do Brasil, a “saúde do trabalhador” foi referida como tema de interesse também recente (anos 1980) e questões relacionadas à saúde mental e trabalho não tem sido tema prioritário. Afirmamos que o trabalhador da segurança pública e defesa social, pela natureza do trabalho, vive em permanente risco à saúde, ainda que a legislação não trate da saúde do trabalhador dessa área. Tratamos da trajetória da Clínica Psicológica, a partir da clínica médica, e as conseqüências de seu surgimento ligado à classe dominante (burguesia). Refletimos sobre as bases para o acolhimento psicológico aos agentes de segurança pública, tomando esta clínica como uma forma de inclinar-se ao humano que sofre, como uma pedagogia do cuidar, onde a qualidade da escuta tem papel privilegiado.

Também em torno da ação clínica psicológica tratamos do biopoder, de instituições/organizações, de trabalho como atividade humana que, entre outras coisas,

pode provocar sofrimento e adoecimento e por fim abordamos a questão do sofrimento psíquico dos agentes de segurança pública.



CAPÍTULO  
3

“A atividade de segurança pública é uma atividade de risco e nas ações não se pergunta se o homem está bem antes de utilizá-lo”.  
(Entrevistada Respeito)

### 3. CAMINHANDO E FAZENDO O CAMINHO: A METODOLOGIA:

#### 3.1 Os Pés Que Nos Apoiaram No Caminhar: As Bases Teóricas Da Pesquisa.

A palavra “*método*” tem sua etimologia na junção de duas palavras do idioma grego: “*meta*” (através de) e “*hodos*” (caminho) e deve ser entendida como “um caminho através de” ou sendo mais claro um caminho através do qual se chega a algum lugar ou objetivo. A palavra “*metodologia*”, então, deve ser entendida como (meta = através de + hodos = caminho + logia = estudo) estudo do caminho através do qual se chegou a algum lugar ou objetivo. Neste trabalho de pesquisa, adotamos como postura o caminho inverso: partimos de uma interrogação e nos deixamos guiar pelos caminhos por ela indicado, ou seja, o hodos= caminho nos conduziu à meta. Nesse sentido, para os propósitos desse estudo, a metodologia deve ser compreendida como o estudo do caminho percorrido, juntamente com os demais participantes, para produzir os conteúdos aqui apresentados.

Então, de início, queremos abordar os aspectos teóricos que nos embasaram:

Lenin (1965), citado por Minayo (2004) diz que *o método é a própria alma do conteúdo e não sua forma exterior*, porque ele faz relação entre o pensamento e a existência e vice-versa; o método servirá sempre como um caminho, como baliza para se chegar a algo.

Para Critelli (1996) *pensar sobre o método de conhecimento é também pensar duas questões filosóficas primeiras e originárias; o ser e a verdade*. A interrogação básica que se coloca, segundo a autora, é a delimitação do melhor caminho, o ângulo

mais adequado, a forma mais plausível de captar e expressar, verdadeiramente, o que são e como são as coisas. A questão inevitável diz respeito à possibilidade de seguir um caminho ou *método metafísico*, que, segundo Heidegger, manifesta-se na ciência e na tecnologia, ou seguir outro caminho ou *método fenomenológico*. O primeiro acredita que a verdade é única e a perspectiva de acesso a ela absoluta; enquanto *o segundo tem a verdade e a perspectiva de acesso a ela como relativos*.

A autora indica que a epistemologia metafísica não aceita a relatividade da verdade e da perspectiva pela insegurança que isso provoca, mas essa insegurança é própria do existir (ser). Para a metafísica, diz Critelli, o conhecimento resulta da superação da insegurança do existir, operada pelo método; para a fenomenologia o conhecimento resulta dessa insegurança. *Se a metafísica fala de forma lógica do ser, a fenomenologia fala de modos infindáveis de se ser*.

Continuando, Critelli afirma que o ser das coisas (o que são, como são) não está consumado na sua aceitação e também não está incrustado, nas próprias coisas, ensimesmadas. Está no lidar dos homens com elas e no falar, entre si, dessas coisas e do modo de se lidar com elas. Está entre os homens e as coisas; está numa trama de significados que os homens vão tecendo entre si mesmos e através da qual vão se referindo e lidando com as coisas e com tudo o que há.

Colocar a interrogação em andamento (perguntar) é o que a autora entende por investigar, de uma maneira geral. E investigar, interrogar as ações humanas vai além dos instrumentos e deve orientar-se pelo homem mesmo em seu “estar-sendo-no-mundo”. Assim, *o ser é compreendido como uma impermanência fenomênica* (aparece e desaparece); o lugar onde o ser aparece, acontece, manifesta-se, é o próprio mundo (ser-no-mundo); e o “horizonte de explicitação” do ser é a existência humana mesma, entendida como co-existência (singularidade e pluralidade) em seus modos de ser no mundo.

Com essas concepções de ser, de verdade, de conhecimento e de pesquisa é que fomos a campo. Nele interrogamos a profissionais de psicologia sobre suas experiências como profissionais em instituições de segurança pública, buscando, através de suas narrativas, compreender o seu fazer psicológico, bem como os desafios e dificuldades que enfrentam. Do mesmo modo, escutamos a experiência de agentes de segurança

pública em suas tarefas cotidianas, buscando, nos dois casos apreender o fenômeno tal como ele se apresentava, abdicando de quaisquer hipóteses prévias sobre o que queríamos interrogar.

Para Minayo (1999) a *pesquisa qualitativa* responde a questões muito particulares e se preocupa com um nível de realidade que não pode ser quantificado, ou seja, trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos, que não pode ser reduzido à operacionalização. Tal paradigma aprofunda-se no mundo dos significados das ações e relações humanas.

Mazotti (1996), Minayo (1996) e Ray (2000) afirmam que a Antropologia, com o desenvolvimento da pesquisa etnográfica, foi pioneira no sentido de desenvolver um paradigma de pesquisa que passou a considerar a presença do pesquisador como uma condição que ameaça sua postura de neutralidade e objetividade na obtenção e análise de dados.

O paradigma qualitativo surge do questionamento dos métodos das ciências da natureza aplicáveis às ciências humanas e, de acordo com Ray (op.cit), diz respeito a processos implicados na construção do conhecimento, à forma pela qual se produz o conhecimento.

Moustakas (1994) abordando pontos convergentes em pesquisas qualitativas, cujos principais modelos incluem estudos etnográficos, fenomenológicos, hermenêuticos ou empíricos e estudos heurísticos, cita: estudos qualitativos sobre a natureza e essência da experiência humana; foco na totalidade da experiência, ao invés de uma preocupação com a determinação de seus objetos ou partes; busca por significados e essências da experiência humana e não de medida e explicações causais; descrições de experiências obtidas em conversas formais ou informais e entrevistas, resultando em depoimentos ou relatos na primeira pessoa; valorização de dados da experiência como imperativos para uma compreensão do comportamento humano e como evidência para investigações científicas; formulação de questões e problemas que reflitam o interesse, envolvimento e comprometimento pessoal do pesquisador; visão da experiência e do comportamento como uma relação integrada e inseparável do sujeito com o objeto e da parte com o todo.

Em todos os pontos, a análise da experiência tem lugar central. Não a experiência como prova, ensaio, tentativa, mas como qualquer conhecimento por meio dos sentidos. Aliás, Webster (1996) apresenta outros significados para a palavra experiência: Instância particular de encontrar-se ou submeter-se a alguma coisa.

Turato (2003) afirma que o *“método qualitativo”* deve ser tomado como sinônimo de *“método compreensivo-interpretativo”*, pois o pesquisador se dispõe a conhecer não pretensamente a totalidade, mas interrogar, de forma reflexiva, o fenômeno que se apresenta, sem relações causais entre fatos, o que permite valorizar a experiência, a ação concreta e a criatividade dos entrevistados e, mesmo a pesquisa tendo um norte, este é flexível.

### **3.2. O percurso e os caminhantes:**

#### **3.2.1 As Vicissitudes Para o Acesso ao Campo de Pesquisa:**

Como já prevíamos, conseguir autorização para pesquisar em instituições fechadas, como as de segurança pública, não seria fácil. Nossa experiência, de expolicial militar, a todo momento, indicava-nos este alerta, como o intermitente luminoso sobre o teto de viaturas policiais. Mas era preciso ousar, perseverar, insistir; afinal, meus ex-companheiros, as instituições referidas, a sociedade, a administração pública, a ciência e nós mesmos, em nossa avaliação, precisávamos das informações que a pesquisa possibilitaria. Animado pelos professores e professoras do mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco e, em especial, pela minha orientadora, a Dra. Ana Lúcia Francisco, pessoa interessada e competente na área de “práticas psicológicas em instituições”, que certa vez falou “estou namorando o seu projeto; acho que é muito relevante”, fortaleci meu propósito e parti para a luta. Afinal, seria mais um de meus enfrentamentos a desafios envolvendo autoridades da segurança pública.

Caminhamos até a Secretária de Defesa Social (SDS), órgão da cúpula da Segurança Pública no Estado de Pernambuco, ao qual se subordinam as Polícias Civil e Militar e o Corpo de Bombeiros Militar, à época (início de 2009), comandada por um Delegado da Polícia Federal. Protocolamos um requerimento solicitando o aceite da

referida Secretaria, a fim de iniciar nossa caminhada de pesquisador. Começou, então, uma longa repetição de visitas ao referido órgão, pois a centralização de poder era total e somente o Secretário podia despachar o documento e este estava bastante atarefado com as questões da segurança pública. Chegávamos à referida secretaria e aguardávamos longas horas na recepção, aventurando a possibilidade de um atendimento ou notícia favorável. O secretário nunca nos recebeu, mas as várias permanências no local nos permitiram perceber que a segurança pública do Estado de Pernambuco, desde minha saída, em 1997, tinha mudado pouco no quesito cidadania e dignidade da pessoa humana.

Após repetidas visitas, um suboficial da Polícia Militar, que ficava na recepção, sentindo o nosso drama, apresentou-nos ao Secretário Adjunto de Defesa Social, o qual, muito gentilmente, alegou que não estava autorizado a despachar meu requerimento. Informou que tinha ocorrido um problema com divulgação de dados de uma pesquisa na área de jornalismo e a instituição estava elaborando uma normatização sobre pesquisas e que enquanto a portaria não fosse publicada ninguém poderia pesquisar.

Buscamos a ajuda de um Coronel da Polícia Militar, lotado na referida secretaria, um ex-colega do colégio da Polícia Militar, o qual se mostrou solícito; repassou-nos um cartão e ficou com o nosso telefone, mas nada fez. Contudo, como na música dos Titãs, o acaso nos protegeu enquanto estávamos “distraídos”: no sofá da recepção, pela enésima vez revivendo as angústias da nadificação que tantas vezes nos eram impingidas no passado de policial militar, apareceu um Delegado de polícia civil, com o qual havíamos feito um curso de especialização e, sabendo da nossa necessidade, resolveu ajudar; como “braço direito” do Secretário de Defesa Social nos conseguiu a autorização, ainda que com esforços, pois era preciso esperar a melhor ocasião para abordar o seu chefe. De posse do despacho favorável da autoridade, tentamos obter uma “carta de aceite”, com timbre da Secretaria de Defesa Social (SDS), mas fomos advertidos, pelo amigo Delegado, que nos contentássemos com o documento que nos fora entregue, pois se o mesmo voltasse ao Secretário para solicitar uma formal de aceite para a realização da pesquisa era possível até que este retirasse a autorização.

A espera na recepção, ainda que angustiante, foi rica, na medida em que as observações ali realizadas permitiram o início da construção de um diário de campo. Tivemos acesso a várias conversas de policiais militares sobre problemas de saúde,

doenças graves, mortes de companheiros e de alguns ex-comandantes de batalhões, já aposentados. Percebia-se a tristeza que demonstravam pelos dramas de doenças dos colegas e referiam que a vida policial militar tinha contribuído para o infortúnio. Mas se o drama era de um ex-comandante, entendiam como justiça de Deus, por terem, esses oficiais, prejudicado muita gente, tirado o emprego de muitas praças. Era inquestionável, a partir das conversas, a divisão entre os dois seguimentos (oficiais e praças) e a revolta para com alguns comandantes.

Com a autorização do Secretário de Defesa Social, maior autoridade da Segurança Pública do Estado de Pernambuco, após o Governador, dirigimo-nos para as sedes das polícias civil e militar, apenas para informar a decisão, pois supúnhamos que se a maior autoridade em defesa social havia autorizado a pesquisa, não havia o que questionar; mas não era assim. Tivemos que aguardar o despacho dos chefes dessas instituições, que não se davam conta de que não poderiam decidir contrariamente ao já decidido pela autoridade maior. Finalmente, após uma espera que demorou de março a outubro de 2009, iniciamos a pesquisa propriamente dita.

Já no campo de pesquisa chamou-nos a atenção a rigidíssima estrutura hierárquica, mesmo na polícia civil. Policiais militares e civis só se dispunham a falar após autorização de seus comandantes, alegando que seriam punidos se os chefes soubessem que deram uma entrevista sem que informassem antes. No Grupo de Operações Especiais (GOE), da Polícia Civil, tentamos, por meia hora, convencer um Agente de Polícia a participar da entrevista, apresentando as garantias do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e a autorização do secretário, mas o mesmo alegou “se o delegado não está aí, para autorizar, eu não posso, pois ele vai me punir dizendo: “eu sei que o Secretário de Defesa Social autorizou, mas, tudo que acontecer aqui, eu tenho que ficar sabendo antes”. E continuou o Agente de Polícia “tá vendo aquela câmara ali? Nós estamos sendo filmados e amanhã o delegado vai querer explicações sobre você, o que queria e porque passamos esse tempo conversando. Se você foi Policial também, como disse, e da Polícia Militar, vai entender que não é má vontade minha”. Tivemos que entrevistar outro policial, noutro dia, com a autorização do Comissário.

Em nossa visita ao Núcleo de Atenção à Dependência Química (NADEQ), encontro com um capitão da reserva do Corpo de Bombeiros e este ao saber da pesquisa

diz entusiasmado: “Gostaria que você colocasse na sua pesquisa que um dos maiores fatores de estresse é a contradição entre ter autoridade e não ter autoridade. O policial na rua tem sua autoridade desmoralizada por qualquer político”. Relata ainda o caso de um comandante do Corpo de Bombeiros que gostava de chamar o oficial ao seu gabinete na hora do jogo de futebol para perguntar bobagens, como uma forma de zombar do oficial, uma vez que esse comandante não sabia nem gostava de jogar. Outro comandante da mesma corporação mandou plantar centenas de pés de abacaxi no campo de futebol, para impedir que os oficiais jogassem. Por fim, relata que era assessor de comandante e este queria mudar uns formulários padronizados e eficazes; então indagou o motivo da mudança e o coronel respondeu “é porque eu quero”. O capitão assessor indignou-se e respondeu “Eu não passei três anos estudando numa Academia Militar para ouvir essa resposta. Dê essa resposta ao soldado, pois a ideologia da corporação é de que este só existe para executar ordem”. Próximo ao capitão, um sargento também da reserva aproveitou a ocasião para afirmar que só foi para reserva porque um comandante quis humilhá-lo, colocando-o para tomar conta de um portão de entrada de alunos de um colégio, função que era de soldado, embora ele fosse segundo sargento já com o curso de aperfeiçoamento.

Experiência semelhante é relatada por, Minayo, Souza e Constantino (2008), quanto à dificuldade que o “Centro LatinoAmericano de Estudos de Violência e Saúde”, da fundação Oswaldo cruz, (Claves/Fiocruz) teve para pesquisar nas policias civil e militar do Rio de Janeiro, sobretudo na militar. A pesquisa resultou no livro “Missão Investigar” e tinha a intenção de abranger as duas policiais, mas ficou apenas na Polícia Civil. Nesta instituição, além da resistência das chefias, muitos policiais civis devolveram os questionários em branco. As próprias autoras, para realizarem a pesquisa que resultou no livro “Missão Prevenir e Proteger”, tiveram dificuldades com a referida polícia militar, antes de conseguirem a autorização.

### **3.2.2. Os Caminhantes: Os Sujeitos da Pesquisa.**

Além do pesquisador, da orientadora e de alguns atores encontrados estrada a fora, participaram dessa caminhada *doze profissionais psicólogos(as) e doze agentes de segurança pública*. Os dados demográficos relativos a esses participantes serão

apresentados, detalhadamente, quando da abordagem compreensiva dos relatos que compõem o corpo deste trabalho. Os referidos sujeitos foram identificados com codinomes criados pelo pesquisador, a partir dos conteúdos abordados nas entrevistas, e ora traduzem adjetivações usadas por eles em relação à experiência vivida na instituição de segurança pública ora se referem a palavras usadas durante o encontro de entrevista, que ressaltam algo importante da experiência e/ou do contexto institucional. Tomando, por exemplo, o codinome “*Ambigüidade*”, não significa que o sujeito seja ambíguo, mas que vivencia situações de ambigüidade em sua instituição; o sujeito identificado como “Prisão” recebeu este codinome porque fez um contraponto entre a prisão que vivia na Polícia Militar e a liberdade adquirida ao migrar para a Polícia Civil. Adiante explicitaremos os motivos de seus codinomes, evitando percepções equivocadas, em respeito a estes e ao leitor.

Para a compreensão do caminho percorrido e dos caminhantes nesse processo, é importante assinalar que o trabalho de campo foi realizado em duas etapas: na primeira, o pesquisador, com a supervisão semanal da orientadora, dialogou (esta é nossa compreensão sobre o processo de entrevista) com doze psicólogos (as), que exercem sua ação clínica, cotidianamente em instituições de segurança pública; na segunda etapa, com o mesmo suporte, o pesquisador interagiu (entrevistou) com agentes de segurança pública — civis e militares — em ambas as etapas com o propósito de investigar/compreender o seu dia a dia profissional.

### **3.2.3 : O Instrumento Utilizado na Caminhada: Entrevista Semidirigida.**

Minayo (1999) destaca dentre as diversas formas de abordagem técnica do campo de trabalho, a entrevista e a observação participante.

Para Neto (em Minayo, 1999, p. 57), *a entrevista é o instrumento mais usual no trabalho de campo. Através dele, o pesquisador busca obter informes contidos nas falas de atores sociais. Não significa uma conversa despreziosa e neutra, uma vez que se insere como meio de comunicação dos fatos relatados pelos atores, enquanto sujeitos-objeto da pesquisa que vivenciam uma determinada realidade que está sendo focalizada.* Suas formas de realização podem ser individual e/ou coletiva.

Neto (op.cit) ressalta que, embora a *entrevista* seja um termo genérico, em sua compreensão o termo é entendido como *uma conversa a dois com propósitos bem definidos*. Num primeiro nível essa técnica se caracteriza por uma comunicação verbal que reforça a importância da linguagem e do significado da fala e num segundo nível serve de meio de colheita (coleta) de informações sobre determinado tema. Através desse instrumento/recurso podemos obter dados objetivos (estatísticas e registros de várias naturezas) e subjetivos (valores, atitudes, opiniões).

Para Ray (op.cit), *o recurso metodológico da entrevista é uma ferramenta de relações que se torna compreensível a partir do campo dialógico, em que a interação entre o pesquisador e os participantes é de complexidade no encontro e na produção de sentido do material pesquisado*. Nesse sentido, a relação vai além das perguntas e respostas, pois há uma dimensão de “fusão de horizontes” entre os envolvidos na entrevista. A complexidade diz respeito ao novo paradigma da ciência, que sai do campo das polaridades e linearidades, para o campo das multiversidades e aspiralidades ascendentes.

Turato (2003) afirma que a entrevista semidirigida é um instrumento valioso que favorece a relação participante/pesquisador, em troca permanente, em encontro face a face, apreendendo os fenômenos que emergem, identificando elementos constitutivos do todo da pessoa entrevistada e da pessoa do entrevistador.

Para Minayo (2004) *a entrevista semidirigida é um instrumento privilegiado de coleta de informações pela possibilidade da fala revelar condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesma um deles) e, ao mesmo tempo, poder transmitir para um porta-voz as representações de grupos determinados, em condições específicas (históricas, sócio-econômicas e culturais)*

Realizamos entrevistas semidirigidas, tendo como eixo norteador o convite para que os participantes relatassem/dialogassem com o pesquisador sobre suas experiências como profissionais, nas respectivas instituições e em sua prática atual. O foco na prática atual tinha por objetivo não só compreender questões contemporâneas, uma vez que alguns entrevistados, com longos anos de serviços da segurança pública, poderiam relatar aspectos históricos da trajetória, mas sempre dedicando o foco nas experiências mais atuais. Além disso, muitos dos participantes psicólogos também são agentes de

segurança pública, atuando como psicólogos (as), em desvio de função, e precisavam relatar as experiências nesta última função. Para que as narrativas não se afastassem demasiadamente do objetivo a ser investigado, além do eixo norteador, foram propostos eixos temáticos de forma a dar moldura aos relatos. Nesse sentido, foram abordados os seguintes eixos temáticos:

### **1. Entrevistas com psicólogos (as):**

**Pergunta Norteadora:** Como tem sido sua experiência, como psicólogo (a) clínico (a), nos atendimentos realizados junto aos agentes de segurança pública?

**Questões complementares** a partir da pergunta norteadora:

1. Como se deu sua inserção nesta instituição? (este eixo gerou um sub-eixo, pois a maioria dos psicólogos (as) além da história de inserção na instituição de segurança pública, geralmente como agentes de segurança, também relata a história da inserção na área da atividade atual, a psicologia); 2. Que atividades você desenvolve nesta instituição? 3. Como é realizado seu trabalho? 4. Que tipos de demandas são dirigidas ao seu trabalho como psicólogo (a), nesta instituição? 5. Que dificuldades/desafios vividos você sente na realização de seu trabalho? 6. Qual a importância da ação do (a) Psicólogo (a) clínico (a) na instituição? 7. Em sua percepção, como a instituição percebe a ação do (a) psicólogo (a) clínico (a)?

### **2. Entrevistas com agentes de segurança pública:**

**Pergunta Norteadora:** Como tem sido sua experiência, como agente de segurança pública (policia militar, policia civil, bombeiro) nas atividades realizadas na instituição?

**Questões complementares** a partir da pergunta norteadora:

1. Como se deu sua inserção nesta instituição? (esta questão centrou-se na motivação para a inserção na instituição, de que forma esta foi realizada, onde foi lotado, inicialmente, e o atual local de trabalho); 2. Que atividades você desenvolve nesta instituição? 3. Como é realizado seu trabalho? 4. Que tipos de demandas são dirigidas ao seu trabalho, como agente de segurança pública, nesta instituição? 5. Você

julga que o agente de segurança pública, na sua categoria profissional, é preparado emocionalmente para lidar com as situações com as quais se depara? 6. Você considera importante o apoio psicológico ao longo de uma intervenção policial de maior risco? 7. Como você avalia a importância de um suporte psicológico para o seu trabalho?

#### **3.2.4. Os Passos Dados Para a Compreensão: Procedimentos.**

Inicialmente, foi realizado o mapeamento das instituições de segurança pública, objetivando identificar quais as instituições de segurança pública existentes no Estado (já esperávamos que fossem três, a partir de nosso estudo teórico). Nessas instituições mapeamos aquelas que mantêm psicólogos (as) para a realização de atendimentos em psicologia clínica aos agentes de segurança pública (Policiais Civis, Policiais Militares e Bombeiros Militares). Quanto ao critério de inclusão dos profissionais agentes de segurança pública, consideramos importante tomar ao menos um representante de cada uma das três instituições, enfatizando, porém, os grupos de elite, em razão destes se envolverem em ocorrências de maior impacto emocional. Embora não estivéssemos preocupados com aspectos quantitativos, entrevistamos um número maior de policiais militares, em razão do efetivo ser muito maior que os da polícia civil e corpo de bombeiros. Também consideramos o fato de que todos os psicólogos da polícia civil também são, ao mesmo tempo, agentes de polícia civil (agentes de segurança pública), bem como os dois que atuam no Corpo de Bombeiros, que são soldados bombeiros; dentre as psicólogas que atuam na polícia militar, uma é oficial da instituição.

Em algumas unidades da Polícia Militar, como o Batalhão de Choque e a Companhia Independente de Operações Policiais (CIOE), expusemos a intenção de conseguir voluntários para a pesquisa e após esclarecer todos os aspectos, num grupo com mais de dez policiais, imperou o silêncio. Expliquei ao comandante da unidade o sentido da pesquisa e este “determinou” que alguns colaborassem. Já na sala reservada às entrevistas, esclareci que não obstante a determinação do comandante eles estavam livres para desistir ali ou a qualquer momento e alguns saíram. Após as entrevistas, em contato informal, alguns demonstravam dúvidas quanto ao anonimato e outros até suspeitavam se não poderia ser algo da própria instituição. Essas justificativas, em nosso entendimento, têm relação com o fato de que se constitui transgressão disciplinar

abordar assuntos da caserna (da instituição militar, do quartel) para o público, sem autorização do comandante, bem como com a existência, nessas corporações, do serviço de inteligência, que, na visão dos policiais, está sempre utilizando de artifícios para investigar policiais.

Alguns Policiais Civis e Militares que abordei na rua ou em serviço, recusaram-se alegando falta de tempo, receio quanto a falar e ser prejudicado ou por achar que a psicologia não pode ajudar à segurança pública, que precisa de leis mais duras e ações mais enérgicas. Um Bombeiro entrevistado pediu que jamais revelasse seu nome, pois já estava para aposentar-se (o termo militar é ir para a reserva) e não podia ser excluído (expulso). Nossa conclusão é a de que esses agentes de segurança são tão tolhidos em seus direitos e tão despreparados no campo da cidadania que desconfiam de tudo e estão sempre buscando a defesa de seu corpo/mente, seja de seu emprego.

A ambos os grupos expliquei do que se tratava a pesquisa, li o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, devidamente compatibilizado com a resolução 196, de 1996, do Conselho Nacional de Saúde, e aprovado pelo Comitê de Ética da Universidade Católica. Foi informado aos participantes que as entrevistas seriam gravadas em áudio e transcritas, sendo garantido o sigilo quanto à identidade e conteúdos, bem como à liberdade de desistência a qualquer momento bem como a possibilidade de um suporte psicológico, em caso de necessidades decorrentes pela emergência de conteúdos.

As entrevistas, num total de vinte e quatro, distribuídas entre doze psicólogos (as) e doze agentes de segurança pública, foram realizadas quase que integralmente nos respectivos locais de trabalho dos participantes, em ambas as categorias de sujeitos (Psicólogos e agentes de segurança pública). Apenas duas entrevistas com Policiais Militares aconteceram na residência de um deles, por solicitação e conveniência de ambos.

O áudio de cada uma das entrevistas foi decodificado para a linguagem escrita, num processo longo e demorado. Também consideramos como conteúdos as observações de campo constantes do diário de pesquisa.

O material resultante da colheita dos relatos foi transcrito e exposto segundo uma abordagem compreensiva (uma hermenêutica clínica). O mesmo material transcrito

foi sistematizado segundo a técnica da análise de conteúdo, conforme Bardin (2008), seguindo as etapas mencionadas na revisão teórica acima realizada, servindo de subsídios para as análises que integram as considerações do último capítulo deste trabalho.

### **3.2.5 Olhando e Refletindo Sobre a Caminhada: Abordagem Compreensiva e Análise de Conteúdo.**

Minayo (op.cit, 1999) alerta para três obstáculos que o pesquisador precisa observar na direção de uma compreensão de sua pesquisa. O primeiro é a “ilusão do pesquisador”, que está ligada a ver conclusões muito transparentes, dados muitos nítidos. Este obstáculo apresenta maior risco a pesquisadores familiarizados com aquilo que está pesquisando e pode conduzir a conclusões superficiais e equivocadas. O segundo é “o esquecimento dos significados presentes nos dados”, em razão do apego a métodos e técnicas, podendo resultar na não devida importância aos dados. O terceiro obstáculo diz respeito à “dificuldade de articular as conclusões que surgem dos dados com conhecimentos mais amplos ou mais abstratos”, o que conduz a um distanciamento entre a fundamentação teórica e a prática da pesquisa. Nesse sentido, em nosso entendimento, pelas lentes da “análise de conteúdo” é possível reduzir os riscos de uma compreensão ineficiente de nossa caminhada.

*Triviños (1987) define a análise de conteúdo como um conjunto de técnicas de análise de comunicações visando, por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, a obter indícios quantitativos ou não, que permitam inferência de conhecimentos relativos às condições de produção e recepção de mensagens.*

Gomes, citado por Minayo (1999), refere que a análise de conteúdo surgiu nos EUA, no início do século XX, voltado a pesquisas no campo da comunicação de massa e até os anos 1950 esteve ligado ao aspecto quantitativo, utilizado para contagem de frequência de aparição de características nos conteúdos de mensagens veiculadas. Bardin (2008) informa que o contexto de surgimento da “análise de conteúdo”, nos EUA, era o contexto Behaviorista das ciências humanas, ligado ao interesse do governo em “adivinhar” orientações políticas e estratégias de governo com a ajuda de

instrumentos acessíveis (da imprensa e do rádio). Nesse sentido o pesquisador era um detetive munido de um instrumento de precisão.

O autor afirma ser este instrumento de análise um conjunto de técnicas e cita duas aplicações atuais: verificação de hipóteses e/ou questões e investigação do que está por trás de conteúdos manifestos; e fala de várias possibilidades de estabelecimento de “unidades de registro” para se analisar o conteúdo de uma mensagem, tais como a palavra, a frase ou oração, o tema (uma das unidades mais utilizadas), entre outros.

Turato (2003) afirma que *a análise de conteúdo permite interpretar sentidos e significações, sentimentos presentes, comportamentos, manifestados em várias relações de família, trabalho, entre outras*. A análise de conteúdo permite a avaliação dos conteúdos mais frequentes, em cada eixo temático, permitindo ao leitor uma grade de leitura sobre os sentidos de cada eixo.

Para Minayo (2004) a análise de conteúdo visa ultrapassar o nível do senso comum e do subjetivismo na interpretação e alcançar uma vigilância crítica em relação à comunicação de documentos, de textos literários, de biografias, entrevista ou observação.

Bardin (2008) define análise de conteúdo como um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais sutis, em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a “discursos” (conteúdo e continente) extremamente diversificados. Como instrumento de investigação oscila entre dois pólos: o rigor da objetividade e a fecundidade da subjetividade.

Amatuzzi, citado por Bruns & Holanda (2005) afirma que o vivido, sondado pela pesquisa fenomenológica, não se manifesta sozinho, ou puro, mas sempre se mostra já se compondo com concepções, percepções, construções da consciência. Se “vejo” o vivido, aquilo que vejo não é mais o puro vivido, mas o vivido “visto” e, portanto, de determinado modo formulado. Se digo o vivido, aquilo que digo já é o vivido dito, e, portanto, composto com palavras. Meu acesso de pesquisador ao vivido se dá portanto como através de versões dele.

Para Bardin (op.cit), é preciso dizer não à ilusão da transparência, destruir a intuição em proveito do construído, acautelar-se com as projeções da própria

subjetividade. Para tanto é preciso um “rodeio metodológico” (utilizar o método como forma reduzir interpretações inadequadas, pelo subjetivismo), o uso de “técnicas de ruptura”, úteis à pesquisa em ciências humanas. Alerta, contudo, a autora para não se sucumbir ao método. Continuando, a mesma autora afirma que a análise de conteúdo possibilita uma compreensão para além dos significados imediatos e permite conciliar o desejo de rigor com a necessidade de ir além das aparências; permite a um terapeuta, por exemplo, aproximar-se do que as palavras revelam numa relação dialógica. Esse conjunto de apetrechos (instrumentos e técnicas), ainda conforme ensina o autor, tem dupla função: uma de natureza heurística, pois enriquece a experiência exploratória, aumentando a propensão a descobertas e outra de natureza administrativa, uma vez que permite a administração de conteúdos, colocando as hipóteses como afirmações provisórias.

Bardin (op.cit.) afirma que P. Henry e S. Moscovici dizem que “tudo o que é dito ou escrito é suscetível de ser submetido à análise de conteúdo”. Continuando, Bardin ensina que a intenção da análise de conteúdo é a inferência de conhecimentos relacionados à condição de produção de conteúdos, pela utilização de indicadores. Ele propõe três etapas de organização desta análise: a pré-análise (uma sistematização inicial: seleção do conteúdo, estabelecimento de objetivos e construção de indicadores); a exploração do material (implementação das orientações estabelecidas na pré-análise) e o tratamento dos resultados obtidos e interpretação (tornar os resultados “falantes” aos interessados).

Segundo O.R.Holsti, citado por Bardin (op.cit) a codificação é o processo pelo qual os dados brutos são transformados sistematicamente e agregados em unidades , as quais permitem uma descrição exata das características pertinentes do conteúdo. Nesse sentido é preciso fazer os recortes, ou seja, estabelecer as unidades de registro, ou unidade de sentidos , ou núcleos de sentidos. Uma possibilidade de estabelecimento de núcleos de sentido, segundo Bardin (op.cit) é o tema que aparece no conteúdo. O tema não é senão uma unidade de comunicação. Assim, fazer uma análise temática consiste em descobrir “núcleos de sentido” que compõem a comunicação e cuja presença ou frequência de aparição pode significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido, segundo o autor. Escolhidos os “núcleos de sentido” estes serão enumerados, classificados e agregados, segundo as categorias que emergem dos conteúdos. Referindo

à questão da análise qualitativa dos dados, possível na análise de conteúdo, o mesmo autor, diz que o que caracteriza essa análise é o fato de a “inferência — sempre que é realizada — ser fundada na presença do índice (tema, palavra, personagem, etc.), e não sobre a frequência da sua aparição, em cada comunicação individual. Noutras palavras, na análise qualitativa de conteúdo é que as inferências, as suposições partem do tema, da palavra, do personagem, da metáfora utilizada e não do número de vezes que aparece, como ocorre na abordagem quantitativa.



## CAPÍTULO 4

“O principal papel da ação clínica psicológica é diminuir o sofrimento e fazer os policiais se sentirem cuidados e num ambiente que facilite sua prática”.  
(Entrevistada Cuidadora)

### **CAPÍTULO IV: RESULTADOS E ANÁLISE:**

#### **4.1 Resultados das Entrevistas com os(as) Psicólogos(as) Participantes da Pesquisa:**

*Entendemos por abordagem compreensiva o movimento de nos deixarmos afetar pelas narrativas obtidas, evitando, na medida do possível, julgamentos a priori acerca dos conteúdos relatados. Nossa intenção foi a de nos aproximarmos da experiência vivida com cada participante em busca do desvelamento do fenômeno tal qual ele se apresentava. Posteriormente à compreensão por nós realizada recorreremos à teoria que dispúnhamos, visando empreender aproximações e mesmo trazer contribuições ao rico material que tivemos acesso. Vale lembrar que o próprio relato das experiências dos participantes da pesquisa propiciou acolhimento ao vivido e produção de sentido, simultaneamente.*

Antes de apresentarmos o quadro demográfico dos (as) participantes psicólogos (as), esclarecemos que utilizamos codinomes, segundo aquilo que ressaltou durante as entrevistas e que se referem a palavras adotadas, sub-repticiamente pelos próprios entrevistados, a sentimentos experimentados ou a outros aspectos que julgamos importantes e relacionados ao sentido da pesquisa. Desde já alertamos que identificar um participante por “Ambigüidade”, por exemplo, não significa afirmar que este é uma pessoa ambígua, insegura ou qualquer outro adjetivo desabonador, mas que se trata de um sentimento vivido na instituição, em razão dos paradoxos apresentados.

Vamos, então, aos codinomes:

#### Ambiguidade:

Experimenta vários sentimentos ambíguos em relação à Polícia Civil e, mesmo à Polícia Militar, pois é integrante da primeira instituição e filha de um membro da segunda. As ambigüidades, por vezes paradoxais, experimentadas e provocadoras de sofrimento psíquico levaram-nos a identificá-la com esta palavra. Ela vive na ambigüidade da Instituição de segurança pública civil, assim como vivem todos os agentes de segurança pública civis, militares e bombeiros militares, expostos, todos, aos efeitos desse aspecto na saúde emocional.

#### Complexidade:

A entrevistada destaca em sua entrevista que a ação clínica psicológica na instituição policial civil é complexa, pois certos relatos de sofrimento e acontecimentos vividos pelos agentes de segurança pública a deixam em dúvida se são reais ou delírios. Percebemos que esta complexidade também acompanha o trabalho dos referidos agentes tendo que lidar com idiosincrasias de autoridades que se colocam acima dos regulamentos e tergiversam os direitos humanos.

#### Perfil:

Esta participante traz a palavra “perfil” ao declarar que não tem perfil para ser Agente de Polícia. Assim como a estrondosa maioria dos agentes de segurança pública, civis e militares, afirmam essa falta e as entrevistas são um pequeno exemplo. Vieram para segurança pública por necessidade de emprego e as instituições a que pertencem não conseguem desenvolver a motivação na maioria desses agentes. A palavra perfil também é usada, nas instituições de segurança pública, como instrumento de preconceito, pois superiores podem atingir subordinados afirmando que este não tem perfil para tal ou qual atividade ou, até mesmo, que não tem perfil para ser agente de segurança pública.

#### Preocupação:

Utiliza-se da palavra “preocupação” para referir-se à freqüente ameaça de voltar a trabalhar em Delegacia do interior do Estado de Pernambuco, onde iniciou a carreira de Agente de Polícia, antes de ser desviada para a função de psicóloga. Manifesta esta Preocupação, pois a transferência é um direito da administração e depende somente das

chefias. Escolhemos esta palavra também por ser ela uma companheira frequente da imensa maioria dos agentes de segurança pública: preocupação em não ser punido, em não ser preso, em não ser transferido, em não ser expulso, em não ser perseguido, em não ser humilhado, em não ser processado, em não ser preterido em promoções, entre tantas outras.

#### Cuidadora:

A entrevistada revela essa característica de “cuidadora” e é identificada por outras participantes também dessa forma. Além disso, reconhece, durante a entrevista, a necessidade dos Agentes de segurança pública em serem cuidados.

#### Ajustadora:

De forma inusitada, que entendemos irônica, na percepção desta participante a instituição policial militar deve considerar importante a ação clínica psicológica porque esta devolve à instituição, devidamente ajustados, os desajustados. Com isso ressalta a visão da instituição em relação aos problemas humanos (desajustes).

#### Versátil:

Afirma em sua entrevista que para exercer a ação clínica psicológica na instituição de segurança pública é preciso ser versátil, ter mil e uma utilidades, saber até onde ir e quando recuar. A versatilidade é uma necessidade para psicólogos e agentes de segurança pública, em dose maior que em outras áreas, pelas distorções, pela cultura institucional e pelas heranças históricas associadas ao escravismo e ao colonialismo.

#### Respeito:

Refere, em sua entrevista, que sua relação com a instituição policial é de respeito mútuo e ao longo da entrevista demonstra preocupação com esse aspecto, sendo cautelosa nas afirmações. Respeito também é um vocábulo fundamental dentro da segurança pública e marcador de mais um problema causador de sofrimento psíquico, na medida em que os superiores exigem respeito faraônico e devotam aos subordinados (com poucas e honrosas exceções) total desrespeito. As entrevistas, tanto de psicólogos (as) quanto de agentes de segurança pública são reveladoras dessa condição.

#### Sementinha:

A expressão “sementinha” é utilizada como metáfora para significar a relação entre o trabalho que a profissional faz e a necessidade que a instituição tem. Entende seu trabalho, sua ação clínica psicológica, como uma “sementinha” atirada no deserto, mas que está frutificando. Assim, revela o quanto precisa ser feito na questão da saúde emocional dos agentes de segurança pública, bem como nas dificuldades encontradas.

#### Gratificada:

O sentimento de estar “gratificada” por fazer o que gosta é marcante em sua narrativa; esse sentimento justifica-se, pois além de sua vocação profissional, o desvio de função lhe foi muito benéfico.

#### Estrategista:

Em sua narrativa relata a necessidade de utilizar estratégias para vencer as barreiras institucionais e o preconceito do Comandante, que, por três vezes, impediu seu desvio de função para atender como psicólogo, em razão do mesmo ser praça. A palavra também tem significado importante entre os agentes de segurança pública, pois vivem usando de estratégias para exercer a função e se proteger da instituição. A qualificação ainda é vista com inveja e não existem mecanismos institucionais para aproveitar a chamada “prata da casa” que, com esforço, adquire uma qualificação que a instituição precisa.

#### Recomeço:

A entrevistada afirma que sua experiência como psicóloga, numa instituição de segurança pública militar, tem sido de “Recomeço”, pois se achava afastada da psicologia devido à sua atividade militar. Recomeço também é um vocábulo comum na vida dos agentes de segurança pública, pois as transferências, os desvios de função, as promoções, as altas terapêuticas são recomeços e, naturalmente, atingem o psiquismo destes, positiva ou negativamente.

#### 4.1.1 Quadro Demográfico dos(as) Participantes Psicólogos(as):

PARTICIPANTES PSICÓLOGOS	CARACTERIZAÇÃO				
	TEMPO DE INSTITUIÇÃO	CARGO OCUPADO	TEMPO NA FUNÇÃO DE PSICÓLOGO	LOCAL DE TRABALHO	TEMPO DE GRADUAÇÃO COMO PSICÓLOGO
Ambiguidade	08 anos	Agente de polícia	1 ano	DIVASP/GRH/PC	22 anos
Complexidade	6a e 8m	Agente de polícia	7 anos	DIVASP/GRH/PC	06 anos
Perfil	9a e 6m	Agente de polícia	11 anos	DIVASP/GRH/PC	13 anos
Preocupação	7 anos	Agente de polícia	4 anos	DIVASP/GRH/PC	08 anos
Cuidadora	17 anos	Agente de Polícia	7 anos	DIVASP/GRH/PC	14 anos
Ajustadora	12 anos	Psicóloga contratada	12 anos	GP/CAS/PMPE	14 anos
Versátil	30 anos	Aux.Adm/profa.	17 anos	GP/CAS/PMPE	11 anos
Respeito	7a e 7m	Psicóloga contratada	7 anos e 7m	NADEQ/CAS/PMPE	29 anos
Sementinha	14 anos	Assistente Adm.	14 anos	GP/CAS/PMPE	17 anos
Gratificada	27anos	Policial Militar	15	GP/CAS/PMPE	24 anos
Estrategista	16anos	Bombeiro Militar	06 anos	GP/CAS/CBMPE	12 anos
Recomeço	03 anos	Bombeiro Militar	02 anos	GP/CAS/CBMPE	06 anos

Quadro demográfico dos (as) participantes psicólogos (as).

#### LEGENDA:

DIVASP/GRH/PC: Divisão de Assistência Psicológica da Gerencia de Recursos Humanos da Polícia Civil;

GP/CAS/PMPE: Gabinete de Psicologia do Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Pernambuco;

NADEQ/CAS/PEPE: Núcleo de Atenção à Dependência Química do Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Pernambuco;

GP/CAS/CBMPE: Gabinete de Psicologia do Centro de Assistência Social do Corpo de Bombeiros Militar de Pernambuco.

#### 4.1.2 Abordagem Compreensiva das Entrevista com Psicólogos(as):

##### 1. Abordagem compreensiva das Entrevista de “ambigüidade”:

“Ambigüidade” revela já no início de sua narrativa, uma ambivalência quanto à sua experiência como psicóloga clínica na Polícia Civil do estado de Pernambuco: descreve esta experiência como gratificante e, ao mesmo tempo, provocadora de uma profunda inquietação, na medida em que convive com profissionais de grande experiência, que a fazem sentir-se como aprendiz. Também *relata sua experiência profissional com policiais civis, em que pode observar, com freqüência, olhar de tristeza, baixa autoestima, postura de aniquilamento frente às situações dilaceradoras vividas em vários locais de trabalho, a maioria, provocadas pela incompreensão, pela falta de escuta, por uma cultura institucional que quer mostrar dados, resultados, deixando o homem em último plano.*

A ambivalência é revivida a cada jornada de trabalho permeada por *sentimentos de esperança e de impotência*, provocando reflexões em torno das possibilidades de sua ação clínica. Sente responsabilidade diante das pessoas em seu processo de crescimento e amadurecimento, nas dimensões mental, emocional, espiritual e física, procurando fazer uma leitura halográfica (que contemple as várias possibilidades, os vários espectros) do universo existencial dessas pessoas. *Às vezes, fica resistente, desanimada e pensa em ir embora e deixar tudo; outras vezes, vendo pessoas que chegaram à beira de um suicídio e retomaram a vida e aos projetos, sente que ainda não é hora de partir.*

Sua fala permite concluir que *o conhecimento que a mesma tem da dinâmica da vida de um policial não decorre apenas da experiência profissional como Psicóloga Clínica na instituição policial civil, mas de vivências familiares e, sobretudo, da relação com seu pai, também policial, atualmente na reserva.* Este pai, nos relatos sobre vivências na instituição Policial, foi passando para ela vivências ambíguas, revividas quando de sua inserção na Polícia Civil.

A narrativa que faz do pai é carregada de emoção e permite uma boa aproximação com as vivências de sofrimento experimentadas por ele na instituição: de um lado percebe um pai muito amoroso, que ensinava conceitos, valores, amor e

respeito ao próximo, pelo exemplo, pela atitude, pelo diálogo e não pela força, enfim, como um homem sábio; entretanto, indica, com tristeza, que a instituição polícia militar, não o reconhece como profissional, desprezando-o, e chegando, até, a humilhá-lo em público. *Toda sua fala revela a forte hierarquia existente na instituição Policial Militar e os jogos de poder que acabam por subtrair a dignidade de muitos dos comandados.* Como já era nossa expectativa de pesquisador, as entrevistas também funcionaram como uma ação clínica psicológica, razão pela qual não nos preocupamos exageradamente com o tempo e aparentes tergiversações.

O sofrimento dos policiais e as histórias que a faziam chorar de tristeza mobilizavam suas fantasias de criança, de um dia poder fazer algo para ajudar aquelas pessoas e famílias. *O sonho era de destruir barreiras erguidas de forma equivocada, percebidas como voltadas para disciplinar e controlar seres humanos pela força e pelo desrespeito.*

Num aparente paradoxo, revela nunca haver pensado em fazer parte da instituição policial, apesar de amá-la e respeitá-la. *Sua inserção na polícia civil se deu por sugestões da mãe* (o pai interferiu pouco, possivelmente por não desejar para a filha as vivências experimentadas numa instituição policial), para que fizesse o concurso para Agente de Polícia, vislumbrando a possibilidade de um desvio de função para atender como psicóloga. *Após o ingresso na instituição, serviu no interior e na chefia de Polícia, como policial, até ser desviada de função e passar a trabalhar como psicóloga.*

Fica evidente, a partir de suas narrativas, que ela conhece a realidade da instituição policial militar, mesmo antes de ingressar na vida policial. A ambivalência em relação à instituição policial a acompanha desde a sua infância, continuando no ingresso e em sua permanência nela. A experiência prévia parece forjar seu caráter de guerreira e fortalecê-la em um ambiente de contradição.

Destaca sua *dor em ver policiais companheiros serem abruptamente assassinados de forma desumana e sinaliza que os que mais adoecem na instituição são aqueles que amam ser polícia e fazem o trabalho com amor e não por dinheiro.* Revela que, algumas vezes, após atender, sai da sala e vai chorar por ver que mesmo após muitos anos sem reconhecimento, esses policiais ainda continuam amando o trabalho. Tal comportamento revela como *sua ação clínica psicológica também lhe provoca*

*impacto psíquico, na medida em que vivencia a crueldade da função de segurança pública e o despreparo institucional para lidar com seus agentes.*

Quanto aos *sofrimentos apresentados pelos policiais, na instituição, a entrevistada “Ambiguidade” indica angústia, depressão, baixa autoestima, sentimento de aniquilamento, de nadificação e desumanização*, permitindo inferir quão difícil é a ação clínica, nesta instituição. Trazendo exemplos de policiais atendidos, da gratidão dos mesmos pelo resgate da vida e dos projetos, revela ter comprovado a importância de uma escuta ampla e sistêmica.

*Sua ação como psicóloga clínica, na instituição, apresenta-se bastante diversificada, com atividades de Psicoterapia individual, de base centrada na pessoa, mas aberta a outras possibilidades, em função da demanda; faz atendimentos a pacientes agendados, a pacientes em emergência (por exemplo, casos de alcoolismo, onde dá suporte ao paciente e à família), atendimento domiciliar ao paciente e à família.* Considera que, atualmente, a instituição oferece uma boa estrutura para o atendimento, em local recentemente inaugurado (2009).

“Ambiguidade” considera que *“a principal demanda” para o serviço de Psicologia Clínica diz respeito à dificuldade de interação interpessoal e grupal, de trabalhar em equipe, o que faz com que as pessoas adoçam.* Essa demanda tem um significado fundamental, na medida em que a ação policial exige relacionamento junto a vários seguimentos sociais, envolvendo, de forma sistemática, processos de interação. Se há dificuldade na interação humana, obviamente haverá no exercício da ação policial.

*Também surgem, como demandas atendidas pela entrevistada, os efeitos do que ela denomina de “maquinização” do homem, obrigado a funcionar no esquema “estímulo-resposta”, sem espaço para a criatividade, para a diversidade, para a valorização do humano.* Nesse eixo das demandas, a entrevistada não se refere, de modo direto, aos riscos da atividade de segurança pública, aos medos e à estrutura institucional

Referindo-se às *dificuldades/desafios ou barreiras enfrentadas para a realização do trabalho de Psicóloga Clínica na Polícia Civil*, revela que, embora esteja há apenas um ano na Divisão de Psicologia e possa contar com o apoio dos chefes

imediatos, há uma “cultura do medo” e afirma que *o sistema de segurança pública precisa reavaliar sua política de valorização do medo e da punição*. E pergunta por que não se escuta? Por que não se reflete? Por que não se lida com a tropa como seres humanos?

No entendimento da entrevistada, se o humano não flui, nada flui e afirma: *Um homem insatisfeito, que não tem seus sonhos respeitados, que é rechaçado, a todo momento, a último plano, não vai trabalhar bem, vai-se tornar agressivo e, a qualquer momento, vai explodir, seja numa abordagem, seja numa resposta a um superior*. Esse relato é revelador de um fator que marca a ação policial nas ruas, perante a sociedade, ou seja, a agressividade, e demonstra a pertinência da ação do Psicólogo Clínico na instituição de segurança pública.

“Ambigüidade” destaca a *importância desta ação clínica psicológica*, na medida em que *a instituição lida com seres esfacelados e com famílias que convivem com esses seres esfacelados, onde as trocas familiares são deturpadas, sofridas, ancoradas num porto que está prestes a explodir; para não explodir, muitos procuram o álcool, o fumo e tantas outras condutas compensatórias*. Como pesquisador nos indagamos: como fica a imagem da Polícia e dos policiais na sociedade, diante de tantas mazelas e de uma intervenção psicológica tão aquém das necessidades?

Assim como acontece em grande parte de seu relato, a entrevistada revela sua ambigüidade também na percepção do *modo como a instituição vê o trabalho do Psicólogo Clínico: há gestores que compreendem e valorizam, mas há os que nem sabem da existência, que vivem um padrão antigo, onde os policiais existem para cumprir ordens, não importando o que têm; se estão doentes ou se estão bem*. Para ela, a maioria dos gestores tem essa dificuldade e espera que haja um trabalho com eles para que possam resgatar a escuta, a observação, a valorização do ser humano. Diz que *as corporações policiais estão gritando “socorro! Alguém nos ajude!”*.

A nós, como pesquisador, os relatos acima revelam o quanto a instituição Polícia Civil precisa avançar em seus processos de gestão e, em grande medida, focalizar as práticas de seus gestores, criando mecanismos que impeçam o exercício de um poder centrado no binômio “servo-senhor”, inadequado aos direitos humanos e potencialmente gerador de mais risco de violência para a sociedade.

## 2 Abordagem compreensiva da entrevista de “Complexidade”:

Discorrendo sobre sua *experiência como psicóloga clínica na instituição Polícia Civil*, “Complexidade” afirma que tem sido *de muita riqueza, de complexidade e de dificuldades no percurso*. A riqueza é relacionada com a grande quantidade de “adoecimentos específicos da função de segurança pública”, que é uma função estressante, os quais, por vezes, diferenciam-se dos achados da clínica psicológica tradicional. Exemplifica com a *dificuldade em distinguir, em sua ação clínica na instituição de segurança pública, se determinados “delírios”, apresentados pelos agentes de segurança, são reais ou frutos da vivência institucional e das relações com os superiores*, deixando claro que na mencionada clínica as psicopatologias têm que ser pensadas no contexto da função de segurança pública dos pacientes.

Refere-se a outra especificidade experienciada na ação clínica psicológica, *o problema do porte de arma*, direito inerente à função, diante da necessidade de desarmar o agente de segurança pública “doente”, para resguardar a ele, a sua família, a instituição, o terapeuta e a sociedade.

A *inserção* de “Complexidade” na instituição aconteceu *mediante concurso público*, quando ainda era muito jovem. Ingressou como Agente de Polícia Civil e indicada por um professor do curso de formação que era Delegado conheceu o serviço de atendimento psicológico, onde havia uma carência muito grande de profissionais; por ter sido bem classificada no curso, pode escolher a lotação, ficando na Gerência de Recursos Humanos, ao qual o serviço de psicologia está vinculado. *Destaca que não há um quadro de psicólogos (as) na instituição e que todos os profissionais dessa área estão desviados de função, são Agentes de Polícia Civil*.

Percebemos, como pesquisador, que a instituição de segurança pública, cuja função, no caso da Polícia Civil, é investigar e formalizar a acusação contra autores de delitos, perde em sua missão, desviando policiais das atribuições para as quais o Estado o selecionou e capacitou, numa estrutura com deficiência de servidores. Porém, a relevância e imprescindibilidade do trabalho realizado pelas psicólogas desviadas da função evidenciam que a “essência” supera a forma, mesmo porque o ser humano é mais importante que a burocracia e as normas e elas estão a serviço do humano.

Como *atividades*, a entrevistada relaciona: atendimento individual, escuta psicoterapêutica, visitas domiciliares (pois o Policial com transtorno não consegue manter o vínculo com a família), visitas hospitalares, visitas institucionais, participação em cursos de capacitação (como o destinado a avaliação para porte de armas), testes e laudos para a Corregedoria, entre outras. Relata que havia uma atividade de psicoterapia de grupo que está suspensa, no momento. Em nossa percepção, esta atividade está suspensa em razão da carência de psicólogos, das inúmeras atribuições dos poucos psicólogos na instituição e pela dificuldade em formar esses grupos, pois não é fácil congrega esses policiais, na falta de tempo decorrente da escala de serviço.

A *realização do trabalho, na prática do dia-a-dia*, inicia-se com o acolhimento de uma demanda que pode ser voluntária (de iniciativa do agente de segurança pública) ou por encaminhamentos de chefias. Há a primeira escuta, a triagem e o encaminhamento, que pode ser ao psiquiatra, a um serviço de tratamento da dependência química (NADEQ, CAPS), a uma das psicólogas da Divisão de Assistência Psicológica (DIVASP). Quando necessário, o atendimento pode ser psicológico e psiquiátrico. Há também o serviço de monitoramento, de acompanhamento dos que estão internos em serviços de tratamento de dependência química.

O *período de tratamento é de até seis meses*, sobretudo se for um encaminhamento de chefias, pois é preciso um retorno, com um relatório de atendimento, pois há uma preocupação institucional do retorno do Policial às atividades. Contudo, a política atual é de não afastar do serviço, pois a experiência tem mostrado que se torna difícil a readaptação, quando da volta.

As *demandas dirigidas ao trabalho* de “Complexidade”, como psicóloga clínica, na instituição policial civil do estado de Pernambuco são múltiplas: atendimentos de demandas das delegacias da mulher, trabalhos de prevenção, trabalhos para desmistificar a ação do psicólogo, tratamento do estresse e demais problemas psíquicos dos Policiais e *elaboração de pareceres técnicos para porte de arma*. Os trabalhos de prevenção estão ligados a palestras em visitas a batalhões, visitas domiciliares e atendimento à família.

Há, no entanto, inúmeras *dificuldades* que interferem ou até mesmo impedem a busca pelos serviços de psicologia, o que diminui a quantidade desta demanda: a

*dificuldade de adesão ao tratamento*, nos casos de dependência química; *a resistência da cultura machista*; *os problemas dos rótulos institucionais (palmeirinha, doido, louco, bêbado)*; a antiga estrutura física, pois o servidor, ao dirigir-se ao serviço tinha que passar por todos os departamentos, em razão da localização física do setor de psicologia, o que é motivo de preconceito institucional, com novos servidores e com os próprios colegas de trabalho; a mudança da política institucional que mantinha o servidor afastado das funções durante o atendimento e passou a mantê-lo em atividade.

Quanto ao termo “palmeirinha” é um rótulo pejorativo que faz associação com a planta denominada “palmeira”, que, pela altura, vive nas nuvens. O diminutivo tem relação com a coisa pequena, que precisa de auxílio. Palmeirinha é aquele policial civil que vive voando, com o pensamento nas nuvens e precisa de ajuda para realizar o serviço. Na Polícia Militar também se utilizam adjetivos pejorativos como “monstro”, “leseira”, “babaca” e o mais elaborado e cruel, repetido inúmeras vezes, desde o meu curso de preparação para o ingresso e ao longo de mais de 15 anos na corporação, por superiores para com os subordinados, que era o termo “tabaculeira”, que tinha sua etimologia na aglutinação dos termos “tabacudo” + “babaca” + “leseira”.

Como *elementos que podem vir a facilitar a demanda*, “Complexidade” cita o *novo espaço físico*, onde as salas ficam no térreo e no primeiro prédio, não precisando passar pelos olhares dos colegas dos vários departamentos da Gerência de Recursos humanos, da qual faz parte a Divisão de Assistência Psicológica (DIVASP), onde se situa o serviço de psicologia; *o retorno de pacientes atendidos às suas atividades*, a superação das dificuldades apresentadas, entre outras expressões de bem estar, o que encoraja e estimula aos outros a procura pelo serviço de psicologia.

Além das dificuldades provenientes da busca pelo serviço de psicologia, a ação do psicólogo clínico na instituição de segurança pública depara-se com *outros desafios*, entre os quais citamos: *falta de um quadro de profissionais psicólogos e, por conseguinte, do cargo de psicólogo (a)*, o que significa que todos estão desviados de função; *os rótulos, preconceitos e adjetivações dos colegas com os agentes de segurança pública que buscam o serviço*; *as dificuldades de adesão ao tratamento, sobretudo dos dependentes químicos*, o que se associa a uma incompreensão da família e da instituição, no sentido de achar que a responsabilidade é só do psicólogo; *a cultura de só procurar no limite máximo do problema*; *a insuficiência de profissionais para*

*atender à demanda; a falta de uma portaria disciplinando o porte de arma e situações de suspensão do mesmo (até a data da entrevista: 25/05/2010); o atendimento a psicóticos, a delirantes, a embriagados portando arma; a falta de apoio ao pessoal que trabalha fora da capital, uma vez que o serviço não existe para a Zona da Mata, Agreste e Sertão do estado; a resistência dos policiais em retornar ao trabalho nas Delegacias, após o tratamento; a ambigüidade no tratamento dos psicólogos (as): se precisa é psicólogo (a), se não precisa é Agente de Polícia.*

Exemplificando o quão melindrosa é a questão do porte de arma, embora a instituição tenha a saída dita de mestre “o porte é um direito inerente à função”, “Complexidade” relata um caso recente de assassinato, seguido de roubo da arma (latrocínio), de um Policial Civil. Embora este policial estivesse em processo terapêutico a ação da psicologia fica muito limitada, uma vez que os psicólogos não têm respaldo legal para sugerir uma contra-indicação para o porte de arma.

Respondendo sobre a *importância da ação do (a) psicólogo (a) clínico (a) na instituição de segurança pública estadual* à qual pertence, a entrevistada afirma que esta ação é essencial, em razão das demandas existentes: Acompanhamento, orientação, escuta, olhar, entre tantas outras. Corroborando seu argumento destacando que os Policiais Civis referem-se à instituição como “a casa da maldade”, mas se são reconhecidos ficam nas alturas. *Muitas vezes, buscam não por uma psicoterapia, mas por um olhar, um reconhecimento, uma escuta, uma atenção. A entrevistada reconhece que atualmente existem chefes que param para escutar, para dialogar, em vez de expulsar da Delegacia.*

Essas narrativas vêm no sentido de ressaltar a referida essencialidade da ação psicológica clínica e nesse contexto “Complexidade” relata o caso de um Policial Civil que foi visto, no cemitério, cavando sua própria sepultura e depois pegou um carro para ir ao próprio enterro, o que revelava a extrema necessidade de uma atenção psicológica/psiquiátrica ao mesmo.

Em sua visão, a instituição aceita bem e acha importante a ação do (a) psicólogo (a) clínico (a). *Reconhece, porém, a existência de problemas de hierarquia, uma vez que quem decide, no final, são os chefes. Aproveita a temática para destacar a pessoa do atual Chefe de Polícia, a quem atribui a responsabilidade pelos avanços do serviço*

*de psicologia, tais como o novo prédio, o fato de sempre valorizar e apoiar o servidor, lutando pela causa. Visualiza esse líder como a pessoa capaz de trabalhar com Delegados as dificuldades nesse campo da hierarquia.*

Como as demais entrevistadas, “Complexidade” é ambígua quando afirma inicialmente que a instituição é vista como aceitando bem e achando importante o trabalho psicológico para, em seguida, dizer que esta desvaloriza e não incentiva os profissionais da psicologia. Essas contradições revelam o quanto se precisa construir em termos de uma cultura institucional menos conflitante e quão relevante será a ação psicológica clínica nesse mister.

Percebemos as narrativas de “Complexidade”, durante a entrevista, como reveladoras de ambiguidades, dilemas, sofrimentos, associados a outros conteúdos tecidos com outras entrevistadas da mesma instituição. A problemática do porte de arma apresenta-se como inquietante, assim como as dúvidas que emergem da ação clínica, quanto à delimitação do real e do imaginário nas narrativas dos policiais, considerando a peculiaridade institucional. Nossa caminhada, pelas estradas da entrevista, permitiu construir experiências quanto a uma clínica psicológica em instituições de segurança pública, suas dificuldades, desafios e a necessidade de construção de bússolas para navegar o oceano das necessidades emocionais dos agentes de segurança pública.

### **3 Abordagem compreensiva da entrevista de “Perfil”:**

*A experiência de “Perfil” como psicóloga clínica na instituição de segurança pública civil é vivida como algo enriquecedor, pela quantidade e variabilidade de problemas ligados à saúde mental (muito estresse, muitas doenças psiquiátricas), que permitem uma grande experiência profissional, embora, ao mesmo tempo frustrante, por não ter a abrangência que deveria, nem o adequado reconhecimento das chefias, que, algumas vezes, não referendam indicações da equipe de psicólogos.*

Comparativamente ao período de cerca de cinco anos atrás, houve uma melhoria em termos de estrutura física e de reconhecimento do trabalho desenvolvido pelo serviço de psicologia, tanto por parte de algumas chefias próximas e distantes, como em razão da melhoria do mesmo e do conseqüente aumento da confiança nos psicólogos.

Oriunda de um emprego público de nível médio, na área de saúde, onde o salário não era bom, passou a estudar, com o marido, para o *concurso de Agente de Polícia Civil* e, aprovada, ingressou na referida instituição de segurança pública. Sendo graduada em psicologia, alimentava a expectativa, também vislumbrada pelo marido, de trabalhar como psicóloga, pois *reconhecia que não tinha o perfil de Policial, sendo seu ingresso motivado por questões financeiras*. Reconhece que se tivesse que trabalhar em delegacia já teria pedido exoneração.

*Inserida na instituição, consegue, por desvio de função, ingressar no serviço de psicologia*, onde permanece até hoje. Informa que todos que exercem a função de psicólogo são Agentes de Polícia, desviados de função, e que a instituição não possui um quadro de psicólogos, como também acontece na Polícia Militar, apesar desta ser bem mais antiga.

“Perfil” informa que as *atividades que desenvolve na instituição*, como psicóloga clínica, envolvem escuta terapêutica, acompanhamento em terapia, por até seis meses, avaliações, encaminhamentos, visitas, entre outras atividades.

Referindo-se ao *modo como seu trabalho é realizado* reconhece, inicialmente, que *o número de profissionais não dá conta das demandas e solicitações* e relaciona entre as tarefas, no dia-a-dia, a identificação de fatores de estresse do paciente (local de trabalho, relações interpessoais conflituosas), contatos de orientação à família e atendimento familiar, visitas domiciliares, parcerias com assistentes sociais para suporte. Tais atividades são entendidas como necessárias à melhoria das condições de trabalho e do exercício da função de segurança.

Entre as *demandas* que chegam à clínica psicológica cita: *casos de estresse* (cujo nível é dito muito alto); *sofrimentos decorrentes de conflitos em Delegacia*, caracterizados como resultantes da *prepotência de Delegados, conflitos que se estendem às relações interpessoais entre os agentes de segurança pública; sintomas causados pela falta de diálogo com chefes* (como revolta, desinteresse, baixa autoestima, agressividade); *problemas decorrentes de absenteísmo* (faltas ao trabalho); e *efeitos do uso de bebidas alcoólicas, por vezes utilizadas como escape*.

Propusemos a “perfil” que demarcasse as *peculiaridades da “ação clínica psicológica” exercida na instituição de segurança pública*, estabelecendo a diferença

entre a referida clínica e a clínica realizada fora da instituição, ao que ela afirma: *a primeira peculiaridade/diferença é o problema de estar dentro da instituição, pois há desconfiança dos Policiais para com os psicólogos (as), resultando num gelo (silêncio) difícil de quebrar, sendo este aspecto o de maior dificuldade. Outra peculiaridade/diferença são as demandas encaminhadas por Delegados, como punição, como castigo, em razão de problemas ocorridos na Delegacia. Dificuldade relacionada às anteriores e que diz respeito à resistência para adesão à psicoterapia. Também merecem destaque: a necessidade de realização de um trabalho de conscientização para que o paciente entenda que a autoridade policial (o Delegado), querendo fazer o mal, fez o bem e o momento deve ser aproveitado para um afastamento providencial de recuperação; A necessidade de trabalhar a revolta em certos encaminhamentos, uma vez que na cultura institucional a ida involuntária ao setor de psicologia é castigo, punição e a ida voluntária é por loucura, por ser um “palmeirinha” (viver nas nuvens); A auto-percepção do sujeito que demanda o atendimento, construída, pela cultura institucional, como um super-homem, um ser invulnerável, tornando-se muito difícil aceitar sua fragilidade emocional e necessidade de ajuda; finalmente, há uma peculiaridade da ação clínica institucional que diz respeito à equipe de atendimento ser formada somente por mulheres psicólogas e novas na instituição. Então, como um super-homem vai ser tratado por uma equipe de mulheres jovens e neófitas?*

Os entraves referidos são, no entendimento de “Perfil”, difíceis de quebrar, pois mesmo Delegados *viam (e uma parte ainda vê) com desconfiança a ação clínica psicológica na instituição. A figura do Delegado também pode ser entendida como mais uma peculiaridade/diferença da clínica psicológica na instituição de segurança pública: seja por não entender sua implicação nos adoecimentos em sua Delegacia e cobrar das psicólogas a devolução do Policial; seja pela dificuldade de acesso das psicólogas ao Delegado; seja pelo fato de que, na gestão da Delegacia só se enxerga o servidor, não se vendo o ser humano. A título de exemplo, diz “Perfil” em sua narrativa: ‘Se o Delegado não gosta do trabalho do Agente de Polícia o transfere para um local bem distante, sem olhar a estrutura que o mesmo já tem formada no local, sem olhar a família. Joga para o interior e se já estiver no interior, joga para uma cidade mais distante’.*

*Demonstrando insatisfação com o modelo medicocêntrico, a entrevistada afirma que só o médico (psiquiatra ou clínico) pode afastar o Policial de uma Delegacia, transferir de um setor ou de uma atividade para outra, não havendo espaço para a palavra do psicólogo.*

*As dificuldades/desafios que enfrenta no desenvolvimento de sua ação clínica estão relacionadas à falta de reconhecimento do trabalho psicológico pelos Delegados, tornando-o mais difícil; a não percepção dos gestores acerca do adoecimento do servidor para um encaminhamento prévio à instalação de um quadro crítico; e ao atraso na procura voluntária ao serviço de psicologia.*

*“Perfil” indica que a queixa dos policiais para com a Delegacia está relacionada ao fato de se sentirem escória, de serem maltratados, de não serem reconhecidos, de não se olhar que já foram bons policiais, desprezando-os no momento de um problema ou determinando o que consideram um castigo, o encaminhamento ao setor de psicologia, pelos rótulos a ele associados.*

Entendemos que essa via do castigo como forma de solução de problema, paradoxalmente faz escola e o castigado (o agente de segurança pública) leva isso para as ruas, deslocando a violência sofrida para a sociedade. Há todo um contexto institucional a ser modificado, sendo que uma das importantes tarefas da psicologia é construir cultura, sistemas de poder, relações de forças, segurança emocional, permitindo aos agentes de segurança pública o “Control Self” (controle de si mesmo), em benefício da sociedade e dos direitos humanos.

Chamada a dialogar sobre a *importância da ação do psicólogo clínico na instituição*, a entrevistada “Perfil” sorri e afirma *“acho que estamos apagando fogo; precisamos de um trabalho mais abrangente e não só um trabalho de formiguinha. Precisamos de um trabalho de conscientização”*. Acredita que no futuro vai ter esse reconhecimento, pois, no momento, ainda há muito a avançar, uma vez que o trabalho é muito pequeno para o que a instituição precisa. *Experimenta sentimentos de satisfação e frustração; os primeiros associados à gratidão do servidor atendido e os segundos ligados ao fato do trabalho não chegar aos chefes (Delegados), ao uso da transferência como fator de perseguição, o que se traduz em adoecimento.*

Quanto às *mudanças que precisariam acontecer para melhorar a ação clínica psicológica*, “Perfil” afirma: *deve começar pelo processo de avaliação psicológica nas seleções para ingresso na instituição*, feito por empresas terceirizadas, que não têm a experiência da prática institucional e não seguem ao perfil construído pela equipe de profissionais da Divisão de Psicologia e conclui que *o ingresso de pessoas sem o perfil tende a levar a um maior adoecimento*. Como pesquisador, percebemos que a falta do perfil para a função traz graves conseqüências para a sociedade e para o próprio policial, pois já preconiza um brocardo latino, em epígrafe no portal de entrada da escola Preparatória de Cadetes da Aeronáutica brasileira: “Non multa, sed multum” (não quantidade, sim qualidade).

A entrevistada *questiona também a chamada “investigação social”* (apuração da vida social pregressa do candidato, desde a infância até o momento do ingresso na instituição, através de visitas a vizinhos, instituições sociais freqüentadas, antecedentes criminais, entre outros aspectos), afirmando não saber como a mesma é feita e que passado o concurso não há mais quem se responsabilize pelos problemas que os candidatos já trazem na seleção e formação. Já na Academia de Polícia Civil, os problemas aparecem e são constatados quando a Divisão de Psicologia vai à referida Academia, para divulgar seu trabalho ou mesmo ministrar algumas aulas. Nem mesmo o Diretor da referida Academia tem como tomar providências, pois existe o aspecto jurídico garantindo direitos ao candidato. Perfil *preocupa-se ainda com os casos “subjudice”* (candidatos que ingressam por decisão judicial e fazem o curso aguardando uma sentença final). *Esses candidatos, por vezes, inaptos na avaliação psicológica, são impostos, pelo judiciário, à instituição policial, que tem que aceitar.*

A entrevistada *propõe que seja possível uma avaliação mais detalhada, durante todo o processo de formação, até antes da assinatura do termo de posse, permitindo ao Estado julgar o candidato inapto e desligá-lo do curso, evitando problemas futuros para ambos (instituição e candidato).*

Relatamos para “Perfil” que na Polícia Militar o problema é o mesmo em relação às avaliações psicológica e social e que um Promotor de Justiça afirmou, em audiência pública, no final de 2009, que uma turma de soldados já estava com o curso de formação concluído, sem que a investigação social tivesse sido realizada. O mesmo

Promotor de Justiça, em matéria Publicada no “Jornal do Commercio”, de 23 de julho de 2009, refere-se à falta de preparo dos alunos da PMPE.

Encerrando a entrevista propusemos uma reflexão sobre *como a entrevistada avalia olhar da instituição em relação ao trabalho da psicologia clínica*, tendo a mesma afirmado que *falta um pouco mais de reconhecimento* e que o espaço da referida clínica só estará firmado a médio prazo (dez a quinze anos). Em sua visão, *o olhar da instituição ainda é de desconfiança*, entendendo que ainda não houve tempo para o adequado reconhecimento.

Diz que anseia por um trabalho psicológico mais perto dos Policiais e se refere a um projeto chamado de “*RH itinerante*”, que está engavetado, cujo objetivo é levar a ação psicológica e o serviço social para os Policiais de fora da capital do Estado, que não possuem qualquer apoio, a não ser que venham até a capital. Informa que ouviu uma declaração recente de um político do Estado quanto ao aumento do número de homens no trabalho de segurança pública e ficou pensando “que homens são esses? Que condições de trabalho têm?”.

Da nossa caminhada com “Perfil”, vários conteúdos foram construídos: a experiência enriquecedora e frustrante da entrevistada com a instituição; o incomodo sentido pelo desvio de função; a dificuldade de dar conta das demandas, pela carência de profissionais e restrição da atuação à capital do Estado, gerando a metáfora do “trabalho de formiguinha”; as várias peculiaridades da clínica desenvolvida na instituição de segurança pública civil; a prática institucional do que poderíamos chamar de “fogo amigo” ou no vocabulário do futebol o “gol contra”, uma vez que autoridades superiores contribuem, pela perseguição, pela transferência, pela punição com o adoecimento de colegas de trabalho como se não bastasse a virulência da profissão; o questionamento do processo seletivo, sem a participação das psicólogas da instituição, e com dúvidas quanto às avaliações, psicológica e social; e a prática institucional do obsoleto modelo “medicocêntrico” (centrado no médico), ignorando os demais profissionais e os novos paradigmas da interdisciplinaridade e da transdisciplinaridade.

#### 4. Abordagem compreensiva da entrevista de “Preocupação”:

A entrevistada “Preocupação” relata que sua *experiência na Polícia Civil* tem sido *um processo com várias nuances*, desde o *receio em reviver experiências traumáticas de delegacia* (antes de estar no serviço de psicologia, trabalhou em delegacia, como agente de Polícia Civil) e que isso refletisse negativamente nela, até o aprendizado, a *confiança e a experiência que vai adquirindo*, o que vem proporcionando um *crescimento profissional*.

*Afirma perceber uma relação entre a natureza da função e os problemas emocionais apresentados pelos agentes de segurança pública e lembra, com sofrimento, dos três anos que passou trabalhando em Delegacia e, sobretudo, do primeiro ano, numa delegacia de interior, onde sofreu com a dificuldade de se adaptar, além de passar vários dias longe da família.* Mesmo após ser transferida para uma delegacia na capital do Estado de Pernambuco, onde sua vida profissional mudou “da água para o vinho”, resgatando o direito de dormir em casa (o que considerou um prêmio), continuou *amedrontada com a possibilidade de reviver a situação*, pois, segundo a mesma, *esse risco é permanente na instituição que utiliza a transferência como forma de punição e/ou perseguição*.

A narrativa da entrevistada nos fez lembrar que, em 1985, fomos transferidos, pelo Comandante Geral da Polícia Militar de Pernambuco, por perseguição, para a cidade de Petrolina, distante doze horas do Recife, deixando para trás família, faculdade, relações sociais e passando a viver como “*laranjeira*” (expressão da vida militar que designa o soldado que mora no quartel). Angústia, solidão e revolta eram os sentimentos inafastáveis de nós. Mas o que teríamos feito para receber o despotismo do comandante? Juntamente com dois companheiros de caserna e lideranças de outras Polícias Militares do Brasil, lutávamos para inserir na constituição de 1988, a unificação das referidas corporações em termos de direitos, deveres, uniforme e vencimentos, bem como a revogação dos inaceitáveis privilégios do oficialato, que ainda hoje persistem, afrontando o princípio da isonomia, dividindo a tropa que, pela natureza da missão, deveria estar sempre unida.

“Preocupação” nos relata que sua *inserção na Polícia Civil se deu mediante concurso público para o cargo de Agente de Polícia Civil*. Entende que sua turma foi

privilegiada, pois assumiu o cargo e passou a receber salário para ficar estudando. Mas após esse momento de ilusão com a instituição, ao término do curso depara-se com a instituição real, sendo lotada numa Delegacia e ainda mais, segundo ela, uma Delegacia no interior do Estado. Esclarecemos que as Delegacias de interior apresentam além do problema da distância e isolamento, a carência de recursos e estrutura.

*Desde o início intencionava trabalhar como psicóloga, pois sendo filha de um Policial Civil, já sabia dos problemas e necessidades da instituição nesse campo, vindo a conseguir sua transferência para a Divisão de Assistência Psicológica (DIVASP), por determinação do então Chefe de Polícia, estando, portanto, desviada de função até o momento da entrevista.*

Indica ter consciência do processo progressivo e gradual da ação clínica psicológica na instituição, cujos avanços não dependem somente dela, nem da equipe de psicólogas, mas de todo um sistema de poder, de hierarquia.

Nas delegacias aonde trabalhou, antes do desvio de função que a levou para o campo da Psicologia, as atividades que exercia estavam ligadas à função de Escrivã de Polícia “ad hoc” (por nomeação, embora não tenha a correspondente formação), onde fazia Termos Circunstanciados de Ocorrência (TCO), com ouvidas de testemunhas, de vítimas e acusados, para permitir a formalização do inquérito policial e seu encaminhamento à Justiça. Também trabalhava na função de “permanência” (uma mistura de recepcionista e vigilante). *No Serviço de Psicologia, onde está atualmente, realiza apenas atendimentos clínicos porque está cursando uma pós-graduação na área psicológica, embora já tenha participado de todas as atividades do referido serviço.*

Relata que a atividade que realiza em seu trabalho de psicóloga clínica é o atendimento individual, nos moldes do consultório privado (com contrato e tempo determinado), mas com algumas adaptações institucionais. O instrumento do contrato é denominado “contrato de convivência”, com vários itens, contendo atribuições, deveres, limites, regras, como ter que passar antes por um médico psiquiatra ou clínico e limitação temporal há seis meses. Caso precise de mais tempo o servidor é encaminhado a outro serviço, fora da instituição. *A técnica utilizada é a terapia focal breve.*

*Com desconforto, revela que o poder que a instituição atribui ao psiquiatra em detrimento do psicólogo é descabido, sendo muito complicado lidar com isso, pois a*

junta médica nem sempre considera o laudo psicológico, mas registra que a Diretora da Divisão de Psicologia está sempre lutando por uma mudança.

*As demandas dirigidas ao trabalho da entrevistada são: dependência química, problemas de relacionamento em Delegacias, transtorno bipolar, transtorno de adaptação, problemas decorrentes de relação de poder, questões familiares, problemas decorrentes do fato do policial restringir sua vida à profissão, respirar polícia e com isso comprometer a saúde mental. Este policial quando adocece é tomado por um sentimento de culpa que agrava seu quadro. Também prejudicam a cultura institucional do super-homem e os rótulos de louco, de “palmeirinha”, para quem procura o Serviço de Psicologia. Segundo a entrevistada ela sempre preza por uma perspectiva psicossocial dos problemas que atende.*

*As dificuldades/desafios enfrentados por “Preocupação”, na realização de seu trabalho, são o desvio de função e suas conseqüências; a postura da instituição de ora vê-la como Psicóloga e ora como Agente de Polícia, conforme a conveniência; a não aceitação do parecer de uma profissional, por outros profissionais; o grande número de chefias, cada uma com um entendimento diferente sobre as ações clínicas psicológicas; a necessidade de muita flexibilidade e muito “jogo de cintura”, para não dar ao paciente o que precisa, sem prejudicá-lo nem prejudicar-se perante as chefias; assim como a necessidade de demonstrar que o trabalho é um trabalho que deve ser respeitado.*

*“Preocupação” vê como muito importante e sempre necessária ação clínica psicológica na instituição policial civil, pois lida com o cuidar da saúde mental, tanto de forma preventiva como processual (ao longo do tempo), acompanhando o policial durante sua carreira. Entende a entrevistada que a ação clínica psicológica da Divisão de Psicologia precisa ser ampliada para alcançar cidades distantes do Estado.*

*Quanto à visão que a instituição tem da ação clínica psicológica, para a entrevistada, depende do olhar de cada pessoa e ressalta a visão positiva do atual Chefe de Polícia. Relata que quando estava trabalhando em Delegacia ouvia as pessoas falarem do departamento de Recursos Humanos, de uma maneira geral, como inoperante e local onde as pessoas ficavam para não fazer nada. Então, tem a visão dos que compreendem e a dos que não compreendem. Associa a imagem positiva da ação*

clínica psicológica ao atendimento prestado e infere que, como a maioria dos policiais civis não foi atendida, a visão não deve ser boa.

Ao final do nosso encontro dialógico, propusemos a “Preocupação” que ficasse livre para acrescentar o que quisesse e ela diz que gostaria de falar *sobre o que seria necessário para melhorar a ação clínica Psicológica na instituição. Indica como necessária a criação de uma equipe multidisciplinar e uma integração entre os trabalhos das polícias civil e militar (acrescentamos e corpo de bombeiros), além de um maior incentivo para a qualificação e a flexibilização de poder.* Como exemplo deste último aspecto, relata que requereu autorização para fazer um curso de Especialização, o qual teve despacho favorável em todas as instâncias, exceto do Secretário de Defesa Social da época. *Questiona a estrutura de poder onde uma só pessoa desconsidera o parecer de todas as demais e o seu prevalece.* Em nosso entendimento de pesquisador, percebemos que processos de decisão mais modernos e compatíveis com os novos tempos ainda não chegaram às instituições de segurança pública.

Nosso encontro com “Preocupação” foi rico e revelador de detalhes da instituição policial civil e de seus agentes. A entrevistada, sofrendo na própria pele por também integrar a instituição policial civil, bem como, por se afetar pela função, pelas dores dos agentes que atende, revela serenidade e potencial para avançar, mesmo diante das dificuldades e barreiras institucionais. O trabalho interdisciplinar e a integração da ação clínica psicológica nas duas polícias (ao que acrescentamos também o serviço de ação clínica psicológica do Corpo de Bombeiros) são propostas de grande relevância, assim como a de investimento institucional em qualificação profissional e a necessidade de refletir sobre formas arcaicas e verticais de distribuição de poder.

##### **5. Abordagem compreensiva da entrevista com “Cuidadora”:**

“Cuidadora” *compreende, em sua ação como Psicóloga Clínica na instituição de segurança pública, que seu principal papel é diminuir o sofrimento e fazer os agentes de segurança pública se sentirem cuidados e num ambiente que facilite a prática.* Expõe certa dúvida quanto à possibilidade de realizar esse papel dentro de uma instituição policial, sendo ela também policial, além de psicóloga, na medida em que

*alguns policiais se sentem agredidos com essa dupla condição e se fecham na clínica, embora com o passar do tempo e o contato progressivo a questão vá modificando-se. Afirma que a relação terapêutica em clínica, dentro da instituição, tem sido mais difícil de que imaginava, embora esteja conseguindo diminuir o conflito inicial.*

Em nosso entendimento, a dúvida de “Cuidadora” quanto à possibilidade do exercício de seu papel de Psicóloga Clínica na Polícia Civil tem relação com o fato da instituição policial civil, pela conduta dos chefes e natureza do jogo de poder dificultar o pleno desenvolvimento do papel do psicólogo (a) clínico (a). Isto se agrava com sua condição de Agente de Polícia, cargo da base da instituição, de hierarquia inferior a outros, como Escrivãos (ãs), Comissários (as), Delegados (as), Chefe de Polícia e Secretário (a) de Defesa Social. Tal percepção, certamente, a leva a fazer o melhor possível; contudo, só o fato de estar numa Divisão de Psicologia, ainda que desviada de função e sem o adequado reconhecimento, revela que o movimento instituinte tem alcançado vitória em relação ao instituído, ou seja, a instituição já vem sofrendo mudanças e as autoridades já percebem a necessidade de mudar o “status quo”.

“Cuidadora” *ingressa na instituição policial civil mediante concurso público para o cargo de Agente de Polícia Civil, sendo a mesma, atualmente, Policial, mas exercendo a função de psicóloga. Ainda no curso de formação de Agente, ficou sabendo de uma vaga para o setor de psicologia, na Divisão de Assistência Psicológica (DIVASP). Foi indicada por um professor da Academia de Polícia Civil, passando a exercer a função de Psicóloga clínica, em desvio de função. Quando ainda exercia a função policial trabalhou em cinco plantões, num presídio, durante um período de greve no sistema penitenciário do Estado de Pernambuco.*

As *atividades* que “Cuidadora” exerce na função de psicóloga, em 8 horas diárias de trabalho, são: *atendimentos clínicos, avaliação psicológica, avaliação para porte de arma, atividades em grupo operativo, elaboração de laudos, pareceres, relatórios, entre outras demandas.*

Já há alguns anos trabalha no setor de Psicologia na instituição Policial Civil; relata que *integra uma equipe de profissionais formada só por mulheres, pois o único psicólogo que havia saiu, em busca de uma melhor condição de trabalho, no tocante ao horário. Boa parte de sua prática está relacionada à necessidade do Policial em ser*

atendido, escutado, ter um olhar que lhe dê visibilidade, reconhecimento, atenção, antes mesmo da necessidade de psicoterapia. Não detalha seu fazer profissional, mas *discorre sobre um projeto do Ministério da Justiça, denominado “Projeto Qualidade de Vida dos Profissionais de Segurança Pública e Agentes Penitenciários” que gerou a Instrução Normativa nº 01/2010, datada de 26/02/2010, publicado no Diário Oficial da União em 12/03/2010, que obriga as instituições de segurança pública a criarem quadros de psicólogos e assistentes sociais.* No seu entendimento, essa lei possibilitará melhoria nos serviços desenvolvidos pela Psicologia, nas acomodações, na contratação de novos profissionais e na elaboração e execução de programas de prevenção, uma vez que os trabalhos se têm concentrado no tratamento. Inclusive, a mesma já pensa na elaboração de um projeto de ação preventiva para o ano de 2011.

*As demandas atendidas pela entrevistada são quaisquer desconfortos associados à saúde mental; nem sempre caracterizados como doença.* Há um número significativo, segundo “Cuidadora”, de procuras por orientação, nem sempre específica da atenção clínica, mas que são acolhidas e se transformam numa porta de entrada para aproximar o Policial da psicologia.

No plano das *dificuldades/desafios* existentes para a ação do (a) Psicólogo (a) clínico (a) na instituição policial civil, a entrevistada afirma que *o principal fator é o “não-reconhecimento” por parte dos pacientes que, às vezes, não sabem entender que ali não existe, apenas, uma profissional policial, mas também uma profissional Psicóloga e que o serviço de atendimento psicológico, embora não seja pago, possui regras, obrigação de comparecimento e o paciente não pode fazer o que quiser;* do mesmo modo, a instituição não entende o *desvio de função* como útil também à instituição policial e não só ao policial desviado; para ela se um policial com uma formação superior que a instituição precisa exerce sua ação profissional nesse campo de formação e dentro da instituição, isso não seria desvio de função. Desvio seria se estivesse em outro órgão, exercendo outra função, distinta da função de psicóloga ou de policial.

Segundo a entrevistada, se atualmente *a maior dificuldade é o reconhecimento, antes era a estrutura física do serviço,* mas o Chefe de Polícia atual construiu uma estrutura nova e adequada que desde 2009 está em funcionamento. Ainda precisa melhorar, contudo, a divisão interna de trabalho, estabelecer rotinas, padronizar

arquivos, entre outros procedimentos, que ajudem na elaboração de Pareceres, de Relatórios e de Laudos. Esse tema tem sido abordado nas reuniões semanais da equipe de psicólogas e sempre lembrado.

“Cuidadora” relata, com satisfação, o respaldo que a Procuradoria Geral do Estado deu ao trabalho da Divisão de Psicologia quando o Conselho Federal de Psicologia quis impedir o órgão de realizar avaliação para concessão de porte de arma; com esse suporte se conseguiu a legalização da avaliação.

*A importância da ação do (a) Psicólogo (a) clínico na instituição policial civil é pensada por “Cuidadora” sob duas óticas: a pessoal e a institucional, antecipando-se à última pergunta da entrevista, sobre a qual dialogaríamos. Quanto ao primeiro aspecto, entende a ação como importante, embora não compreendida adequadamente, seja pela instituição seja pelos policiais. Considera que o psicólogo está ali para entender a dificuldade do agente de segurança pública, para saber quando a situação é para dar limite e quando é para transferir. Sob a ótica da instituição, há uma percepção ambígua, pois, segundo ela, ao mesmo tempo em que 60% entendem que a ação clínica é uma ação de “mãe”, permitindo tudo e não dando limites; 40% compreendem sua real importância, mas relutam no encaminhamento, descrendo que o policial de fato esteja com dificuldade. Chamamos a atenção para o fato de que esta concepção de permissividade e ausência de limites que parte da instituição policial civil é equivocada; a falta de uma cultura do cuidar leva membros da Polícia Civil a perceber a Divisão de Psicologia como depositária desse estereótipo.*

*Mas há, também, segundo a entrevistada, um crescente movimento de valorização da Psicologia, seja através da ação da Secretária Nacional de Segurança Pública (SENASP), seja a partir do Chefe de Polícia Civil do Estado de Pernambuco, que incluiu a Psicologia e o Serviço Social no planejamento estratégico da Polícia Civil do estado de Pernambuco, a partir de 2009.*

Retomando a questão das dificuldades/desafios no tocante ao comportamento policial, como referido anteriormente, “Cuidadora” afirma que este acha que pode tudo, que vindo para a Divisão de Psicologia não terá regras a cumprir, enquanto a instituição acha que a psicologia é uma mãe, não dá limite. Segundo ela, ainda não há a

compreensão de que o papel principal da equipe de psicólogos (as) clínicos (as) é acolher, ajudar, cuidar e dar limites.

Sobre a *importância da ação do (a) psicólogo (a) clínico (a) na instituição*, a entrevistada traz a *questão do porte de arma* em determinadas situações, fato que a Divisão de Psicologia já vinha alertando sem ser ouvida; sendo a questão melindrosa, de difícil enfrentamento, a instituição ou não dava a devida importância, pois o alerta vinha de Agentes de Polícia, também psicólogas, ou se esquivava dizendo ser o porte de arma um direito inerente à função. Mas agora, diz a entrevistada, *nossa voz terá que ser ouvida, pois o Ministério Público e a Procuradoria do Estado estão entrando na questão, pela gravidade do fato de se manter armado policiais com problemas psicológicos/psiquiátricos*. Percebe que a importância da psicologia clínica decorre não só da compreensão que tem do significado da arma para o Policial, mas também de que *é a partir de sua intervenção que o porte de arma será ou não suspenso*, o que significa imensa responsabilidade, com implicações em diversas áreas, até mesmo jurídica. “Cuidadora” afirma que *tirar a arma de um Policial é como tirar sua vida, pois um Policial sem arma se sente mutilado*. Por outro lado, *manter uma arma com um policial sem condições é deixar em suas mãos e na da instituição, “uma bomba chiando”, como se diz na vida policial*.

*Outro aspecto da importância da ação do (a) psicólogo (a) clínico (a) na instituição policial tem relação com a avaliação que é por esta é realizada dos policiais interessados em integrar ou se especializar nas tarefas dos chamados grupos de elite, como o Grupo de Operações Especiais (GOE)*. Esclarecemos que por certo tempo a Divisão de Psicologia realizava os testes psicológicos para a seleção de ingresso na Polícia Civil, agora terceirizado, e atualmente realiza avaliações para cursos internos e ingressos em unidades de elite, o que dá à referida Divisão certa importância, ao menos pragmática.

Por fim, “Cuidadora” afirma que *é necessária a existência de um trabalho de psicologia clínica em cada uma das seis seccionais existentes, pelo menos, estendendo assim para o interior o trabalho que só é feito na capital do Estado*.

Como pesquisador, a percebemos como a entrevistada é uma pessoa centrada, profundamente apropriada do sentido de sua ação clínica na instituição, das dificuldades

e desafios e da cultura institucional e das peculiaridades do sujeito que demanda à clínica psicológica da Polícia Civil. Revela-se incomodada com a condição de desvio de função e a inexistência formal de um quadro de psicólogos na instituição Policial Civil, bem como com os riscos de um porte de arma inadequado e a restrição da atenção clínica à capital do Estado.

#### **6. Abordagem compreensiva da entrevista de “Ajustadora”:**

“Ajustadora”, iniciando sua narrativa, descreve sua *experiência como Psicóloga clínica na instituição policial militar como extremamente importante e gratificante* e situa essa gratificação, sobretudo, no resultado do trabalho que identifica como um processo terapêutico que lhe acrescenta muito como profissional.

*Sua inserção na Polícia Militar do Estado de Pernambuco se deu como voluntária (por seis meses), sendo, logo depois, contratada, situação que permanece há mais de dez anos. Mesmo antes de sua inserção formal já percebia a grande necessidade de uma atuação do Psicólogo clínico na instituição policial militar a partir de vivências familiares e do convívio com policiais, pois é esposa de policial e tem irmãos também são policiais.*

Esclarecemos que a contratação de profissionais, após certo período de experiência, seja pelo trabalho voluntário, seja pelo chamado “contrato de experiência”, é muito utilizado pelos órgãos públicos (Municípios, Estados e União). Embora a lei só permita o contrato de prestação de serviço por um ano, renovado uma única vez por igual período, após o que o contrato tem que ser suspenso, pois constitui modalidade de acesso ao serviço público sem concurso, os órgãos não cumprem a lei e o Ministério Público do Trabalho e os Ministérios Públicos Estaduais não fiscalizam adequadamente, ficando tal aspecto a mercê da política, que em nosso país dispensa comentários.

A *ação clínica* que “Ajustadora” desenvolve na instituição policial militar tem início com *atendimentos no campo da Psicologia clínica*, o que se estendeu *a policiais com problemas de justiça e privados da liberdade*, passando a elaborar *laudos para progressão de regime e pareceres dos atendimentos realizados*. Sua ação atual desenvolve-se no serviço de Psicologia do Centro de Assistência Social da Polícia Militar de Pernambuco (CAS-PMPE), fazendo *testes para concursos de seleção dentro da corporação, atendimento clínico em geral, atendimentos a dependentes químicos*,

*testes para porte de arma, trabalho em grupo, visitas hospitalares, palestras em batalhões (sobre alcoolismo, síndrome de pânico e outros temas) e visitas domiciliares.*

A entrevistada refere que, às vezes, o policial com dependência química prefere ser atendido fora do NADEQ (Núcleo de Atenção Ao Dependente Químico), num serviço fora da instituição policial militar, para não ser estigmatizado. A profissional indica que compreende essa atitude e acredita que a questão da dependência envolve outros conflitos, como por exemplo, os familiares.

*“Ajustadora” percebe sua ação profissional como muito enriquecedora, com novos e diferentes casos, a cada dia, tais como fobias, síndrome de pânico, pós-trauma, entre outros e compreende que a variabilidade e quantidade de casos dão riqueza a sua experiência e estão associadas à natureza estressante do trabalho policial que conduz às psicopatologias já referidas, e outras como a depressão, o transtorno bipolar, a instabilidade emocional, a dificuldade de relacionamento interpessoal e no plano conjugal.*

Referindo-se a um *aspecto cruel da atividade policial militar*, destaca a *dificuldade de lidar com perdas violentas de colegas*, com os quais se trabalhou há anos, e com os sentimentos de outros colegas que são obrigados a tirar vida de alguém, muitas vezes em legítima defesa.

Em seu trabalho como psicóloga clínica *utiliza-se de vários instrumentos*, em função de cada necessidade, pois a prática é bem variada: *entrevistas, testes psicométricos e de personalidade, dinâmica de grupo, leitura de textos e outros*. Sua formação é a abordagem centrada na pessoa, embora afirme que, no dia-a-dia, utilize-se de outras concepções teóricas.

Quanto às *dificuldades/desafios da ação psicológica clínica*, “Ajustadora” afirma que cada dia é um novo desafio, até mesmo porque o psicólogo, segundo ela, por vezes identifica-se com os casos e precisa colocar de lado seus próprios problemas. Além do *cuidado de não ser afetado pelos problemas*, outro desafio é *retirar pessoas do alcoolismo*, pelo aspecto reestruturante que isso produz na família. Ainda no campo das dificuldades/desafios, apesar de demonstrar certa resistência em falar do assunto, a entrevistada diz que há *comandantes que não colaboram, não liberam o policial para tratamento, punem bastante e entendem o alcoolismo não como uma doença, mas um*

*desvio de caráter. Reconhece, porém, que há comandantes que colaboram bastante. Entendemos a reticência da entrevistada em tratar de problemas dos comandantes, em razão da mesma ser esposa de Militar e ter irmãos na vida militar.*

*“Ajustadora” indica que ajudaria bastante se houvesse um número maior de Psicólogos, pois o número ainda é muito pequeno, considerando-se as demandas, sobretudo aquelas dirigidas a avaliações para fornecimento de porte de arma, o que toma muito tempo e dificulta a prática psicoterápica. Gostaria que houvesse um quadro multidisciplinar de profissionais, com Psicólogos, teólogos, médico psiquiatra, médico clínico, entre outros. Acha interessante a existência de psicólogos nos batalhões, mas não acredita na possibilidade de isto vir a acontecer facilmente.*

A percepção de “ajustadora” quanto à *visão que a instituição policial militar tem sobre a prática do Psicólogo clínico* parece um tanto ambígua, traduzindo a ambigüidade institucional. Por um lado *propõe que a pergunta seja feita ao que chama o “outro lado” (os comandantes)*, revelando não ter segurança sobre o que a cúpula da Polícia Militar acha do serviço; por outro, *acredita que a instituição vê com bons olhos, sobretudo pelo retorno positivo para as unidades policiais, com policiais centrados, orientados, satisfeitos com o trabalho e “ajustados” às situações. Afirma que o psicólogo está cumprindo o seu papel que, segundo ela, é o de ajustar os desajustados.* Com esta mesma ambigüidade, *reconhece que a instituição não dá o “devido” destaque ao serviço de psicologia*, embora destaque e exemplifica reportando-se à existência dos chamados “agentes sociais” nos batalhões (policiais, cuja missão é identificar necessidades de outros policiais, no campo Psicossocial e encaminhar ao serviço respectivo). A idéia institucional de que os que demandam ao Serviço de Psicologia são “desajustados” reproduz o senso comum que permitem os pejorativos “palmeirinha”, “louco”, entre outros.

A entrevistada ao identificar os comandantes com a expressão “o outro lado”, indica uma separação, uma barreira entre estes e a equipe de psicologia, não obstante não serem soldados, mas profissionais de nível superior, o quer certamente é prejudicial ao desenvolvimento da saúde mental na instituição, pelos entraves que gera.

Vários conteúdos foram construídos no meu encontro dialógico com “Ajustadora”: Seu contato com marido e irmãos militares a aproximou,

prematuramente, da instituição de segurança pública, de modo que a mesma, antes de ingressar na Polícia Militar, já tinha consciência da necessidade da ação psicológica clínica pelas ressonâncias geradas pelo contato com integrantes da instituição e o desejo de ajudar.

Alerta para que o psicólogo não misture os seus problemas com os dos pacientes, para evitar problemas. Acreditamos fazer todo sentido o alerta, não só porque é recomendação básica ao exercício da Psicologia, mas no contexto da entrevistada, esposa e irmã de militares, vivenciando situações na vida pessoal que reaparecem na ação psicológica clínica.

Ainda na direção das dificuldades da ação clínica psicológica, ao mesmo tempo em que reconhece a dificuldade em recuperar alcoolatras, afirma que a recuperação destes mexe com a estrutura de toda a família, razão pela qual vibra quando consegue êxito. Também demonstra preocupação com o problema do porte de arma; aliás, uma preocupação recorrente dos profissionais da psicologia; entre outros aspectos, pelo tempo despendido na realização dos exames e na elaboração dos laudos, num contexto de carência de psicólogos, o que reduz a ação terapêutica. Entendemos que a preocupação é um pedido por mais profissionais e para maior dedicação à psicoterapia, plenamente justificáveis diante da instituição onde atua.

*Define o papel ou finalidade de sua ação clínica psicológica como “ajustar os desajustados para devolvê-los ao trabalho institucional”. Como pesquisador, analisando toda a experiência vivida em nosso encontro dialógico, entendemos que a entrevistada, na verdade, definiu sua ação clínica na visão da instituição policial militar e não em seu entendimento, o que talvez se justifique pelo desejo de que “o outro lado” venha a gostar do trabalho psicológico clínico porque “ajusta” o agente de segurança pública e devolve ao trabalho.*

## **7. Abordagem compreensiva da entrevista de “Versátil”:**

*Diferenciada e eclética são as palavras utilizadas por “Versátil” para definir sua experiência profissional nos atendimentos psicológicos clínicos aos Policiais Militares. O trabalho é amplo, exigindo que ela seja versátil, tenha mil e uma utilidades.*

Para ela é uma clínica diferente da realizada num consultório privado, onde as demandas são mais específicas. Entendemos que o sentido dessa última compreensão indica que *a ação clínica que realiza depara-se com conteúdos que não seguem o padrão básico da clínica privada*; talvez, devendo ser utilizada a expressão “menos específica”. Em nossa compreensão, os conteúdos que emergem na clínica psicológica com policiais militares apresentam-se marcados pelos condicionantes institucionais.

Na ação clínica realizada junto aos agentes de segurança pública *é interessante visualizar a imagem trazida por “Versátil” sobre a chegada do Policial ao “setting terapêutico” (ao local de atendimento): Ele chega, senta-se e chora; diz que se sente perseguido e não é compreendido*. Geralmente essa falta de compreensão está associada ao comandante da companhia em que o policial militar está integrando o efetivo, ao comandante do batalhão em que o mesmo trabalha ou a qualquer oficial do quartel onde serve, sem deixar de considerar a incompreensão da família. Isto também ocorre entre colegas de trabalho (integrantes de uma patrulha, de um grupo de policiamento). Em nosso tempo de serviço ativo, como Policial militar, experimentamos incompreensões de colegas de trabalho que queriam usar de violência ou de outros comportamentos incompatíveis, com os quais não concordávamos. Estes pediam ao encarregado das escalas de serviço (sargenteante) que os colocasse sob comando de outro sargento.

Ilustrando ainda sua experiência de ação clínica psicológica, *narra um caso de esquizofrenia que atendeu, cujo Policial chegou “esquisito” e assustador; tinha surtado com a arma na mão, dentro da viatura estacionada na frente do Gabinete de Psicologia; e saiu correndo atrás do comandante e do subcomandante que, tentando escapar, se esconderam numa sala*. Após uma conversa com a profissional, o policial se acalmou e o problema foi contornado.

Relata ainda um caso em que, *durante um atendimento, um Policial revelou que já tinha uma forma para matá-la, pois de tanto trabalhar com pessoas ruins tinha absorvido a maldade*. Este Policial tinha 1,90m de altura e físico avantajado. “Versátil” afirma que se fosse no início de sua vida profissional teria saído correndo, mas, na situação, procurou manter a calma, o controle, não ter medo, pois o policial já estava com a “tolerância zero”. Aprendeu com o caso que é importante fazer o outro se sentir seguro e que a experiência é que permite um olhar diferenciado, isto é, uma compreensão maior de certas atitudes e de até onde pode ir.

Os episódios revelam quão arriscada é a ação clínica psicológica em instituições de segurança pública, embora, paradoxalmente, a segurança nessas instituições seja muito negligenciada. Muitas empresas privadas e edifícios empresariais têm segurança muito maior, exigindo que o público seja fotografado, filmado, deixe a impressão digital ou a íris registrada e utilize um crachá eletrônico. No mês de janeiro de 2011 estive algumas vezes no quartel do Comando Geral, entrando, circulando e saindo sem ser interpelado ou questionado quanto ao motivo da visita.

*“Versátil” afirma que a rigidez de um comandante pode trazer problemas para o batalhão e que a escuta é importante para evitar esses problemas, propondo que se façam estudos sobre seres humanos trabalhando em situações de forte estresse.*

Narramos para a entrevistada um episódio ocorrido em 1986, em Petrolina, quando, numa operação de desarmamento, apreendemos a arma de um amigo do comandante do 5º Batalhão onde servíamos. A pessoa, durante a operação, falou-nos que era amiga do comandante, mas não tinha porte de arma; então, sua arma foi apreendida, mediante recibo e entregue no batalhão. O recibo era entregue ao portador para comprovar que sua arma tinha sido apreendida numa operação policial. No dia seguinte fomos chamados ao gabinete do comandante que, diante do amigo, colocou a arma na nossa mão e vociferou: “entregue a arma de volta para ele, para você aprender a não desarmar um amigo meu!”. Saímos dali e fomos para o alojamento chorar, pela humilhação, pela impotência, por termos que depender daquela instituição para sobreviver. No resto da semana em que a operação durou não revistamos mais ninguém, pois se o fizéssemos iríamos afrontar a nossa consciência, deixando todas as pessoas armadas passarem livremente. Os efeitos desse fato em meu psiquismo foram sérios e somados a tantos produziram severa depressão.

Voltando à entrevista, ficamos sabendo que a *inserção* de “Versátil” na Polícia Militar se deu mediante *concurso para um cargo administrativo*. A *chefia do Gabinete de Psicologia, à época, respeitada e admirada por ela, a quem atribui muito do que aprendeu, sabendo que a mesma estava estudando Psicologia, levou-a para o referido setor, desviando-a da função administrativa*. Lembrando do referido mestre, revela sua insatisfação pelo fato dele não ter trabalho reconhecido na instituição e acredita que este foi vítima de estar realizando um trabalho voltado para as praças (categoria militar que abrange do recruta ao suboficial), sofrendo resistência e falta de apoio dos oficiais.

As atividades que “Versátil” desenvolve *como psicóloga clínica, na instituição*, ocorrem no turno da tarde, pois pela manhã exerce outra atividade, de outra formação profissional, na mesma instituição. No campo psicológico, *atende casais, faz psicoterapia, visitas hospitalares e domiciliares; faz de tudo um pouco, pois as demandas não são específicas. Também realiza seleção psicológica para ingresso em grupos de elite, entre os quais o da Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), que é o mais concorrido, porque “todo mundo quer ser caveira”*.

Esclarecemos que ser “Caveira” é considerar-se vitorioso sobre a morte e, em razão desse sofisma, ter a prerrogativa de usar na farda o símbolo da Caveira (um crânio humano, traspassado por uma espada, verticalmente, do epicrânio até além do mento). A vitória sobre a morte deve ser entendida como uma crença de que aquele que venceu o “curso de operações especiais”, que se dispõe a enfrentar a morte a cada missão, já é um vencedor, pois nem a morte pode detê-lo. Por isso, só os aprovados no referido curso têm o direito de usar no uniforme o símbolo da Caveira, que distingue e dá status. Vencer a morte, para os integrantes dos Batalhões e Companhias de Operações Especiais (como o BOPE e a CIOE), tem um sentido paradoxal: mesmo morrendo já há garantida a vitória sobre a morte, o que facilita, ao menos racionalmente, o enfrentamento do risco iminente de morrer.

Voltando às atividades realizadas pela entrevistada “Versátil”, esta ainda se ocupa em se capacitar, cursando: Pós-graduação em Psicopedagogia, Curso “Saúde e qualidade de vida para servidores da Segurança Pública”, promovido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) e Curso de extensão sobre o uso abusivo de drogas. Este último é uma necessidade da instituição, uma vez que *Policiais estão se envolvendo até com o crack e a instituição não está preparada, ainda, nem para lidar com o álcool*.

Chamamos a entrevistada a falar *como seu trabalho é feito* e ela respondeu que *atende pacientes pré-agendados, de segunda a sexta-feira, utilizando a Psicoterapia breve*. É habilitada nas áreas de Psicologia clínica e Psicologia organizacional.

Introduzindo as demandas dirigidas ao Serviço de Psicologia, afirma que *o Policial, segundo sua percepção, chega com a preocupação em dizer que não é doido, revelando como os rótulos são impactantes*. Descreve os casos atendidos: *alcoolismo*,

*separações conjugais, casos de traição conjugal, perseguições nos batalhões, pós-trauma, suicídios, depressão forte, surtos, transtornos psiquiátricos, visitas hospitalares e domiciliares, seleção de pessoal, entre outras.*

Segundo a entrevistada, *os casos de traição conjugal são particularmente sérios, pois, muitas vezes, o Policial chega “explodindo”, uma vez que fez investimentos, arrumou a casa e a mulher foi embora com outro. “Versátil” relata um caso atendido em que o Policial tinha a intenção de cometer suicídio, chegando a verbalizar nos atendimentos: “não me incomodo mais com isso”. Sua intervenção é no sentido de amenizar o problema, de conscientizar o paciente que ele não se deve expor, não deve relatar o problema a amigos, restringindo o mais possível o conhecimento do fato.*

*Os atendimentos podem ser voluntários ou encaminhados por ofício dos comandantes ou por solicitação de parentes, exceto crianças. Nesse último caso, após um problema de atendimento sem a autorização formal dos responsáveis, por um lapso de um advogado, o comandante ordenou a suspensão desses atendimentos. Há casos em que Policiais são encaminhados por seus comandantes, como forma de punição, mas a proposta do atendimento clínico é mostrar que o mal vai trazer um bem.*

Esclarecemos que o mal, referido pela entrevistada, diz respeito à *intenção dos chefes em encaminhar os que incomodam para o Serviço de Psicologia, objetivando não a terapia, mas a exposição do agente de segurança pública encaminhado aos rótulos, preconceitos e brincadeiras desagradáveis dirigidas a quem demanda ao referido serviço. Já o bem, que é trazido pelo mal, está relacionado com o fato do encaminhado conhecer a Psicologia e suas possibilidades, afastar-se do ambiente hostil, fortalecer seu psiquismo para melhor enfrentar as lutas da profissão, ajudar na mudança de visão sobre a ação clínica Psicológica e dos estigmas associados aos que utilizam a referida ação.*

*As dificuldades/desafios vividos por “Versátil” na ação clínica psicológica na instituição policial militar, são inúmeros: falta de mais apoio ao trabalho; a necessidade de contornar problemas e trabalhar com o que se tem à mão; necessidade de lutar para manter a esperança; o reduzido número de profissionais no Gabinete de Psicologia (duas contratadas e três desviadas de função); a falta de psicólogo nos batalhões, dificultando o diagnóstico e o encaminhamento precoces ao Gabinete; a*

*formação insuficiente dos “Agentes Sociais” (policiais leigos, com a tarefa de perceber e encaminhar colegas com necessidades na área Psicossocial; a falta de divulgação e de esclarecimento da instituição policial militar sobre a ação clínica psicológica; a desconstrução do trabalho dos (as) psicólogos (as), pela instituição, que a entrevistada traduz com a seguinte frase: “eles chegam com feridas; nós cuidamos e lá eles, os chefes, abrem de novo”; os salários inadequados dos profissionais da psicologia; a necessidade de não alimentar, de combater o discurso da injustiça, existente entre as praças, vítimas do chamado “RDQUERO”, que, na afirmação da pesquisada, o pesquisador bem conhece.*

Esclarecemos que a expressão “RDQUERO” foi criada pelas praças das corporações militares para traduzir que, nas referidas instituições, o Regulamento Disciplinar que vigora é a vontade do superior, a vontade do oficial, ou seja, prevalece o “EU QUERO” e não importa a lei, o regulamento. A expressão inicial era “RD-EU-QUERO”, mas foi aglutinada para “RDQUERO”. Não é preciso comentário para entender o elevado grau de discricionariedade do Chefe Militar e, obviamente, as mazelas que isso provoca no psiquismo dos agentes de segurança pública, adoecendo e gerando repetições na relação dos militares de menores patentes com os civis, fazendo das forças de segurança pública violadoras da cidadania que deviam salvaguardar.

Voltando ao campo das dificuldades/desafios, propusemos uma reflexão sobre a relação entre o reconhecimento e a motivação e esta, defendendo seu psiquismo da dor de não ser reconhecida, afirma que olha o que está aprendendo, por atuar numa instituição fechada e poder estar se deparando com casos desafiadores; cita, como exemplo, *um Policial que dizia que ia suicidar-se, que ia matar o outro, por não agüentava mais a perseguição*. Nesse contexto, o uso da arma torna-se uma questão muito séria, pois o policial chega a dizer “vou resolver meu problema dando um tiro de revólver nele”.

Diante dos fortes relatos envolvendo armas e risco à vida, indagamos sobre a questão ética e o sigilo profissional, pois haverá necessidade de intervenções preventivas, revelando informações obtidas nos atendimentos. “Versátil” relata que conta com o apoio da Chefia do Gabinete que trata do tema em reuniões com o grupo de psicólogas e busca apoio junto a outros profissionais de confiança. *Reconhece que se fosse informar ao comandante coisas que se passam na instituição e são reveladas nos*

*atendimentos, este ficaria de “cabelo em pé”.* Admite que, às vezes, clama por Deus, para que a ilumine e socorra, acreditando que isso não invalida seu lado profissional e seus conhecimentos.

Ainda no plano das *dificuldades/desafios* diz que é preciso *cuidado para não ver, em certos casos, o Policial como monstro*, cuidado que se estende nos atendimentos a *pacientes com quadros clínicos graves, que vêm dos batalhões já revoltados*; é preciso, também, *esforços para suprir a falta de quadro de profissionais de psicologia e lutar contra o pouco investimento em capacitação, contra a não valorização do profissional*. Acrescenta a necessidade de se lutar para resgatar o pagamento da anuidade do Conselho Regional de Psicologia (CRP), pela instituição, o que ocorria antes, mas foi cortado. Ressalta, finalmente, a necessidade de se *lutar contra o esquecimento da clínica que só é lembrada na hora da dificuldade*, pois a valorização do ser humano passa em branco; esta luta se estende à *falta de isonomia de tratamento, incompatível com uma instituição tão grande*.

“Versátil” diz que na instituição só oficiais são beneficiados, o que provoca uma *grande disparidade*. Os cursos de capacitações são desviadas para eles que recebem vale-refeição, mas almoçam no quartel e depois vão dormir, o que *gera grande insatisfação na tropa*. Lembra que esse fato é conhecido do pesquisador, pois foi integrante da corporação; compreendemos que sua referência a nós tem o sentido de dizer: assim como você foi vítima da parcialidade da instituição em favor dos oficiais, há mais de treze anos atrás, nós psicólogas e as praças também somos, ainda hoje.

Quanto à *importância da ação do psicólogo clínico na instituição*, a entrevistada entende ser *um trabalho muito importante, porque está amenizando dores, angústias e conflitos*. Diz que não sabe como seria se esta ação clínica não existisse na instituição e que só não se faz mais porque faltam profissionais. Exemplifica a importância da ação clínica psicológica no suporte em momentos de perda de um ente querido, nas visitas em hospitais, presídios e abrigos, no apoio em UTIs e demais situações.

Em sua visão, *o trabalho do (a) psicólogo (a) clínico, às vezes, parece não ser percebido pela instituição, a não ser quando há necessidade*. Novamente protege seu psiquismo, afirmando que se conforta com o reconhecimento por parte daqueles que

passam pelo atendimento. Se um policial sai do atendimento bem e a instituição reconhece, ela fica maravilhada.

Como pesquisador, ressaltamos alguns pontos da entrevista com “Versátil”: ela descreve como o agente de segurança pública chega ao atendimento, fragilizado, chorando, perseguido e incompreendido, e alertamos que é este mesmo ser humano que vai às ruas garantir para a sociedade a segurança de que não dispõe; a percepção da entrevistada é a de que a rigidez de um comandante pode trazer problemas para seu batalhão, ao que acrescentamos, para toda a sociedade servida pelo referido batalhão; a proposta de que se realizem estudos sobre o trabalho humano em situações fortes (no caso, esses estudos devem envolver agentes de segurança pública e psicólogos que os atendem); a proibição do atendimento a crianças por uma questão legal não nos pareceu pertinente e pode ser resolvida com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido dos responsáveis; o caso narrado da perseguição de um subordinado armado a um superior é reveladora da dificuldade que envolve a relação dos dois seguimentos (oficiais e praças), principais engrenagens da instituição de segurança pública, que não se harmonizando resultam em mais insegurança social; a percepção, pela entrevistada, de que a ação clínica psicológica ameniza dores, angústias, conflitos, dos agentes de segurança pública, resultando em aspecto positivo para a segurança dessas pessoas e de toda a sociedade é fundamental, embora a instituição não reconheça adequadamente.

#### **8. Abordagem compreensiva da entrevista de “Respeito”:**

*“Respeito” percebe sua experiência, na instituição de segurança pública, como válida e reconhece que no início não conhecia a referida instituição, embora respeitasse seus profissionais. Entende que o respeito que a instituição lhe tem decorre de sua prática profissional como psicóloga, bem como de seu cuidado em saber como falar com os policiais atendidos, o que ajuda na relação que é de respeito e ética.*

Ao contrário da quase totalidade dos (as) profissionais que atuam na clínica psicológica das instituições de segurança pública do Estado de Pernambuco, que são concursadas noutras áreas e desviadas de função, “Respeito” teve sua inserção por contrato como Psicóloga, sem concurso público, por indicação de uma professora

amiga, casada com um militar das forças armadas, que a encaminhou ao comandante do órgão de segurança e este a contratou.

No dia-a-dia da instituição, diz a entrevistada, *as atividades que desenvolve são a condução de grupos operativos, atendimentos individuais e às famílias, além de lecionar nas instituições de segurança pública e realizar seleção de pessoal, entre outras.*

Sem ser provocada por qualquer estímulo aparente ou indagação da parte do pesquisador, *afirma que as pessoas da instituição são sérias e que a visão da sociedade é distorcida e decorrente da generalização de fatos isolados.* Entendemos que a entrevistada tem sentimento de gratidão e admiração pela instituição de segurança onde trabalha, adotando uma postura de reserva, defesa e poucos comentários mais críticos.

Convidada a falar sobre *como realiza seu trabalho de psicóloga na instituição,* reconhece que, pessoalmente, evoluiu no campo profissional, mas *admite que sua tarefa é muito difícil, sobretudo nas questões de dependência química, pelo próprio mecanismo de atuação da dependência e pelo fato de a demanda só chegar quando o quadro já está instalado, pois se chegasse no início seria mais fácil e a adesão ao tratamento.*

Sintetizando os *passos do trabalho com dependentes químicos,* “Respeito” afirma que, *de início, é preciso trabalhar com a motivação para a adesão,* o que envolve, além do paciente, a família, o trabalho e o meio social (a exclusão social é um sério problema). Relembra um caso em que foi visitar um Policial internado, por alcoolismo, no Hospital Agamenon Magalhães e, procurando por ele, alguém falou “ele está ali, no setor dos papudinhos”, o que revela o preconceito social.

Ainda com relação à *drogadição* ressalta que *é preciso trabalhar a negação, a perseguição no Batalhão, a dificuldade de estar no local de trabalho, o risco de perda do emprego, a necessidade de manter a abstinência, de não abandonar o tratamento, de assumir e falar da dependência numa instituição militar, a instabilidade do grupo que está sempre mudando,* enfim, são muitas as dificuldades para o profissional. Para a entrevistada, o trabalho individual, usando as técnicas de Terapia Cognitivo-Comportamental são importantes em sua ação clínica psicológica, assim como o trabalho em grupo, onde o processo transferencial pela admiração, interação e elo

ajudam, assim como a identificação com outro membro que conseguiu manter a abstinência. *Ressalta a importância da capacidade de improvisação do (a) psicólogo (a), uma vez que o planejado nem sempre pode ser executado* (aparece a demanda de escuta, ou de falar sobre a infância, por exemplo). Também é fator facilitador a localização do setor de atendimento, longe do Hospital da Polícia Militar, do contato com outros pares, em razão do preconceito.

*O público atendido geralmente são praças, mas também se atende oficiais.*

As demandas no campo da drogadição são distribuídas, na experiência da entrevistada, em: *alcoolismo* (90%); *crack e maconha* (10%), incluídos os respectivos distúrbios advindos do uso dessas substâncias. No caso do crack, existe a dificuldade em assumir, de dizer, pois é uma droga que tem mobilizado muito a sociedade no sentido do combate e o policial, que deve estar combatendo, reluta em dizer que é usuário.

“Respeito” relaciona como *dificuldades/desafios* vividos na realização de seu trabalho a *falta de vagas para internamento (poucos leitos) e de convênios com clínicas de tratamento de transtornos psíquicos; a interferência da família que omite detalhes e retira do internamento (por medo que a instituição exclua do emprego e a corregedoria peça informações)*. Afirma que é preciso retirar essas barreiras, mas entende que a instituição oferece muita ajuda aos Policiais. O trabalho é difícil porque o objetivo não é a reforma, mas a reabilitação.

Esclarecemos que a família, pelo contato com o membro policial, com outros policiais e com os chefes, entende que a instituição (os comandantes, em sua maioria), vê a drogadição como desvio de caráter e não doença. Então, omitem a agressividade, as condutas ilícitas, as dívidas e tudo o que resulta do uso de drogas nocivas ao psiquismo. Tentam encurtar o internamento do membro policial, com o objetivo de evitar a propagação da divulgação do caso e a punição do policial, até mesmo com a exclusão. É uma atitude de defesa, não só do membro da família, mas da sobrevivência de todo o grupo familiar, pois com a exclusão todos ficarão desassistidos. Se a conduta da família prejudica a ação clínica psicológica, o mesmo se pode dizer da conduta institucional, ao querer aplicar um Regulamento obsoleto, em detrimento da terapia.

Quando a entrevistada afirma que existe muita ajuda da instituição policial aos seus membros drogaditos, certamente refere-se à existência do serviço de atenção clínica psicológica voltada a essas necessidades, à possibilidade de internamento, de recuperação e retorno ao serviço. Contudo a própria entrevistada reconhece as limitações e os obstáculos ligados a uma cultura institucional de ver o problema como desvio de conduta.

*Na visão da entrevistada, é de importância extrema a ação do psicólogo clínico na instituição, em razão das necessidades dos Policiais, embora perceba que muitos não conhecem o trabalho da Psicologia. Lembra de um caso em que tomou um táxi, cujo motorista, um Policial Militar, afirmou que não conhecia o trabalho existente na instituição para tratar policiais envolvidos com álcool e outras drogas. Talvez esse desconhecimento seja um dos fatores do baixo número de procura voluntária ou da baixa procura, através da família, ao serviço de psicologia.*

*Diz já ter ouvido Policiais falando da importância de ter psicólogo nos Batalhões, pois a atividade de segurança pública é uma atividade de risco e nas ações não se pergunta se o homem está bem, antes de utilizá-lo. Somente problemas médicos são aceitos como falta de condições para o trabalho policial e não os psicológicos. Se não há psicólogos nos Batalhões só resta duas opções ao Policial Militar com problemas psicológicos: ou vem ao Gabinete de Psicologia para o atendimento, ou fica com os problemas (estresse, depressão e outros transtornos decorrentes da condição de trabalho), com o risco de descarregar a tensão na sociedade.*

Para a entrevistada “Respeito”, *a instituição percebe a ação do psicólogo clínico com respeito e valorização* e sua conclusão decorre das solicitações de intervenções e de pareceres pela Corregedoria e pela justiça, pelos projetos onde o serviço de psicologia é inserido, bem como pelas mudanças nas relações humanas e interpessoais, embora de forma ainda lenta, fazendo surgir uma nova afetividade e controle das situações de trabalho.

A entrevistada tem uma relação de respeito e admiração pela instituição de segurança pública onde trabalha, o que é justificável, entre outros aspectos, pela facilidade em ingressar na corporação por indicação, sendo contratada diretamente como psicóloga, não tendo o desconforto do desvio de função, além de estar sempre

renovando seu contrato, apesar da lei limitar a renovação a apenas um período de um ano. Obviamente, a vocação, o aprendizado adquirido e o trabalho afastado da cúpula institucional também são fatores que reduzem os problemas e aumentam a satisfação.

### **9. Abordagem compreensiva da entrevista de “Sementinha”:**

“Sementinha” *descreve sua experiência como psicóloga clínica na instituição de segurança pública como positiva e negativa*, sendo a primeira adjetivação ancorada no *grande aprendizado profissional*, decorrente dos atendimentos que sempre trazem algo novo, bem como na percepção de que muitas pessoas na instituição precisam e o trabalho que ela faz é gratificante; o segundo qualificativo, o negativo, está ligado ao *desconhecimento por parte de muitos policiais militares sobre o que seja um “acompanhamento psicológico” e mesmo ao preconceito*. Ao fator desconhecimento e preconceito com a loucura, associam-se o medo e a vergonha, o que se traduz na não procura do atendimento, podendo resultar num encaminhamento forçado.

*A ação clínica desenvolvida pela entrevistada na instituição é descrita como multifacetada, envolvendo aspectos ligados à Psicologia hospitalar (atendimento em hospitais e UTIs); Psicologia geriátrica; atendimentos individuais e em grupo; aplicação e análise de testes psicológicos para concursos, dentro e fora da instituição; avaliação psicológica para fornecimento de porte de arma; além do atendimento denominado de “pós-trauma”, onde o Policial Militar, após vivenciar situação traumática, é encaminhado ao serviço de psicologia, por seu comandante, ficando à disposição deste serviço por trinta dias, afastado das atividades de segurança pública. A entrevistada reconhece que nem todos os comandantes têm a visão de encaminhar e afirma que se cada unidade policial (Batalhão) tivesse um (a) psicólogo (a) ajudaria nesse aspecto.*

*Afirma, com certo desconforto, que sua inserção como psicóloga na instituição policial militar se deu por desvio de função. Ingressou por concurso público para o quadro de servidores civis, na função de Assistente Administrativo. Dez anos após esse ingresso formou-se em Psicologia e, três anos depois, atendeu a um chamado da instituição que buscava psicólogos (as) para integrarem o serviço de psicologia do Centro de Assistência Social (CAS), tendo iniciado sua atuação como psicóloga.*

*A dinâmica da vida Policial Militar é percebida pela entrevistada “Sementinha” como vivida num nível de estresse muito grande, por conta do excesso de carga de trabalho, uma vez que além de trabalhar o turno legal (a cota de horas diária estabelecida na lei), o policial apresenta-se, “voluntariamente”, para um trabalho extra denominado Policiamento Ostensivo Geral Voluntário (POGV), para melhorar a baixa remuneração e não consegue mais sair. Na verdade, o que acontece é que não tendo como impedir o chamado “bico” (atividade privada exercida por policiais), embora ilegal, pois a remuneração é baixa, o Estado compra a folga do policial, colocando-o para trabalhar para o próprio Estado. Os efeitos dessa sobrecarga, da falta de tempo para o lazer, para a atividade física e para a família são danosos à saúde física e mental.*

*Também refere como integrante da dinâmica da vida Policial Militar a depressão em grande escala, dificuldades de relacionamento interpessoal, de relacionamento dentro do próprio Batalhão e na família (com filhos e cônjuge), compreendendo que as dificuldades no relacionamento familiar são causadas pela carga excessiva de trabalho dos policiais na rua. O excesso de trabalho repercute no organismo e muda o comportamento: o policial não dorme direito, torna-se agressivo, entre outras manifestações.*

*Em torno das dificuldades/desafios da ação clínica na instituição Policial Militar, “Sementinha” relaciona, dentre as barreiras que dificultam essa ação, o machismo e o sentimento de onipotência que, de acordo com ela, ainda falam muito alto, dificultando o reconhecimento e a aceitação da necessidade da ajuda. Essas barreiras (onipotência e machismo) se agigantam quando o reconhecimento da necessidade diz respeito a policiais dos grupos de elite, que verbalizam: “Ir para o psicólogo?! Eu preciso de Psicólogo?! Eu sempre fui guerreiro”. Para eles, ir ao psicólogo é o fim do mundo. Tal nível de onipotência faz pensar sobre um recente episódio de violência, o caso Lindemberg/Eloá, onde um grupo de elite da PM de São Paulo — Batalhão de Operações Policiais Especiais — invadiu o apartamento onde Lindemberg mantinha a ex-namorada e uma amiga como reféns, produzindo um resultado trágico (a morte de Eloá e um tiro no rosto da amiga).*

*Outra barreira referida pela entrevistada está relacionada aos superiores hierárquicos, aos comandantes. A psicóloga relata experiências onde recomendou o*

afastamento do policial para atendimento psicológico clínico e *o comandante alegou que não ia tirar o homem da guarda ou da rua e chegou a verbalizar: “um Policial Militar fragilizado?! Que estória é essa?! Isso é prá mulher”*. Diante de tal situação, a entrevistada diz que não tem como bater de frente, sobretudo sendo ela uma pessoa do quadro civil. Ressaltamos que se a psicóloga civil entende não ter como enfrentar um comandante, a situação com um (a) psicólogo (a) militar é ainda pior, pois além do “RDQUERO” que pode ser usado pelo comandante, para o (a) psicólogo (a) militar ele usa também o Regulamento Disciplinar, que por si só já é opressor.

Ainda na mesma temática, “Sementinha” destaca que a trajetória da psicologia dentro da instituição Policial Militar Estadual tem início há muito tempo atrás, com o chamado “Gabinete de psicologia”, cujas tarefas eram a seleção de pessoal e a abordagem dos alcoolistas, chegando aos dias atuais, com um atendimento clínico bem diversificado. Porém, *ainda não existe um quadro de psicólogos, sendo todos os profissionais desviados de função, inclusive a chefe do serviço. Essas profissionais psicólogas sequer recebem um centavo a mais pelo exercício da profissão de psicólogo*. Soma-se a tudo isso o *reduzido número de profissionais* (apenas cinco psicólogas para atender a toda Polícia Militar e *apenas uma psicóloga no núcleo de atenção à dependência química*) e o *tempo despendido para a aplicação e correção dos testes para porte de arma, prejudicando os atendimentos de grupo e as viagens a outros batalhões, fora da capital do Estado*.

Convidada a um diálogo sobre a questão de Gênero, a entrevistada afirma que tanto na Polícia Civil quanto na Militar *quem exerce a ação clínica psicológica são apenas psicólogas (gênero feminino)*. Acredita que a inserção da mulher nesse serviço é facilitador para a procura do trabalho, bem como para legitimá-lo. A partir das implicações de nossa trajetória pessoal e de dados da pesquisa percebemos que esta crença é questionável, pois a cultura machista e onipotente da instituição, aliada a uma gigantesca predominância masculina, certamente, em vários momentos, são dificultadoras. Compreendemos, porém, que “Sementinha”, possivelmente, refere-se a um contexto anterior em que o Gabinete de Psicologia era visto de forma distorcida e preconceituosa e, mesmo com a identidade reconhecida, havia o uso político dele pela cúpula da corporação que o utilizava para aprovar e reprovar candidatos em função de interesses outros, que não a competência e a intelectualidade. Com a chegada das

mulheres psicólogas as mudanças aconteceram e foi diminuindo o descrédito em relação ao serviço de psicologia.

Quanto à procura pelo serviço, *a entrevistada indica que as mulheres policiais militares procuram o atendimento clínico, basicamente, pelos mesmos motivos dos policiais militares homens: estresse do trabalho, questões emocionais, questões comportamentais.*

“Sementinha” *percebe a importância de sua ação clínica psicóloga clínica na instituição Policial Militar na dimensão do que chama de “alívio no momento difícil”, de alívio da tensão e na repercussão positiva na qualidade do trabalho, gerando mais confiança, atuando na melhora da autoestima e até na visão que os policiais têm da Instituição e de seus superiores.* Por outro lado, enfatiza o alcance do trabalho em grupo como facilitador nesse processo de reconhecimento e aceitação das normas institucionais e na melhora do relacionamento entre os seus pares e superiores, lamentando a interrupção desse trabalho de grupo, em função das avaliações psicológicas que precisam ser realizadas.

Para ela, *a instituição percebe a ação do (a) psicólogo (a) clínico de forma muito precária, com uma visão muito pequena.* Para suportar, utiliza-se de um mecanismo de defesa, afirmando que o seu trabalho é reconhecido por ela mesma e pelos pacientes, ao passo que os comandantes, que denomina os “grandões da polícia” não percebem muito o trabalho, que é adjetivado por ela como algo feito à surdina, escondido, quietinho. Revela não receber qualquer remuneração pelo trabalho de psicóloga, mas apenas o salário de Assistente Administrativa. Tal afirmação traduz-se, possivelmente, no pouco crédito (valor) dado a ele, pelos comandantes.

Continuando sua narrativa sobre a forma como a instituição percebe o trabalho da psicologia, “Sementinha” desabafa: *“a instituição só visualiza a psicóloga no momento da necessidade (um paciente na UTI, um paciente no hospital); aí, manda chamar à psicóloga. Depois ela volta para o seu cantinho, fazendo seus atendimentos diários e só será vista de novo em nova necessidade extrema”. A valorização mesmo é muito pequenininha.* É raro algum comandante dizer “alguém do meu Batalhão esteve com você e ficou bem”.

De acordo com a entrevistada, *não há, também, por parte da instituição, uma visão de onde seria necessário ter psicólogo (a), como, por exemplo, nos Batalhões.*

Meu encontro com “Sementinha” revelou uma pequenina gigante: pequena na visibilidade e importância que a instituição lhe dispensa, e gigante no trabalho que realiza, apesar das dificuldades, o que permite afirmar que a “Sementinha”, jogada num campo vasto e árido tem dado bons frutos. Sentimentos de ambivalência, de impotência, de desconforto e insegurança pelo desvio de função, fazem de “Sementinha” uma saradora ferida, como suas amigas de caminhada. O sujeito que atende é muito estressado pelo excesso de trabalho, vítima, entre outras mazelas, do dilema homem versus super-homem; é o ferido a quem precisa ajudar a sarar, usando, certamente, sua experiência dolorosa como potencial terapêutico.

Os momentos de ambivalência se apresentam na entrevista de “Sementinha”, seja quando fala de sua experiência como psicóloga clínica na instituição Policial Militar, seja quando descreve seus sentimentos em relação à compreensão que a instituição tem de seu trabalho e da valorização do mesmo, ou, ainda, na compreensão que comandantes e comandados têm da ação clínica. A ambivalência aparece também na contradição entre a visão da grandeza do trabalho no plano individual e a sensação de impotência diante da imensidão das necessidades não contempladas, de estar semeando pouquinhos sementes num campo tão vasto.

#### **10. Abordagem compreensiva da entrevista de “Gratificada”:**

“Gratificada” entende sua *experiência na instituição Policial Militar como gratificante e justifica esse sentimento com o amor pelo que faz*, acreditando e vendo os resultados, alegando não poder divulgá-los por razões éticas, ligadas ao sigilo profissional. *Afirma ajudar a muitos desesperados, pessoas com depressão, com transtorno de pânico e outros transtornos psíquicos.* Embora a demanda seja grande (problemas familiares, conjugais, entre pais e filhos), é possível ver o crescimento do indivíduo. Acredita fazer um trabalho muito bom, reconhecido pelas pessoas.

Ainda em relação à sua experiência, não esquece que *chegou ao Gabinete de Psicologia numa época em que o mesmo era visto, por uma parte da instituição, com*

*muita resistência, em decorrência de participar dos processos de seleção de pessoal e ser acusado de arrumadinhos, de ajeitados.* Nesse período, os atendimentos do Gabinete eram mais voltados para dependentes do alcoolismo e o próprio chefe, um major, era alcoolista.

Então, a *experiência também foi a de lutar, com as demais psicólogas, para desmistificar a imagem do Gabinete perante a instituição Policial Militar e na visão dos gerentes (oficiais comandantes), segundo os quais a psicologia não servia para nada e que os soldados que alegavam problemas nessa área ou eram “desenrolados” ou estavam com “safadeza”, procurando o Gabinete para se livrarem do serviço (no dizer militar: “ficar na moita”).* Com os esforços empreendidos, o Gabinete foi mudando, foi obtendo uma “cara nova”, voltando-se para o atendimento e a prevenção (palestras, visitas aos batalhões, atendimento itinerante, divulgação da psicologia e mudanças de procedimentos: o policial não mais era afastado das atividades de trabalho, durante o período de atendimento, exceto se fosse imprescindível, pois alguns, antes, vinham só para ficar 8 ou 15 dias na folga.

“Gratificada” reconhece que, *ainda hoje, existem aqueles que dizem: “Não vou para o Gabinete de Psicologia porque não sou doido, não sou bêbado, nem sou fraco”.* A cultura machista, associada à cultura institucional, onde o Policial é um super-homem, um forte carimbam aquele que vem ao Gabinete de fraco, de fragilizado, embora esta mentalidade venha se modificando.

Ainda muito nova *ingressou, mediante concurso público, na instituição Policial Militar, por admirar a farda e o militarismo, mesmo não tendo nenhum militar na família.* À época, já cursava graduação em psicologia, mas *teve que trancar a faculdade para freqüentar o curso da Polícia Militar que era realizado em regime de internato.* Concluído o curso, retornou à faculdade e graduou-se. Após trabalhar, por certo tempo, fora da formação psicológica, sendo convidada, em situações esporádicas, a ajudar nos trabalhos do Gabinete, sobretudo em momentos de concursos, no estado de Pernambuco e noutros Estados da Região Nordeste, surgiu o convite, do chefe do Gabinete, para integrar o quadro de psicólogas, quando foi desviada da função policial.

Já na *função de psicóloga, a entrevistada relata ter vivido a experiência de ter que “amadurecer no carbureto”, meter a cara, estudar, pesquisar, pois, de certo modo,*

*não tinha muita prática como profissional da psicologia. Entende que isso lhe fez muito bem e diz não se arrepender jamais. Especula que o momento da aposentadoria, ainda não tão perto, será um momento difícil, pois gostaria de continuar na função, pelo tempo que fosse possível.*

Referindo-se às *atividades desenvolvidas em sua prática profissional*, “Gratificada” cita a *psicoterapia individual, a aplicação de testes psicológicos e suas correções, as avaliações para porte de arma, a terapia de grupo, a dinâmica de grupo, a aplicação de técnicas de relaxamento, visitas hospitalares, visitas domiciliares, de tudo um pouco*. Entende que o êxito é maior quando o policial busca voluntariamente o atendimento do que quando é encaminhado.

Convidada a falar sobre *como seu trabalho é realizado*, transporta-se para a chegada ao local de trabalho, *no início da manhã, quando pega a agenda e verifica os atendimentos a serem realizados, pois há um pré-agendamento. Após os atendimentos ou nos intervalos, redige Laudos, Documentos, Pareceres, para a Corregedoria e para a Justiça, analisa testes para porte de arma e sai para dar aulas.*

Afirma que *a rotina é dinâmica e corrida e que leva trabalhos para casa, trabalhando à noite e nos fins de semana*. Concorda com o pesquisador quanto à carência de recursos humanos, que diz ser demais, sobretudo na área da psicologia. Informa que *o Gabinete perdeu psicólogas e que precisa de mais profissionais para expandir o trabalho*. Nesse contexto de necessidades lembra que *precisa de um espaço adequado para atendimento infantil e de melhores instalações de um modo geral, pois, em sua percepção, as instalações existentes são muito “acanhadinhas”*.

A respeito das *demandas* que lhe são dirigidas como psicóloga clínica, “Gratificada” afirma que *as maiores demandas são problemas emocionais, decorrentes do nível de estresse elevado, que deixam a pessoa sem dormir bem, com pesadelos e emocionalmente abaladas, chorando, apreensivo no trabalho na rua, com medo e receio de ir trabalhar. São pessoas com nível elevado de estresse, acompanhado de depressão e, às vezes, de transtorno bipolar, cujos desencadeamentos são facilitados pela estrutura rígida da instituição de segurança pública.*

Ainda no campo da demanda, “Gratificada” *recebe muitos casos de “inadaptação”, decorrentes da dissonância entre a instituição idealizada e a*

*instituição real*. Sobretudo o jovem, na busca por emprego, entra na instituição policial pensando numa carreira ou na possibilidade de fazer um trampolim para um concurso melhor, *mas se depara com a exigência de muita dedicação, com a necessidade de trabalhar de domingo a domingo (sobrecarga de trabalho), salário não correspondente, uma hierarquia distorcida, onde o poder não é usado de forma correta e o superior acha que por ser superior hierárquico também é superior como pessoa, humilhando, maltratando, fazendo assédio moral, por exemplo. Diante dessa realidade institucional, o policial militar, sobretudo dos escalões mais baixos, começa a adoecer, passar mal, entrar em dispensa médica*. A partir de nossa experiência de pesquisador, devemos destacar que alguns oficiais, não muitos, também vivem dramas semelhantes, seja porque têm outra visão, seja porque não pertencem ao grupo que está no poder, ou por tomarem para si a defesa de praças injustiçados.

De modo implícito, *a entrevistada supõe que os casos de inadaptação têm relação com o processo seletivo para ingresso na instituição, onde a avaliação psicológica não mais é realizada pelo Gabinete de Psicologia, mas por instituições terceirizadas e com base apenas em escores, sem observar o perfil que a função exige*. Nesse sentido, é importante ressaltar que essa questão também é reclamada por psicólogas da Polícia Civil, sendo no mínimo estranho que ambas as instituições de segurança pública (e também o Bombeiro) desconsiderem a experiência de seus profissionais da Psicologia, que também agregam a experiência de agentes de segurança pública.

As *dificuldades/desafios* vividos no exercício da ação psicológica clínica são percebidos, por “Gratificada”, como *situados, primeiramente, no plano estrutural, pela carência profissionais, pela necessidade de uma equipe multidisciplinar, com maior número de psicólogos, presença de psiquiatra, de educador físico e do terapeuta ocupacional*. Reconhece que os recursos decorrentes das contribuições para o Centro de Assistência Social (CAS) não são suficientes, pois o serviço possui vinte e dois programas, alguns dos quais bastante dispendiosos, como a creche e o hotel de trânsito.

Secundariamente, a entrevistada relaciona como *dificuldade/desafio*: *a necessidade de especialização dos profissionais em suas áreas de interesse, com o financiamento da instituição, assim como a de vencer a resistência dos “chefes superiores” que ainda mantêm o arquétipo de que o Policial está querendo ser*

*desenrolado, está fingindo, simulando. Conclui dizendo que a instituição precisa mudar a forma de ver o outro e que ainda existem muitos “cascas grossas” (inacessíveis, duros). Informa que alguns comandantes só aceitam os pareceres se escritos, pelo receio de algum problema recair sobre eles, acaso o parecer escrito não seja cumprido. Tal aspecto indica que a lógica que move a instituição, até nos altos escalões, é o medo.*

*A não criação do quadro de psicólogos também se insere no campo da dificuldade/desafio, para equacionar a incômoda situação do desvio de função.*

*“Gratificada” entende a importância da ação clínica psicológica na instituição como fundamental para que o Policial tenha saúde mental e desempenhe bem o seu trabalho na segurança pública, que tem a peculiaridade do uso da arma. O policial tem que estar bem para estar na rua, pois porta uma arma e não pode ser violento ou desajustado, diz a entrevistada.*

Narramos um episódio, dos tempos em que éramos Policial Militar, quando um soldado que comandávamos, antes de sair para o policiamento ostensivo a pé, declarou: “hoje, se um civil olhar para mim de cara feia, vou arriar a madeira”. Ele tinha sido perseguido por um oficial e queria descontar na população. Nesse mesmo contexto revelamos que, numa das entrevistas feitas na Polícia Civil, uma das psicólogas entrevistadas sugeriu uma pesquisa com o alto escalão das duas instituições (Polícia Civil e Polícia Militar), para que percebam que são causadores de sofrimento. Sobre essa proposta, “Gratificada” afirma que acredita ser difícil o acesso aos Delegados pela equipe de psicólogos da polícia civil, em razão do serviço lá ser mais recente que o existente na Polícia Militar. Como pesquisador, a partir das vivências anteriores e do processo de pesquisa atual, acreditamos que haverá dificuldade em ambas as instituições, e propusemos que se inclua também a instituição Corpo de Bombeiros Militar, na pesquisa.

*“Gratificada” tem muita esperança de que, através do Projeto “Qualidade de Vida para os Trabalhadores da Segurança Pública”, desenvolvido pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP), do Ministério da Justiça, os comportamentos mudem, pois hoje a tônica, segundo ela, é o cidadão, o “Pacto pela vida”, o cuidar do outro, o cuidar dos cuidadores, a necessidade legal de criar os quadros de psicólogos, com representantes a nível estadual da referida secretaria, não havendo mais espaço para não mudar, querendo ou não isto terá que acontecer.*

Encerrando nosso encontro dialógico, “Gratificada” afirma que a instituição percebe a ação clínica psicológica como positiva, em razão da necessidade no plano técnico, embora muitos chefes ainda achem, equivocadamente, que a psicologia é muito subjetiva, não percebendo que ela também é objetiva. Mas é preciso haver preocupação com o outro, de uma forma ou de outra, pois é pelo modo como esse Policial é tratado que ele adocece. Os vários fatores de frustração levam a doenças.

Como pesquisador, nossa experiência com “Gratificada” permitiu a construção de diversos conteúdos, entre os quais destaco: uma psicóloga apaixonada pelo seu fazer, apropriada do que faz, e, por conseguinte motivada. Tais sentimentos são antagonizados por dificuldades institucionais de diversas ordens, desde a estrutural até a relacional. A necessidade de mudar a antiga imagem do Gabinete de psicologia, a cultura institucional, o comportamento dos chefes, o preconceito com os que precisam de ajuda, o incômodo do desvio de função, a carência de profissionais, a limitação da ação clínica à capital do Estado, a sobrecarga de trabalho, a inadaptação de policiais, pelo choque entre a instituição real e a idealizada, os problemas com o porte de arma, são fatores de dificuldades, de conflitos e de agressão à saúde emocional de policias e psicólogas.

### **11. Abordagem compreensiva da entrevista de “Estrategista”:**

“Estrategista” integra uma instituição de Segurança Pública Militar do Estado de Pernambuco, sendo *militar em desvio de função para a atividade de psicologia clínica*. *Relata que percebe sua experiência como positiva, nos campos pessoal e profissional*, na medida em que passou a conviver, na ação clínica, com fenômenos que já conhecia da atividade militar em segurança pública, agora com outro olhar, um olhar mais apurado.

Refere que sua abordagem clínica é fenomenológica, explicando que aborda o fenômeno como este emerge. *Afirma que sua experiência da segurança pública o ajuda a aprofundar algumas condições*, mas acredita que o profissional da psicologia que não tem esse aporte do conhecimento em segurança percebe outras coisas e que o diálogo entre eles é fundamental.

*A questão da experiência na instituição ressurge ao abordar as atividades desenvolvidas na mesma, porém com outra compreensão, num pólo totalmente oposto: a experiência agora já não é referida como positiva, mas como de dificuldades, de ambigüidades: valorização, pela profissão de psicologia, e preconceito, pela atividade de segurança pública; ressalta que o serviço de psicologia é muito pequeno para o tamanho da instituição e sem um quadro de profissionais legalizado e que a “valorização” dos profissionais de psicologia ocorre somente quando a instituição precisa.*

*A inserção de “Estrategista” na instituição militar estadual é compreendida como resultado de uma tendência familiar: o pai era das Forças Armadas, os irmãos são militares do Estado de Pernambuco e até sobrinhos já estão entrando para a carreira militar. Fez concurso para ingressar na instituição militar estadual à qual pertence atualmente. Formado em psicologia, foi convidado para integrar o Gabinete de Psicologia da instituição pelo chefe do Centro de Assistência Social, ao qual o Gabinete se vincula, mas, por três vezes, experimentou a rejeição, o preconceito e discriminação, por parte do Comandante Geral da corporação, que vetou sua transferência, em razão de pertencer ao círculo de praças e não de oficiais.*

*Conta que por desaforo, resolveu lutar e usou de um stratagemma: conversou com o chefe de sua unidade, o qual, diante da rejeição do Comandante Geral e percebendo a necessidade, abriu espaço para os atendimentos, ali mesmo, na unidade. Em seguida, estrategista avança mais um pouco, alegando que no Gabinete de Psicologia havia salas para atendimento e faltava profissional, enquanto que na unidade onde servia tinha o profissional, mas faltava a sala. Assim, solicitou do chefe de sua unidade que tentasse uma autorização para o mesmo atender o pessoal na sala do referido Gabinete, o que conseguiu dias depois. Desse modo, começou a aproximar-se do Gabinete de Psicologia. Avançando mais, passou a atender demandas que não eram da sua unidade, mas do serviço como um todo e permanece, no local, até hoje, embora numa situação de insegurança e incerteza constantes, pois não é do quadro e este sequer existe.*

*Para o entrevistado, a resistência à sua ida para o serviço de psicologia resultava do medo que isso pudesse interferir no respeito às patentes, no respeito às hierarquias, como se o “psicólogo praça” fosse se colocar no nível dos oficiais, sendo praça, por*

estar exercendo uma profissão de nível superior. Entendemos que esse medo, além de reforçar nossa tese já explicitada, anterior mente, de que a instituição, mesmo nos escalões superiores, é movida pelo medo, também indica que a instituição não desenvolve o conceito da *“Disciplina Consciente”*, segundo a qual o subordinado deve respeitar o superior não pelo mau que este lhe pode fazer, mas pelo mérito de haver chagado àquele degrau e pela forma adequada com que exerce seu poder hierárquico, em benefício de todos e dos objetivos institucionais. Revela também que as instituições procuram preservar-se, defendendo aspectos fundamentais de sua identidade.

*Em sua ação psicológica, “Estrategista” realiza atividades de atendimento clínico, tratamento de alcoolismo, encaminhamentos para internamento e solicitação de mudança de atividade ou mesmo de unidade de serviço, elaboração de questionários para obtenção de perfis, aconselhamentos, orientações, entre outras atividades.*

*Relata a frustração por não ter podido atender a uma demanda grave, acontecida com um grupo de agentes de segurança pública, estabelecido fora da Região Metropolitana do Recife, mais uma vez por impedimento do Comando Geral que, a pretexto de que gostaria de ir junto, adiou a viagem dos psicólogos e esqueceu.* No entendimento de “Estrategista”, a questão é que havia o temor do que poderia ser revelado, do desvelamento de possíveis falhas. Compreendemos que o seu relato demonstra como *comandantes podem prejudicar a ação clínica psicológica, até mesmo para esconder falhas e negligências, em prejuízo da saúde emocional dos agentes de segurança pública e da segurança pública no aspecto geral.* Nesse aspecto, parece salutar que a Secretaria de Defesa Social crie o setor de psicologia, diretamente vinculado a ela, reduzindo a ingerência dos superiores, que nem sempre estão a serviço da segurança pública e da saúde dos seus agentes.

*Durante nosso encontro dialógico, uma questão de natureza ética é trazida, referente ao registro do Gabinete de Psicologia da instituição militar estadual no Conselho Regional de Psicologia (CRP), pois se tratava de um serviço de atendimento psicológico para militares onde alguns psicólogos também são militares.* O referido Conselho indagou, com estranheza, como seria um atendimento psicológico para militares feito por psicólogos militares, dentro de uma instituição militar. “Estratégia” justificou que os (as) psicólogos (as) militares não trabalhavam mais como militares, dentro de quartéis, mas só no serviço de psicologia e que, caso o serviço fosse

procurado por um paciente conhecido, este seria orientado e, se necessário, encaminhado a outro profissional. Julgamos pertinente a preocupação do CRP-PE, entendendo que a saúde emocional do trabalhador em segurança pública é algo que começa a ser construído, o que exigirá debates e formulações de leis que garantam os propósitos das atividades desse novo campo e o adequado exercício profissional.

*Embora “Estrategista” afirme que nunca vivenciou barreiras por parte de colegas militares para procurar seu atendimento em razão dele ser militar, acredita que, quando isso ocorre, se dá devido ao medo de que o sigilo profissional não seja garantido, por fantasias de que o profissional está ali com olhos e ouvidos do comandante ou a não percepção de que o profissional tem uma ética.* Nesse aspecto, voltamos, mais uma vez, à *cultura do medo*, que decorre de inúmeras mazelas das instituições de segurança pública, sobretudo militares, como o despotismo, o mandonismo, o desrespeito aos Estatutos, a parcialidade, a perseguição, o constante clima de ameaça de perda do emprego e a ausência do controle social.

A realização do trabalho é descrito como tendo uma parte inicial burocrática, de verificação se o paciente é militar ou dependente, se contribui para o fundo de assistência, se é criança, adolescente ou adulto, qual o tipo de demanda e, então, começa o seu trabalho de Psicoterapia de base fenomenológica.

As demandas acolhidas são *Estresse, fobias, desadaptação a uma prática (antes realizada sem problemas e hoje provocadora de sofrimento psíquico, de desconforto), problemas decorrentes de dificuldades de relacionamento dentro da instituição; alcoolismo, entre outros problemas.* Ainda tratando da demanda, “Estrategista” narra que a instituição tem por prática rotular de “problemático” aquele militar que apresenta algum tipo de inadaptação ou dificuldade e a solução adotada é a da transferência. Mas isso não resolve o problema e sim agrava, pois também é cultura da instituição fazer com que a “fama” do transferido chegue ao novo local de trabalho primeiro que ele. E exemplifica: um comandante liga para o outro e avisa “tô mandando fulano para aí, porque é muito problemático” e o outro comandante questiona: “mas rapaz, logo prá aqui!”. Então, quando a pessoa chega ao novo local já vivencia o sentimento de rejeição e o dito “problemático” roda, roda e vai parar no serviço de psicologia, onde encontra um porto seguro e fica sem querer sair.

“Estrategista *acrescenta como traços da cultura da instituição militar estadual onde trabalha: o “não conversar”, o “não querer saber do problema do outro”, a “tendência a estigmatizar” e a “tendência a agir à revelia”, seja para mandar trabalhar ou para transferir, o que na sua visão só agravam os problemas.*

Relata, também, que alguns militares tentam cooptar a equipe de psicologia para conseguirem transferência, alegando estresse, perseguição e já indicando para onde querem ir, revelando uma atitude de “esperteza”. A esse respeito, ficamos pensando se essa “esperteza” não seria uma atitude de prevenção, de antecipação, de autodefesa, exigindo uma reflexão aprofundada sobre as motivações reais da “esperteza”. Percebendo o que pode experimentar ou mesmo já iniciando a experimentação, o militar tenta fugir e sabendo que não basta alegar seu desejo e argumentar sinceramente as motivações, cria justificativas que julga mais aceitáveis. Então, a dita “esperteza” também pode ser vista como um movimento natural do humano de buscar situações de conforto.

Diante de nossa proposta para conversar sobre as *dificuldades/desafios* vividos na realização de seu trabalho, “Estrategista” fala de *desmotivação*, de *descrença*, de *desvalorização*, além das *dificuldades estruturais* (não aquisição de materiais necessários, computador quebrado, falta de brinquedos para o atendimento a crianças). Afirma que nem com a “rebeldia intencional”, como estratégia para mexer com os brios dos comandantes, conseguiu suprir as necessidades mais básicas do Serviço de Psicologia.

Ainda sobre a temática da *dificuldade/desafio* relata que *não há reconhecimento* e que está explícita na instituição a expressão “*a porta da rua é a serventia da casa*”, noutras palavras, *se não está satisfeito volte para atividade militar se é psicólogo por desvio de função ou se é apenas militar volte para a vida civil. A questão salarial também causa incomodo, pois não há o reconhecimento sequer para se pagar uma gratificação.*

Como defesa psíquica a essa desvalorização, “Estrategista” relata um aspecto positivo da instituição ao possibilitar seu amadurecimento profissional, bem como ao lhe possibilitar um emprego fora, na área da psicologia como profissional liberal, pois a escala de serviço permite, em razão das horas de folga.

Fazendo um parêntesis em sua posição de psicólogo e situando-se como militar, “Estrategista” afirma que *estes profissionais não são reconhecidos, na instituição nem na sociedade, moram nas periferias e essa experiência de violência, por vezes, é devolvida à sociedade nas ocorrências. Diz “Estrategista” que os militares costumam utilizar uma expressão “tá valendo!”; cuja tradução é, “aguarde o troco!”, ou seja, vocês (instituição e sociedade) fazem pouco caso de mim e eu, adiante, farei de vocês.*

Sobre a *importância da ação do psicólogo clínico na instituição de segurança pública*, relata que o militar que é visto lá fora, trabalhando bonito e, às vezes, sendo aplaudido também adoece. Então, *o trabalho do psicólogo (a) clínico (a) é olhar a instituição de dentro para dentro, cuidar das feridas do trabalho externo e interno. Curar o estresse, os efeitos do combate diário, dos relacionamentos difíceis, daquilo que emerge do cansaço, da falta de perspectiva, dos salários baixos, das adversidades.*

Para “Estrategista” *a instituição percebe a ação do psicólogo clínico como um paliativo e usa a expressão: “é minimizar e tudo certo”, não havendo a intenção de atacar as causas.* Busca as palavras de estagiários de uma faculdade de psicologia que, ao conhecerem a instituição mais de perto, afirmaram numa supervisão: *“A instituição é tão bonita lá de fora, mas aqui de dentro é tão podre: Um adoecimento grande, brigas, intrigas, mágoas, invejas, um passando por cima do outro para conseguir mais conceito pessoal”.* Então, a não percepção da importância da ação do psicólogo clínico pela instituição é mais um exemplo no contexto das dificuldades que vivencia.

Do nosso caminhar de pesquisador junto ao entrevistado brotou, em cores vivas e fortes, o sofrimento, a insegurança, a desvalorização dos agentes de segurança pública da instituição militar, independente de serem militares ou psicólogos, numa evidência da inesgotável seara que a instituição representa para a ação clínica psicológica, envolvendo as dimensões do ferido (o agente de segurança pública), do sarador ferido (o psicólogo clínico) e dos envolvidos com o meio ambiente onde as dores acontecem (a instituição/a sociedade), numa real ecologia do cuidar.

O sofrimento provocado pela inquietação psíquica, em razão dos dramas e ambigüidades vivenciadas nas experiências institucionais são apaziguados por racionalizações construídas pelo entrevistado, buscando coisas positivas que refrigerem a dor.

## **12. Abordagem compreensiva da entrevista de “Recomeço”:**

*“Recomeço” relata que sua experiência na instituição de segurança pública militar estadual pode ser definida pela palavra “recomeço”, uma vez que estava afastada da atividade psicológica e passou a atender filhos de militares, adolescentes e adultos. Identifica a experiência como positiva e produtiva, considerando sua dimensão como profissional da psicologia. Em seu entendimento, através do atendimento às crianças (filhos dos militares) consegue se aproximar dos problemas do militar e de sua família.*

Repetindo a ambivalência presente nos demais entrevistados, acrescenta que *ainda falta muito para que o serviço de psicologia da instituição chegue a excelência.*

Considera que sua ínfima experiência como militar tem o aspecto positivo de possibilitar mais abertura nos atendimentos, e negativa por não permitir uma maior amplitude de percepção dos problemas militares. Entendemos que o sujeito entrevistado ressalta que sendo pequeníssima sua experiência como militar, pois logo foi desviada de função, possibilitou menos freios e mais abertura, porém impediu uma maior experiência direta com a vida militar.

A *inserção* de “Recomeço” na instituição militar estadual se deu por aprovação em *concurso público para o quadro militar. Antes de se submeter ao referido concurso, havia postulado uma vaga como servidor civil, no serviço de psicologia da instituição, que estava buscando contratar profissional da Psicologia. Deixou seu currículo no Centro de Assistência Social da instituição, mas antes de ser chamada fez o concurso para soldado. Já na vida militar, foi chamada a integrar o Gabinete de Psicologia, em desvio de função, onde permanece até o presente.* Atribui sua ida para a vida militar e para o serviço de psicologia a um plano de Deus, fato compreensível em razão de sua religião evangélica. Alega que tinha planos de fazer da instituição uma ponte para passar em novos concursos, mas que foi guiada (por Deus) a retomar seu objetivo inicial, de atuar no serviço psicológico.

Praticamente *não se refere à experiência como militar, a não ser quando relata que muitos de seus colegas do curso para ingresso na instituição já saíram da mesma, deixando transparecer, na afirmação, uma evasão motivada por descontentamento.*

Quanto às *atividades* desenvolvidas na instituição, “Recomeço” relaciona: *atendimento psicológico clínico, aconselhamentos, orientações, atendimento a alcoolistas, elaboração de laudos, criação de instrumentos de pesquisa, como o construído para avaliar o perfil do militar.* Ainda na mesma temática, externaliza um sentimento de *inquietação quanto à dupla identidade: Militar e Psicólogo* e afirma que a figura do Militar é complicada, possivelmente querendo fugir de sua identidade Militar, e questiona a possibilidade de existência de um militar sem prática, sem ação de militar. Mas firma que se o cliente indaga sobre sua situação, não omite sua condição Militar.

Ainda no campo das atividades desenvolvidas, *revela desapontamento com uma ação clínica psicológica de suporte a um grupo de militares em serviço fora da Região Metropolitana, que não foi realizada por interferência do comandante* e, nesse contexto, duvida se o questionário elaborado para traçar o perfil dos militares da instituição será aplicado. *Deixa transparecer que o comandante não se interessa sinceramente pelos problemas dos comandados.*

Sobre a *prática do trabalho realizado*, afirma que *existe uma parte burocrática, onde se verifica se o paciente demandante é policial ou dependente, se contribui com o serviço de assistência social, bem como se preenche uma ficha, para em seguida fazer o agendamento e iniciar o atendimento. Os casos são de psicoterapia, aconselhamento, orientação, ludoterapia, acolhimento em momentos de desespero, como já referido.* Para “Recomeço” existe carência de brinquedos e de outros materiais necessários à prática.

As *demandas principais* são *Estresse, fobias, incapacidades para alguma atividade, questões de relacionamento, avaliação para mudança de atividade ou do quartel onde trabalha, entre outras.*

Quanto às *dificuldades/desafios* experimentados, “Recomeço” relaciona a *falta de materiais básicos como brinquedos, computador, impressora; a desmotivação e a não importância dada ao serviço de psicologia, além da falta de reconhecimento do profissional pela instituição.*

A *importância da ação do psicólogo clínico na instituição* é percebida, pela entrevistada, como *salutar, em razão dos traumas, dos conflitos pessoais e familiares,*

*da perda de entes queridos, da perda de referencial, aspectos que teriam o potencial de “mexer tudo para baixo” nos agentes de segurança pública e que estão presentes na instituição. Além disso, em sua compreensão, a fragilização de um afeta a outros e o atendimento psicológico a um se propaga para outros.*

*Entende que a instituição percebe a ação do (a) Psicólogo (a) clínico como um paliativo, um apaga fogo; algo feito para mascarar. A instituição não tem interesse, em sua visão, em mudar o que dá origem aos fatos desencadeadores de crises, de modo que o grande problema é não querer fazer diferente, não querer pensar no bem dos amigos de profissão.*

*“Recomeço” estranha a falta de companheirismo num trabalho onde, mais que qualquer outro, a interdependência é inevitável, um precisa do outro, precisa do olhar do outro, do apoio, pois é um trabalho que não se consegue fazer sozinho.*

Como pesquisador, percebemos o intenso sentimento de insatisfação para com a instituição e alguns de seus líderes, entre os quais a liderança maior, em oposição ao sentimento de satisfação em poder ajudar os militares e dependentes que sofrem. A idéia de que haveria uma direção Divina conduzindo-a à ação psicológica clínica, como uma missão, possivelmente funciona como defesa e reduz, em alguma medida, a dor da frustração, da descrença, da fragilização, do pouco companheirismo e de tantos aspectos negativos que permeiam a instituição. A psicologia clínica, portanto, tem uma tarefa formidável pela frente: a terapia da base e do topo da pirâmide institucional, sem esquecer dos profissionais que sofrem as dores institucionais e inscrição dessas dores em seus psiquismos pelo encontro terapêutico.

#### **4.1.3 Quadro Síntese dos Eixos, Temáticas e Conteúdos Apreendidos nas Entrevistas com Psicólogos (as):**

##### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ETN (Eixo Temático Norteador): Experiência como Psicólogo(a) Clínico(a) nos atendimentos realizados junto aos Agentes de Segurança Pública.

##### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Consciência que seu papel é diminuir o sofrimento do policial e cuidar do mesmo.
- Busca pela criação de um ambiente que facilite a prática policial.
- Dúvida quanto à possibilidade de realização de seu trabalho de psicóloga clínica, por ser policial/psicóloga e atuar numa

instituição policial.

- Receio em reviver experiências da delegacia: de medo em ser afetada por essas revivências e de voltar á delegacia (função profissional de origem); de aspectos positivos: aprendizado, desenvolvimento de confiança e experiência, de crescimento profissional.
- Dificuldade no atendimento, pelo fechamento de alguns pacientes, em razão de sua condição de também ser policial.
- Riqueza de possibilidades de crescimento profissional (contato com adoecimentos específicos da profissão), complexidade e dificuldades (em distinguir se o delírio é de fato um delírio ou algo vivido de modo concreto na instituição).
- Conviver com o problema do “porte de arma” e a necessidade de resguardar o policial, a família, a instituição e o (a) terapeuta.
- “Positiva”: no aprendizado profissional e na atenção à necessidade dos agentes de segurança; e “negativa”: no desconhecimento de muitos policiais sobre o significado do atendimento psicológico e no preconceito para com os que utilizam a serviço de psicologia; no medo (de uma ação institucional até de expulsão) e na vergonha (de encarar os colegas).
- Positiva nos planos pessoal, profissional e de crescimento profissional
- Sentimento que a experiência militar ajuda de uma lado (permite o aprofundamento de questões da área) e pode atrapalhar de outro (não permitindo a percepção de outros aspectos).
- “Dificuldades” e “ambigüidades”: valorização: por estar no serviço de psicologia e desvalorização: por ser um serviço tão pequeno para a grandeza da instituição
- Diferenciada e eclética: trabalho amplo e diversificado, exigindo versatilidade e mil e uma utilidades.
- Ter vivenciado a situação marcante de desarmar um policial, em surto, que correu atrás de seu comandante, de arma em punho, para matá-lo.
- Atender policial que diz que já tem um plano para matar o terapeuta.
- Válida, pelo respeito mútuo (terapeuta/policial).
- De “recomeço”, positiva e produtiva: retomada prática psicológica, estar se aperfeiçoando e atendendo/produzindo.
- Enriquecedora: pela quantidade e variabilidade de problemas (muito estresse e doenças psiquiátricas).
- Frustrante, por não ter a abrangência que deveria nem o reconhecimento das chefias
- Extremamente importante e extremamente gratificante: acrescenta muito como profissional.
- Gratificante e provocadora de reflexão; de impotência, por não poder devolver às pessoas a saúde perdida, nas diversas áreas (mental, emocional, espiritual e física). Ao mesmo tempo, de resistência, desânimo, desejo de largar tudo, em razão das dificuldades, e reanimação, quando pacientes melhoram e retomam a vida e os projetos.
- Gratificante demais por amar o que faz, por acreditar e ver os resultados. Bem como de luta para mudar a imagem do Gabinete de Psicologia, associado, no passado, a fraudes em concursos e de luta para mudar a visão dos oficiais comandantes de que psicologia não servia para nada, os soldados que procuravam a ação psicológica ou eram desenrolados ou estavam com safadeza e o serviço de psicologia servia para eles ficarem “na moita” (escondidos).
- De necessidade em amadurecer profissionalmente às pressas (no carbureto), no campo da psicologia, pois não tinha experiência.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.1: Inserção na instituição

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Concurso público para Agente de Polícia. Não explicita o motivo.
- Concurso público para assistente administrativo. Não explicita o motivo.
- Concurso público para militar estadual, motivado por tendência familiar.
- Concurso público para cargo administrativo de nível médio numa instituição militar estadual.
- Concurso para Agente de Polícia Civil, em razão do pai ser policial civil e a entrevistada já conhecer as dores e necessidades dos policiais e desejar ajudar. Já ingressa com a intenção de atuar como psicóloga e diz que nunca se adaptou à vida policial.

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por Contrato para prestação de serviço, após indicação de um amigo, que encaminhou a entrevistada ao comando geral, pois a instituição tinha necessidade.</li> <li>• Concurso público para militar estadual, como motivação racionalmente inexplicável, pois ninguém da família é militar e não fazia parte de seus planos.</li> <li>• Concurso público para Agente de Polícia Civil, motivado por questões financeiras. Reconhece que não tem perfil para policial.</li> <li>• Como psicóloga voluntária e logo em seguida (seis meses depois) foi contatada como prestadora de serviço. O esposo e os irmãos são policiais militares.</li> <li>• Concurso público para Agente de Polícia Civil, incentivada pela mãe (um pouco pelo pai).</li> <li>• Concurso público para a polícia militar estadual, por admirar a farda e o militarismo.</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET.1ª: Inserção na função de psicólogo (a).</p>
<ul style="list-style-type: none"> <li>• Desvio de função, por indicação de amigo e necessidade institucional.</li> <li>• Desvio de função, com uso de um estratagema, após experimentar rejeição, preconceito e discriminação por parte do comandante, que não queria a ida do (a) entrevistado (a) para o setor, em razão deste (a) ser militar.</li> <li>• Desviada de função, a pedido do chefe do Serviço de psicologia, à época.</li> <li>• Desvio de função, por determinação do chefe da instituição policial.</li> <li>• Já se insere na instituição como psicólogo (a), através de contrato.</li> <li>• Desvio de função, a convite do chefe do serviço de psicologia. Acredita ter sido um desígnio de Deus, uma missão que recebeu, pois é evangélica.</li> <li>• Desvio de função.</li> <li>• Já se insere como psicóloga, por contrato de prestação de serviço.</li> <li>• Desvio de função, através de indicação de amigos.</li> <li>• Desvio de função, por solicitação do chefe do serviço de psicologia à época</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET.2: Atividades que desenvolve na instituição.</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• atendimentos psicológicos clínicos.</li> <li>• Avaliação psicológica avaliação para porte de arma.</li> <li>• Atividades em grupo operativo.</li> <li>• Elaboração de laudos, pareceres e relatórios.</li> <li>• Atualmente, por estar estudando, faz apenas psicoterapia individual na linha focal breve. Antes participava de todas as atividades do serviço de psicologia. Nos três anos que exerceu a função policial (antes do desvio de função), trabalhou como escritã “ad hoc” (escritã leiga atuando por determinação de autoridade) e permanência, em delegacias do interior e capital.</li> <li>• Atendimento à necessidade de escuta, atenção e compreensão dos policiais.</li> <li>• atendimentos individuais.</li> <li>• Escuta psicoterapêutica.</li> <li>• Visitas domiciliares, visitas hospitalares, visitas institucionais.</li> <li>• Participação em cursos de capacitação (ex: capacitação para avaliar pretendentes a porte de armas).</li> <li>• Monitoramento e acompanhamento de internos em clínicas de tratamento de dependência química.</li> <li>• atendimentos em hospitais e UTIs.</li> <li>• atendimentos em psicologia geriátrica.</li> <li>• atendimentos em grupos.</li> <li>• Atendimento a pós-trauma.</li> <li>• Tratamento do alcoolismo.</li> <li>• Elaboração de questionários para obtenção de perfis de Agentes de Segurança Pública Militar estadual.</li> </ul>

- Aconselhamentos e orientações.
- Atendimento a casais.
- Psicoterapias.
- Seleção psicológica para ingresso em grupos de elite.
- Curso saúde e qualidade de vida para servidores da segurança pública (SENASP).
- Curso de extensão sobre abuso de álcool e drogas.
- Grupos operativos, atendimentos individuais, atendimentos a família, aulas em instituição de segurança, seleção de pessoas.
- Atendimento a alcoólatras.
- Escuta terapêutica.
- Atendimento clínico, atendimento a policiais em conflito com a lei, laudos para o sistema prisional, pareceres.
- Utiliza vários instrumentos em função dos objetivos, pois sua ação clínica é variada: testes psicométricos e de personalidade, dinâmica de grupo, leitura de textos – trabalha com a abordagem centrada na pessoa (Karl Rogers) e outras linhas teóricas.
- Aplicação e correção de testes psicológicos.
- Aplicação de técnicas de relaxamento.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.3: Como é realizado o trabalho

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Acolhe a demanda (voluntária ou encaminhada), escuta, faz a triagem e o encaminhamento (ao psiquiatra, ao psicólogo, ao serviço de dependência química, entre outros).
- O trabalho de ação clínica dura, no máximo, seis meses, após esse tempo é encaminhado a outro serviço.
- Tem uma parte inicial (burocrática), o estabelecimento da demanda e o início do trabalho de psicoterapia propriamente dito (psicoterapia de base fenomenológica).
- Atendimento (de 2ª a 6ª feira) a casos pré-agendados, utilizando a psicoterapia breve.
- Psicoterapia individual focal breve, no modelo de atendimento privado, com adaptações à instituição policial civil, representada pelo “contrato de convivência”, que estabelece regras, limites, obrigações e duração do atendimento.
- É uma tarefa bastante difícil, sobretudo na questão da dependência química: de início, trabalha a “motivação à adesão” (envolvendo família, trabalho, meio social); depois trabalha a “negação”, a “perseguição”, o “medo de perder o emprego”; continuando, trabalha a “manutenção da abstinência” e o “não abandono”. Usa a técnica da terapia cognitiva comportamental. O público são Praças e, às vezes, Oficiais.
- Utilização de brinquedos (ludoterapia).
- Identificação de fatores de estresses, contatos de orientação à família, atendimento familiar, atividades para melhorar as condições de trabalho e o exercício da função de segurança.
- Psicoterapia individual (abordagem centrada na pessoa); atendimento a pacientes agendados, emergências, atendimento domiciliar e à família.
- Chega, pega a agenda e inicia os atendimentos agendados; em seguida redige laudos, pareceres e documentos; analisa testes para porte de arma e sai para dar aulas. A rotina é corrida e leva trabalho para casa, para fazer à noite e nos fins de semana.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.4: Demandas dirigidas ao trabalho do psicólogo (a) clínico (a)

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Alguns desconfortos ligados à saúde mental (nem sempre doenças), ou seja, problemas que irritam, estressam, atingem a autoestima e se não resolvidos podem agravar, instalando doenças psíquicas.
- Muitos pedidos de orientação, nem sempre ligados à atenção psicológica, mas atendidos como uma oportunidade de triagem e divulgação do trabalho.
- Problemas que surgem nas delegacias da mulher.

- Trabalhos de prevenção e desmistificação da ação psicológica clínica.
- Dependência Química, problemas de relacionamento em delegacias, transtorno bipolar, transtornos de adaptação, problemas derivados de relação de poder, questões familiares, problemas de relacionamento ligados à vida profissional, problemas ligados ao estreitamento da vida à dimensão Profissional (respirar só polícia e adoecer), sentimentos de culpa por estar doente e sem trabalhar, problemas ligados ao preconceito com os que procuram o atendimento psicológico (chamam de louco, de palmeirinha).
- Tratamentos do estresse e demais problemas psíquicos dos policiais.
- Elaboração de pareceres para concessão de porte de arma.
- Tratamento de estresse, fobias, desadaptação a uma prática profissional (antes fazia sem problemas, hoje sente sofrimento psíquico, desconforto).
- Problemas decorrentes de relacionamentos interpessoais dentro da instituição.
- Problemas decorrentes do rótulo de “problemático” que a instituição coloca nas pessoas e divulga antecipadamente em cada novo espaço que a “vítima” trabalha, inviabilizando sua recuperação.
- Depressão, transtorno bipolar, instabilidade emocional.
- Alcoolismo, separações conjugais, traições conjugais.
- Perseguição nos batalhões, pós-trauma, suicídios, depressão forte, surtos, transtornos psiquiátricos, visitas hospitalares e domiciliares, seleção de pessoal.
- Na clínica de dependência química: 90% são casos de alcoolismo de 10% maconha e crack.
- Avaliação para transferência de local de trabalho.
- Síndrome do pânico.
- Dificuldade no relacionamento familiar e conjugal.
- Pós-trauma.
- Sofrimentos decorrentes de conflitos em delegacia, problemas de absentismo (falta ao trabalho), problemas com uso de bebidas alcoólicas.
- Dificuldade na interação interpessoal e grupal e de trabalho em equipe.
- Efeitos de maquinização do homem, obrigado-o a funcionar no modelo “estímulo-resposta”.
- Psicologia individual com base na ACP (abordagem centrada na pessoa).
- Problemas emocionais (estresse elevado que não deixa dormir bem, provoca pesadelos), abalos emocionais, choro, medo, apreensão no trabalho de rua.
- Depressão, transtorno bipolar (facilitado pela rigidez institucional).
- Impactos emocionais da dissonância entre a instituição real e a idealizada.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.5: Dificuldades/desafios vividos na realização do trabalho

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Falta de “reconhecimento” de alguns pacientes (policiais civis) de suas obrigações para com a ação clínica e o terapeuta. (acham que podem tudo).
- Falta de reconhecimento da instituição, que não cria um quadro profissional e mantém o desvio de função.
- Necessidade de melhorar a formalização do trabalho, com padronização de rotinas e melhor sistematização, otimizando o registro de dados e facilitando a confecção de relatórios.
- Limitação dos atendimentos clínicos à Capital do Estado.
- Rótulos, preconceitos e adjetivações dos colegas aos Agentes de Segurança Pública que buscam o serviço de psicologia (palmeirinha, louco, corno).
- Dificuldade de adesão ao tratamento, sobretudo de dependentes químicos.
- Incompreensão da família e da instituição de que não só psicólogo, mas todos são responsáveis pela recuperação.
- A questão cultural de só buscar a ajuda no limite máximo do problema.
- Desvio de função e suas conseqüências; dubiedade de tratamento institucional: se convém é psicólogo (a), se não convém é Agente de Polícia; não aceitação de pareceres psicológicos pela junta médica; grande número de chefias, cada

uma com posições diferentes; necessidade de muita flexibilidade e jogo de cintura dos (as) profissionais de psicologia; necessidade de fazer o trabalho ser respeitado.

- Falta de uma portaria limitando o uso de arma de fogo, que justifique a retirada da arma pelo (a) profissional da psicologia, evitando riscos maiores para todos, inclusive ao próprio policial em atendimento.
  - Atendimento a psicóticos delirantes e pacientes embriagados portando arma.
  - Falta de um serviço de apoio psicológico clínico fora da Capital do Estado.
  - Resistência do policial na hora do retorno ao trabalho, sobretudo às delegacias.
  - A ambigüidade de tratamento ao psicólogo: quando precisa é psicólogo; quando não precisa é Agente de Polícia.
  - Machismo e sentimento de onipotência, falando muito alto e dificultando a aceitação da necessidade de ajuda.
  - Exacerbação do machismo e do sentimento de onipotência nos grupos de elite, dificultando a procura da ação psicológica clínica.
  - Os superiores hierárquicos, os comandantes não respeitam o parecer dos profissionais de psicologia e acreditam que a “fragilização” emocional é coisa para mulher.
  - Falta de incentivo financeiro ao exercício profissional. (não há gratificação).
  - Reduzido número de profissionais.
  - Muito tempo despendido com as avaliações para porte de arma, prejudicando os atendimentos e as visitas fora da Capital do Estado.
  - Desmotivação, descrença, desvalorização, dificuldades estruturais e falta de reconhecimento.
  - Falta de apoio ao trabalho.
  - Desesperança.
  - Falta de psicólogos (as) nos batalhões.
  - Falta de encaminhamento do policial com dificuldades emocionais em tempo hábil.
  - Insuficiente qualificação dos agentes sociais.
  - Falta de divulgação e esclarecimento sobre o trabalho.
  - Reabertura das “feridas” tratadas, quando o paciente volta ao trabalho na instituição.
  - A barreira da injustiça tipificada no “RDQUERO” (regulamento onde o que vale é a vontade do superior, o eu quero, e não o que diz a lei).
  - A necessidade de usar a aprendizagem como fator modificador, o que não é fácil.
  - O cuidado para não ver o policial como monstro.
  - A necessidade de cuidado com casos graves, onde o policial já vem dos batalhões bastante revoltado com as injustiças e perseguições.
- (Continuação dos conteúdos apreendidos do Eixo Temático 5)
- Suspensão do pagamento da anuidade do Conselho Regional de Psicologia (CRP) dos profissionais, que antes era pago pelo comando da Polícia Militar.
  - O esquecimento da clínica psicologia, só lembrada quando se precisa.
  - A dificuldade do Dependente químico se abrir e falar de sua dependência, pelo risco de perda do emprego e perseguição, o que dificulta sua chegada ao atendimento.
  - Instabilidade e mudança constantes dos grupos operativos, pela saída e entrada de pacientes, a todo momento.
  - Poucas vagas para internamento de dependentes químicos e falta de convênios com clínicas de tratamento.
  - A omissão de detalhes pela família quando à situação real do dependente, por medo de exclusão do paciente policial.
  - Pedidos de informação da corregedoria
  - Falta de material de trabalho (brinquedos, computadores, impressora).
  - Não importância dada ao serviço de psicologia clínica.
  - Falta de reconhecimento ao trabalho psicológico, pelos delegados.
  - Não percepção pela instituição do adoecimento do servidor em segurança pública.
  - Demanda voluntária atrasada e só diante de quadro crítico.
  - O tratamento dirigido aos Policiais nas delegacias (são escoria, maltratados, não reconhecidos, desprezados no momento da necessidade, sendo castigados com o encaminhado ao setor de psicologia, pois ficarão rotulados).

- Comandantes que não colaboram, não liberam o policial para o tratamento, punem bastante e vêem o alcoolismo como desvio de caráter (e não doença). Há, porém, alguns comandantes colaboram bastante.
- Pequeno número de psicólogos para as demandas.
- Muito tempo consumido com a avaliação para o porte de arma.
- Ausência de uma equipe multidisciplinar de profissionais.
- Ausência de psicólogos nos batalhões.
- A necessidade de Evitar a identificação entre problemas dos pacientes e terapeutas, uma vez que todos os terapeutas da polícia civil e alguns dos militares (polícia militar e bombeiro militar) também são militares.
- A dificuldade de recuperar alcoólatras, embora a recuperação reestruture a família.
- A cultura do medo, a insatisfação e o rechaçamento, a todo momento.
- Problemas de estrutura física, de falta de profissionais, de falta de equipe multidisciplinar e carência de especialização dos profissionais
- Necessidade de vencer as resistências e os arquétipos os superiores para com os subordinados.
- A forma de ver o outro na instituição.
- A Falta de um quadro de psicólogos.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET6- Importância da ação clínica na instituição

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Importante, pelo atendimento às dificuldades do policiais, distinguindo quando é para dar limite ou afastar do local de trabalho.
- Importante, por alertar para o risco do porte de arma com alguns policiais e para a necessidade de uma portaria que respalde a suspensão temporária do mesmo.
- Importante, pela capacidade de compreender o significado da arma para o policial e de realizar os testes para a concessão ou retirada do porte.
- Importante, por avaliar os policiais interessados em participar da seleção para ingresso em grupos de elite e os que já integram esses grupos para cursos fora do Estado.
- Essencial, em razão das demandas existentes, sobretudo no contexto em que o policial identifica a instituição como “a casa da maldade” e busca um olhar, uma escuta, uma valorização para se sentirem bem (ficarem nas alturas), pois muitos chefes não sabem escutar.
- Importante pelo alívio que representa em momentos difíceis, alívio da tensão, melhora da autoestima, repercussão positiva na qualidade do trabalho, melhoria do relacionamento entre pares e superiores.
- Importante, porque olha de dentro para dentro e busca curar as feridas do trabalho interno e externo, curar o estresse e os efeitos do combate diário, dos relacionamentos difíceis, do cansaço, da falta de perspectiva, dos salários baixos, das adversidades.
- Muito importante, porque amenizando a dor e a angústia está amenizando os conflitos.
- De importância extrema, pela necessidade dos policiais.
- Seria importante um psicólogo em cada batalhão.
- Salutar em razão dos traumas, dos conflitos pessoais e familiares, da perda de entes queridos, de perda de referencial, de aspectos que mexem para baixo nos agentes de segurança pública. A fragilização de um fragiliza os outros e o atendimento psicológico de um repercute nos outros.
- Muito importante e sempre necessária, como prevenção e como processo, carecendo de ser ampliada para as cidades do interior.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.7: Como a instituição percebe a ação do psicólogo clínico

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS**

- Não compreende adequadamente, no plano geral, e na percepção de alguns policiais (acham que pode tudo).
- 60% percebem a clínica com uma mãe, que não dá limites, e 40% sabem que é importante, mas relutam em encaminhar

(descrevem que o policial, de fato, precisa).

- Há um crescente movimento de valorização ligado à SENASP (Secretaria Nacional de Segurança Pública) e ao chefe de polícia civil.
- A instituição só passou a dar ouvidos ao alerta quanto ao porte de arma com a entrada do Ministério Público e da Procuradoria Geral do Estado, na questão.
- Depende de cada um. O chefe de polícia atual é um incentivador, mas a mudança de visão depende do atendimento e como a maioria dos agentes de segurança pública ainda não foram atendidos, a percepção da instituição como um todo não deve ser boa.
- Aceita bem; reconhece e acha importante, porém há problemas de hierarquia e a última decisão é do chefe (delegado).
- O chefe de polícia é responsável pelos avanços no sentido de uma mudança de percepção da ação psicológica clínica.
- Desvaloriza e desincentiva os profissionais.
- De forma muito precária (com uma visão pequena); os “grandões” (os policiais de alto escalão) não percebem muito. É um trabalho na surdina, escondido, quietinho.
- Só percebe (só valoriza) no momento da necessidade.
- Como um paliativo (é minimizar e tudo certo) não tem intenção em tratar as causas dos problemas.
- A instituição, às vezes, parece que não percebe a ação psicológica clínica, a não ser quando precisa.
- Como um apagar fogo, um trabalho de formiguinha. É importante pela gratificação do servidor atendido, mas frustrante porque não chega aos delegados.
- Para o profissional pela variabilidade e quantidade das demandas, para o policial pelo trabalho estressante que conduz à psicopatologia
- Importante, na medida em que a instituição lida com seres esfacelados e famílias que vivem com esses seres esfacelados, portos prestes a explodir.
- Fundamental, para que o policial tenha saúde mental e desempenhe bem seu papel na segurança pública, considerando a peculiaridade do uso da arma.
- Com respeito e valorização, em razão das solicitações de intervenções e pareceres, projetos em que é inserido e pelas mudanças nas relações humanas (e interpessoais, embora ainda lenta)
- Um paliativo, um apaga fogo, algo feito para mascarar. Não há interesse institucional em mudar a origem dos fatos. A instituição não quer pensar no bem de companheiros de profissão.
- Falta um pouco mais de reconhecimento e sua expectativa é que a clínica psicológica só se firme na instituição em médio prazo (dez a quinze anos).
- Falta aproximar mais e ampliar.
- Acha que vê com bons olhos, mas a pesquisa devia perguntar ao “outro lado” (o lado dos comandantes). Vê com bons olhos, pois se a DIVASP está ajustando os desajustados e a instituição quer é isso.
- Dá destaque, porém não o destaque “devido”.
- Uns percebem e valorizam e outros nem sabem da existência.
- Para uns, o policial só existe para cumprir ordens.
- Positiva em relação às necessidades no plano técnico, embora muitos chefes achem, equivocadamente, que a psicologia é muito subjetiva.

## 4.2 Resultados das Entrevistas com os Agentes de Segurança Pública

### Pesquisados:

Com a mesma lógica e objetivo utilizamos codinomes para os participantes Agentes de segurança pública. Novamente esclarecemos que os codinomes não são

identidades inerentes à personalidade do entrevistado ou características pessoais. Tomando por exemplo o codinome “Calado”, não significa que este seja uma pessoa calada, introspectiva, não dada ao diálogo, mas que trouxe, em sua entrevista, a referida palavra, para afirmar que na instituição onde trabalha os subordinados têm que ficar calados. Segue a relação de codinomes e suas explicações:

“Satisfação”:

Relata na entrevista que sua experiência de Policial Militar em uma unidade de elite tem sido de satisfação por entender sua ação como proveitosa para a sociedade, sobretudo se o desfecho é tranqüilo e exitoso.

“Tensão”:

Descreve seu trabalho como integrante de um grupo de elite da Polícia Militar como de grande “tensão”, o que se evidencia em sua entrevista, com críticas à instituição, à sociedade e à imprensa, que julgamos pertinentes. A tensão também é uma palavra que faz parte do dia-a-dia dos agentes de segurança pública, seja nos quartéis e delegacias, seja no trabalho de rua, o que afeta o equilíbrio emocional e pode resultar em ações desastrosas.

“Calado”:

Como já referido, o entrevistado utiliza a expressão “no militarismo você tem que ficar calado. Entra de serviço e tem uns que falam e outros que ficam calados”. Obrigar ao silêncio é uma violência sem medida, mas usual, sobretudo nas instituições de segurança pública militares, onde os comandantes e oficiais, diante dos subalternos, costumam dizer “eu não lhe dei autorização para falar”. Se o subalterno insiste, está preso por indisciplina. O superior manda o subordinado calar e o subordinado repete a violência com o cidadão civil.

“Desafio”:

Para o entrevistado, o que mais define a sua experiência de Policial Militar é o desafio (de virar a noite trabalhando, de atuar em batalhões operacionais, de estar sempre disponível à instituição, entre outros). Mas o desafio, também, é uma marca na vida dos agentes de segurança pública: desafio de realizar o trabalho adequadamente, de

preservar a vida, de resistir à corrupção, de conviver nas instituições, de manter a família, de preservar o equilíbrio “biopsicossocioespiritual” e, sobretudo, de ter segurança emocional, sem ser preparado para tal.

“Camaleão”:

O entrevistado utiliza a metáfora do “camaleão” para traduzir as múltiplas facetas de sua prática profissional (precisa desempenhar diversas tarefas distintas, lidar com diferentes públicos), que exige flexibilidade e experiência. O agente de segurança pública tem que ter o mimetismo do camaleão e adaptar-se ao ambiente e circunstâncias. Nem mesmo na intimidade da instituição pode ser humano, pois precisa defender-se dos “homens-lobos”. O efeito dessa flexibilidade, ao longo do tempo, pode gerar problemas psíquicos de várias naturezas.

“Disciplinado”:

Para esse participante o aspecto positivo de sua experiência como policial militar é poder cumprir o dever para não correr o risco de largar e ficar no quartel, preso. Comporta-se como um policial disciplinado e valoriza tal aspecto. Este vocábulo é fundamental na vida policial militar e das forças de segurança de um modo geral, porém é um conceito ainda muito contaminado pelo subjetivismo dos superiores. Mesmo quando o militar se insurge contra uma ordem inadequada, pode sofrer a punição por indisciplina.

“Vibrador”:

Policial Militar de um grupo de elite identifica-se como “vibrador” e diz que essa característica é desejável no grupo referido. A palavra citada também é importante na segurança pública, de um modo geral, sendo elemento de distinção e de execração. O “vibrador” tende a fazer os superiores exigirem mais de todos, balizados por ele. Os pares, que diante dos problemas institucionais não vêem motivos para vibrar, revoltam-se e o chamam de “puxa-saco”, “feioso”, “sujeira”. Entendemos que a vibração precisa existir, sem fanatismos, e que as instituições precisam motivar seus membros. Nesse sentido, a ação clínica psicológica tem papel relevante.

“Motim”:

Durante a entrevista, o Policial Militar traz esta palavra, abordando as mazelas da instituição, afirmando que se dois ou três policiais estão reunidos, conversando, o superior já adverte sobre o motim. O vocábulo é definido como rebelião de militares subalternos contra seus superiores e constitui-se crime militar, conforme a lei 1001, de 21/10/1969 (Código Penal Militar), em seu art. 149. Isso mostra como o diálogo é tolhido na Polícia Militar. Lembramos que o entrevistado não se envolveu em nenhum motim ou fez apologia do mesmo, apenas relatou que o fato acontece e por isso resolvemos codinominá-lo de “Motim”.

“Surpresa”:

Este participante afirma ter sentido Surpresa e ter-se alarmado quando percebeu que na Polícia Militar não encontrou sentimento de grupo, de conjunto, de integração entre os membros, nem tratamento adequado aos familiares. De fato a vida do Policial Militar é robusta de surpresas paradoxais: falsidades, deslealdades, perseguições, conluio.

“Desvalorizado”:

Relata sua experiência com a instituição Policial Militar como de desvalorização. Sentimento da grande maioria dos entrevistados. Os efeitos dessa desvalorização no psiquismo dos agentes de segurança pública e no trabalho que realizam justificam o codinome. O referido sentimento ressalta a necessidade da ação clínica psicológica.

“Prisão”:

O entrevistado afirma que trocou a Polícia Militar pela Polícia Civil (fez novo concurso), deixando a prisão pela liberdade. Contudo, os policiais civis também se sentem presos às exigências da atividade, ao perfil de certos delegados, ao medo de transferências, entre outros aspectos. Temos duas polícias diferentes em termos de exigências, de remuneração, de escalas de serviço, de dureza do regulamento, o que é um paradoxo gerador de conflitos e sofrimentos.

“Dedicação”:

O entrevistado declara a necessidade de dedicação total à instituição e reconhece como isso afeta o seu lado humano pela chateação de estar sempre disponível, pela falta de tempo para a família e para ver os filhos crescerem. A grande maioria dos Agentes de segurança pública, gostando ou não, são absorvidos pela instituição, respiram polícia, como diz uma psicóloga entrevistada, e com isso tendem a adoecer.

#### 4.2.1 Quadro Demográfico dos Agentes de Segurança Pública Entrevistados:

PARTICIPANTES POLICIAIS	CARACTERIZAÇÃO				
	TEMPO DE INSTITUIÇÃO	CARGO OCUPADO	FUNÇÃO ATUAL	LOCAL DE TRABALHO	TEMPO NA FUNÇÃO ATUAL
SATISFAÇÃO	07 anos	Soldado PM	Operador Tático	CIOE/PMPE	05 anos
TENSÃO	11 anos	Soldado PM	Operador Tático	CIOE PMPE	09 anos
CALADO	06 anos	Soldado PM	Operador Tático	CIOE/PMPE	05 anos
DESAFIO	15 anos	Oficial PM	Negociador	CIOE/PMPE	08 anos
CAMALEÃO	11 anos	Soldado PM	Serviço Admin.	BPCHOCHOQUE/PMPE	09 anos
DISCIPLINADO	24 anos	Sargento PM	Aux. de Oficial	BPCHOCHOQUE/PMPE	20 anos
VIBRADOR	06 anos	Soldado PM	Operador Tático	CIOE/PMPE	04 anos
MOTIM	28 anos	Sargento PM	Sargento PM	BPGD/PMPE*	11 anos
SURPRESA	24 anos	Soldado PM	Cozinheiro.	QCG/PMPE	04 anos
DESVALORIZADO	28 anos	Cabo CBM	Socorrista	Corpo de Bombeiros	06 anos
PRISÃO	22 anos	Agente de Polícia	Permanência	Instituto Tavares Buriel de identificação/ P. Civil	22 anos
DEDICAÇÃO	11 anos	Agente de Polícia	Investigador	GOE / Polícia Civil	11 anos

Quadro demográfico dos Agentes de Segurança Pública Entrevistados.

Legenda:

PM: Policial Militar; CBM: Corpo de Bombeiros Militar;

CIOE/PMPE: Companhia Independente de Operações Especiais da Polícia Militar de Pernambuco;

BPCHOQUE/PMPE: Batalhão de Polícia de Choque da Polícia Militar de Pernambuco;

BPGD/PMPE: Batalhão de Polícia de Guardas da Polícia Militar de Pernambuco;

GOE/Polícia Civil: Grupo de Operações Especiais da Polícia Civil de Pernambuco.

#### **4.2.2 Abordagem Compreensiva das Entrevistas com os Agentes de Segurança Pública:**

##### **1. Abordagem compreensiva da entrevista de “Satisfação”:**

Convidado a narrar sua *experiência como Policial Militar*, o entrevistado revela que seu *sentimento é de satisfação* frente ao que faz e *compreende o sentido de sua ação como proveitosa para a sociedade, sobretudo quando a mesma tem um desfecho tranqüilo e bem realizado.*

*Não obstante ter servido às Forças Armadas e ter sido voluntário em sua vinda para a Polícia Militar, mediante concurso público, revela ambivalência quando fala que sua expectativa era ser policial e não militar, deixando subtendido, assim como outros policiais militares entrevistados, incômodos relacionados à dimensão militar de sua prática policial.* Aliás, especialistas como Zaverucha têm criticado a permanência da militarização nas polícias estaduais brasileiras, após a redemocratização do país, não só pelo aspecto doutrinário (para a filosofia militar, o meliante é um inimigo a ser destruído), mas também pelo aspecto profissional (o tempo gasto com práticas militares prejudica a formação policial)

Já na *Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE)* há algum tempo, *em função ligada a ocorrências com crise, indica sentir-se bem e apropriado daquilo que faz e da relevância de seu papel numa cidade muito carente de segurança (o Recife), sendo a convivência na unidade de elite caracterizada como um ambiente familiar e de companheirismo.* Ressaltamos que o ambiente familiar e o companheirismo, como verificado nas entrevistas, não é regra, mas a exceção.

“Satisfação” *revela um dia-a-dia profissional aparentemente calmo (educação física, instrução, almoço, descanso); entretanto, trabalha com as chamadas “ocorrências com crise” (que envolvem uma periculosidade maior), além de ações de longa duração, viagens longas, trabalho à noite, que entra pela madrugada, e turno de trabalho de trinta horas.*

Muito de seu trabalho exige negociação com pessoas com problemas psíquicos, sob extrema tensão, invasões em locais de risco, ocorrências envolvendo explosivos, entre outros.

Não obstante haver um negociador oficial nos grupos de elite, informa o entrevistado que qualquer policial da CIOE pode negociar e por isso conhece o protocolo de negociação, demonstrando estar apropriado dos matizes que envolvem sua prática.

Convidado a analisar casos mal sucedidos de outros grupos de elite, como o conhecido episódio do ônibus 174 (Zona Sul do Rio de Janeiro, 12/06/2000) e o caso Lindemberg/Eloá (São Paulo, Santo André, 13 a 17/10/2008), demonstra certo desconforto e se refere à parcialidade dos meios de comunicação, em criticar o que não dá certo, não mostrando, porém, as negociações bem sucedidas. Deixa claro que existe uma “ética” de não criticar grupos e companheiros cujas ocorrências foram frustradas, provavelmente por compreender o quanto são delicadas situações de negociação nesses casos. Entendemos, também, que a crítica é evitada como uma forma de se proteger de críticas futuras, por parte de outros grupos criticados.

Depreende-se, a partir de sua narrativa, que *a prática profissional do entrevistado envolve elementos de alto estresse, com risco à vida, à integridade física e mental, exigindo companheirismo, ambiente familiar, atividades físicas, de lazer e descanso*, bem como uma compreensão da relevância social de seu trabalho como forma de enfrentamento aos riscos referidos, sendo inquestionável a necessidade de um suporte psicológico.

Entrevista interrompida, em razão do policial precisar sair para uma ocorrência. Em respeito ao participante, consideramos o fragmento de sua entrevista, dando-lhe voz e visibilidade, pelo tempo que foi possível.

## **2. Abordagem compreensiva da entrevista de “Tensão”:**

“Tensão” *descreve sua experiência na Polícia Militar como boa e acredita que esta instituição faz parte da sociedade e não pode deixar de existir*, o que para o pesquisador pareceu revelar um sentimento de que sociedade e polícia estão em pólos opostos. Tal inferência parece confirmar-se quando o entrevistado afirma: *ao contrário do que ocorre no interior do estado, aqui, na capital, a polícia é vista como algo necessário, mas dispensável, ou seja, necessária no momento que se precisa*. Diz o

entrevistado deveria haver um processo de educação da criança para modificar a visão sobre a polícia.

“Tensão” diz, com orgulho, que é “Caveira”, título outorgado a quem conclui o curso de operações táticas especiais. Ocupa no grupo (fração que atua nas ocorrências) a função de “operador tático” e também *motorista*. Para ele a *Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE)* é uma unidade pequena, mas o sentido desse tamanho reduzido é permitir maior conhecimento interpessoal das habilidades e deficiências de cada membro do grupo. Há a necessidade de que cada membro saiba atuar nas diversas funções e utilizar os instrumentos específicos (escudo, submetralhadora, granada), bem como que saiba negociar e ocupar a posição de “snaipe” (atirador de elite).

Como boa parte dos policiais militares, “Tensão” *inseriu-se na instituição por necessidade de trabalho, de emprego, reconhecendo que não estava nos seus planos ser policial militar, nem gostava de polícia, embora já esteja nela há onze anos*. Mesmo passando em alguns concursos, escolheu a polícia em razão do melhor salário.

No aspecto salarial há uma aparente contradição, pois os policiais militares vivem lutando por melhores salários, por um piso nacional, pelo qual também brigávamos juntamente com alguns dos nossos companheiros, quando estávamos na corporação. Na verdade, a afirmação do entrevistado deve ser entendida como tendo escolhido um salário “menos ruim”, no contexto dos péssimos salários pagos no Brasil e no Estado de Pernambuco. Então, a luta por um piso não é uma luta por melhores salários, pois os atuais não são bons, mas por salários aceitáveis numa função que expõe a vida a cada instante, em defesa da sociedade.

O entrevistado descreve o curso para o ingresso na Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE) como rígido, desde a seleção, e com um alto índice de reprovação. No processo de seleção do qual participou, de 240 candidatos, todos já policiais militares, foram selecionados 48, que iniciaram o curso, mas somente 17 terminaram. *Durante o curso, o aluno é submetido ao limite do estresse, da fadiga física e mental, com o propósito de poder adquirir condições de decidir e agir em situações extremas*. Aprendem também a fazer segurança de autoridades, varreduras em locais de eventos, retirada de autoridades de zona de risco, entre outras atividades.

*Sua percepção, como agente de segurança pública, é que seu trabalho é árduo e pouco valorizado, sobretudo, na própria instituição policial. Assim como já fizera outros entrevistados, critica o excesso de degraus hierárquicos, cerca de catorze (Soldado, Cabo, Terceiro Sargento, Segundo Sargento, Primeiro Sargento, Subtenente, Aluno Oficial, Aspirante a Oficial, Segundo Tenente, Primeiro Tenente, Capitão, Major, Tenente Coronel e Coronel). Em nosso entendimento essa estrutura hierárquica já não é mais adequada nem ao Exército, muito menos às polícias, porém persiste porque uma das características das instituições militares é repetir modelos, copiar e resistir às mudanças. Não há dúvida, porém, que esta estrutura é desestimulante e desmotivadora e que esses aspectos atuam negativamente no desempenho das funções ligadas à segurança pública, por parte de seus agentes*

*O entrevistado coloca suas expectativas de melhoria da instituição Policial Militar na Secretaria de Defesa Social (SDS), uma instituição geralmente dirigida por civis, que faz a gestão da segurança, esperando que esta possa resolver os entraves da Polícia Militar, entre os quais a falta de incentivo, na falta de promoções, no tratamento parcial em benefício de oficiais, embora o regulamento seja o mesmo, além das perseguições por coisas sem maior importância, como pequenos atrasos. Destaca que nunca deixou de estudar e reflete que se as condições de trabalho não melhorarem a tendência dos que estão agora é sair.*

Os sentimentos de ambivalência em relação à instituição policial são evidentes no saudosismo em relação à forma como era tratado no interior do Estado, bem como na afirmação de que tudo que tem hoje foi a polícia quem deu.

*As atividades do dia-a-dia são referidas como incluindo educação física, esporte, instrução (atividades táticas), almoço, descanso, patrulhamento noturno até a madrugada (Em áreas de maior risco de homicídios), aulas de tiro (quando há munição) e as chamadas ocorrências com crise (resgate de loucos, rebeliões em presídios, invasões em instituições bancárias, ocorrências com explosivos). Ao ressaltar que as aulas de tiro ocorrem quando há munição, o entrevistado passou ao pesquisador a idéia de que existem limitações ao treinamento desses grupos. Aliás, em nossa formação no curso de sargentos, em 1981, fomos ao “stand de tiros” apenas uma vez; apesar de termos errado todos os seis tiros, fomos aprovados na disciplina “Armamento e tiro”, situação que parece não ter mudado muito.*

“Tensão” afirma que a unidade policial onde serve (a CIOE) oferece todas as condições pessoais, permitindo que aqueles que fazem faculdade sejam ajudados a irem para a aula. Questionado por nós sobre essa prática não ser corriqueira noutras unidades, o entrevistado reconhece que essa diferença acontece e o fundamento está no preconceito e no medo de mudança, pois muitos oficiais só têm o curso da academia, o Curso de Formação de Oficiais (CFO) e temem ser ultrapassados por uma praça que adquira um curso superior. Reconhece que o estudo habilita melhor para a prática profissional da segurança pública. Comentamos com o entrevistado que certo oficial do Esquadrão de Cavalaria, em 1982, ao descobrir que estávamos na faculdade, afirmou que tínhamos que escolher se queríamos ser policial ou doutor e que o mais sensato seria desistir da faculdade.

Para “Tensão”, *boa parte dos policiais sofre com a questão do despreparo emocional para lidar com as situações*, mas diz que na CIOE este aspecto vem sendo trabalhado com a conscientização para que o policial não se envolva, seja imparcial, ou seja, você não tem nada a ver com aquele problema, você tem que fazer o seu papel. Reconhece, porém, que há policiais que estão com problemas e descontam em alguém, nos batalhões de áreas, e que tais policiais até rejeitam a opinião de não se envolverem emocionalmente. Na nossa visão, ao dizer que a CIOE está alertando para o policial não se envolver com a ocorrência, o entrevistado não percebe que não é possível submeter a emoção aos ditames da razão.

*Revelando o conflito histórico entre as duas instituições policiais do Estado (Polícia Militar e Polícia Civil) afirma que admira a Polícia Civil, mas não percebe nela integração, havendo confusão quanto às atribuições de ambas*; ressalta que tais desvios são para favorecer A ou B. *Demonstra insatisfação com entrevistas na mídia que valorizam aqueles que trabalham com o setor de inteligência, não observando os esforços daquela polícia que trabalha na contenção da violência*. A nós, o entrevistado parece afirmar que o planejamento da inteligência é tão importante quanto a execução do planejado, embora a mídia costume dizer que se tem que fazer segurança com inteligência, esquecendo de referir-se à ação.

Quanto à *importância de um apoio Psicológico em ocorrências com maior risco*, “Tensão” revela que, *pela carga de trabalho, não há o cuidado de se avaliar o estado emocional de um policial, sobretudo em ocorrências que envolvem morte; o policial é*

*chamado imediatamente para outras ocorrências, sem tempo de recuperar-se ou restabelecer-se emocionalmente. Indaga “como é que está a cabeça desse policial?”. O entrevistado traz, também, à tona determinadas ocorrências, como violência sexual contra menores e pedofilia, onde é difícil segurar a emoção. São elementos de tensão que, na visão do pesquisador, o entrevistado utiliza para justificar a importância de um trabalho com o emocional dos policiais.*

*Em relação ao Trabalho da CIOE, o entrevistado reconhece que é de grande tensão, por tudo que envolve, desde armas não letais, químicas, letais, tiro de precisão, associados aos problemas que todo mundo tem e reconhece que após certas ocorrências o pessoal deveria retornar ao quartel para o suporte psicológico.*

Nessa narrativa, percebe-se que um dos aspectos centrais indicados pelo policial entrevistado é o alto nível de estresse e de tensão nas atividades desempenhadas e a exigência de um equilíbrio emocional para o desempenho delas. Ressalta, em vários pontos de sua narrativa, a necessidade do suporte psicológico e a falta deste, possivelmente, indicando que muitas intervenções mal sucedidas estão diretamente relacionadas a isto. Vale lembrar que nas chamadas “ocorrências com crise” o sucesso é inversamente proporcional ao tempo de duração: Quanto maior o tempo, menor a probabilidade de sucesso, certamente devido ao fator emocional. Daí a crítica à ação do BOPE no caso Lindemberg/Eloá.

Do encontro entre pesquisado e pesquisador desvela-se como experiência do primeiro a defesa da inexorabilidade da instituição policial, embora a sociedade, na capital, só tenha tal sentimento quando precisa dos trabalhos da polícia. Orgulha-se do título de “caveira” e de pertencer a um grupo de elite CIOE, embora antes de ingressar na PM não gostasse da instituição.

### **3. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Calado”:**

*Para “Calado” a experiência, como policial militar, nas atividades da corporação tem sido de aprendizado, pois procura fazer das ocorrências (boas e ruins) um aprendizado para melhorar as condições de trabalho e convivência. Afirma não lembrar de experiências boas ligadas à instituição, sendo esses momentos associados*

apenas a situações de comemoração com amigos. *Quanto às experiências ruins, afirma que se for pensar nelas quando sai de casa para o quartel, já vai se preparando para poder driblar algumas coisas e pessoas, evitando problemas maiores.*

Propomos uma reflexão sobre o fato de que Policiais Militares dizem gostar do trabalho de polícia, mas não do lado militar, ao que responde: *o militarismo com certeza atrapalha bastante; hierarquia existe em todo canto, mas no militarismo ela torna o subordinado sem forças, é desestimuladora para várias coisas, porque o policial procura uma forma de expressar sua opinião, seus sentimentos e não acha. No militarismo você tem que ficar calado.* Entra de serviço e tem os que falam e os que ficam calados. Se bem que os que falam têm que ter mais cuidado porque a palavra pode-se voltar contra ele.

*Seu relato é forte e evidencia a falta de espaço para a palavra, para o diálogo, para a expressão de sentimentos e de opiniões, daí o desestímulo e a falta de forças. Lembramos que o Professor Adalberto Barreto, criador da Terapia Comunitária, costuma dizer “Quando a boca fala, o corpo sara, mas quando se guarda azeda e quando azeda fermenta e se fermenta explode e na explosão só sai mau cheiro”. Será que o caldeirão fermentado dos agentes de segurança pública não tem explodido na sociedade, durante o trabalho?*

A inserção de “Calado” na instituição ocorreu mediante *concurso público* para soldado da PMPE. Na época, era dos Correios. Ao ingressar na corporação serviu na companhia policial militar chamada Rondas Ostensivas Com Auxílio de Moto (ROCAM) e, após o Curso de Operações Táticas Especiais transferiu-se para a Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), onde permanece até hoje. Revela que existe pressão dos batalhões para que o policial não migre para a CIOE e que até são ameaçados que se fizerem o curso e não passarem, quando voltarem, serão transferidos. Entendemos que a atitude indica a necessidade de aperfeiçoamento dos processos institucionais, impedindo a existência de invejas, atitudes personalistas e mesquinhas, prejudicando a instituição e a sociedade.

Em relação às *atividades realizadas no dia-a-dia da CIOE*, relaciona a *educação física, instrução e treinamento, descanso à tarde, e rondas em áreas determinadas, à noite e pela madrugada.* Indagamos sobre as atividades nas “ocorrências com crise”, ao

que responde que são ações policiais em locais perigosos, com reféns, com explosivos, não abordando o “modus operandi” de sua atividade.

No aspecto de *demandas*, Calado informa que atua em ocorrências com crise, e mais uma vez exemplifica: as que envolvem explosivos em algum lugar, bombas, reféns, rebeliões em presídios e penitenciárias, ataques de facções criminosas, entre outras.

*Perguntamos sobre os sentimentos que afloram numa ocorrência com crise e “Calado” afirma que esta envolve todos os sentimentos, sobretudo o de não poder errar, ressaltando que a carga de estresse é muito grande, muito grande mesmo. Como pesquisador aproveitamos o tema do erro para falar dos casos “Ônibus 174” e “Lindemberg/Eloá” e o entrevistado afirma que a mídia fala o que as pessoas querem ouvir, mas não mostram a doutrina desses batalhões de elite, onde só se pode agir mediante ordem, onde por trás da ocorrência com crise há pessoas gerenciando, onde cada um tem sua função, mas a mídia passa a idéia de que a polícia não quis fazer o certo ou errou por negligência, mas muita gente influente fica dando opinião, pois muitas vezes uma crise envolve muita política por trás.*

*Entende o entrevistado que o policial não é preparado emocionalmente para lidar com as ocorrências com as quais se depara porque não tem um acompanhamento psicológico e este se defende pelo instinto de sobrevivência, procurando se preparar individualmente porque sabe que vai enfrentar muitas coisas lá fora. Às vezes, questões familiares interferem sobre o policial e não há nenhuma preocupação institucional. Em várias situações não se respeita a condição humana do policial militar. Como pesquisador, afirmamos que a sociedade espera do policial um equilíbrio emocional maior para o qual ele não é preparado. Segundo a compreensão de “Calado”, a sociedade, no calor da emoção, espera que o policial aja com violência contra o infrator e logo que o policial atua alegam que não devia ter feito isso.*

*Quanto à importância do apoio psicológico em situações de maior risco, “Calado” entende que esse apoio é importante durante, após e bem antes das operações policiais e que pesquisas a que teve acesso no curso “saúde e qualidade de vida” mostram isso. O policial precisa filtrar os males que a profissão traz e no caso das mulheres policiais a questão é tão séria que o estresse profissional faz algumas*

*deixarem de menstruar. Para ele, o álcool e outras drogas podem ser uma forma do policial expressar sua revolta e admite que o policial, entrando na instituição, passa a fazer coisas que antes não fazia como tornar-se mulherengo.*

*Considera, assim, muito importante um suporte psicológico para seu trabalho e afirma que, mesmo sem tempo, resolveu participar da pesquisa, para poder, pelo menos, falar e chamar a atenção do que a maioria dos superiores não sabe ou não quer saber. Comentamos que talvez falte um maior controle da sociedade sobre a instituição policial militar, o que facilita aos superiores exorbitarem.*

*“Calado” afirma que trabalhar satisfeito é muito melhor para o trabalho e que na instituição há condições para isso e só não acontece por uma questão de não querer. Admite, contudo, que muita coisa mudou e que como soldado até dá aula na instituição, o que há pouco tempo atrás seria impensável.*

#### **4. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Desafio”**

*A experiência de Desafio como Policial é bastante rica, passando pelo curso de formação de soldados e de formação de oficiais, servindo em alguns batalhões, um deles bastante operacional, com um trabalho difícil de executar. O que mais define sua experiência é o desafio, desde o vivenciado nos trabalhos em guarnições, nas ruas, onde as ocorrências, a operacionalidade, o virar a noite, o emendar serviço eram o seu oxigênio e sua adrenalina. Nesse período inicial diz que seu trabalho era como o de qualquer Policial. O marco maior em sua experiência como Policial é seu ingresso na Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE), após terminar o curso de Operações Táticas Especiais. Nessa nova unidade passa a exercer dois papéis: atuar como negociador e trabalhar no setor administrativo.*

*Relata que nessa nova função (negociador) obteve êxito nas duas primeiras ocorrências com crise, mas na terceira o insucesso foi total: um rapaz se mata e mata a esposa, numa negociação que parecia evoluir satisfatoriamente. Revela que passou seis meses sem querer e sem poder negociar e apresentando sintomas de cansaço e início de uma depressão, que não se instalou porque buscou ajuda. O impacto do insucesso foi*

tal que mudou o curso de graduação que fazia, buscando novo curso que pudesse ajudar nas situações de dificuldade do seu trabalho.

Falando de seu ingresso na instituição Policial Militar, “Desafio” afirma que aconteceu um tanto por acaso, pois apesar de um tio ser militar e de residir numa cidade do interior de Pernambuco, sem muitas opções de trabalho, seu objetivo era fazer vestibular e vir cursar uma faculdade. Ouvindo pelo rádio que estava havendo uma inscrição para o concurso de soldado da Polícia Militar do Estado, a qual se encerraria no dia seguinte, resolveu inscrever-se. Aprovado, ingressou na instituição e após dois anos como soldado, foi aprovado na seleção para o curso de formação de oficiais e, após três anos na Academia de Polícia Militar do Paudalho-PE (APMPE), tornou-se oficial. A aproximação com a CIOE se deu através de contato com professores da referida Academia. Fez o Curso de Operações Especiais e ingressou no referido grupo de elite, onde permanece até o presente, trabalhando como negociador e na parte administrativa.

*Quanto à sua prática de negociador, esclarece que é um trabalho sem dia, hora ou motivo, surgindo do nada, e explica: de repente, alguém está querendo se matar, ou tem alguém como refém, exigindo que o grupo entre em ação. A disponibilidade tem que ser diuturna. “Desafio” define seu trabalho de negociador como tudo aquilo que se faz numa ocorrência com crise para conseguir um caminho melhor possível, de diálogo, alternativo ao último caminho, que é o uso da força. Define como característica das ocorrências com crise: o risco de morte, a presença da imprevisibilidade, a compressão temporal, a necessidade de posturas emergências não convencionais, o ambiente estressor e a possibilidade de sucesso inversamente proporcional ao tempo de duração da ocorrência.*

Perguntamos, a partir da experiência profissional do entrevistado e de sua vasta formação, o que mais funciona para o processo de negociação ser exitoso, ao que ele responde: “É a escuta. A escuta para entender o outro, a escuta que reconhece o sujeito no outro. Saber ouvir a pessoa que, normalmente, não é ouvida, que não consegue ser escutada por alguém”. Durante sua narrativa, Desafio pergunta “por que uma pessoa toma a outra como refém para matar e só mata após a chegada da Polícia e/ou de terceiros, familiares, tios, pais? Por que não executa logo? Por que espera alguém chegar? O que estaria pedindo com isso?”.

No contexto em que a pergunta é colocada, imaginamos, como pesquisador, que a resposta tem relação com a necessidade de ser ouvido, de chamar o outro para ser reconhecido e lembramos ao entrevistado de uma frase dita pelo Lindemberg à ex-namorada, Eloá, no conhecido caso Lindemberg/Eloá: “*Quando eu quis conversar, vocês não quiseram me ouvir, você não quis me ouvir, sua família não quis me ouvir, me trataram como um nada*”. Confirma: “isso mesmo, tenho isso gravado” e acrescenta: o negociador, que estava negociando há cinco dias, tinha garantido que enquanto ele tivesse ali conversando ninguém invadiria. Então, o Lindemberg chamou este negociador e disse “*saia daí, bote outro no seu lugar, mande o povo invadir esse negócio que eu quero acabar logo com isso e eu não quero que você seja responsabilizado*”. Entendemos que este relato do entrevistado pretende demonstrar o vínculo que se forma entre o negociador e o meliante, em razão da escuta que reconhece o outro como sujeito. O mesmo meliante que foi capaz de matar a namorada que lhe tratou como “um nada” foi capaz de querer proteger o negociador que lhe ouviu.

Na mesma direção (a questão da escuta), “Desafio” refere-se a um caso recente (abril de 2010), em que um rapaz se mutilava e já havia tentado matar a mãe e as irmãs e ele, na condição de negociador, começou a conversar com o rapaz, que começou a chorar, a falar porque estava fazendo aquilo. A sogra dele, que estava no local, mandou-lhe calar e o negociador retrucou: “deixe ele falar”. E o rapaz começou a falar das dores e angústias e foi convencido a entrar no resgate dos Bombeiros. Já dentro da viatura, o negociador lembra que esqueceu o celular e quis sair para buscá-lo, mas o rapaz reagiu e disse: “não saia não, se você sair eu saí também. Só vou se você ficar aqui”.

Propomos uma reflexão do entrevistado sobre a crítica que a mídia faz aos casos de insucesso desses grupos de elite e este diz que quando teve o primeiro insucesso como negociador, ocasião em que um rapaz matou a esposa e se matou; a mídia, no outro dia, estava no quartel querendo saber, querendo entrevistar e ele pediu que o comandante falasse sobre a ocorrência, pois este além de ter o conhecimento técnico necessário para a entrevista, não estava no local.

Diz que a negociação foi tecnicamente perfeita, pois o rapaz queria a presença da mãe para sair da casa e se entregar, ele negociou a substituição da mãe pelo pai, por uma questão afetiva (a mãe que trouxe ao mundo, ali num momento em que ele queria deixar o mundo?) e foi aceita a troca, mas assim que o pai chegou, e antes de qualquer

contato, ocorreram os disparos. O entrevistado afirma que voltou para o quartel pensando o que tinha feito, o que tinha deixado de fazer, o que poderia ter feito. Isso revela o sentimento de ambigüidade em relação ao fato, evidenciando quão difícil é sua função e como repercute no seu psiquismo.

*“Desafio” reconhece que a tecnologia pode auxiliar muito o negociador, pois existem instrumentos capazes de transportar imagens através de paredes de oitenta centímetros e de transportar som a uma distância de cem metros, permitindo saber se o meliante diz para o negociador é coerente com o que é dito e realizado no local, pois uma personalidade psicopática pode dizer algo para o negociador e o oposto para a vítima. Confessa que a CIOE não possui nenhum desses equipamentos, utilizando-se apenas da conversa.*

Relata que a prática do negociador inicia-se com a coleta de informações para traçar um histórico do caso; em seguida, o negociador se apresenta, dizendo: “sou o Policial fulano e estou aqui para conversar sobre o que está acontecendo”; a partir daí a situação é que vai conduzindo as intervenções. É fundamental, na negociação, a empatia, o “rapport”, o “feedback”.

Há uma equipe de gerenciamento de crise e o negociador é subordinado ao comandante dessa equipe. Este comandante vai decidir se a negociação deve continuar ou não, quando o negociador lhe comunica que as negociações não estão avançando. O comandante pode sugerir outras estratégias ou determinar que o grupo tático se prepare para invadir e usar a última alternativa, a força. Essa força pode ser “não letal”: balas de borracha, taser (pistola que emite corrente elétrica), agentes químicos, ou “letal”, geralmente utilizada quando o meliante está com arma de fogo.

Para “Desafio”, conhecer o perfil de personalidade dos envolvidos é fundamental e cita, como exemplo, o caso de um rapaz que queria Jogar a filha do 15º andar e se matar, cuja informação passada ao negociador era de um caso de Síndrome do pânico, quando, na verdade, era um surto psicótico com delírios persecutórios. Daí o mesmo defender a presença de psicólogos nos grupos de elite.

Retomando a questão da crítica aos grupos de elite admite a existência de uma ética entre os grupos de não se criticarem e que tal comportamento decorre de duas máximas da ideologia das ocorrências com crise: a imprevisibilidade do resultado e a

*busca pelo melhor resultado. Afirma que os grupos de elite brasileiros seguem a doutrina do Birô Federal de Investigação (FBI), onde a imprevisibilidade é uma das doutrinas das ocorrências com crise. Lembra que no conhecido caso do expresso 174, cujo desfecho foi trágico, houve ingerência política conduzindo as ações do grupo de elite, o que não sabe se ocorreu no caso Lindenberg/Eloá.*

*As demandas dirigidas ao seu trabalho são: condicionamento físico acima da média, disponibilidade diuturna para o serviço, estudo e aperfeiçoamento constantes, instruções diárias, operacionalidade, celular ligado 24 horas.*

*Diante de tantas exigências, “Desafio” fala sobre dividendos, alegando que há uma gratificação diferenciada, a possibilidade de conhecer vários Estados, de fazer amizade com várias pessoas, de conhecimento e contatos com várias instituições, de lecionar em instituições de renome, como forças armadas e força nacional. Mas, apesar disso, é preciso gostar.*

*Concorda com a observação do pesquisador quanto a um melhor relacionamento interpessoal na CIOE que nos Batalhões de área. Indica que isso se explica pelo entrosamento entre oficiais e praças, que participam da vida social um do outro, como, por exemplo, quando nasce um filho de um soldado e acontece o “jogo da fraude” todos participam, assim como nos aniversários, nas peladas das sextas-feiras, seguidas de churrasco, na acessibilidade ao comandante, que dialoga com todos. Para mostrar a força da união, relata que durante as enchentes deste ano (2010), na mata sul do Estado, a água derrubou o muro do presídio de Palmares e a CIOE, com apenas cinco homens conseguiu evitar a fuga de 340 presos, numa operação onde o comandante assumiu o papel de escudeiro, função que nem os soldados querem fazer, porque vai na linha de frente, só levando “porrada”.*

*Afirma que o policial, de um modo geral e mesmo os da CIOE, não estão preparados emocionalmente para lidar com as situações com as quais se deparam e que não é uma política institucional o trabalho emocional. Acredita que não há nada em termos de trabalho emocional do Policial e que a instituição só se preocupa com a técnica e com o procedimento. Para ele a Polícia Procura resolver os problemas dos recursos humanos através do regulamento disciplinar. Por isso costuma brincar quando alguém fala de algum problema, dizendo: “o regulamento resolve tudo”.*

Sobre a *importância da intervenção psicológica em ações policiais de maior risco, alega ser tão fundamental, tão importante que já pensou em escrever sobre o tema, só não o fez, ainda, por falta de tempo. Defende que um profissional da “área psi” (psicólogo ou psiquiatra) faça parte da CIOE, integrando o contexto e atuando nas ocorrências com crise, não para ser negociador ou atuar diretamente no caso, mas para dar suporte, para aliviar o componente emocional dos Policiais e de quem está do outro lado; para esclarecer, por exemplo, que não é uma síndrome de pânico, mas uma psicose com delírio de perseguição.*

Lembra que numa rebelião no Presídio Aníbal Bruno, em 1997, um preso ia atirar na cabeça de um capitão, quando esse se apresentasse para negociar e a tragédia só não se deu porque alguém percebeu e avisou. Com esse fato destaca a importância da informação e do detalhe e que o profissional da psicologia pode ajudar nesses aspectos. Indica que isso já acontece nos EUA, onde um psicólogo, chamado de psicólogo forense, integra a equipe de gerenciamento de crise.

Quanto à *importância do suporte psicológico para o seu trabalho, “Desafio” afirma que pode ser mais um braço, mais uma ferramenta e relembra que na ocorrência onde sua negociação não foi exitosa passou seis meses sem ter com quem falar; sem saber lidar com sua angústia, com sua frustração, com seu fracasso, quase entrando em depressão. Precisou pedir a um colega que, acaso surgissem necessidades de negociação, o mesmo se oferecesse como voluntário, pois ele se achava sem condições e não queria revelar ao comandante do grupo de elite.*

Então, *esse profissional da psicologia seria um “link” para os Policiais saberem a quem recorrer.* O entrevistado lembra o caso de um Policial da CIOE, com quadro de alcoolismo, que encaminhou para o Gabinete de Psicologia. Em conversa com o referido policial este chorou muito e disse “ninguém sabe o que eu sofri no sertão, virando noite atrás de bandido”. Certa vez, estava com a arma na mão, olhando muito para ela, até a esposa aparecer e tomar de sua mão. Outro policial, da mesma época, chegou com o mesmo discurso. Isso mostra a necessidade de um profissional da psicologia na instituição. *Observa que em cada batalhão existe dentista, mas não um psicólogo, não que a saúde bucal não seja importante, mas a saúde mental também é.*

A trama construída a partir da entrevista, no diálogo entre pesquisador e pesquisado possibilitou a compreensão de quão importantes são as “ocorrências com crise” no psiquismo dos grupos de elite, em geral, e em particular no negociador. A imprevisibilidade da ação humana conduz “Desafio” a si perguntar por que o meliante geralmente espera a chegada de alguém para realizar seu propósito, talvez chamando a atenção para a questão da importância do outro, de sua escuta e de ser reconhecido. Defende a necessidade de uma ação clínica psicológica, após uma negociação frustrada e comenta que deveria haver a presença de psicólogos não só nos batalhões, mas também nos grupos de elite. Tem uma visão crítica do Regulamento Disciplinar, utilizado para resolver todos os problemas institucionais.

### **5. Abordagem compreensiva da entrevista de “Camaleão”:**

*A experiência de “Camaleão” como policial é descrita com certa ambigüidade, ou seja, é boa, mas necessitando de melhorar em alguns aspectos: treinamento psicológico, área de recursos humanos, escuta do policial, respeito ao ser humano que existe por trás da farda. A Instituição Policial Militar é descrita como não valorizadora do humano e de suas qualidades, expurgadora e sem visão profissional. A interação do policial com a família fica muito prejudicada em razão das demandas do trabalho para a instituição, causando de divórcios e alcoolismo.*

*Relata que embora não perceba a hierarquia como algo negativo, acredita que ela é causadora de inúmeros entraves, entre subordinados e superiores, dificultando o desenvolvimento profissional. A falta de perspectiva profissional pode conduzir o homem a fazer coisas que não faria se tivesse uma carreira a galgar.*

O contato de “Camaleão” com a vida militar se deu através do Exército Brasileiro, onde passou três anos e sua inserção na Polícia Militar decorreu de concurso público, seguindo-se a formação para soldado, a ida para o sertão do Estado de Pernambuco e a volta para a capital do Estado, passando a servir no Batalhão de Choque.

Tratando das *atividades desenvolvidas* como agente de segurança pública, informa que desenvolve atividades de “*controle de distúrbio civil*” (base da atividade

do Batalhão de Choque), *revistas em presídios, policiamento em campo de futebol, blitz, policiamento comunitário e serviço de monitoria. Usa a metáfora do camaleão para traduzir as múltiplas facetas de sua prática profissional, o que exige flexibilidade e experiência.*

Percebe que *as vivências profissionais ensinam mais que a escola de formação policial militar e ancora sua assertiva na compreensão de que seu trabalho envolve contato com diferentes públicos (o torcedor de futebol, o presidiário), com diferentes riscos à vida e necessidade de diferentes posturas. Destaca que a possibilidade do uso da palavra e do contato físico são fatores de redução de surpresas, ou seja, de redução de problemas nas ocorrências.*

Chamado a falar sobre a violência de torcedores contra a Polícia, destaca que *a prática policial no campo de futebol exige que se esteja o tempo todo muito alerta, com “a adrenalina lá em cima”, pois qualquer ato isolado, com dois ou três torcedores, pode provocar um grande acidente. Compara a arma de fogo com a “arma da grande multidão” e conclui que não é fácil nem é para todo mundo trabalhar com multidão.*

Ainda em relação à prática profissional deixa transparecer *a insatisfação com o excesso de trabalho (doze horas por dia e oito no final de semana), o que provoca estresse e faz perder o vínculo com a família e a possibilidade de lazer e de esportes.*

As demandas que são dirigidas ao trabalho de “Camaleão” envolvem *discussão entre torcedores, bebidas alcoólicas, a violação da lei, questões envolvendo “sem terra”, utilização do batalhão em coisas fúteis, que fogem à especificidade do mesmo, e até eventos privados. Revela que, apesar de fazer segurança de grandes eventos, onde pessoas ganham muito dinheiro, não há qualquer retorno para o policial, nem mesmo a valorização profissional, e narra um episódio em que num campo de futebol foi servido um lanche com refrigerante vencido e conclui sua dor afirmando “a gente não é digno de nada”. Percebemos a baixa autoestima a que o entrevistado é submetido, que certamente repercute em sua saúde mental e em sua prática profissional.*

*Sobre o Ministério Público e ativistas em direitos humanos, revela consciência da importância de ambos e até que existem policiais (violentos, arbitrários) que precisam de limites e sanções quanto ao ato violento. Associa este aspecto ao relativo pouco tempo de saída do regime militar. Não concorda com a idéia de que direitos*

*humanos só defende bandido e entende que a polícia vem melhorando a cada dia nesse aspecto. Revela o desejo de que o Ministério Público se aproxime mais dos policiais e ajude no cumprimento da lei.* Como pesquisador, entendemos que o entrevistado está denunciando que os policiais são vítimas de ilegalidades e do uso parcial do Regulamento Disciplinar da PMPE (RDPMPE) e o MP Ministério Público, como fiscal da lei, deve aproximar-se desses agentes de segurança pública.

Para “Camaleão”, *o policial não é preparado emocionalmente para a sua prática, pois não existe um acompanhamento psicológico que, segundo ele, é necessário.* Estranha que em onze anos na Polícia Militar, jamais tenha sido acompanhado por Psicólogo. *Entende que o apoio psicológico é importante e essencial, situando tal importância na escuta e no ajudar a pensar.* Explica que *se tiver um problema individual no quartel, não tem ninguém que escute. Concorda que falar de um problema para superiores é um risco de retaliação, de acusação indevida, de má vontade.*

*Com expressão de sofrimento diz que a Polícia, diferente de outros órgãos, cessa o direito à vida, o direito de viver do policial e justifica a afirmação com a questão da prisão, pois se errar pode pegar 11 ou 21 dias de prisão e indaga como se vai dizer para o filho “seu pai estava preso no quartel, por causa da barba, por causa do sapato sujo?”.*

Reconhece a existência, na instituição, do regulamento militar, mas informa que este regulamento passa pela vontade dos superiores de segui-lo ou não. Daí a expressão pejorativa “RD QUERO” (Regulamento Disciplinar Do eu Quero). Muitas vezes, o regulamento serve à vontade pessoal para beneficiar ou prejudicar, o que justifica, também, a aproximação do MP com os policiais.

Ainda falando de suas insatisfações com algumas práticas da instituição, informa que as férias e licenças, de um modo geral, e mesmo as licenças médicas ou para luto, não são um direito, mas uma concessão; então, podem ser cassadas a qualquer momento ou não serem concedidas; além disso, o policial quando sai de férias tem que ser autorizado para transitar, seja no Estado, no país ou no exterior.

Sua narrativa revela-se tensa, carregada de sofrimento, sobretudo o sentimento de incompreensão, falta de apoio e de reconhecimento frente ao seu desempenho

profissional. Chama atenção o sentimento de não ser respeitado em suas condições humanas básicas: contato com a família, descanso, lazer e, até mesmo, condições alimentares necessárias ao desenvolvimento de suas funções. A hierarquia e o número de degraus hierárquicos, graduações e postos, do soldado ao coronel, são desestimulantes. O Ministério Público (MPPE) é percebido como uma instância distante e cobradora, não buscando diálogo e /ou aproximação com os policiais, que dele muito precisam.

## **6. Abordagem compreensiva “Disciplinado”:**

A *experiência* de “Disciplinado” é *descrita como diferente em razão de, basicamente, só haver trabalhado internamente, não combatendo diretamente com a bandagem, como quem trabalha externamente. Mas como todo Policial tem que passar pelo que chama de “batismo”, descreve uma situação vivida em uma cidade do interior do Estado de Pernambuco, onde, com outros policiais, enfrentou e prendeu pessoas armadas, tendo inclusive havido luta corporal e diz que deu para sentir o gosto da emoção.*

Solicitamos que o mesmo *descreva situações, experiências positivas e este afirma que o positivo para ele é cumprir o dever, realizando o serviço a contento, para largar sem o risco de ter que retornar ao quartel preso ou para ser excluído. Com isso traz à tona, mesmo trabalhando internamente, o medo que permeia os agentes da atividade de segurança pública em sofrerem punição e/ou serem presos e expulsos.*

“Disciplinado” dá a entender que cumprir seu dever no serviço e poder largar do trabalho sem problema decorre do sentimento de cidadania, mas *embora enfatizando que é ao mesmo tempo Policial e cidadão, afirma que as pessoas olham o Policial com outros olhos. Assim, externa um sentimento generalizado entre os Policiais, sobretudo os de baixa patente, o de desvalorização social.*

Sobre *experiências negativas* lembra um caso de *exclusão de um Policial por roubo*, quando este policial tinha sido monitor de sua turma do curso de soldado e alertado os recrutas para os riscos de ser “desenrolado demais”. Outra experiência negativa está ligada aos *noticiários de rádio e televisão sobre Policiais envolvidos com*

*coisas erradas*, quando a formação é diferenciada, para defender o cidadão e a sociedade e só usar a arma dentro da legalidade, embora existam aqueles que só respeitam se o Policial estiver de arma na mão.

Indagado sobre a *convivência no quartel*, uma vez que o seu trabalho é interno, revela que *é problemática e que é preciso saber viver; acredita que o problema é o jogo de poder em torno da hierarquia*, uma vez que, em razão da mobilidade, um dia se pode estar por cima e no outro por baixo. Disciplinado relata um caso em que um sargento perseguia um soldado, enquanto este só “*papirava*” (estudava). O soldado passou no concurso para oficial e veio servir no mesmo quartel e o sargento “*tremeu na base*” (expressão traduzida, no meio militar, por um medo forte), mas o oficial disse “*não tenha medo, porque eu sou um homem, não vou lhe perseguir*”. Mas em torno da hierarquia circulam humilhações e desconsiderações pelo outro.

“Disciplinado” *acredita que as pessoas gostam dele e que não têm motivos para ser diferente, pois procura não dizer palavras que causem problemas e evita brincadeiras melindrosas, como certos apelidos. Atribui esses comportamentos a um curso de relações humanas que fez.*

Sua *inserção na Polícia Militar é entendida como “uma obra de Deus, para a honra a glória do senhor Jesus”*. Tal afirmação deve ser entendida no contexto de uma extrema necessidade vivida por ele naquela ocasião. Pediu ajuda a Deus e, mesmo afastado de estudos há quatro anos, voltou a ler os livros e passou no concurso para soldado da Polícia Militar.

*Atualmente está exercendo suas atividades no Batalhão de Choque (BPChoque), unidade PM, que à época da entrevista (setembro de 2010) estava completando trinta anos de existência. Indagamos sobre suas atividades dentro da Polícia, ao que responde que sempre trabalhou internamente e que isso advém do fato de, no início da vida policial, haver apresentado-se como datilógrafo. Comentamos que alguns Policiais preferem trabalhar na rua, para fugir das perseguições nos quartéis, e “Disciplinado” admite que acontece; porém, com mais frequência nos chamados batalhões de áreas, sendo esporádica nos batalhões especializados, nos batalhões de elite.*

Tratando do *modo como o seu trabalho é realizado* diz que nunca teve a oportunidade de ser “*sargenteante*” (função militar destinada ao planejamento de escalas

de serviço e de folga, férias e licenças, entre outras atividades administrativas). Essa função é referida pelos que a conhecem como problemática, pois quando agrada a um, desagrada a outros. Informa que *é auxiliar de um oficial que dirige uma seção(repartição)*. Perguntamos se trabalha com instrução e planejamento e responde que não, afirmando que a instrução, embora fundamental para o batalhão, está parada e será retomada.

Finalmente, *revela que trabalha com estatística de ocorrências em praças esportivas e mostra com orgulho, no computador, a redução do número de ocorrências de 2008 para 2010. Justifica esta redução pela criação, em 2007, do Juizado Especial do Torcedor do Estado de Pernambuco (JETEPE) que agiliza a punição do infrator, e pela proibição da venda de bebidas alcoólicas dentro dos estádios e nas proximidades.*

Em suas atividades faz o lançamento de dados para a estatística, a elaboração de ordem de serviço (documento que formaliza a ordem para que um serviço seja executado) e de ordem de operação (documento que formaliza a ordem para que uma operação seja executada, como por exemplo, a retirada de invasores de uma propriedade) e a realização de serviços de policiamento, em campo de futebol, por exemplo.

“Disciplinado” *afirma que o Policial Militar não tem preparo emocional para lidar com as situações com as quais se depara em razão de seu ofício e que o único contato que teve com a psicologia, ao longo dos vários anos na corporação, foi com testes psicológicos para a seleção para o curso de soldado. Dentro do curso e nos demais que fez (cabo e sargento) não viu nada de psicologia. Estranha este fato, pois em empresas privadas onde trabalhou os psicólogos sempre apareciam para ouvir o pessoal, além de médicos para realizar exames, como o audiométrico.*

*Ainda sobre o preparo emocional, o entrevistado relata o caso de um Policial companheiro com problemas de alcoolismo e que já tinha mais de cinquenta anos de idade, na iminência de se aposentar, mas a idéia dos chefes era abrir inquérito, colocar no “conselho de disciplina” (espécie de tribunal militar onde oficiais se reúnem para decidir a expulsão de praças da corporação militar) e excluí-lo, quando o certo, segundo ele, era encaminhar para o setor de psicologia. Felizmente, diz, o Policial morreu antes. Informa que o que sabe de psicologia é de pesquisa na internet.*

Tomando a peculiaridade das intervenções do Batalhão de Choque, ligadas a controle de distúrbios civis, com uso de bombas de efeito moral, spray de pimenta, escudos, capacetes, sons e marchas de impacto, que causam efeitos emocionais no público e nos Polícias, perguntamos se isto não mostra a necessidade de um apoio psicológico nesses momentos. Disciplinado responde: *“isso é o que a gente mais precisa e se eu tivesse poderes de decidir eu queria o psicólogo aqui, porque a gente não tem oportunidade de expressar os sentimentos e para expressar pensa duas vezes, porque se chegar no “murão” fica difícil”*.

A metáfora do “murão” deve ser entendida como uma barreira quase intransponível entre subordinados e superiores, onde os primeiros não podem desabafar seus sentimentos sem o risco de agravar seu problema, o que tem repercussões óbvias na violência da Polícia nas ruas e no adoecimento dos agentes de segurança pública.

Para o entrevistado *seria ótima a presença de um psicólogo não só no batalhão de choque, como nos demais batalhões, pois concorda com os policiais que falam que o oficial quando conhece de um problema não resolve e ainda ameaça prender. Admite que ainda existem alguns que ouvem e dão espaço*. Relata um caso em que a mudança do comandante e do subcomandante de uma unidade e a chegada dos novos “líderes” gerou muito problema, sofrimento e choro até nos funcionários civis. Era soldado “espoletado”, desabafando seus sentimentos e eu vendo à hora ficar preso, sem motivo.

Diante de tudo, *avalia como necessário um apoio psicológico ao seu de trabalho de Policial Militar e afirma que se tivesse esse apoio, talvez, o policial não cometesse tantas “bobagens”; ocorrências simples se resolveriam com o diálogo e não descambariam para o “pá-bufô”, a violência. Esse apoio é fundamental, segundo ele, para a Polícia como um todo e para o Batalhão de Choque em especial*.

*O Policial do Batalhão de Choque, que o entrevistado denomina de “Choqueano”, segundo ele, suporta as bombas, mas tem complicações com problemas de pressão arterial. Diz que: “ele (o choqueano) não deve só ficar assimilando a emoção (gesticula com as duas mãos como se estivesse introduzindo flechas ao corpo), sem expor para fora. Ele leva nome de puto, disso e daquilo, mas está consciente de que quando houver o confronto, a oportunidade, ele vai aliviar o estresse, vai descarregar. O interesse não é esse, mas o contexto leva a isso”*. Afirma que houve uma promessa de

um oficial do batalhão de trazer um médico para fazer audiometria e aplicar vacina antitetano, mas isso não foi cumprido e que o Policial que é vacinado é porque o fez particularmente.

*Conclui dizendo acreditar que a maior parte dos casos de violência policial do país decorre da falta de equilíbrio emocional, por problemas familiares, de superior não querer saber dos dramas do Policial, dificuldades com colegas que rotulam de “feioso” aquele Policial que, agindo de modo correto, acaba por gerar problemas para aqueles que não agem adequadamente, podendo ocasionar até risco de morte.*

*Assim como os demais entrevistados, tanto os agentes como os psicólogos da segurança pública, “Disciplinado” demonstra uma necessidade de falar, que é acolhida pelo pesquisador, na dimensão de uma ação clínica, pois assim as entrevistas estavam se desenvolvendo. Convidado a falar sobre as atividades exercidas na instituição policial, tergiversa para a infância, relatando que esta se resumia a ir para a escola, carregar água na ladeira e ficar trancado em casa, pois nos anos 1970/1980, circulava o medo de tarados e os pais prendiam os filhos. Relata que serviu ao exército e demonstra frustração por não haver engajado.*

Como pesquisador, estranhei a inexistência do exame médico periódico, realizado, anualmente, por muitas empresas civis, sobretudo pela natureza e exigências da função de segurança.

Nesse diálogo ficamos com a impressão do entrevistado de ser um policial militar disciplinado e amedrontado com a possibilidade de punição e exclusão. Revela sentimento de desvalorização social no quartel e uma difícil convivência que exige “jogo de cintura”; em torno da hierarquia circulam humilhações e desconsiderações pelo outro, assim como ocorrências de bullying são relatadas.

## **7. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Vibrador”:**

*“Vibrador” percebe sua experiência como Policial Militar como positiva e justifica este sentimento pela existência de um diálogo aberto com o comandante da Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE) e com todos os oficiais, com*

*o comandante de seu grupo e o comandante da companhia, os quais o incentivam e apóiam nos estudos.*

*A inserção de “Vibrador” na Policial Militar se deu por acaso, motivado por questões financeiras, pois alega que nunca pensou em ser PM, nem gostava da instituição. Já cursando faculdade aos dezessete anos, foi chamado por um amigo, que sonhava em ser PM, a fazer o concurso para soldado. Relutou, mas o colega insistiu e como não estava vendo muita perspectiva financeira com o curso superior que estava fazendo, inscreveu-se para o concurso da PM, com a idéia de olhar um pouquinho e sair assim que pudesse ou ficar trabalhando interno, mas foi tomando tal gosto que entrou no sangue e não se vê mais fora da instituição. Contudo, admite que há problemas; que não é um mar de rosas, que é difícil e que muita coisa tem que mudar.*

A experiência com o primeiro batalhão em que serviu, após o curso de soldado, é referida como difícil, o que se estende ao trabalho com tropa, constituída de diversos tipos de policiais; *considera-se um policial “vibrador”, que gosta de ser Polícia nas ocorrências, que gosta de ir para rua e trabalhar correto, por compreender que a instituição já é tão manchada.*

*Do referido batalhão, onde passou quase um ano, fez o curso de operações táticas especiais e transferiu-se para a CIOE, onde permanece até hoje. Percebe esta nova unidade Policial Militar como um locus adequado para um policial “vibrador”, onde têm muitas instruções, muito aprendizado, muito contato com profissionais de alto nível, inclusive onde aprendeu a atirar.*

*Respondendo à curiosidade do pesquisador sobre o que faz a CIOE ser diferente, uma espécie de Polícia dentro da Polícia afirma que há um mistério, mas que tem muito a ver com as dificuldades do curso de operações táticas especiais, pelo qual todos os integrantes têm que passar. O estresse emocional e físico que vai ao limite, propicia um vínculo de amizade pelo sofrimento comum. Essa é a principal causa. Além disso, o entrevistado menciona o fato de trabalharem aquartelados (trinta horas juntos), esperando as situações para atuar, o que permite um convívio até maior com os amigos que com a família, bem como a confiança recíproca, gerada pela rigurosidade da seleção para o ingresso na companhia. Diz que na CIOE há um vínculo de confiança, que vai do mais recruta ao comandante, pois tendo o comandante passado também por*

*todo esse estresse do curso consegue ter um diálogo mais próximo do subordinado. Portanto, o segredo está no curso. Outro aspecto da diferença da CIOE, para o pesquisado, está associado ao relacionamento entre as famílias dos integrantes da companhia, o que não existia no batalhão anterior.*

*Abordando as atividades que desenvolve na instituição, o entrevistado afirma que integra o chamado grupo de operações táticas especiais, que fica em prontidão, esperando para agir, e integra o grupo que realiza a atividade fim da CIOE: atuar em ações que a polícia convencional não resolveria, como ocorrências com explosivos, com criminosos fortemente armados, com reféns, entre outras.*

*Faz parte das atividades desta função a instrução e o treinamento especializado, assim como a utilização de armamento e equipamentos diferenciados. Sua atividade é operacional, ingressar nos locais, para resolver o problema com o uso da força, quando as demais alternativas não deram êxito.*

*Indagamos se o mesmo já presenciou lesão ou morte em companheiros de grupo, ao que responde que já tomou conhecimento de fatos assim com outros grupos, mas que felizmente, com o seu grupo não ocorreu.*

*Seu trabalho, na prática, tem início com uma educação física pesada pela manhã, razão pela qual comenta que não se vê um policial da CIOE gordo; após a educação física tem a instrução e treinamento tático, o almoço e à tarde descansa, pois à noite sai para fazer abordagens em áreas onde o número de homicídios é grande, num trabalho de policiamento ordinário, mas se houver ocorrências específicas, deixa o local para atuar no que de fato é a missão do CIOE.*

*Como pesquisador, insistimos no “modus operandi” nas situações peculiares (assalto a bancos, bandidos armados) ao que “Vibrador” afirma: existe o “snaiiper” (atirador de elite), os “explosivistas” (que trabalham com explosivos), o “operador tático” e o “gerenciador de crise”. Embora todos tenham o conhecimento básico, para atuar em qualquer dos papéis, existe a pessoa específica para cada papel.*

*Diante da ocorrência, existem as alternativas táticas: o “negociador” tenta negociar; obviamente, podendo ter ou não êxito; outra alternativa é a utilização de armamentos menos letais ou não letais (balas de borracha, agentes químicos); há*

*também a possibilidade do tiro de comprometimento (letal), feito pelo “snaiper”; outro caminho é o emprego do grupo tático, para invadir o local, quando nenhuma alternativa utilizada deu certo e outras não são possíveis de utilizar, exigindo que se resolva na “raça”, pois não é só a “raça” mas “raça” aliada à técnica.*

Propomos uma reflexão sobre os casos “Ônibus 174” e “Lindemberg e Eloá”, no que estes casos serviram em termos de aprendizagem e avaliação de erros, a partir dos noticiários da mídia. O pesquisado afirma que “o inteligente é o que aprende com seu erro e o mais inteligente é o que aprende com o erro dos outros”, mas ressalva que não está afirmando que nos casos referidos houve erro e admite que a CIOE utiliza as transmissões da mídia para estudo de caso.

*Aproveita a temática para falar sobre a imprensa que, em sua visão, tem um lado importante no sentido da transparência e da cobrança sobre o Poder Executivo e, outro que atrapalha muito em determinadas situações, pois não conhecendo as peculiaridades da matéria, muitas vezes transmite em tempo real as ocorrências, mostrando aos meliantes as posições e possibilidades dos policiais. Chama a atenção, também, para as edições que a mídia faz e as interpretações ao seu bel sabor, numas coisas omitindo e noutras acrescentando. É difícil fazer uma avaliação do trabalho da equipe pelo que se vê na imprensa, conclui.*

*As demandas dirigidas ao trabalho de “Vibrador” como policial militar são resgate de reféns, ocorrências com explosivos, ocorrências com criminosos fortemente armados, ocorrências com criminosos homiziados (escondidos em algum abrigo) e ocorrências que a polícia normal não consegue resolver.*

*“Vibrador” declara que, infelizmente, o policial militar, de uma maneira geral, e mesmo os da CIOE, não são preparados emocionalmente para lidar com as ocorrências com as quais se deparam. Indica que o curso preparatório para soldado deixa muito a desejar, pois existe uma política de formar o homem rápido e muitas situações em que o tempo poderia ser melhor aproveitado; com cursos e coisas mais úteis, são desperdiçados. Em sua compreensão, gasta-se muito tempo com o militarismo (ordem unida, marchas) e isso não faz nenhuma falta para a sociedade. Esse tempo poderia ser investido num trabalho psicológico e para melhorar a formação jurídica, que é necessária. Diz não compreender porque a seleção para ingresso na corporação*

exige apenas o conhecimento sobre direito constitucional, excluindo os direitos penal e processual penal, e *revela que muitas vezes um policial leva alguém para delegacia, sem nem saber por que está levando. Ele acha que a pessoa fez alguma coisa errada, mas era para ter certeza.*

*Informa que seu único contato com o setor de psicologia se deu quando realizou testes psicológicos para seu ingresso na PM; relata ainda que ao longo do curso, se alguém viveu alguma situação estressante, teve que se arranjar sozinho porque a instituição não dá acompanhamento psicológico nenhum. Afirma que um policial alcoólatra é logo tratado como policial ruim e dizem vamos prender esse “cara”; vamos botar ele prá fora, em vez do apoio psicológico. Admite que há mudanças, mas que a velocidade não sabe se é adequada, pois acredita que a instituição devia estar melhor e que ainda tem muita coisa atrasada que devia ser extirpada da vida institucional.*

*Considera importante o apoio psicológico nas ocorrências de maior impacto e reafirma que a polícia deixa muito a desejar no campo psicológico, embora a profissão policial seja a mais estressante do mundo. Indica já ter ouvido falar no Gabinete de psicologia, mas que não sabe de ninguém que tenha sido atendido ou indicado para lá. Fica meio no boato, quando deveria ser uma coisa mais sólida, um Gabinete sólido para acompanhar os policiais ou mesmo um psicólogo por batalhão para o policial poder ser atendido mais fácil e ao procurar não ficar sem saber quando vai ser atendido.*

*Retoma, voluntariamente, o caso Lindemberg para dizer que nesse tipo de caso não é aconselhável prorrogar muito a negociação, pois há certo intervalo de tempo tolerável, mas cinco dias considera muito longo. Volta a repetir que não se deve confiar no que a mídia diz e que não sabe como estava a mesa de negociação neste caso e fica difícil criticar sem conhecimento.*

*Volta à questão do estresse profissional e questiona como a profissão mais estressante do mundo não tem um corpo de psicólogo sólido para tratar desses problemas, reafirmando que esse aspecto da instituição deixa muito a desejar. Questiona também se é apropriado um militar (pois o policial é policial militar) lidar com o civil numa situação que não é guerra, pois, no seu entendimento, o cara é militar, acostumado a falar em tom ríspido, por alguma exigência ou trauma da formação, e*

*isso vai aparecer no cotidiano, no tratamento que ele dá ao cidadão. Daí a importância do suporte psicológico.*

Como pesquisador, percebemos a importância da boa relação interpessoal, do apoio e incentivo, da oportunidade para o estudo, embora, infelizmente, sejam aspectos raros, restritos, nos mais das vezes, a pequenos grupos de elite. Lembramos que algumas polícias, como a norteamericana, estruturam-se em vários grupos ou departamentos e me questiono se o tamanho dos batalhões não é um fator negativo para a relação interpessoal dos integrantes. Inclusive, o entrevistado relata que num dos batalhões por onde passou a cada serviço trabalhava com um Policial diferente, que não conhecia.

Um relato chama a atenção do pesquisador quanto à qualidade do curso de formação de soldados, uma vez que recém-saído do mesmo, o entrevistado admite que só na nova unidade é que aprendeu a atirar; assim como nesta passou a ter contato com profissionais de alto nível, a aprender mais rápido e conheceu os problemas que podem advir do ser Policial.

Como pesquisador, entendemos que de forma sutil há uma afirmação de que a seleção para a Polícia Militar, de um modo geral, não tem o rigor da seleção para a CIOE, possibilitando o ingresso de Policiais não confiáveis como, aliás, aparece nas entrevistas com psicólogas.

### **8. Abordagem compreensiva da entrevista de “Motim”:**

*“Motim” descreve sua experiência como agente de segurança de uma instituição militar do Estado de Pernambuco com ambigüidade, referindo-se que foi “mais boa que ruim” e de aprendizado, mas também de queixas. Ao relacionar aspectos positivos e negativos da experiência, o rol maior é o segundo aspecto.*

*A dimensão positiva de sua experiência está relacionada à convivência com os colegas de farda, às amizades construídas, à proteção que a vida militar proporcionou em termos de evitar problema no mundo civil, em razão da rigidez do regime.*

*A dimensão negativa traduz-se na discordância com o modo de trabalhar da instituição; no ensino, de duração reduzida e fraca qualidade, insuficiente para manter a segurança pública; na ênfase que a instituição dá ao lado militar, em prejuízo do lado Policial, ou seja, muito regulamento e muita “ordem unida” (treinamentos de marchas e movimentos com armamento) e pouca preocupação com o profissionalismo policial; no tratamento dispensado aos subordinados, pelos superiores; na falta de direitos humanos para o público interno da instituição.*

*“Motim” associa o tratamento dos superiores aos subordinados e a falta de direitos humanos na instituição à baixa escolaridade dos antigos policiais e deposita sua expectativa de mudança na maior escolaridade dos que estão entrando. Ressalta que nunca houve interesse dos comandantes na melhoria da escolaridade dos comandados para evitar reivindicação de direitos.*

*Segundo o entrevistado, para os policiais de baixa patente até mesmo a sociabilidade fica comprometida na instituição, pois se dois ou três se reúnem no quartel, para conversar, o oficial já adverte quanto ao crime de “motim”.*

*Como outros participantes, “Motim” justifica sua inserção na instituição de segurança pública pela necessidade de emprego e pela conveniência financeira, uma vez que outras possibilidades como padaria e fábrica pagavam menos, além de ver, na instituição de segurança, uma possibilidade de ascensão. A influência do pai, também militar, pesou, mas não muito, uma vez que este ressaltava aspectos negativos da instituição, como perseguição, regulamento rígido e necessidade de “jogo de cintura” para sobreviver aos trinta anos na corporação.*

*Na instituição, “Motim” desempenhou várias atividades, ao longo de vinte e oito anos, desde serviços internos (administrativos) a serviços operacionais (atividade meio). Nesse campo operacional fez policiamento de rua a pé, policiamento de rua em viatura, fiscalização de trânsito e guarda em presídio, última atividade exercida, antes da recente “aposentadoria”. Afirma que não precisava ter-se aposentado no momento, pois a lei permitia que ficasse na instituição por mais tempo, mas assim resolveu para fugir de perseguição de oficiais.*

*No presídio, “Motim” trabalhava na guarda externa, cuja função era impedir a fuga de presos e a entrada de drogas e armas, o que, em sua visão, é praticamente*

*impossível. A escala de serviço era doze horas de trabalho por trinta e seis de folga. Refere-se a este trabalho como “muito tenso”, “um barril de pólvora que a qualquer momento pode estourar”. O policial da guarda interna, no convívio com o preso, dentro do presídio, vai-se acomodando, distraíndo-se e é nesse momento que o preso pode aproveitar-se para investir contra ele, fazê-lo refém e iniciar uma rebelião. O preso provoca “curto-circuito” na instalação elétrica, usa forquilha de madeira para afastar os fios, faz cordas (as chamadas Teresa) para fugir.*

*Segundo “Motim”, os presos provocam os policiais, tiram onda, e dá vontade de revidar; mas embora exista o lema de que “bandido bom é bandido morto”, isso fica só na teoria, pois o papel da polícia é garantir a vida deles. Relata que tomou conhecimento que no mês de outubro de 2010, um preso fugiu e ainda esfaqueou o policial, pois a segurança é frágil e existe até postos de sentinelas desativados por falta de pessoal.*

*Ainda em relação à sua atividade em presídio, afirma que os Policiais que ali trabalham são revistados por agentes penitenciários, quando entram no local de trabalho, o que gera incomodo e insatisfação, embora, pessoalmente, ache que é melhor revistar porque evita acusações posteriores. Diz que o presídio deveria ter a segurança feita por agentes penitenciários, mas que o Estado e o próprio preso confiam mais na Polícia Militar e os presos chegam a dizer que se mudarem eles “viram a cadeia” (fazem rebelião).*

*As demandas do trabalho em presídio estão centradas, basicamente, como já disse “Motim”, em evitar a fuga de presos, mas o medo é constante, pois além da vulnerabilidade da segurança, existem muitas casas em volta, cujos moradores são parentes de presos e podem ser usadas como base para cavar túneis e facilitar a fuga; além disso, os presos do regime semi-aberto, que trabalham fora do presídio, têm direito de entrar sem serem revistados, porque são chamados de “presos de confiança” (expressão facial de descrença) e isso é mais um ponto de revolta dos Policiais, que afirmam que são eles que fazem entrar drogas e até armas.*

*Na percepção de “Motim”, o policial não é preparado emocionalmente para as situações que enfrenta e por isso afirma que devia existir um acompanhamento psicológico não no hospital da Polícia, mas em cada quartel. Cita que os clubes de*

futebol possuem psicólogos para cuidar da cabeça dos jogadores e que na polícia também devia ter, para conversar, para ajudar a resolver problemas internos e externos. *Diz que, muitas vezes, o policial já vem com a “cabeça fervendo” lá de fora para trabalhar, para assumir um serviço perigoso, tenso, e um trabalho psicológico poderia resolver ou minimizar vários problemas.*

Para corroborar a defesa da necessidade de um trabalho psicológico na instituição, “Motim” afirma que alguns policiais são tomados por descontrole emocional e exemplifica com dois casos em que teve que segurar os camaradas: no primeiro, uma criança foi pega atirando bebida para dentro do presídio e conduzida até a sala da guarda e o policial queria espancá-la; no segundo, foi um adulto flagrado no mesmo gesto e o policial queria colocar droga para ele ser autuado em flagrante, de tanta raiva que estava. Em ambos os casos impediu o intento e justifica sua atitude por acreditar em Deus e saber que Ele (Deus) cobraria, jamais permitiria isso.

A partir de seus comentários sobre o caso Lindemberg/Eloá, deixa claro que defende a existência de psicólogo em ocorrências de maior impacto para permitir maior diálogo e comunicação, pois, em sua visão, a formação técnica do negociador não é suficiente, acreditando que se houvesse um psicólogo neste caso, talvez o desfecho mudasse de curso. *Critica a ação do BOPE por haver deixado a adolescente que já havia saído, voltar ao local de risco, quase provocando um duplo homicídio e acredita que a invasão do apartamento se deu porque, após cinco dias negociando, a Polícia não acreditava mais na possibilidade de êxito por esta via. Conclui que se houvesse um psicólogo na cena o desfecho poderia ter modificado.*

Na entrevista, o estresse, o medo, a perseguição, a natureza do trabalho e das relações internas e externas deixam evidente o sofrimento psíquico e as marcas no corpo. Este participante está restabelecendo-se de uma cirurgia recente, em razão de um câncer de gênese associada ao cigarro, utilizado em larga escala pela pessoa entrevistada, sobretudo quando estava de serviço.

Na visão do entrevistador, “Motim” pareceu aliviado em ter sido aposentado da instituição de segurança pública; sua ambigüidade ao falar da experiência institucional, provavelmente, deve-se aos ganhos objetivos como salário, casa, estabilidade

financeira, amizades construídas, o que conflita com as vivências de sofrimento, injustiças, ausência de direitos, perseguição e tantas outras experiências ditas negativas.

A associação da violência sofrida através dos superiores e a ausência de direitos com a baixa escolaridade dos policiais, no passado, pode ser um dos fatores que explique a diferença de tratamento de muitos policiais durante ocorrências, em relação aos públicos de periferia e de regiões ditas mais elitizadas, num mecanismo de reprodução, nas ruas, da cultura institucional (se não sabe os direitos pode ser ultrajado).

O chamado crime de “motim”, utilizado como ameaça, pelos superiores, para impedir a sociabilidade entre as praças pode ser um dos fatores da prática do pouco diálogo e da tendência de utilização da força, pelos policiais, mais uma vez, reproduzindo a cultura institucional (não falo diante do oficial e o civil não fala diante de mim).

### **9. Abordagem compreensiva da entrevista de “Surpresa”.**

Nos vinte e quatro anos de serviço como agente de segurança pública numa instituição militar do Estado de Pernambuco, “Surpresa” afirma que sua experiência tem sido marcada por intensa surpresa, utilizando a palavra “alarme” para caracterizá-la. O que o surpreende e o alarma é não encontrar na instituição os sentimentos de grupo, de conjunto, de integração entre os membros e a falta de um tratamento mais adequado e familiar.

Indica que o aspecto mais marcante, fixado em sua mente ao longo de sua experiência, foi a falta de integração interpessoal, traduzida no individualismo que segundo ele repercute no trabalho administrativo e operacional. Nesse contexto, afirma que a maior dificuldade institucional está ligada à relação entre as pessoas.

Convidado a falar sobre a temática que predominou em conversas com colegas de trabalho, dentro e fora dos quartéis, ao longo dos anos, sobre a instituição é taxativo: o abandono! E diz que falta integração e apoio.

Como a maioria dos entrevistados, a inserção de “Surpresa” na instituição militar estadual se deu por necessidade de emprego, embora diga que passou a gostar

da instituição em razão da possibilidade de conviver com pessoas que possam receber e dar palavras certas nos momentos esperados. Deixa claro que sua maior satisfação com a instituição decorre das amizades que construiu fora dela, onde situa sua maior alegria.

*A experiência de ingresso na instituição, mediante concurso, no curso de formação de soldados, é descrita como de pressão, de sufoco, de aperto, resultando num sentimento de opressão. Defendeu-se do sofrimento psíquico utilizando mecanismos como “quanto mais me submeter e fizer o certo, menos sofro” ou “Tem uns que oprimem, mas têm outros, de hierarquia mais baixa, que aliviam” ou “transformo a pressão em energia para vencer” ou “vamos formar um grupo que aceite as estratégias de se submeter para sofrer menos”. Neste contexto afirma que a sociedade se sente a maior vítima do Policial, mas não percebe que a principal vítima é o próprio policial.*

A lembrança do sofrimento, ainda presente, é reelaborada na afirmação de que este produziu conhecimento a ser repassado; história a ser contada; experiências a passar para os que estão chegando. Contudo, reconhece que determinados aspectos do curso de formação de soldados não precisariam ter sido como foram.

Certamente por perceber as falhas da instituição, sobretudo quanto aos relacionamentos interpessoais, “Surpresa” faz parte de um grupo de caráter religioso que, atuando na família como base, procura prevenir e tratar problemas dentro da corporação. Segundo ele, a instituição, antes avessa à religião dentro dos quartéis, abriu espaço para essa dimensão em razão de muitas dificuldades existentes no campo da convivência interpessoal.

*Emociona-se ao falar que a experiência mais positiva que vivenciou e que o deixou muito feliz, foi quando, pelo diálogo e pela palavra certa no momento certo, convenceu a um policial amigo, acusado injustamente do desaparecimento de uma arma, a não pedir para sair da instituição e depois viu esse amigo já graduado.*

Referindo-se à experiência mais negativa, “Surpresa” diz que são os tratamentos sem isonomia que os líderes (oficiais) dispensam aos membros da instituição, protegendo uns e apertando outros, bem como a competição entre grupos, onde cada grupo procura, egoisticamente, sua melhora, sem olhar os outros.

“Surpresa” *ressalta que na instituição não há o princípio da empatia, do colocar-se no lugar do outro, do sentir a dor do outro e que isso impede os membros da instituição de brigar por direitos, até mesmo por direitos humanos.*

*Para traduzir a relação entre líderes e liderados utiliza-se da imagem de “uma cabeça separada do corpo”; para ele existe, na instituição, uma divisão, uma separação até em relação aos conhecimentos, pois os líderes são aqueles que sabem e precisam saber e os liderados nem sabem nem precisam saber. Infere que os resultados institucionais têm relação com a separação entre cabeça e corpo.*

*Convidado pelo pesquisador a falar sobre os efeitos de duas greves feitas pela instituição, “Surpresa” afirma que só serviram de trampolim político para algumas lideranças, não resultando na mudança de comportamentos opressivos dentro da corporação.*

*As atividades exercidas na instituição vão desde a atividade administrativa, interna, até a operacional, externa. Recorda-se dos trabalhos em posto policial (PPO), em policiamento comunitário, em patrulhamento com viatura e refere, quanto ao policiamento comunitário, que já presenciou policiais com envolvimento tão distorcidos com a comunidade que perdiam o seu papel de policial. Porém, admite que muito da crítica que se faz ao trabalho da Polícia, inclusive do Policiamento Comunitário e do PPO se deve ao desconhecimento da população em relação às peculiaridades de cada policiamento, das divisões de trabalho, das diretrizes que o Policial tem que seguir. Concorde com a idéia do pesquisador de que a instituição deveria divulgar tais nuances de cada tropa em ação e afirma que isso reduziria os confrontos com a sociedade. Neste contexto *recorda uma ocorrência em que um sargento, já estressado desde o início do trabalho, discutiu com familiares de um motoqueiro atropelado, que reclamavam dos integrantes da viatura que estava no local por não fazer o socorro, quando só o resgate poderia fazê-lo. A família do motoqueiro ficou com raiva dos policiais, mesmo depois do caso solucionado a contento.**

*As demandas mais dirigidas ao trabalho que desenvolve eram assaltos a transeuntes e a lojas, brigas entre familiares e vizinhos e relata a dificuldade em atender as ocorrências, em razão do pequeno efetivo e do receio em deixar o posto policial para resolver uma ocorrência e, ao retornar, o posto ter sido roubado.*

Assim como os outros participantes, *critica o chamado policiamento ostensivo Geral Voluntário (POGV), pois este significa, em sua visão, vender a folga, o tempo do lazer, da família para aumentar o salário.*

*Atualmente trabalha interno, mas destaca que mesmo assim existem conflitos interpessoais.*

Para “Surpresa”, *o Policial Militar não é emocionalmente preparado de forma adequada para lidar com as situações que enfrenta, embora se depare com várias possibilidades de conflitos: o desconhecimento da população em relação ao trabalho da Polícia; o medo de enfrentar ocorrências com efetivo reduzido e de responder por eventual roubo do posto policial, se sair para atender ocorrência; o medo das novas tecnologias, como o celular, definido como um terror para a polícia, em razão da possibilidade de tirar fotos e até manipular; medo da mídia e dos jornais que sabem que “coisa ruim sobre a polícia vende”.*

*Admite que um fator a mais na insegurança do policial é o fato da instituição ter ouvidoria e corregedoria para apurar as faltas, mas não possuir uma defensoria.*

*Sobre um suporte psicológico aos Policiais em momentos de intervenção de maior risco, afirma ser importante por permitir e facilitar a comunicação e o diálogo. Diz que esse suporte é necessário porque a atividade policial sempre envolve traumas, conflitos entre os vários níveis hierárquicos; também para evitar que o policial, na rua, haja como “pai, advogado e juiz” ao mesmo tempo; para o policial não tomar para si as emoções da ocorrência, reagindo violentamente.*

*Cita o desequilíbrio emocional de alguns Policiais em ocorrências envolvendo Estupro de crianças e relata o caso de um sargento que, diante de um comentário malicioso sobre a ação de uma blitz num ônibus, mesmo estando à paisana, reagiu, discutiu com o passageiro e quase bateu no mesmo, exemplificando a necessidade de uma intervenção psicológica.*

Para nós, como pesquisador, “Surpresa” representa a experiência da imensa maioria dos policiais militares, de sofrimento, de dor, de vitimização pela injustiça, de conflito entre a instituição idealizada e a real. Sua resiliência permitiu superar dificuldades e contribuir para a melhoria de outros, sendo que a percepção das carências

institucionais o mantém ligado a um grupo que podemos dizer terapêutico, ajudando aos colegas. Pode-se dizer que é uma figura de referência em projetos que visem a redução do sofrimento, seja como “terapeuta leigo”, seja como “agente social” ou como “mediador de conflitos”.

#### **10. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Desvalorizado”:**

*A experiência de “Desvalorizado” na instituição, assim como as dos demais é ambígua: ótima em relação à profissão (ser bombeiro), a sociedade trata bem; e de desvalorização por parte da instituição.*

Para ele a polícia vai ao local para reprimir, mas o bombeiro vai para salvar.

*A inserção de “desvalorizado” na instituição se deu por concurso público para soldado, fazendo um curso de formação de seis meses, referido como de muito “acocho” e instruções militares (ordem unida, marcha, arma), além das instruções da profissão de bombeiro.*

*As atividades exercidas no dia-a-dia são atuação em incêndio, em salvamento em diferentes circunstâncias e resgate de acidentados, sobretudo de motoqueiros no trânsito.*

*Refere que participou do maior incêndio acontecido no Estado de Pernambuco, em tanques de combustíveis, na cidade de Escada. A partir das vivências neste sinistro, afirma que é preciso estar muito atento, pois a qualquer momento “o cara” pode morrer. Também é preciso que o grupo esteja unido. “A sensação é de que a qualquer momento o tanque pode explodir e me matar”. Relata, ainda, como agravante que ao sair de ocorrências deste tipo não têm folga nem apoio psicológico.*

*Atualmente realiza o seu trabalho dirigindo uma viatura de resgate e reclama que precisa respeitar as velocidades das vias e as lombadas eletrônicas, sob risco de ter que pagar as multas que vierem para o quartel. Acha que isso atrasa a chegada ao local do socorro. As principais demandas são resgates de vítimas de acidentes, embora já tenha atuado em incêndios.*

*Relata saber que existe um serviço de psicologia na polícia e no bombeiro, mas relutou em procurar, pois há aqueles que apóiam e outros que ficam fazendo gozação.*

*Revela que a instituição não valoriza seu quadro de pessoal e que só passou de soldado para cabo após 24 anos de serviço; quando são abertos concursos as vagas reservadas para os antigos são insuficientes, o que é desestimulante. Este desestímulo e desvalorização são expressos em suas palavras quando diz que deu uma vida pela instituição e vai se aposentar como cabo. Informa que em outros Estados da Região Nordeste (Bahia, Alagoas) há uma valorização maior.*

*No contexto de desvalorização, informa que a polícia civil recebe pessoas que deixam o corpo de bombeiros porque esta polícia paga 500 ou 600 reais a mais, acreditando que se o Governador igualasse o salário, jamais haveria migração.*

*Acha que a hierarquia no corpo de bombeiros não é tão rígida quanto na polícia militar e que a disciplina é importante para não relaxar.*

*Sobre o preparo emocional dos bombeiros diz que desconhece um trabalho institucional nesse sentido, mas que na escola de formação se dá uma base, mas que há bombeiros que diante de uma vítima grave ainda ficam desorientados. Entendemos que a base a que ele se refere diz respeito aos ensinamentos técnicos para as ocorrências. Julga que seria importante um apoio psicológico, revelando que na instituição há colegas com vários problemas emocionais, embora um “não se abre” para o outro. Julga importante o apoio psicológico ao longo de um trabalho mais sério.*

*Revela-se um agente de segurança pública consciente de tudo que fez e continua fazendo pela instituição, desde o passado, sem condições de trabalho, até hoje, onde as condições melhoraram; tem consciência de que repassa suas experiências aos mais jovens, mas de que não é valorizado pela instituição, que sequer copia as coisas boas de outras forças de segurança da região.*

## **11. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Prisão”:**

*Tendo migrado da polícia militar (onde ficou por nove anos), para a polícia civil, buscando liberdade e fuga do chamado “acocho”, da disciplina rígida, da obrigação de*

cortar o cabelo todo mês e fazer a barba todo dia, *a experiência como policial civil é de sair da prisão*. Alega que teve a sorte, pois após o concurso *fez um curso rápido (um mês e quinze dias)* e já assumiu a nova função. *Relata que aprendeu muito pouco no curso para Agente de Polícia Civil e se valeu do que aprendera na Polícia Militar. Comparativamente diz que a PM é mais preparada e que o curso que realizou na PM durou seis meses*. Revela ter sentido uma significativa diferença para melhor, ao mudar de uma polícia para a outra e *diz que a farda é um peso. Informa que tanto numa como noutra os formadores (professores) deixaram a desejar, ou seja, não eram tão capazes*.

A *atividade desenvolvida, atualmente por “Prisão” é o serviço de permanência* (uma mistura de vigilante com recepcionista), o que corresponde a um trabalho interno, administrativo. O modo como esta função se desenvolve é relatado como receber serviço do colega que está largando, verificar se tudo está correto em relação às instalações prediais, onde o setor funciona; verificar demandas de serviços pendentes; distribuir materiais em seções, fazer atendimento ao pessoal que chega ao local. Há quase duas décadas trabalha no referido setor e alega não saber nada de delegacia, das atividades da polícia, exceto que a polícia civil investiga crimes e faz inquéritos para mandar para a justiça. Ressalta que o pessoal da delegacia vai aprendendo na prática diária, pois a escola de formação só dá noções.

“Prisão” *afirma que o policial não é preparado emocionalmente para as ocorrências com as quais se depara e que ele (o policial) se prepara na prática*. Afirma que *em seus primeiros serviços de rua na polícia militar “tremeu na base”, mas com o dia-a-dia foi superando isso*. Seu contato com a psicologia existiu, mas numa palestra muito rápida.

*Afirma ser importante um apoio psicológico ao trabalho do policial, justificando que tem muitos policiais que não conseguem enfrentar o dia-a-dia e se perdem emocionalmente, e que tem muita gente afetada por problemas psicológicos, embora muitos tenham segurança de fazer o serviço*. Indica que deveria ter uma matéria de psicologia muito forte, pois *num grupo de mil homens selecionados para a polícia, em sua visão, trezentos têm estrutura emocional adequada e gostam do serviço*. A maioria vai para a instituição por emprego, por necessidade.

Além da repetição de aspectos já revelados nas entrevistas anteriores em relação às instituições policiais militares, chamou nossa atenção de modo mais robusto, a questão do despreparo dos agentes de segurança e de seus capacitadores, o peso que a polícia militar exerce sobre seus policiais, a possibilidade de um policial ficar cerca de 20 anos em atividades burocráticas, revelando que a instituição não promove o necessário giro nas atividades e local de trabalho; em alguns casos, há privilégios a uns em detrimento de outros, bem como ausência de uma política de ação psicológica compatível com as necessidades.

## **12. Abordagem Compreensiva da Entrevista de “Dedicação”:**

*A experiência de “Dedicação” em relação ao Grupo de Operações Especiais (GOE) da polícia civil é de ambigüidade, pois embora exerça um trabalho especializado, que gosta de realizar e permite ajudar pessoas em situações gravíssimas (como presas em cativeiro e correndo risco de morte), o que é gratificante, existe, também, o lado do estresse, por mais que seja preparado ou trabalhado, pois entra o fator humano, e o estresse afeta, diretamente, o policial, tanto pessoal quanto profissionalmente, atingindo pessoas mais próximas; Ressalta não só o estresse, mas a falta de tempo para a família e para ver os filhos crescerem. A dedicação à instituição policial é total, pois num seqüestro não tem como dizer “deixa-me ir ver meu filho, ali”.*

*Para ele a questão salarial é um ponto chave não só para a polícia, mas para toda profissão. Porém, para a polícia muito mais porque é uma profissão diferenciada das outras, que não precisam a cada dia expor a sua vida nas funções exercidas.*

*Reconhece, no Estado de Pernambuco, uma melhora significativa nas condições materiais de trabalho, cuja mudança vem observando nos 12 anos que está na polícia civil e no Grupo de Operações Especiais (GOE). Porém, na questão salarial, não obstante a ação do governo e do sindicato da categoria, o salário é muito aquém do que deveria e não se aproxima sequer de Estados mais pobres, como Sergipe, por exemplo. Segundo o entrevistado, essa situação existe por falta de vontade política e, então, está na expectativa da aprovação do projeto de emenda constitucional (PEC 300), que pretende estabelecer um piso salarial para os policiais no Brasil.*

Continuando com a temática salarial, *critica os paradoxos da política salarial do Estado, dentro de um mesmo Poder e de um Poder para outro. Não vê justificativa para um coronel de polícia ganhar uma gratificação por serviço de risco muito maior que o soldado que se expõe mais. Também não entende os altos salários dos juízes, quando a polícia judiciária, no campo penal, já entrega tudo pronto para o Poder Judiciário.*

Usa uma metáfora interessante ao dizer que *o policial está com a “mão no lixo”, pois promotores e juízes em nenhum momento “descem de suas poltronas”. Questiona o nome polícia judiciária, pois ela não integra o Poder Judiciário e ironiza afirmando que talvez o nome se deva ao fato de ser uma polícia escrava do referido Poder.*

“Dedicação” relata que *sua inserção na instituição policial civil se deu mediante concurso público e que seu ingresso no GOE aconteceu mediante desvio de função.*

Relata compreender a crítica feita por vários participantes da pesquisa quanto ao aspecto de que *existe o chefe e o “chefe líder”, sendo o segundo muito mais aceito. Reconhece a existência de antipatia ou falta de empatia com alguns delegados, por agentes e escrivãos.*

“Dedicação” *é instrutor nos cursos de formação de policiais civis, inclusive Delegados e mostra-se entusiasmado com as quatro últimas turmas de Delegados, onde se percebe mudanças em relação aos que entravam na instituição tempos atrás. São pessoas dedicadas, estudiosas, de visão e índole melhor, cujo interesse é voltado para a sociedade.* Indica que somente 1% dos policiais civis que entram atualmente não têm curso superior e que a partir de 2011 só entrará com curso superior.

Diz que *antes o Delegado era o Doutor e os Agentes os peões; hoje têm o mesmo nível intelectual e não existe mais a distância tão grande entre ambos.*

Afirma que as *atividades desenvolvidas no GOE são de polícia especializada (seqüestros, assaltos, roubo a bancos, homicídios de maior repercussão). É um trabalho que envolve investigação e inteligência, tendo uma parte tática.*

Aproveitando sua formação superior em Direito, indagamos se a instituição gratifica pela capacitação, ao que responde que não, embora esse critério sirva, junto com outros, para mudar o nível, dentro da mesma função.

*As demandas dirigidas ao seu trabalho são seqüestros (atualmente controlados), pesquisa sobre ação de quadrilhas de presidiários, homicídios de repercussão, assaltos, entre outros. O trabalho inicia com uma portaria do Secretário de Defesa Social ou Chefe de Polícia determinando o ingresso do GOE, no caso. Também executam mandados de prisão.*

*Quanto ao preparo emocional dos policiais afirma que nunca o ser humano é totalmente preparado, totalmente controlado, porque é uma profissão de persuasão e vai exigir um alto nível de estresse. Além disso, há os problemas externos ao trabalho. Entende que a experiência ajuda e vai dando um pouco de autocontrole, porém um autocontrole que rapidamente pode passar ao descontrole. Acredita que atualmente há espaço para o policial do GOE se abrir com o chefe quanto a questões emocionais e que se isso não ocorre é um erro grave que pode desencadear um problema muito maior. Reconhece que não há uma preocupação institucional em relação a este problema, na proporção que deveria. A questão é muito mais resolvida no nível de trabalho mesmo.*

*Diz que o apoio psicológico ao longo de uma ocorrência de maior impacto é fundamental. Reafirma que o policial civil vai “à boca do lixo” e isso ninguém faz por ele e que diante de certas circunstâncias cada pessoa tem um tipo de resposta; além disso, tem o fato do caráter blindado e intocável da polícia, mas, de acordo com “Dedicação”, no fundo eles estão “lascados” internamente, de estresse, de tensão, de horrores que vêem, de coisas que fazem (que têm que fazer) diante das circunstâncias; os policiais não querem se mostrar fracos, até mesmo perante os colegas que muitas vezes, estão na mesma situação, ambos se enganando e se um diz estar num momento de fraqueza porque matou, o outro diz: “eu já matei dez”. Para o entrevistado isso é machismo. Existe a idéia que para ser policial tem que ser macho, e isso acaba levando-o, diz o entrevistado, a “fazer merda na rua” (como diz o vocabulário policial), discutindo, puxando arma para o outro, porque se acha o senhor da razão. Isso é uma cultura dentro da polícia.*

*A importância de um suporte psicológico ao seu trabalho é visto como fundamental e para justificar a afirmação relata a seleção que foi realizada pelas psicólogas da Divisão de Assistência Psicológica (DIVASP), selecionando um grupo de policiais do GOE que foram fazer um curso em Brasília. “Dedicação” ficou*

*maravilhado com o que o trabalho psicológico revelou do modo de ser de cada policial, acertadamente. Sugere que este trabalho seja feito para traçar perfis e identificar potencialidades, em benefício do serviço e do investimento em habilidades específicas.*

Encerra sua entrevista sobre os acontecimentos de tomada dos Morros do Cruzeiro e do Alemão (última semana de novembro de 2010) e diz que a ação é importante para mostrar que a polícia está do lado do bem, e o policial já passa a ser visto como herói, anjo, pessoa responsável para manter a democracia. É um marco porque mostra a importância da polícia para o Estado Democrático de Direito.

“Dedicação” afirma com emoção que a polícia está mudando, criou mecanismos de controle no plano administrativo e o policial de hoje tem que ser diferente, saber até mesmo os lugares que frequenta, sob pena de ser alvo de aborrecimentos e até de expulsão da corporação.

#### 4.2.3 Quadro Síntese dos Eixos Temáticos e Conteúdos Apreendidos nas Entrevistas com Agentes de Segurança Pública:

<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ETN (Eixo Temático Norteador): Como tem sido sua experiência como agente de segurança pública (policial militar, policial civil, bombeiro)</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• “Boa”, porque na CIOE há um diálogo aberto com o comandante e com todos os oficiais, incentivo e apoio nos estudos, aprendizado (atirar) e contato com profissionais de alto nível; mas há problemas, não é um mar de rosas. “De dificuldade”, no 6º BPM, por trabalhar com policiais de diversos tipos.</li> <li>• “Mais boa que ruim”, de aprendizado e também de queixas. Lado positivo: a amizade dos colegas e a proteção contra descaminhos na vida civil; lado negativo: discordância quanto ao modo de trabalhar da instituição, quanto a seu ensino (fraco, reduzido e insuficiente para manter a segurança pública), quanto ao lado militar, quanto ao tratamento dos superiores aos subordinados e quanto à falta de direitos humanos na instituição.</li> <li>• “Boa, de orgulho, de trabalho árduo”, apesar da população só valorizar a instituição quando precisa.</li> <li>• “Diferente” (só trabalhou internamente), mas passou pelo “batismo” (confronto com meliantes armados). “Positiva”: por cumprir o dever, para não ter o risco de ser preso ou excluído; “negativa”: pelas atitudes inadequadas de policiais, noticiadas na mídia; de “medo”, em relação exclusão da instituição; de “desvalorização social”: por não ser visto como cidadão; de “injustiça”: pelas vicissitudes da hierarquia; de “bullying”: pelas brincadeiras melindrosas e apelidos.</li> <li>• “De Surpresa e alarme”: por não encontrar na instituição policial militar o sentimento de grupo, de conjunto, de integração entre os membros, nem um tratamento mais adequado e familiar; pelo individualismo, que repercute no trabalho administrativo e operacional. “A maior dificuldade institucional é a relação entre as pessoas”. A experiência mais “positiva”: evitar, pelo diálogo, que um policial injustiçado pedisse para deixar a instituição; a mais “negativa”: os tratamentos desiguais que os superiores dispensam aos subordinados.</li> <li>• De “satisfação”: pois o que faz é proveitoso para a sociedade, sobretudo se o desfecho da ação é tranqüilo e bem</li> </ul>

realizado; de “incômodo”: em relação ao aspecto militar.

- De “aprendizado” nas ocorrências, porque procura aprender com experiências boas e ruins.
- “Boa”. Mas “necessitando melhorar”: nas áreas de tratamento psicológico, de recursos humanos, de escuta ao policial militar, de interação com a família e de respeito ao ser humano que existe por trás da farda.
- De “desafio”: nos cursos, no serviço operacional, na unidade de elite; de “frustração”: numa ocorrência marcante, onde a negociação não teve êxito.
- “Ótima”: por ser bombeiro, salvar vidas e ser tratado bem pela sociedade; de “desvalorização”: pela instituição que reconhece a dedicação.
- De “liberdade e menos acocho” em relação ao tempo que servia na polícia militar, onde a farda era um peso, além de ter que cortar a barba todo dia e o cabelo todo mês.
- De “satisfação”: por fazer o que gosta e ajudar pessoas em situações gravíssimas de insegurança; de “insatisfação”: pelo estresse, pela chateação e pela falta de tempo para a família.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.1: Como se deu a inserção na instituição

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Por concurso público, motivado por questões financeiras e por incentivo de amigo. Antes não gostava de polícia, depois a polícia entrou no sangue.
- Por concurso público, motivado por conveniência financeira e em menor importância a influência do pai policial militar.
- Por concurso público, em razão da necessidade de trabalho e da busca por melhor salário, embora na época não gostasse da polícia.
- Por concurso público, pela extrema necessidade de emprego, atribuindo o ingresso a uma “obra de Deus para honra e glória do Senhor Jesus”.
- Por concurso público, devido à necessidade de emprego.
- Por concurso público, por decisão voluntária.
- Concurso público.
- Por concurso público, após servir três anos no Exército Brasileiro.
- Por concurso público, realizado por acaso. Tomou conhecimento do concurso, pelo rádio, um dia antes do fim das inscrições e resolveu fazer.
- Por concurso público para bombeiro, seguido de curso com duração de seis meses e muito “acocho” e muita instrução militar.
- Por concurso público, em razão do interesse em migrar da Polícia Militar (de maior prisão, regulamento forte e falta de oportunidade para estudar) para a Polícia Civil.
- Por concurso público para Agente de Polícia Civil, em razão de sempre ter trabalhado, desde os dezoito anos, e gostar de investigação.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.1ª: Como se deu a inserção na função atual

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Por ingresso/aprovação no curso de operações táticas especiais (curso caveira).
- Por designação do comando do batalhão para que assumisse o comando da guarda interna do presídio.
- Por ingresso/aprovação no curso de operações táticas especiais (curso caveira).
- Por solicitação de mudança da unidade onde estava, em razão de perseguição, para o Batalhão de choque.
- Por designação da instituição para que servisse no quartel do comando geral (QCG).
- Por ingresso/aprovação no curso de operações táticas especiais (curso caveira).
- Por ingresso/aprovação no curso de operações táticas especiais (curso caveira).
- Por transferência, determinada pela instituição, de um batalhão de interior para o batalhão de choque.
- Por ingresso/aprovação no curso de operações táticas especiais (curso caveira).

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Por designação do comandante geral da organização militar.</li> <li>• Por lotação, após término do curso de formação de Agente de Polícia Civil.</li> <li>• Por “empréstimo” do órgão de origem ao Grupo de Operações especiais da Polícia Civil (GOE), onde se acha à disposição.</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET.2: Atividades que desenvolve/desenvolveu na instituição</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Tirar prontidão, atuar em ocorrências com explosivos, com criminosos fortemente armados, reféns, realizar instruções e treinamentos especializados, invadir locais com uso de força, prática de educação física, repouso, patrulhamento em locais com alto índice de homicídios (todas as ações de um grupo de operações táticas especiais).</li> <li>• Serviço administrativos, serviços operacionais, policiamento à pé, policiamento em viatura, fiscalização de trânsito, serviço de guarda em presídios, serviços de guarda externa de presídios (para evitar fugas), recentemente foi aposentado (transferido para a reserva, segundo a nomenclatura militar).</li> <li>• Educação física, esporte, instrução, almoço, descanso, patrulhamento noturno até a madrugada, aulas de tiro, atendimentos em ocorrências com crise (que envolvem graves riscos e exige atuação de tropas de elite), negociação com pessoas com problemas psíquicos, com meliantes, invasão a locais de risco, ocorrências com explosivos.</li> <li>• Trabalhos internos (burocráticos), ligados à estatística de ocorrências nas áreas de atuação do batalhão (como as praças esportivas), além de serviços de patrulhamento externo (escalas de serviço externo).</li> <li>• Já realizou trabalhos nas áreas interna e externa, fez policiamento comunitário, trabalho em posto policial, patrulhamento a pé e com viatura e atualmente trabalha como cozinheiro.</li> <li>• Controle de distúrbios civis, revistas em presídios, policiamento em campo de futebol, blitz, policiamento comunitário, monitoria em colégio. São múltiplas as atividades e por isso usa a metáfora do camaleão.</li> <li>• Serviços burocráticos, operacionais e de negociador em ocorrências com crise.</li> <li>• Atuação em incêndios, em salvamentos de diversas naturezas, em resgate de acidentados.</li> <li>• Serviços de “Permanência” (recepção/vigilância), que consiste em receber pessoas, dar segurança ao patrimônio do local onde trabalha, receber e distribuir documentos nas seções, fazer a segurança noturna, entre outras atribuições.</li> <li>• Atividades de Polícia especializada, como atuação em ocorrências policiais envolvendo seqüestros Assaltos, roubos a bancos, homicídios de maior repercussão, ações de quadrilhas de presidiários, entre outras.</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET3 como é realizado seu trabalho</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Como operador tático só atua se as demais alternativas táticas não puderem ser utilizadas ou não forem exitosas. Então, invade locais com uso da força planejada.</li> <li>• Reúne os policiais de serviço, em forma, pela manhã; distribui os mesmos nos postos de sentinela (guaritas); fiscaliza o serviço e faz a escrituração do trabalho.</li> <li>• Chega pela manhã, entra em forma, vai para a seção e começa a elaborar estatísticas e ordens de serviço (documento onde o chefe determina que um serviço necessário seja realizado). Em serviços extras, faz policiamento em praças de futebol e outras operações da Batalhão de Choque.</li> <li>• Atualmente, é um trabalho ligado ao preparo de alimentação, todas as tarefas de um cozinheiro.</li> <li>• Um excesso de horas de trabalho (12 horas por dia) e 8 horas, no final de semana. No dia-a-dia o serviço é burocrático e nos finais de semana e o serviço de rua.</li> <li>• É um trabalho sem dia nem hora, nem motivo, surgindo do nada. Exige disponibilidade diuturna e é feito pelo diálogo, para evitar ao máximo o uso da força. Começa pela coleta de informações, para traçar o histórico do caso; em seguida, o negociador se apresenta, dizendo o nome e que está ali para conversar sobre o que está acontecendo e daí por diante a situação vai conduzindo a negociação. São fundamentais empatia, rapport e feedback. O trabalho do negociador se subordina ao comandante da equipe de gerenciamento de crise.</li> </ul>

<ul style="list-style-type: none"> <li>• Dirigindo viatura para o resgate de vítimas, sobretudo motoqueiros no trânsito.</li> <li>• Assume o serviço de permanência, verifica se há alterações no setor, em relação ao serviço anterior, recebe pessoas, distribui documentos e faz a guarda de tudo até passar o serviço para o próximo plantão de permanência.</li> <li>• Com o uso de técnicas de investigação e inteligência policial. O trabalho se inicia mediante Portaria do chefe de polícia ou do secretário de defesa social, que determinam que o grupo de elite passe a atuar no caso.</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET.4: Tipos de demandas dirigidas ao trabalho como Agente de Segurança pública.</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Resgate de reféns, ocorrências com explosivos, com criminosos fortemente armados, homiziados (escondidos em abrigos), ocorrências em que a “polícia normal” não resolveria.</li> <li>• Manter o efetivo da guarda externa em atividade; evitar fuga de presos; evitar a entrada, no presídio, de drogas, de bebidas, de armas, por vezes, arremessadas para dentro do mesmo; controlar policiais afetados emocionalmente.</li> <li>• Ocorrências com crises (aquelas que a polícia normal não resolveria, em razão da gravidade e especificidade), como as que envolvem explosivos, bombas, reféns, assaltos, roubos a banco.</li> <li>• Lançamento de dados estatísticos, elaboração de ordens de serviço e de operação e execução de serviços de policiamento externo, sobretudo em praças esportivas.</li> <li>• Anteriormente eram assaltos (a lojas e transeuntes), brigas de família, brigas de vizinhos. Atualmente são as demandas de uma cozinha de quartel.</li> <li>• Discussão entre torcedores; problemas com bebidas alcoólicas; violações da lei, pelas pessoas, mesmo diante do policial; questões com “sem terra”; participação em coisas fúteis, que fogem à especificidade do batalhão e até em eventos privados.</li> <li>• Condicionamento físico acima da média, disponibilidade diuturna, aperfeiçoamento constante, instruções diárias, patrulhamentos em área de risco, ocorrências com crise, ocorrências com meliantes homiziados.</li> <li>• Resgate de acidentados, incêndios, salvamentos diversos.</li> <li>• Pessoas querendo confeccionar documentos, querendo informações; tarefas burocráticas do expediente; vigilância do local de trabalho, de dia e de noite.</li> <li>• Resolução de seqüestros, assaltos, roubos a banco, homicídios de grande repercussão, pesquisa da ação de quadrilhas de detentos, e outras demandas que sejam determinadas, quando não há demanda específica, (clínica Geral).</li> </ul>
<p><b>EIXOS TEMÁTICOS:</b></p> <p>ET.5: Julga o agente de segurança pública preparado emocionalmente para lidar com as situações com as quais se depara?</p>
<p><b>CONTEÚDOS APREENDIDOS:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>• Infelizmente o policial militar, de um modo geral, e mesmo na CIOE, não é preparado emocionalmente para lidar com as ocorrências com que se depara.</li> <li>• O policial não é preparado emocionalmente e por isso devia haver um psicólogo em cada quartel. Algumas vezes, tem que segurar colegas policiais, em razão do desequilíbrio emocional.</li> <li>• Boa parte dos policiais sofre com o despreparo emocional, mas na CIOE são alertados para não se envolverem passionalmente com as ocorrências.</li> <li>• O policial militar não tem preparo emocional para lidar com as situações com as quais se depara. Seu único contato com a psicologia é na seleção para ingresso. Nos cursos (soldado, cabo, sargento) não viu nada de psicologia. O que sabe sobre o assunto pesquisou na internet.</li> <li>• O policial militar não é preparado emocionalmente para lidar com as situações que enfrenta, apesar de exercer uma atividade com várias possibilidades de conflitos, do medo de enfrentar ocorrências com efetivo reduzido, bem medo de novas tecnologias como o celular (descrito como um terror para os policiais).</li> <li>• O policial militar não é preparado emocionalmente, porque não tem acompanhamento psicológico. Ele se defende pelo instinto de sobrevivência. Em várias situações não se respeita (a instituição não respeita) a condição humana do policial.</li> <li>• O policial militar não é preparado emocionalmente para o seu trabalho, pois não há acompanhamento psicológico e em</li> </ul>

onze anos na instituição policial militar jamais foi acompanhado por psicólogo.

- O policial militar, de um modo geral, e mesmo da CIOE, não está preparado emocionalmente para lidar com as situações com as quais se depara. Não é uma política da instituição o trabalho emocional, pois ela só se preocupa com a técnica e com o procedimento e procura resolver os problemas do ser humano com o regulamento disciplinar.
- Sabe que existe um serviço de psicologia no bombeiro mais não conhece. Também desconhece qualquer trabalho institucional voltado ao preparo emocional dos bombeiros, mesmo havendo aqueles que diante de uma vítima grave ficam desorientados. Os que procuram o apoio psicológico são apoiados por uns e sofrem gozação de outros.
- O policial (civil e militar) não é preparado emocionalmente para lidar com as ocorrências com as quais se depara e seu preparo emocional ocorre com a prática. Nos primeiros serviços, como policial, “tremeu na base” (teve grande medo), mas com o dia-a-dia foi superando.
- Nunca o ser humano está preparado emocionalmente. A profissão policial é estressante e os problemas externos também afetam. No GOE (Grupo de Operações Especiais) existe abertura para falar problemas emocionais aos chefes. Mas no plano institucional não há preocupação com esse aspecto emocional dos policiais.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.:6 A importância do apoio psicológico ao longo de uma intervenção policial de maior risco

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- Importante, pois a polícia deixa muito a desejar no campo da psicologia, embora a profissão policial seja a mais estressante do mundo.
- Importante, pois alguns policiais são tomados de descontrole emocional, outros chegam da rua para trabalhar com a “cabeça fervendo” e o serviço policial é de natureza perigosa, envolvendo arma.
- Importante, pois há uma sobrecarga de trabalho, sem o cuidado de se avaliar o estado emocional do policial, que não tem tempo de se recuperar, de se restabelecer emocionalmente e já está em outra ocorrência. Em certas ocorrências como as de violência sexual contra menores e as de pedofilia, onde é difícil segurar a emoção de certos policiais. Além disso, o trabalho é um trabalho de tensão.
- É importante, é o que mais precisa, pois o batalhão de choque lida com o “controle de distúrbios civis” (ocorrências policiais com grande número de pessoas), onde se utiliza bombas de efeito moral, spray de pimenta, escudos, capacetes, sons, marchas de impacto e tudo isso causa efeitos emocionais no público e nos policiais militares. Além disso, o policial militar não tem oportunidade de expressar seus sentimentos.
- Importante para permitir / facilitar a comunicação e o diálogo e também porque a atividade policial sempre envolve traumas, conflitos entre vários níveis hierárquicos. Pode, ainda, evitar que o policial haja na rua como pai, advogado e juiz e para que não tome para si as emoções das ocorrências, reagindo com violência.
- É importante durante, após e bem antes de uma ocorrência policial de maior risco. O policial precisa filtrar os males que a profissão traz, que atinge a todos e no caso das mulheres afeta até à menstruação.
- É fundamental. É tão importante que já pensou em escrever sobre o tema e defende que um profissional da “área psi” (psicólogo, psiquiatra) faça parte da CIOE.
- É importante. Até jogador de futebol tem.
- É importante, porque o preparo emocional na Polícia Civil é feita na prática, no dia-a-dia.
- É fundamental, porque a Polícia Civil Vai à “boca do lixo”. Ele pensa que é blindado, intocável, pela cultura machista e pela cultura policial, mas no fundo está lascado internamente, pelo estresse, pela tensão, pelos horrores que vê e pratica (é obrigado a praticar). Diz-se a um colega que está fragilizado porque matou alguém, ele diz isso é besteira, eu já matei dez. Um policial não se abre com o outro. Ambos ficam se enganando.

### **EIXOS TEMÁTICOS:**

ET.:7 A importância de um suporte psicológico para o trabalho do Agente de Segurança Pública.

### **CONTEÚDOS APREENDIDOS:**

- É importante porque a profissão de policial é a mais estressante do mundo. Também para trabalhar a questão do militarismo, que sai dos quartéis para a relação policial/cidadão no cotidiano

- É muito importante, pela capacidade que esse suporte tem de evitar muitas coisas ruins na vida do policial militar, como ir trabalhar após pressão e/ou ameaças de prisão e de exclusão, em vez de receber palavras de estímulo.
- É importante, pelo alto nível de estresse e de tensão das atividades desempenhadas pelo policial, que exigem equilíbrio emocional.
- Seria ótima a presença de psicólogo (a) não só no Batalhão de Choque, como nos demais. É muito necessário o apoio psicológico ao trabalho, para evitar que ocorrências simples descambem para a violência, como forma de aliviar o estresse. “A maior parte dos casos de violência policial decorrem da emoção”.
- Mesmo para o trabalho interno, de cozinheiro, é importante, porque existem conflitos interpessoais.
- É muito importante. Tanto que mesmo sem tempo resolveu participar da pesquisa, para poder, pelo menos, falar e chamar a atenção de que a maioria dos superiores não sabe ou não quer saber da importância disso.
- É importante e essencial, pela possibilidade da escuta e pelo ajudar a pensar.
- É importante e pode ser mais um braço, mais uma ferramenta e exemplifica com o caso de uma negociação que não obteve êxito e o negociador não tinha com quem conversar, no batalhão onde serve, para aliviar a angústia e a frustração. O profissional de psicologia seria um link, uma referência, na hora das necessidades.
- É importante. O jogar de futebol tem psicologia para orientar o cara. No bombeiro têm caras com vários problemas, nenhum se abre para o outro e há até alcoolismo.
- Acha importante, porque tem muitos policiais que não conseguem enfrentar o dia-a-dia e se perdem emocionalmente. Tem muita gente afetada com problemas psicológicos na polícia civil. Alguns têm segurança emocional no trabalho, mas precisaria de uma matéria forte sobre isso. Acredita que de cada mil policiais que entram, trezentos têm estrutura emocional e vocação, os demais (setecentos) estão ali só pelo emprego.
- É fundamental. Na seleção de um grupo de policiais do GOE que foi fazer um curso em Brasília-DF, os quais passaram por avaliação psicológica, ficou evidente o quanto a psicologia pode ajudar na elaboração de perfis, descoberta de habilidades e potencialidades, ajudando a polícia civil a planejar melhor, investir em habilidades de seus policiais.

The graphic for Chapter 5 consists of a yellow rectangular box with the word "CAPÍTULO" in blue, bold, uppercase letters. Below this box is a larger, light blue square containing a large, stylized blue number "5".

## CAPÍTULO 5

“Ainda falta muito para que o serviço de psicologia da instituição chegue à excelência”  
(Entrevistada Recomeço).

### REFLEXÕES E CONSIDERAÇÕES

Nossa intenção, neste trabalho de pesquisa, foi a de conhecer os serviços de psicologia oferecidos pela Secretaria de Defesa Social do Estado de Pernambuco, dando especial atenção às ações desenvolvidas pelos psicólogos no contexto desta Instituição. Para tanto, ouvimos as experiências desses profissionais: suas percepções, motivações, dificuldades, desafios, temores e sonhos, enfim o vivido no dia-a-dia de suas práticas profissionais. Suas narrativas, corajosas e reveladoras, nos abriram para um riquíssimo leque de perspectivas que nos permitiu perceber, claramente, que para além do relato das ações desenvolvidas pelos participantes-psicólogos, o que estava sob questão, prioritariamente, era e é a Instituição. Poderíamos dizer que a Instituição Segurança Pública foi emergindo, com tanta potência, em cada narrativa, que nos pareceu que estivesse, com urgência, pedindo passagem; precisando revelar-se naquele dito, realizado naquele contexto.

Do mesmo modo, também queríamos conhecer a prática profissional dos agentes de segurança pública; interessava-nos, sobremaneira, suas percepções quanto às atividades que desenvolvem e os sentimentos envolvidos nessas diferentes funções. Buscávamos, em última análise, problematizar a segurança emocional dos agentes de segurança, em paralelo ao suporte psicológico que lhes é oferecido. Novamente fomos capturados por narrativas que expressam uma profunda coragem, embora permeada por muitos medos, frustrações, desafios, decepções e, apesar de tudo, sonhos. Mais uma vez

percebemos, em todos os relatos, que sem pedir licença, a Instituição Segurança Pública se colocava sob questão.

Assim, para não nos repetirmos quanto aos eixos temáticos e conteúdos de sentido abordados nas narrativas, já apresentados anteriormente em nossa abordagem compreensiva, optamos por destacar seus inúmeros pontos de convergência, tanto no que se refere aos psicólogos entrevistados quanto aos agentes de segurança pública, procurando articulá-los com a escassa bibliografia existente sobre o tema.

Para a consecução dos objetivos desta pesquisa, trabalhamos com as três instituições que compõem seu sistema de segurança pública: Polícia Civil, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros Militar. Dos participantes, cinco psicólogas compõem a Divisão de Assistência Psicológica da Polícia Civil (DIVASP), quatro estão lotadas no Gabinete de psicologia da Polícia Militar, uma trabalha no Núcleo de Atenção à Dependência Química (NADEQ) da Polícia Militar e dois integram o Gabinete de psicologia do Corpo de Bombeiros Militar. Quanto aos agentes de segurança pública, foram obedecidos os mesmos critérios, sendo assim, respectivamente, distribuídos: nove agentes de segurança pública são policiais militares, dois são policiais civis e um bombeiro militar.

Desvio de Função, Ambiguidade, Hierarquia e relações de poder e Desafios são palavras chaves nas narrativas dos psicólogos-participantes. A inserção da quase totalidade dos profissionais nas instituições de segurança do Estado de Pernambuco se deu mediante concurso público para a área da segurança pública, sendo, posteriormente, desviados de função. A exceção de uma policial militar que diz ter entrado na instituição por admirar a farda e gostar do militarismo e de dois entrevistados que admitiram a influência familiar, a grande maioria ingressou por necessidade financeira e de emprego e alguns dos sujeitos entrevistados alegam não ter perfil para o lado policial.

O desvio de função parece ser uma das maiores dificuldades enfrentadas pelos psicólogos: ao mesmo tempo em que são hierarquicamente subalternos às suas chefias e comandos, devendo-lhes respeito e o cumprimento de um conjunto exigências regulamentares, se vêem frente a situações e demandas que requerem uma nítida separação entre o papel de psicóloga (o) e o de agente de segurança. Isso se agrava, na

medida em que atendem a policiais e seus familiares com patentes mais elevadas e que entram em contato com conteúdos que, se não ferem a instituição, pelo menos a denunciam, o que é motivo de muito medo pelas fantasias das possíveis retaliações que podem advir, sem deixar de mencionar o preconceito e o estigma que cercam a procura pelo serviço de psicologia.

A Ambiguidade institucional vivida pelos profissionais de psicologia, também agentes de segurança, se estende às suas percepções quanto a extensão do trabalho que desenvolvem. Embora o percebam como de extrema importância para os que conseguem chegar até ele, sua dimensão é irrelevante se relacionada ao tamanho da instituição Segurança Pública e de suas necessidades. Nenhum dos serviços psicológicos oferecidos é direcionado exclusivamente à ação clínica psicológica dos agentes de segurança, pois também exercem atividades nos campos da psicologia organizacional, além da institucional. Nesse sentido, são realizados atendimentos clínicos psicológicos individuais e em grupo; avaliações psicológicas para porte de arma e para concursos e cursos internos; aplicações e correções de testes psicológicos; elaboração de Laudos, Pareceres e Relatórios, atendimentos domiciliares, hospitalares, em UTIs, atendimentos a agentes de segurança pública em conflito com a lei, a drogaditos e alcoolistas, a policiais em sofrimento pós-traumático, a crianças, adolescentes e idosos, entre outras.

Os sofrimentos psíquicos que demandam pelos serviços de psicologia são os mais variados, indo desde os chamados estressores psicossociais até aos distúrbios psiquiátricos. Predomina o elevadíssimo índice de estresse, síndrome pós-traumática, depressão, transtorno bipolar, síndrome do pânico, problemas de adaptação ao trabalho, problemas de relacionamento interpessoal, familiar, conjugal, instabilidade emocional, alcoolismo e drogadição. Considerando que muitos desses sofrimentos são claramente ligados à natureza do trabalho dos agentes de segurança, afetando, sobremaneira, sua qualidade e estilo de vida, concordamos com Minayo, Souza & Constantino (2008) ao afirmarem, analisando a saúde mental dos policiais militares do Rio de Janeiro, que o problema mais citado é o estresse, ou melhor, os “estressores psicossociais”. Paschoal & Tamayo (2004) e Tamayo et al (2002) mostram que as respostas psicológicas no campo do estresse ocupacional ressaltam a insatisfação, a ansiedade e a depressão. Além disso, a estreita interdependência entre o mundo psíquico

e o social, do sofrimento psíquico com as condições objetivas de vida, como proposto por Bock (1999), se apresentam com clareza na vida pessoal e profissional tanto dos psicólogos como dos agentes de segurança participantes da pesquisa.

É importante ressaltar que não há um serviço direcionado para a prática diária dos agentes de segurança pública, sobretudo pela falta de profissionais e de uma política institucional voltada a esta área. Também não há ação clínica psicológica voltada às ocorrências de alto nível de tensão, nem antes, nem durante, nem depois das mesmas, embora os agentes de segurança pública entrevistados tenham insistido na necessidade e citado a existência do serviço em outras polícias, como na americana. Chama-nos especial atenção, ainda, a falta que qualquer apoio psicológico aos agentes de segurança em outros municípios do Estado de Pernambuco, o que restringe as ações psicológicas desenvolvidas apenas àqueles que integram o quadro de segurança pública da Capital.

São inúmeros os desafios enfrentados pelos profissionais de psicologia para legitimarem e consolidarem sua prática profissional junto ao sistema de segurança pública. A título de exemplos citamos: resistência dos agentes de segurança pública em retornar ao local de trabalho, após o tratamento; a cultura machista e onipotente dos agentes de segurança pública dificultando o pedido de ajuda; a idéia de certos comandantes de que fragilização emocional é “coisa de mulher”; falta de incentivo financeiro e desmotivação; o reduzido número de profissionais; o excesso de tempo dedicado a outras atividades (avaliações para porte de arma, por exemplo), em prejuízo da atenção ao sofrimento psíquico dos agentes de segurança pública; falta de psicólogos nos Batalhões e nas Regionais; a injustiça dos regulamentos e a subjetividade e parcialidade em sua aplicação; a reabertura de feridas tratadas quando do retorno à instituição; poucas vagas para internamento; os maus tratos dirigidos aos agentes de segurança pública nos quartéis e delegacias, por parte dos superiores; falta da importância devida à psicologia e de condições de trabalho; Ausência de uma equipe multidisciplinar; a cultura do medo, a insatisfação e o rechaçamento constante aos agentes de segurança pública.

Estas dificuldades comprovam o que Leny Sato, do Departamento Intersindical de estudos e Pesquisas de Saúde e dos Ambientes de Trabalho (DIESAT), afirmou na Conferência Nacional de Saúde do Trabalhador (1994): “saúde mental e trabalho não tem sido tema prioritário de várias categorias”. Na segurança pública essa falta de

prioridade é cotidianamente constatada, sobretudo quando se verifica que as Legislações de Saúde e Segurança do Trabalhador - CLT, Lei da Seguridade Social, Lei dos Planos de Benefícios da Seguridade Social - não se aplicam aos trabalhadores da segurança pública, o que exige que psicólogos e agentes lutem em prol de um sistema de proteção no plano legal. Quanto aos estudos no campo da clínica psicológica relacionados ao trabalho, Deusdedit-Júnior (2007) afirma que estes são escassos. Possivelmente, isto contribui para a percepção equivocada das instituições de segurança pública quanto ao papel da ação clínica psicológica, não obstante as importantes contribuições de Codo (2004), Vasques-Menezes (2004) e Tavares (2004), neste âmbito.

Hierarquia, invisibilidade social, falta de reconhecimento, desafio, dedicação são palavras recorrentes nas falas dos participantes-agentes de segurança pública em nossa pesquisa. A esse respeito é importante a afirmação feita por Minayo, Souza & Constantino (2008), de que há entre os agentes de segurança pública um “culto ao risco”. Citando Gomes et al (2005), os autores indicam que os policiais têm sempre “seus corpos expostos e seus espíritos não descansam”, encontrando, na pesquisa por eles realizada, falas que caracterizam a vivência nos quartéis como uma “paz armada”.

Assim como observado com os psicólogos-participantes, o ingresso dos agentes de segurança pública nas respectivas instituições se dá, na totalidade dos casos, mediante concurso público. A motivação, em regra, é a necessidade financeira e de emprego e, raríssimas vezes, por vocação; Alguns dos participantes pesquisados chegam, inclusive, a alegar que não gostavam de polícia. A influência de familiares, amigos ou de outras instituições militares também são fatores relevantes, sem deixar de considerar que alguns agentes, já alocados em suas unidades, prestam outro concurso para migrarem de uma polícia para outra, com o intuito de fugir da opressão e do “acocho”. Essa migração é muito comum e, certamente, um dos fatores do eterno conflito entre as instituições.

A inserção na função em que estavam no momento da pesquisa, na maioria dos casos ocorreu por decisão administrativa de lotação, após o curso preparatório, que segue ao concurso. Os integrantes de grupos de elite são lotados nesses grupos após uma rigorosa seleção e rigorosíssimo curso, onde apenas 20% dos iniciantes conseguem concluir. A transferência de uma unidade ou serviço para outro é prática constante, sendo utilizada, muitas das vezes, não por necessidade ou perfil do agente, mas como

punição, o que causa aos agentes de segurança não só problemas familiares e sociais, mas, sobretudo, psíquicos e funcionais.

As atividades desenvolvidas pelos agentes de segurança pública estão ligadas ao tipo de instituição a que pertencem e dentro destas à natureza do trabalho que executam. Realizam atividades de cozinheiro (preparar alimentação, servir aos superiores); serviços burocráticos (elaborar documentos, planejar atividades e ações); de motoristas (direção de motos e automóveis); atividades de guarda de pessoas e instalações (exercer a vigilância); policiamento de rua, além das atividades especializadas. Nesse campo especializado, os agentes de segurança pública demonstram compreender melhor sua prática.

Os batalhões especializados realizam, naturalmente, trabalhos específicos: os agentes de segurança pública da Companhia Independente de Operações Especiais (CIOE) desenvolvem atividades de prontidão (aquartelamento), atuação em ocorrências com crise (envolvendo explosivos, criminosos fortemente armados, reféns, tentativas de homicídios, de suicídios, roubo a bancos, assaltos, criminosos homiziados, rebeliões em presídios, patrulhamento em áreas com alto índice de homicídios; Nesses casos, a idéia é tentar a solução pelo diálogo. O uso da força é a última estratégia e decorre de ordem do “gerenciador de crise”. É um trabalho exaustivo, sem dia nem hora, aparecendo repentinamente e exigindo dedicação integral.

Já os agentes de segurança pública do batalhão de choque realizam, prioritariamente, o chamado “controle de distúrbio civil” (ocorrências envolvendo grandes massas humanas), policiamento em grandes praças esportivas, revistas em presídios, entre outras atividades destoantes de sua função.

Os bombeiros militares realizam atividades ligadas a controle de incêndio, salvamentos, resgate de acidentados, entre outras.

Os agentes de segurança pública civis também realizam as chamadas atividades ordinárias, tais como: investigações, elaboração de Termo Circunstanciado de Ocorrência, confecção de inquéritos policiais, capturas, prisões, entre outras; e atividades especiais (ocorrências envolvendo seqüestros, assaltos, roubos a bancos, homicídios de maior repercussão, ações de quadrilhas de presidiários), a título de exemplo.

Para James Q. Wilson, citado por Goldstein (2003), as funções de polícia (manutenção da ordem e aplicação da lei) têm a peculiaridade de a primeira ser exercida por profissionais “subalternos”, sozinhos e com ampla liberdade discricionária, em assuntos da mais alta relevância (vida e morte, honra e desonra), em um ambiente amedrontador e talvez hostil. Tal aspecto constitui-se em fator a mais de estresse, risco e adoecimento desses agentes.

Os múltiplos objetivos da polícia, ainda segundo Goldstein (2003), se coadunam com as demandas e atividades exercidas pelos agentes de segurança pública pesquisados. A contradição entre a democracia e a função das forças de segurança, como referida pelo autor, constitui-se também em elemento de tensão para os agentes de segurança pública.

Assim como observado com os psicólogos entrevistados, os agentes de segurança pública descrevem sua experiência na instituição com sentimentos ambíguos e carregados de tensão. Embora as vivências positivas sejam de menores frequências, estão ligadas à possibilidade de diálogo, abertura dos chefes, apoio para estudar, possibilidade de contato e aprendizado com profissionais de alto nível, amizade com colegas e aquisição de bens em razão do emprego. Tais vivências são bem menos frequentes nos agentes de segurança que trabalham fora dos grupos de elite que, pelas oportunidades oferecidas são referidos por seus membros como “outra polícia”.

Quanto ao preparo emocional dos agentes de segurança pública para lidar com as situações com as quais se deparam os entrevistados, unanimemente, entendem que não se consideram emocionalmente preparados nem mesmo os integrantes de grupos de elite admitem tal preparo. Alguns revelam que já tiveram que segurar colegas com desequilíbrio emocional. No contexto de violência em que a população vive, pode-se afirmar que a segurança pública do Estado é reprodutora da violência sofrida pelos próprios agentes de insegurança e incapaz de conter a desordem e manter a segurança àqueles para os quais se destinam suas funções. Possuindo uma polícia onde a banda pode já pode ser considerada uma orquestra, qual não é o risco e a crise vivenciada pelos agentes de segurança e como isso não afeta significativamente sua emoção? Para Goldstein (2003), o policial, muitas vezes, é colocado em situação inglória, pois os estatutos exigem e a sociedade espera, mas esta não tolera aplicação forçada da lei.

Frequentes episódios de abuso de poder, incidentes envolvendo vítimas com resultados desastrosos, a incompetência da polícia na solução de vários conflitos, entre outros exemplos, revelam o despreparo operacional e emocional e em vários outros os campos, dos nossos agentes de segurança. Nesses casos, todos sofrem; não há vencedores ou vencidos e a instituição se fragiliza, se divide, prejudicando a segurança pública e a segurança emocional dos agentes de segurança. Concordamos com Guaracy Mingardi (2007) ao afirmar que a polícia civil (o que poderia ser extensivo às demais) é uma fábrica de papéis e não de solução de crimes. Só 5% dos crimes contra o patrimônio são investigados e só 3% dos homicídios. Assim, podemos concluir que não é só com o emocional de seus policiais que a instituição de segurança não se preocupa, mas com a própria eficiência e eficácia do sistema como um todo. Di Pietro (2002) afirma que há um campo de tensão entre o cidadão e a administração. Os agentes de segurança pública se colocam nesse campo, para fazer valer a vontade da administração e isso tem um custo emocional. O chamado “Poder de Polícia” não se exerce sem oposição. Nessa mesma direção Cerqueira, Lobão e Carvalho (2005) ressaltam que os profissionais de segurança pública insistem em se afastar de uma discussão pluralista e interdisciplinar da questão. Certamente isto representa um dos fatores para os comportamentos das lideranças em relação aos subordinados e à equipe de profissionais da psicologia. Zaverucha (2009), por sua vez, alerta para o equívoco da formação do Delegado de polícia em Pernambuco, do mesmo modo como o Promotor de Justiça Westey Conde (2009) questionou a formação do soldado PM.

Reportando-se à importância do apoio psicológico, sobretudo em ocorrências de maior risco, os agentes de segurança pública entrevistados, também em uníssono, afirmam ser importante, fundamental. Reconhecendo que suas atividades, por envolverem conflitos e medos, exigiriam preparo emocional dos agentes de segurança e atribuem inúmeras falhas em seu trabalho à ausência deste suporte. Percebem que uma ação psicológica direcionada aos agentes de segurança não só permitiria/facilitaria o diálogo entre os próprios colegas de trabalho, mas também com os superiores a quem hierarquicamente devem obediência e respeito, minimizando os conflitos e traumas vividos diariamente. As ações psicológicas afetam significativamente os agentes de segurança pública. De um lado os psicólogos relatam os benefícios propiciados nos atendimentos: o resgate da auto-estima, dos projetos de vida, o retorno ao trabalho; de outro, as falas dos agentes de segurança pública indicando o sofrimento de amigos ou os

seus, a dificuldade em falar, as atitudes desequilibradas em ocorrências, entre outros exemplos, como resultados da falta de uma ação clínica psicológica voltada a esse propósito.

Através das narrativas colhidas, tanto dos psicólogos quanto dos agentes de segurança pública, pudemos perceber que, apesar de ainda haver muito a se fazer no campo da Segurança Pública do Estado de Pernambuco, conquistas e mudanças já ocorrem, sobretudo na direção do combate à matriz “conservadora repressiva, historicamente arraigada nos quadros da segurança pública, como afirma o Conselho Federal de Psicologia na 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública (CONSEG, 2009). Ao que tudo indica as contribuições dos profissionais de psicologia neste campo são de suma importância, o que pode ser atestada pela preocupação do Conselho Federal de Psicologia quando da elaboração do documento norteador do já referido CONSEG (op.cit). Ao enfatizar como um de seus principais eixos de discussão a valorização profissional e otimização das condições de trabalho, aliado a prevenção do crime e da violência para a construção de uma cultura de paz, entre outros eixos de igual relevância, o Conselho Federal e Regionais colocam-se lado a lado dos psicólogos que trabalham no Sistema de Segurança Pública em busca de uma segurança que, de fato, promova e ofereça segurança a grande parcela da população.

Acreditamos, também, que a elaboração dessa dissertação, a partir da escuta das riquíssimas narrativas apresentadas, constitui-se um esforço nessa direção. Procurando dar a palavra aos nossos participantes, intencionamos estimular o debate sobre a importância do suporte psicológico para a saúde da segurança pública e a segurança emocional de seus agentes. Para que as ações clínicas possam ser propostas, nos parece fundamental a ampliação do número de profissionais psicólogos e de áreas afins, mediante concurso público, bem como a criação do quadro de psicólogos da segurança pública do Estado de Pernambuco, vinculado à Secretaria de Defesa Social, evitando-se o desvio de função e a interferência de comandantes e chefes no trabalho a ser desenvolvido. Por fim, a remessa de cópia deste trabalho às instituições de segurança pública será uma das formas de procurar conscientizá-las da necessidade de se fornecer um suporte psicológico adequado aos agentes de segurança pública, em benefício destes, de sua segurança emocional, da segurança pública, da sociedade, da cidadania e dos direitos humanos.

Finalmente, compreendendo que todo trabalho de pesquisa é inconcluso, deixamos em aberto, para novas investigações, este rico campo de estudos, esperando que outras contribuições possam agregar valor a um tema vasto e de grande complexidade.

**REFERÊNCIAS**

- Adorno, S & Lamin, C. (2006). Medo, violência e Insegurança. In: Lima, R. S. & Paula, L. (Orgs) Segurança Pública e violência: o Estado está cumprindo o seu papel? São Paulo: Contexto.
- Adorno, S (2009). Políticas Públicas de Segurança e Justiça Penal. Cadernos Adenauer IX, nº 4, Rio de Janeiro:Fundação Konrad Adenauer, 2009.
- Albornoz, S. (1986). O que é trabalho. São Paulo: Brasiliense.
- Alves, C.F.O.; Penha, H.T & Caldas, M.T. (2009) Saúde e Sofrimento do Trabalhador: Experiências e Olhares a Cerca do (dês) Cuidado de Cuidadores/Profissionais de Saúde Mental no Contexto do SUS, Numa Perspectiva Fenomenológica Existencial. In:Fundamentos de Psicologia: Aconselhamento Psicológico numa Perspectiva Fenomenológica Existencial. Uma Introdução. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan.
- Amador, F. S. et all (2002). Por um programa preventivo em saúde mental do trabalhador na Brigada Militar. Psicologia: Ciência e Reflexão, 22 (3): 89-90
- Azevedo, S & Leão, N.(2010) A Tropa Está Fora de Controle? Por Que a Polícia Paulista Assassinou dois jovens motoboys inocentes e mata cada vez mais civis em confrontos? Revista Isto É, N. 2114, ano 34, 19/05/2010. São Paulo. Editora 3.
- Araújo, T. M.; Graça, C.C. & Araújo, E. Estresse Ocupacional e Saúde: Contribuições do Modelo demanda-controle. Ciência e Saúde Coletiva. Rio de Janeiro: v. 8, n. 4, pp. 991-1003.
- Barbosa, L.N.F. & Francisco, A.L (Orgs) (2008). Modalidades de Práticas Psicológicas Clínicas em Instituições. Recife: Fundação Antônio dos Santos Abranches.
- Barbosa, R. (1999). Pensamento e Ação de Rui Barbosa. Organização e Seleção de Textos pela Fundação Casa de Rui Barbosa. Brasília: Senado Federal.
- Bardin, L. (2008). Análise de Conteúdo. Portugal: Edições 70 (trabalho original publicado em 1977).

- Barreman, G. Por Traz de Muitas Máscaras. In: Zaluar, A. (Org.) (1975). Desvendando Máscaras Sociais. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Barus-Michel, J. (2004). O Sujeito Social (E. Galery & V.M. Machado, Tradis.). Belo Horizonte: PUC/Minas.
- Becker, H. M. (1994). Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais. São Paulo: HUCITEC.
- Beehr, T. A. (1998) Research on occupational stress: an unfinished enterprise. *Personnel Psychology*, 51:835-844.
- Benevides de Barros, R. D.; Passos, E (2004). Clínica, Política e as Modulações do Capitalismo. *Lugar Comum*. Rio de Janeiro: n. 19 20, PP. 159 – 171, 2004.
- Berger, P. & Luckmann, T.(2009) Construção Social da Realidade. Petrópolis: Vozes.
- Bezerra Júnior, B.(1989) Subjetividade Moderna e o Campo da Psicanálise, Freud - 50 anos Depois. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Bleger, J. (1980). Temas de Psicologia – Entrevistas e Grupos. Trad. Rita M. M. de Moraes.(6ª Ed), São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Bock (1999), A.M.B. A Psicologia a Caminho do Novo Século: Identidade Profissional e Compromisso Social. *Revista Estudos de Psicologia*, 4 (2), 315-329, 1999.
- Bourdieu, P. Esquisse d'une Theorie de La Pratique. Paris: Libraire Droz.
- Brant, L. C. & Minayo-Gomes, C. (2005).Suffering and its destines in working management. *Ciência & Saúde Coletiva*, 10 (4): 935-956, 2005.
- Brasil. Ministério da Saúde. II Conferência Nacional de Saúde Mental. Relatório Final. Ministério da Saúde. Brasília, 1994.
- Broide, J. (1989). Diagnóstico Institucional Realizados Através de Grupos Operativos. *Revista Brasileira de Pesquisa em Psicologia*. 1 (02):07-13.
- Bruns, Maria Alves de Toledo e Holanda, Adriano Furtado (Orgs.). (2005) Psicologia e Pesquisa Fenomenológica. São Paulo: Omega.

Cadernos Temáticos Conseg – M. Justiça 2009.

Cadernos Temáticos da Conseg- 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública, Brasília, ano. Segurança Pública e Construção da Subjetividade: Princípios e Diretrizes. P.48-54.

Calazans, R. (2008). Psicanálise: Clínica da Escuta, Clínica do Sujeito Pulsional. Revista de Psicanálise, ano 21, N.1, Mar.

Castel, R. (2008) As Metamorfoses da Questão Social: Uma Crônica do Salário. Petrópolis: Vozes.

Cerqueira, D. R. C.; Lobão, W. J. A.; Carvalho, A. X. Y. (2005). O Jogo dos Sete Mitos e a Miséria da Segurança Pública no Brasil. Rio de Janeiro: Irea.

Chanlat, J.F. (coord). (1991).O Indivíduo Nas Organizações: Dimensões Esquecidas. V.1. São Paulo: Atlas.

Chiavenato, I. (1998). Recursos Humanos. Edição Compacta. 5ª Ed. São Paulo: Atlas.

Codo, W. (1994). A Síndrome do Trabalho Vazio em Bancários. In: Codo, W & Sampaio, J. J. Sofrimento Psíquico nas Organizações. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (1997). Um Diagnóstico do Trabalho (Em Busca do Prazer. In: Codo, W; Tamayo, A.; Borges, A. & Jairo, E. (Org.). Trabalho, Organização e Cultura. São Paulo: Capital.

\_\_\_\_\_ (2002) Um Diagnóstico Integrado do Trabalho com Ênfase em Saúde Mental. In, Jacques, M. G. & Codo, W. (Org.). Saúde Mental e Trabalho. Leituras. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2004). O Trabalho Enlouquece? Um Encontro Entre a Clínica e o Trabalho. Petrópolis: Vozes.

\_\_\_\_\_ (2006). Um diagnóstico do trabalho em busca do prazer. In: Por uma psicologia do trabalho: ensaios escolhidos. Coleção Trabalho Humano. São Paulo: Casa do Psicólogo.

- Cooper, C. L. & Cartwright, S. (2001) Organizational management of stress and destructive emotions at work. In: Payne, R. L. & Cooper, C. L. (Orgs.). *Emotions at Work: theory, research and applications for management*. Chichester: John Wiley & Sons, 2001.
- Critelli, Dulce Mara. (1996) *Analítica do Sentido: Uma Aproximação e Interpretação do Real de Orientação Fenomenológica*. São Paulo: EDUC/Brasiliense.
- Cyarollo, C e Nascimento, A (2009) *Segurança pública e psicologia: pelo fortalecimento dos laços sociais conscientes e solidários na garantia de direitos*. In: *Cadernos temáticos CONSEG*.
- Dantas, M. L. (2003). *Segurança Preventiva: Conduta Inteligente do Cidadão*. Recife: Nossa Livraria.
- Dejours, C. (1992). *A Loucura do Trabalho*. São Paulo: Cortez.
- Dejours, C.; Dessors, D. & Desrioux, F. (1993). Por um Trabalho Fator de equilíbrio. *RAE (Revista de Administração de Empresa)*. São Paulo: v.33, n. 3, pp. 98-104.
- Denzin, Norman K. & Lincoln, Yvoyna S. (2006) *O Planejamento de Pesquisa Qualitativa: Teorias e Abordagens*. Porto Alegre: Art. Med.
- Deusdedit-Júnior, M. (2007). *Da Categoria Trabalho na Clínica à Clínica do Trabalho*. In: Reis, F.J.T & Franco, V.C (Org). *Aprendizes da Clínica; Novos Saberes Psi*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Doron, R; Parot, F. (Orgs.) (1998) *Psicologia Clínica. Dicionário de Psicologia*. Vol. 1, São Paulo: Ática.
- Di Pietro, M. S. Z. (2002) *Direito Administrativo*. (14ª Ed) São Paulo: Atlas.
- Dumont, L. (1993) *Ensaio Sobre o Individualismo: Uma Perspectiva Antropológica Moderna*. Rio de Janeiro: Rocco.
- Dutra, E. (2004) *Considerações Sobre as Significações da Psicologia Clínica na Contemporaneidade*. *Estudos em Psicologia*. V. 9, n. 2, PP. 381 – 387.

- Enriquez, E. (1997). *A Organização em Análise*. Petrópolis: Vozes.
- Etges, N. (1991). *Produção de Conhecimento e Interdisciplinaridade*. Florianópolis: UFSC. (Mimeo)
- Ferreira Neto, J.L. (2003) *Qual é o Social da Clínica? Uma Problematização*. *Revista de Psicanálise*, v. 167, n. 1, PP. 57 – 65.
- \_\_\_\_\_. (2004) *A Formação do Psicólogo: Clínica Social e Mercado*. São Paulo/Belo Horizonte: Escuta/FUMEC/FCH.
- Ferreira, M.C. & Mendes, A.M. (2003) *Trabalho e Risco de Adoecimento: O Caso dos Auditores Fiscais da Previdência Social Brasileira*. Brasília: Ler, Pensar e Agir.
- Figueiras, J. C. & Hippert, M. I. (2002). *Estresse: Possibilidades e Limites*. In: Jacques, M. G.; Codo, W. *Saúde Mental e Trabalho: Leituras*. Petrópolis: Vozes. P. 112-129.
- Figueiredo, L. C. (1995). *Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*. São Paulo: Educ.
- Figueiredo, L.C.M. (2004). *Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*. Petrópolis/Rio de Janeiro: Vozes.
- Figueiredo, L. C.(1996) *Revisitando as Psicologias: Da Epistemologia à Ética das Práticas e Discursos Psicológicos*. São Paulo/Petrópolis: EDUC/Vozes.
- Foucault, M. Aula de 17 de março de 1976. (1999)In: *Em Defesa da Sociedade*. Curso no Collège de France (1975-1976). São Paulo: Martins Fontes. 1999, PP. 285 – 319.
- Foucault, M. (2007). *Microfísica do Poder (23ª Ed.)*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freud, S.(1996) *Sobre a Psicoterapia*. (1905 [1904]). In: Freud, S. *Um Caso de Histeria. Três Ensaios Sobre a Sexualidade e Outros Trabalho*. Edição Standart das Obras Complexas de Sigmund Freud, Vol. VII. Rio de Janeiro: Imago, 1996, PP. 239 – 251.

- Frey, K. P. P. (2000) Um Debate Conceitual e Reflexões Referentes à Prática da Análise das Políticas Públicas no Brasil. *Revista Planejamento e Políticas Públicas*. Brasília. Nº 20, p.211-259. Junho.
- Galbraith, J.K. (1986) *Anatomia do Poder*. 3ª Ed. São Paulo: Pioneira.
- Glowinkowski, S.P. & Cooper, C. L. (1987) Managers and professionals in business/industrial settings: the research evidence. In: Ivancevich, J. M. & Ganster, D. C. (Eds) *Job Stress: from theory to suggestion*. New York: Haworth Press, 1987.
- Goldstein, Herman. (2003) *Policiando uma Sociedade livre*. São Paulo: Edusp, 2003.
- Greene, J. R. (2002) *Administração do Trabalho Policial*. São Paulo: Edusp.
- Grubits, S & Noruega, J. A. V. (Orgs.) (2004) *Método Qualitativo: Epistemologia Complementaridades e Campo de Aplicação*. São Paulo: Vetor.
- Guerra, A. M. C. (2002). O Social na Clínica e a Clínica do Social: Sutilezas de uma Prática. In: Gonçalves, B. D.; Guerra, A.M.C. e Moreira, J. de O. (Orgs.) (2002). *Clínica e Inclusão Social: Novos Arranjos Subjetivos e Novas Formas de Intervenção*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social.
- \_\_\_\_\_ (2009) O Social na Clínica e a Clínica do Social: Sutilezas de uma Prática. In: Gonçalves, B. D.; Guerra, A.M.C. & Moreira, J. de O. (Orgs.). *Clínica e Inclusão Social: Novos Arranjos Subjetivos e Novas Formas de Intervenção*. Belo Horizonte: Edições do Campo Social, 2002, PP. 29 – 48.
- Gui, R. T. (2002). Prazer e Sofrimento no Trabalho. Representações Sociais de Profissionais de Recursos Humanos. *Psicologia, Ciência e Profissão*, CFI, V. 22, N. 4, p. 86-93.
- Guirado, M. (1986) *Psicologia Institucional*. São Paulo: EPU.
- Harvey, D. (1993). *Condição Pós-Moderna: Uma Pesquisa Sobre as Origens da Mudança Social*. 2ª Ed. São Paulo: Edições Loyola.
- Histórico/daPolícia/Militar/de/Pernambuco.[http://200.238/07.167/c/portal/layout?p\\_1\\_i\\_d=pub.1370.11](http://200.238/07.167/c/portal/layout?p_1_i_d=pub.1370.11)

Histórico/da/Polícia/Civil/de/Pernambuco:<http://www.policiacivil.pe.gov.br/index.php/historia-da-policia.html>.

Holroyd, K. A. & Lazarus, R. S. Stress, Coping, and Somatic Adaptation. In: Goldberger, L.; Breznitz, S. (Org.). Handbook of estress: theoretical and clinical aspects. New York: Free Pass.

Huggings, M.K. (1988) Polícia e Política: Relações dos Estados Unidos/América Latina. São Paulo: Cortez.

Jaques, M. G. (1999). Contribuições da Psicologia Social para o Trabalho e as Organizações: Cidadania e Participação Social. Porto Alegre: Abrapso - Regional Sul, p. 89-95.

Jacques, M. G. (2003). Abordagens Teórico-Methodológicas em Saúde, Doença Mental e Trabalho. Revista Psicologia e Sociedade. Vol. 15, N. 1, p.97-116. Jan/jun.

Jones, F. & Kinman, G. Approaches to studyng stress. In: Jones, F. & Bright, J. (Orgs.) (2001) Stress Myth, Theory and research. London: Prentice Hall, 2001.

Jornal do commercio (2010) Passeatas no Centro do Recife Por Melhores Salários. ano 91, N. 89, 30/03/2010.

Jornal do Comercio (2008). Abusos da PM Viram Show na Internet: Cenas Grotescas de Humilhação a Pessoas Detidas (2008) N.314. 09/11/2008.

Jornal do Jardim São Paulo (2010). Notícia da Comunidade, ano 2, N. 20, Abril 2010. comunidade.jadimsaopaulo@hotmail.com.

Kaës, R. (1988). Realidade Psíquica e Sofrimento Nas Instituições. In Kaës, R. ET all. A Instituição e as Instituições: Estudos Psicanalíticos, trad. Joaquim P. Neto. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1991.

Kahn, R. L. & Byosiere, P. Stress in organizations. In: Dunnete, M. D. & Hough, L. M. (Orgs.)(1992) Handbook of Industrial and Organizational Psychology. Palo Alto: Consulting Psychologists, 1992.v.3.

Lapassade, G. (1989). Grupos, Organizações e Instituições. Rio de Janeiro: Francisco Alves.

- Laraia, R.P. (2009). *Cultura um Conceito Antropológico* (23ª Ed.). Rio de Janeiro: Zaar.
- Laville, C.; Dionne, J. (1999) *A Construção do Saber: Manual de Metodologia da Pesquisa em Ciências Humanas*. Porto Alegre: Artes Médicas Sul.
- Levi-Strauss, C. Aula Inaugural. In: Zaluar, A. (Org.) (1975). *Desvendando as Máscaras Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves.
- Lèvy, P. (2001). *A Conexão Planetária: O Mercado, O Ciberespaço, A Consciência*. São Paulo: Editora 34.
- Levitt, S. D.; Dubner, S. J. F., (2005). *O Lado Oculto e Inesperado de Tudo Que Nos Afeta*. Tradução de Regina Lyra. Rio de Janeiro: El Sevier.
- Lima, R. N., S. de & Paula, L. (Org.). (2006) *Segurança Pública e Violência: O Estado Está Cumprindo seu Papel?* São Paulo: Contexto.
- Lima, L. X. C. (1997). *A Polícia Militar e a Segurança Pública na Visão de um PM*. Recife: Comunigraf.
- Lipp, M. E. N. & Tanganelli, M. S. (2002). *Stress e Qualidade de Vida em Magistrados da Justiça do Trabalho: Diferenças entre Homens e Mulheres*. *Psicologia: Reflexão e Crítica*. Porto Alegre: v. 15, n. 3, pp. 537-548.
- Mazoth, A. A. J (1996). *O Debate Atual Sobre os Paradigmas de Pesquisa em Educação*. *Cadernos de Pesquisa*, 96, 13-23.
- Mendes, A. M. & Tamayo, A. (2001). *Valores Organizacionais e Prazer/Sufrimento no Trabalho* (art.). In: *Psico-USF*, v. 6, n. 1, pp. 39-46.
- Mendes, D. M. ET all. (org) (2008) *Prazer, Reconhecimento e Transformação do Sofrimento no Trabalho*. In: *Trabalho e Saúde*.
- Minayo, M.C.S. (1999). *Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade*. Petrópolis: Vozes, 1999.
- \_\_\_\_\_ (1999). *Pesquisa Social. Teoria, Método de Criatividade*. 14 Ed. Petrópolis: Vozes.

- \_\_\_\_\_ (2006). *O Desafio da Pesquisa Qualitativa em Saúde*. Rio de Janeiro: HUCITEC.
- Minayo, M.C.S; Souza, E.R & Constantino, P. (Coord). (2008). *Missão Prevenir e Proteger: Condições de Vida, Trabalho e Saúde dos Policiais Militares do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Fiocruz.
- Minayo-Gomez, C. & Lacaz, F. A. C.(2005). *Saúde do Trabalhador: Novas-Velhas Questões*. *Ciência e Saúde Coletiva*, 10(4): 797-807, 2005
- Misse, M. (1993). *Crime e Pobreza: Velhos Enfoques, Novos Problemas*. In, *Seminário Brasil em Perspectiva: Os Anos 90*. Rio de Janeiro: Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Monteiro, J. K. et. al (2007). *Bombeiros: Um Olhar Sobre a Qualidade da Vida no Trabalho*. In: *Psicologia, Ciência e Profissão*, 2007, 27 (3), 554-565.
- Moreira, J. de O (2002) *Material Didático Aula 1: Psicologia: Uma Ciência do Século XXI*. Betim: PUC Minas, 2002 (mimeografado).
- Morin, E. (1996). *Epistemologia da Complexidade*. In D. F. Schnitman (org.). *Novos Paradigmas, Cultura e Subjetividade* (pp. 274-287). Porto Alegre: Artes Médicas.
- Moustakas, C. (1994) *Phenomenological Research Methods* Thousands oaks, Sage.
- Muniz, J.(1999). *Ser Policial é Ser Sobretudo uma Razão de Ser: cultura e cotidiano da Polícia Militar do Rio de Janeiro*. Tese de Doutorado, Rio de Janeiro: Instituto Universitário de Pesquisa do Rio de Janeiro, Universidade Cândido Mendes.
- Nardi, H. C. (1996). *Medicina do Trabalho e Saúde do Trabalhador: O Conflito Capital/Trabalho e a Relação Médico-Paciente*. Dissertação de Mestrado em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação em Sociologia. Porto Alegre.
- Nardi, H.; Tittoni, J. & Bernardo, J.(1997). *Subjetividade e Trabalho*. In: Cattani, A. D. (Org.) *Trabalho e Tecnologia: Dicionário Crítico*. Petrópolis: Vozes.

- Nobre, M.T. (2004) Violência e cotidiano: Com o quê, afinal, é preciso indignar-se? In: Mendonça-Filho, M. (org) Educação, violência e polícia: direitos humanos? Aracaju: UFS: Salvador: EDUFBA.
- Os Bombeiros A Corporação Histórico. TTP://www.bombeiros.pe.gov.br/ctudo/bomb-acorpe/isto/html.
- Paschoal, T. & Tamayo, A. (2004). Validação da Escala de Estresse no Trabalho. Estudos de Psicologia, 9(1): 45-52, 2004.
- Patto, M. H. S. (2009) A Cidadania Negada: Políticas Públicas e Formas de Viver. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Peres, M. F. T. (2006). Violência: Um Problema de Saúde Pública. In: Lima, R. S. & Paula, L. (Orgs.) (2006). Segurança Pública e Violência: O Estado Está Cumprindo Seu Papel? São Paulo: Contexto.
- Ramminger, T. & Nardi, H.C. (2007). Saúde Mental e Saúde do Trabalhador: Análise das Conferências Nacionais Brasileiras. In: Psicologia: Ciência e Profissão. 2007, 27(4), 680-693.
- Rey, F. G. (2000). La Investigacion Qualitativa em Psicologia. São Paulo: EDUC.
- Rezende, UJ. M. (2006) Caminhos da Medicina: Trajetória da Clínica Médica e Suas Perspectivas. Palestra na Jornada de Clínica Médica Para Estudantes de Medicina realizada em Goiania, em 19/08/1998. Disponível em <<http://usuários.cultura.com.br/jmrezende>>. Acesso em abril de 2006.
- Ribeiro, P.R.M. (1996). Saúde Mental: Dimensão Histórica e Campos de Atuação. São Paulo: EPU.
- Rolnik, S. (1997). Toxicômanos de Identidade: Subjetividade em Tempo de Globalização. In: Daniel (Org.). Cultura e Subjetividade: Saberes Nômades. Campinas: Papirus. P. 19-24.
- Romagnoli, R. C. (2006) Algumas Reflexões Acerca da Clínica do Social. Revista do Departamento de Psicologia da UFF, Niterói: n. 18, n. 2, jul/dez, 2006 (no prelo).

- Rosa, E. L. (2003). A Saúde Mental na Rede Pública: Impasses e Desafios Enfrentados pelos CAPS no Percurso Pela Desinstitucionalização. In: A. Bock (Org.). Psicologia e Compromisso Social. São Paulo: Cortez.
- Safra, G. (2004). A Poética da Clínica Contemporânea. Aparecida, SP. Idéias e Letras.
- Santos, A. N.(1997). Direitos e Garantias do Militar: O Exército Brasileiro Perante os Direitos e Garantias Constitucionais e as Normas Infraconstitucionais no Estado Democrático de Direito. Belo Horizonte: Nova Alvorada Edições Ltda.
- Santos, B. de S. (1996). Pela Mão de Alice: O Social e o Público na Pós-Modernidade. 2ª Ed. São Paulo: Cortez Editora.
- Saraceno, B. (1998). A Concepção de Reabilitação Psicossocial como Referencial para as Intervenções Terapêuticas em Saúde Mental. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo: 9 (1), 26-31.
- Scheinkam, J. A. (2007). Um Marco Histórico no Combate à Violência. Revista Época, Edição 476, 29 jun 2007.
- Selye, H.(1956). The stress of life. New York-NY: Macgraw-Hill.
- \_\_\_\_\_ (1982). History and present status of the stress concept. In: Goldberger, L.; Breznitz, S. (Org.) Handbook of stress: Theoretical and clinical aspects. New York: Free Pass.
- Seligmann – S., E. (1994) Desgaste Mental no Trabalho Dominante. Rio de Janeiro: Cortez – UFRJ.
- Silva, J.G. (2000) O inquérito policial e a polícia judiciária. Campinas: Bookseller.
- Silva, P. (1998) Vocabulário Jurídico. Rio de Janeiro: Forense
- Silva, R.C.A. (2010) Do Plantio à Colheita: A Ação do Psicólogo e a Escuta do Conflito nas Organizações. Tese de Mestrado. Recife: Unicap.
- Siqueira, M.V.S. (2009). Gestão de Pessoas e Discurso Organizacional. 2ª Ed. Curitiba: Juruá.

- Soares, L. E.; Pimentel, R. & Batista, A. (2006). Elite da Tropa. Rio de Janeiro: Objetiva.
- Soares, L. E. (2000). Meu Casaco de General: 500 Dias no Front. Da Segurança Pública do Rio de Janeiro. São Paulo: Cia das Letras.
- \_\_\_\_\_ (2006). Segurança Tem Saída. Rio de Janeiro: Sextante.
- Tamayo, A. et al. Relação entre estresse ocupacional e autoconceito profissional [Resumo]. In: XXXII Reunião Anual de Psicologia, Sociedade Brasileira de Psicologia (Org.) Resumos de Comunicações Científicas. Florianópolis: Sociedade Brasileira de Psicologia, 2002.
- Tavares, dos Santos, J. V. (2009) Segurança Pública e Violência no Brasil. Cadernos Adenauer IX, nº 4. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer 2009.
- Tiroteio Entre Agentes Civis e Federais. Jornal Diário de Pernambuco. 06/01/2011
- Tittoni, J. (1994). Subjetividade e Trabalho. Porto Alegre: Ortiz.
- Trindade, I. (2000). Competência dos Psicólogos nos Cuidados de Saúde Primários. PP. 37-46. Lisboa: Climepsi Editores.
- Triviños, A.N.S. (1981) Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais: A Pesquisa Qualitativa em Educação. São Paulo: Ática.
- Turato (2003) E.R. Tratado de Metodologia da Pesquisa Clínico-qualitativa. Petrópolis, Vozes.
- UFSC (2007). Programa de Residência Integrada em Saúde da Família. Centro de Ciências da Saúde. Florianópolis: Mimeo.
- Valadares, J. (2011). São Eles que Pedem Socorro: Corpo de Bombeiros Socateado. JC on line. <http://jc.oul.com.br/canal/cotidiano/grande-recife/noticia/2011/01/20/são-eles-que-ped...>
- Vazques-Menezes, I (2004). Por Onde Passa a Categoria Trabalho na Prática Terapêutica? In: Codo, W. (org). O Trabalho Enlouquece? Um Encontro Entre a Clínica e o Trabalho. Petrópolis: Vozes, pp23-52.

- Veja. Editora Abril. Edição 2191. Ano 43, N. 46. 17 nov 2010. Cabeça de Assassino.
- Vieira, C.E.; Barros, V.A. & Lima, F.P.A. (2007). Uma Abordagem da Psicologia do Trabalho na Presença do Trabalho. (art.). In: Psicologia em Revista. Belo Horizonte: V.13, N. 1, PP 155-168.
- Wehster's New Universal Unabridged Dictionary (1996). Nova York. Barnes & Noble.
- Zanelli, J.C (2002). O Psicólogo Nas Organizações de Trabalho. Porto Alegre: Artmed editora S/A.
- Zanelli, J. C., Borges-Andrade, J. E. & Bastos, A. V. B. (2004). Psicologia, Organizações e Trabalho no Brasil. Porto Alegre: Artmed.
- Zaverucha, J; Oliveira, A. & Nascimento, A. (Org.) (2007) (in)Segurança Pública e a ordem Social. Recife: Editora Universitária da UFPE.
- Zaverucha, J. (2009). Polícia Civil de Pernambuco: O Desafio da Reforma. Recife, Ed. Universitária da UFPE.

**ANEXOS**

**ANEXO IV**  
**CARTA DE ANUÊNCIA**

Declaro, para os devidos fins, que concordo em participar do Projeto de Pesquisa intitulado **A segurança emocional dos agentes de segurança pública: Perspectivas para uma ação clínica**, sob a responsabilidade da Professora Doutora Pesquisadora Ana Lúcia Francisco, do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, desenvolvendo as atividades que me competem, pelo período de execução previsto no referido Projeto.

Recife, 30, de OUTUBRO 2009.

---

Nome e assinatura do participante

CPF do participante:

Instituição:

Pesquisadora responsável:

Ana Lúcia Francisco

Matrícula:

RG: \_\_\_\_\_

CPF: \_\_\_\_\_

Fones para contato: (81) \_\_\_\_\_ / (81) \_\_\_\_\_

E-mail:

UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO  
PRÓ-REITORIA ACADÊMICA – PRAC  
CENTRO DE CIÊNCIAS BIOLÓGICAS E DA SAÚDE

RECIFE, 30 DE OUTUBRO DE 2009.

À COORDENAÇÃO GERAL DE PESQUISA

Encaminho a V.S., para apreciação e encaminhamentos, o projeto de pesquisa **A SEGURANÇA EMOCIONAL DOS AGENTES DE SEGURANÇA: perspectivas para uma ação clínica**, a ser desenvolvido pelo mestrando Wellington Martins de Lira, sob minha responsabilidade. Informo, ainda, que o referido projeto foi avaliado por dois membros deste mestrado.

Atenciosamente,

---

Profa. Dra. Ana Lucia Francisco

## DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que a pesquisa intitulada “**A Segurança Emocional dos Agentes de Segurança Pública: Perspectivas para uma Ação Clínica**”, foi aprovada pela Banca do Colegiado do Mestrado em Psicologia Clínica da UNICAP realizada no dia 10/09/2009, com a participação da Professora Fátima Santos, da Faculdade de Psicologia da Universidade Federal de Pernambuco, como convidada externa, bem como pela Professora Cristina Maria de Souza Brito Dias, Membro do referido Colegiado e Vice-Coordenadora do Mestrado em Psicologia Clínica da Universidade Católica de Pernambuco, sendo de responsabilidade e orientação da Professora Ana Lúcia Francisco.

Recife, 04 de novembro de 2009.

---

Cristina Maria de Souza Brito Dias

CPF:

Identidade:

Matrícula:

Fones:

5600703-3/2010

EXMO. SENHOR SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO.

Secretaria de Defesa Social

SETOR: PROTOCOLO

Data de Abertura: 27/10/2009

Núm. Docm.: 4011808-7/2009 Núm. Original:

Assunto: Requerimento

Município: Recife

Doc.Origem: S/Nº

Interessado: 1 - WELLINGTON MARTINS DE LIRA

A DEFP  
E 031209  
José Lopes de Souza  
Cet. PM  
Comandante Geral

Wellington Martins de Lira, brasileiro, casado, servidor público federal, ex-policia militar da PMPE, mestrando em Psicologia Clínica pela Universidade Católica de Pernambuco, RG \_\_\_\_\_ SSPPE, CPF \_\_\_\_\_, Fones: (81) \_\_\_\_\_ e

e-mail: \_\_\_\_\_, vem solicitar a V. Exa. Autorização para realização de atividades do projeto de pesquisa intitulado "A Segurança Emocional dos Agentes de Segurança Pública: Perspectivas para uma Ação Clínica", nessa Instituição. O objetivo geral do projeto de pesquisa é investigar as práticas psicológicas em instituições de segurança pública da Região Metropolitana do Recife e o modo como os agentes de segurança (policiais civis e militares) percebem essas práticas, no cotidiano e durante as ações por eles desenvolvidas (operações policiais). A partir dos dados coletados, a pesquisa tem por metas estimular o debate dos órgãos de segurança sobre a importância do suporte psicológico; propor práticas psicológicas voltadas para esses agentes; possibilitar a ampliação do campo de atuação do psicólogo clínico; oferecer suporte psicológico aos agentes de segurança pública, melhorando o controle emocional durante as operações policiais. **A parte da pesquisa a ser desenvolvida nas Instituições policiais, civil e militar, corresponde à realização de entrevistas com psicólogos que realizam sua prática profissional voltada ao atendimento dos agentes de segurança, bem como entrevistas com alguns agentes de segurança de ambas as instituições.** Os dados coletados serão relacionados com a produção científica existente, no propósito de contribuir com a melhoria das ações de segurança e com a saúde emocional de seus agentes. Os resultados serão apresentados às instituições de segurança e aos agentes participantes, como forma de contribuição ao relevante trabalho dos mesmos. **A orientadora do projeto é a Profa. Dra. Pesquisadora Ana Lúcia Francisco, matrícula no CRP-PE nº 0960-5, RG \_\_\_\_\_ SSPPE, CPF \_\_\_\_\_, fones de contato (81) \_\_\_\_\_, e-mail: \_\_\_\_\_.**

Certos do aceite de V. Exa., solicitamos que seja reproduzida, em papel timbrado da Instituição (SDS), e assinada a carta anexa a este requerimento, a fim de que o projeto seja submetido ao Comitê de Ética da Universidade Católica de Pernambuco.

Original  
Em 23/12/09  
Alicia de Oliveira  
Cet. PM  
Mat. 24454-8

## ANEXO I

### TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Você está sendo convidado(a) para participar da Pesquisa: **A segurança emocional dos agentes de segurança pública: perspectivas para uma ação clínica.**

Você foi selecionado por estar exercendo sua prática em instituição de segurança pública e se disponibilizar a partilhar suas experiências junto ao pesquisador. Seu consentimento e sua participação são extremamente relevantes nos campos científico, institucional e social, não sendo, porém, obrigatória, mas de livre decisão.

A qualquer momento você pode retirar seu consentimento e desistir de participar.

Sua recusa não trará nenhum prejuízo em sua relação com o pesquisador ou com a instituição na qual você exerce sua prática profissional.

**O objetivo desta pesquisa é Investigar as práticas psicológicas em instituições de segurança pública.** Sua participação nesta pesquisa consistirá em, através de entrevistas semi-dirigidas, relatar a sua experiência como agente de segurança pública. Os riscos relacionados com a sua participação podem ser de cansaço e/ou constrangimento ou, ainda, ansiedades que podem emergir, uma vez que qualquer tipo de interação pode provocar desconforto. Nesse sentido, tentar-se-á alcançar os objetivos da pesquisa de uma forma menos invasiva possível, indo até o ponto que você conseguir. Todos os cuidados serão tomados, tanto durante o decorrer da coleta dos dados quanto posteriormente, tendo em vista oferecer atenção psicológica aos participantes, caso seja necessário. Os benefícios relacionados com a sua participação poderão propiciar um maior diálogo entre as possibilidades de práticas do (a) psicólogo (a) e as demandas dos agentes de segurança pública no campo da atenção psicológica e irão contribuir para a construção de modalidades de práticas psicológicas comprometidas com as questões psicossociais, emergentes na atualidade. As informações obtidas através desta pesquisa serão confidenciais e **asseguramos o total sigilo sobre sua participação**, tanto quanto aos conteúdos como em relação à identidade. Os dados serão divulgados de forma a possibilitar que sua identificação se mantenha em sigilo e, através das pesquisadoras responsáveis pelo projeto, você terá acesso aos resultados da investigação assim que tiver sido encerrada. Esta transferência de resultados se realizará através de entrevistas semidirigidas. Você receberá uma cópia deste termo onde consta o telefone e o endereço do pesquisador principal, podendo tirar suas dúvidas sobre o projeto e sua participação, agora ou a qualquer momento.

Dados do pesquisador principal (orientador):

Ana Lúcia Francisco

Matrícula:

RG:

CPF:

Fones para contato: (81)

E-mail:

---

Assinatura do entrevistado

Declaro que entendi os objetivos, riscos e benefícios de minha participação na pesquisa e concordo em participar.

O pesquisador me informou que o projeto foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da UNICAP que funciona na Pró-Reitoria Acadêmica da UNIVERSIDADE CATÓLICA DE PERNAMBUCO, localizada na Rua Almeida Cunha, 245, Santo Amaro, Bloco G4, 8º andar, CEP 50050-480, Recife, PE, Brasil. Telefone (81) 2119-4376, FAX (81) 2119-4004, endereço eletrônico: [pesquisa\\_prac@unicap.br](mailto:pesquisa_prac@unicap.br)

Recife, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Participante da Pesquisa

**ANEXO V****ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS (AS) PSICÓLOGOS (AS)**

## DADOS DO ENTREVISTADO

NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

NOME DA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

TEMPO DE FORMADO: \_\_\_\_\_

TEMPO NA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

NOME DO ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

## QUESTÕES:

**PERGUNTA NORTEADORA:** COMO TEM SIDO SUA EXPERIÊNCIA, COMO PSICÓLOGO CLÍNICO, NOS ATENDIMENTOS REALIZADOS JUNTO AOS AGENTES DE SEGURANÇA PÚBLICA?

**EIXOS TEMÁTICOS A SEREM PESQUISADOS A PARTIR DA QUESTÃO NORTEADORA:**

- 1) Como se deu sua inserção nesta instituição?
- 2) Que atividades você desenvolve nesta Instituição?
- 3) Como é realizado seu trabalho?
- 4) Que tipos de demandas são dirigidas ao seu trabalho como psicólogo (a) nesta instituição?
- 5) Que dificuldades/desafios vividos você sente na realização de seu trabalho?
- 6) Qual a importância da ação do psicólogo clínico na instituição?
- 7) Em sua percepção, como esta Instituição percebe a ação do psicólogo clínico?

**ANEXO VI****ROTEIRO DE ENTREVISTAS PARA OS (AS) POLICIAIS****DADOS DO ENTREVISTADO**

NOME DO ENTREVISTADO: \_\_\_\_\_

NOME DA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

POSTO, GRAD. ,CARGO: \_\_\_\_\_

TEMPO NA INSTITUIÇÃO: \_\_\_\_\_

DATA DA ENTREVISTA: \_\_\_\_\_

NOME DO ENTREVISTADOR: \_\_\_\_\_

**QUESTÕES:****PERGUNTA NORTEADORA:** COMO TEM SIDO SUA EXPERIÊNCIA, COMO POLICIAL, NAS ATIVIDADES REALIZADAS NA INSTITUIÇÃO?**EIXOS TEMÁTICOS A SEREM PESQUISADOS A PARTIR DA QUESTÃO NORTEADORA:**

- 1) Como se deu sua inserção nesta instituição?
- 2) Que atividades você desenvolve nesta Instituição?
- 3) Como é realizado seu trabalho?
- 4) Que tipos de demandas são dirigidas ao seu trabalho como policial (a) nesta instituição?
- 5) Você Julga que o (a) policial é preparado emocionalmente para lidar com as situações com as quais se depara ?
- 6) Você considera importante o apoio psicológico ao longo de uma intervenção policial de maior risco?
- 7) Como você avalia a importância de um suporte psicológico para o seu trabalho?